

Gimima Silva
Lúcia Puga e
Izaura Rodrigues

ORGANIZADORAS

ANAIS
IV Encontro de Perspectivas:
alfabetização política,
relações de poder e cidadania

LETRACAPITAL



Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Lole (PUC-Rio)

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (FAAO)

João Medeiros Filho (UCL)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Conceição Monteiro (UERJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-Rio)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sergio Azevedo (UENF)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Gimima Silva
Izaura Rodrigues
Lúcia Puga
Organizadoras

ANAIS
IV Encontro de Perspectivas:
alfabetização política,
relações de poder e cidadania

LETRCAPITAL

Copyright © Gimima Silva, Izaura Rodrigues e Lúcia Puga (Organizadores), 2017

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Rhassan Ferreira Valente

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E46a

Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania
(IV: 2017: Manaus, AM)

Anais [recurso eletrônico] / IV Encontro de Perspectivas : alfabetização política, relações de poder e cidadania; organização Gimima Silva, Izaura Rodrigues, Lúcia Puga. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

Recurso digital; 14 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-572-8 (recurso eletrônico)

1. Ciências sociais. 2. Política de saúde - Amazônia. 3. Amazônia - Política e governo. 4. Cidadania. 5. Meio ambiente. 6. Livros eletrônicos. I. Silva, Gimima. II. Rodrigues, Izaura. III. Puga, Lúcia. IV. Título.

19-54743

CDD: 362.042

CDU: 364.6(811.3)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
vendas@letracapital.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
GT 1 - RELAÇÕES DE PODER E NOVAS LEITURAS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	12
GESTÃO ANTIDEMOCRÁTICA: O CASO DO FECHAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARINTINS/AM	13
Alexsandro Melo Medeiros, Nelson Matos de Noronha	
RELAÇÃO ENTRE MARKETING POLÍTICO/ELEITORAL E PROGRAMAS POPULISTAS EM MANAUS: INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS	19
Letícia Bruna Santos da Silva, Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib	
A EFICIÊNCIA DAS FERRAMENTAS DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE MANAUS, NO PERÍODO DE 2011/2012.....	23
Renato Nunes Rodrigues, Raylene Rodrigues de Sena	
REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO EM MANAUS: O LUGAR DOS IGARAPÉS, O LUGAR DAS PESSOAS, O LUGAR DA CIDADE	29
Viviane Alves da Silva, Gimima Beatriz Melo da Silva	
OS ARUÃS: POLÍTICAS INDÍGENAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA (SÉCULO XVII)	35
Rafael Ale Rocha	
OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO TEÓRICA ENTRE O ESTADO E O CRIME ORGANIZADO	41
Nohel M. Reyes	
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMPEDIMENTO AO PLENO EXECÍCIO DA CIDADANIA DO PRESO NO BRASIL.....	47
Alice Arlinda Santos Sobral Jennifer Lima de Araujo Pereira	
A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO: ANÁLISE DO TEMA COM OS ACADÊMICOS DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (ESO/UEA) A PARTIR DA PRÁTICA NO PROGRAMA ESTÁGIO VISITA - BRASÍLIA (DF)	54
Hérika Cardoso da Silva, Jéssica Barbosa dos Santos Silva, Larissa Rodrigues Campos de Araújo, Viviane Costa Novo	
CIDADANIA NEGATIVA X CIDADANIA CRÍTICO-REFLEXIVA: REFLETINDO SOBRE ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA NO AMAZONAS	61
Gimima Beatriz Melo da Silva, Graciliano Gonçalves Fonseca, Rhassan Ferreira Valente	

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS.....	66
EXPLORANDO A CIDADANIA: DIREITOS E DEVERES SÃO PARA TODOS E CONHECER É UM DELES	67
Márcio Roberto Pereira	
PROJETO VOZ ATIVA: UMA BOLA, MUITAS VOZES.....	72
Girleno Menezes Barbosa	
GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA, MEIO AMBIENTE, CIDADE E ALTERIDADE....	77
POLÍTICA PENITENCIÁRIA NO BRASIL: O DESAFIO DO PARADIGMA HUMANISTA.....	78
Anderson Silva da Costa, Alcir Serudo Marinho Júnior	
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, CONCEITO E EVOLUÇÃO: ANÁLISE NO BANCO DE ESTRUTURAS TERRITORIAIS DO IBGE 2016.	83
Arnaldo Costa Gama, Maria Edilene Pena Barboza, Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira	
CIDADANIA AMBIENTAL: O EMPODERAMENTO POPULAR EM DEFESA À VIDA.	90
Fabiane Araújo de Oliveira	
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO AOS CASOS DE MALÁRIA EM IPIXUNA INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.	96
Felipe Martins de Souza, Silvana Barreto Oriente	
ANÁLISE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA LEI N. 12.764/2012: ASPECTO LEGAL E PRÁTICO.....	102
Genise Bentes, Gabriele Souza, Josias Silva ⁹	
TRABALHO ESCRAVO RURAL CONTEMPORÂNEO NA AMAZÔNIA LEGAL.....	108
Jordana Brasileira da Silva, Izaura Rodrigues Nascimento	
O RESPEITO À CIDADANIA DOS MILITARES VISLUMBRADO NAS SINDICÂNCIAS	113
Kathleen Souza de Oliveira Belota, Izaura Rodrigues Nascimento	
O PROGRAMA BOLSA FLORESTA DO ESTADO DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS	119
Loiseane Santos Correia Pinto, Elane Conceição de Oliveira, Neuler André Soares de Almeida	
O AVANÇO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE <i>CROSS-SECTION</i> PARA A REGIÃO DO ARCO DO DESMATAMENTO.....	124
Meyrianny Santana Reis, Elane Conceição de Oliveira, Neuler André Soares de Almeida	
INCLUSÃO DE PESSOAS EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRADIÇÕES ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS.....	128
Monica Dias Araújo	

EMPREGO OU TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM MANAUS: AVANÇOS OU ESTAGNAÇÃO NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS?	135
Roberto Gilonna Júnior, Dalmir Pacheco de Souza	
O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ACADÊMICOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE LICENCIATURAS	140
Rosângela Gomes de Souza, Monica Dias de Araújo	
PRISÕES CAUTELARES: MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA OU DA ORDEM DE CLASSES?	146
Sergio Enrique Ochoa Guimarães	
DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO EM MANAUS	153
Guilherme José Sette Júnior, Maxwell Marques Mesquita	
RECONHECIMENTO OU (RE)PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA? ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA VIOLÊNCIA NA PÁGINA BOINA PRETA	161
Waldriane Nascimento da Silva, Izaura Nascimento Nascimento	
GT 3 - SUFRAMA 50 ANOS	168
ANÁLISE DO ÍNDICE DE CONFIANÇA EMPRESARIAL INDUSTRIAL PARA O PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	168
Deyse Maria Portela Carvalho, Neuler André Soares de Almeida	
ECONOMIA CRIATIVA: O QUE É E O PANORAMA NA CIDADE DE MANAUS	175
Beatriz Jean Maia	
O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O POLO DUAS RODAS	180
Vanessa Fonseca Oliveira, Elane Conceição de Oliveira	
GT 4 - CULTURA, IDENTIDADE E PODER	190
AZUL OU VERMELHO? A UTILIZAÇÃO DA RIVALIDADE DOS BUMBÁS NO MARKETING CULTURAL DAS PATROCINADORAS DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS	191
Dayanne Cristine Pires Dagnaisser, Lúcia Marina Puga Ferreira	
GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: PERCEBENDO A FALA COMO FENÔMENO SÓCIO HISTÓRICO E CULTURAL	198
Luana Pantoja Medeiros, José Camilo Ramos de Souza	
A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO EM PROL DA DIGNIDADE HUMANA	204
Jeanne Araújo e Silva, Roberto Sanches Mubarak Sobrinho	
PROJETO ESCOLA DE LIBRAS-UEA: PARA UMA NOVA PERSPECTIVA NO ATENDIMENTO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA	210
Eliana da Rocha Nunes	

PROJETO ESCOLA DE LIBRAS DA UEA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O SER SURDO E SUA IDENTIDADE LINGUÍSTICA	217
Marcos Roberto dos Santos, Katia Regina Nery Dias, Luana Freitas de Castro, Juarez Clementino da Silva Junior	
AFROAMAZONENSES: A DESCONSTRUÇÃO DE UMA PRESENÇA NEGADA.....	223
Juarez Clementino da Silva Junior	
O PROCESSO DE RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS INDÍGENAS DE ALTER DO CHÃO	229
Rossini Pereira Maduro, Jocilene Gomes da Cruz	
DIÁLOGOS CRUZADOS: IDENTIDADE E CONFLITO SOCIAL NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO AMPARO, TONANTINS – AM	235
Marcus André Rabelo, Prof. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos	
IDENTIDADE E RESSONÂNCIA NA CULTURA MATERIAL DO MUSEU E LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA ALFREDO MENDONÇA DE SOUZA	241
Flávia de Oliveira Fernandes, Tatiana de Lima Pedrosa Santos	
GT 5 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	190
VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO AMAZONENSE.....	247
Alice Arlinda Santos Sobral, Jennifer Lima de Araujo Pereira	
ACESSO À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E SOCIAL	254
Amanda Drumond Tavares, Davi Macêdo Pimentel, Paula Melissa Coelho da Silva Saraiva, Neuton Alves de Lima	
CÁRCERE LGBTI: UMA ANÁLISE DAS NORMAS JURÍDICAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL E NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	262
Hérika Luna Arce Lima, Sílvia Maria da Silveira Loureiro	
O EMPODERAMENTO DE MULHERES COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO A PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BAIRRO JORGE TEIXEIRA	267
Karinna da Costa Sabino Holanda	
A VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBT NO BRASIL.....	271
Ricardo Tavares de Albuquerque, Nicolle Patrice Pereira Rocha Laís Maria Souza Barcelos, Elisabete Ferreira da Silva, Jéssica Batista do Nascimento	
A ATUAÇÃO POLICIAL NO ATENDIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE CRIMES SEXUAIS.	277
Suzy Dayana Pereira Chagas	
O SEXISMO COLONIAL E O PATRIARCALISMO NO BRASIL COMO FATORES DE INFLUÊNCIA AO HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO FEMINICÍDIO	283
Goreth Campos Rubim	

APRESENTAÇÃO

HISTÓRICO

O Encontro de Perspectivas realizou em 2017 sua quarta edição, demonstrando assim continuidade das atividades do Grupo de Pesquisa que o coordena, a saber, o Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia - LAPECSAM, Grupo certificado pelo CNPq e que envolve pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais bem como a cursos de graduação da Universidade do Estado do Amazonas.

A primeira edição do Encontro de Perspectivas ocorreu em 2013, com apoio do edital de eventos da UEA realizando quatro palestras programadas mensalmente por pesquisadores de diferentes IES (UFAM, UEA e UFF) que possibilitaram diversificar a abordagem sobre “O Debate Contemporâneo Sobre a Amazônia”.

No ano de 2014 o II Encontro de Perspectivas foi realizado de forma conjunta ao “I Seminário da Especialização em Metodologia do Ensino de Sociologia” curso ofertado pela UEA aos docentes da rede pública de ensino, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Neste ano foi elaborada uma programação diversa contemplando quatro palestras, desenvolvidas por docentes e pesquisadores diversos (UEA, UFAM e PNCSA). O evento foi vinculado ao programa de uma disciplina específica da Especialização em Sociologia, cujo nome “Desenvolvimento da Sociologia no Brasil” foi o tema abordado no evento.

Em 2015, o evento compôs a programação da Semana Nacional de Ciências & Tecnologia, realizando a apresentação de pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes vinculados ao LAPECSAM, na modalidade “Café Científico”.

Em 2017 a realização do evento estava prevista no cronograma de atividades do Projeto “Elementos para a Alfabetização Política entre jovens da Amazônia”, projeto coordenado pelas pesquisadoras líderes do LAPECSAM e vinculadas ao PPGICH apresentando como tema gerador do evento “*Promovendo a Alfabetização Política para a Cidadania Crítico-Reflexiva no Amazonas*”.

O EVENTO

O IV Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania ocorreu entre os dias 04 e 06 de outubro de 2017 nas dependências da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas com a participação de um público-alvo formado por discentes e docentes de ensino médio, da graduação e da pós-graduação, os quais se dividiram durante esses três dias entre as Palestra, Mini-Cursos, Grupos de Trabalho, Visitas Guiadas e Vídeo-Conferência que compunham a programação do Evento, que contou com um Comitê Científico formado por docentes de diversas instituições nacionais (UEA, USP, UFF, UFBA) e uma internacional, Universidade do Porto - UPORTO.

O evento, que foi contemplado com auxílio financeiro do edital PAEP/CAPES - 2017, objetivou, em linhas gerais, promover um espaço para socialização dos projetos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores/pesquisadores dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais do Amazonas - LAPECSAM e a outros grupos de pesquisa originados na UEA como o Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência, o Observatório do Pólo Industrial de Manaus e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas.

Com a realização do referido evento buscou-se contribuir para a ampliação de um comportamento voltado a uma cidadania crítico-reflexiva, buscando o envolvimento efetivo da sociedade e da comunidade acadêmica nos debates que envolvem a esfera política, a qual vincula-se ainda a questões ligadas ao setor econômico e produtivo bem como às garantias das condições propícias à vivência da cidadania plena como segurança, proteção aos direitos humanos, à questão ambiental e respeito à diversidade cultural e de toda ordem.

Entende-se que ao compartilhar com pesquisadores de fora do Amazonas e do Brasil as experiências de pesquisas desenvolvidas pelos docentes e discentes da UEA pode-se alcançar a ampliação de uma rede de pesquisas que tem se consolidado a partir das experiências de membros dos grupos de pesquisa envolvidos na organização deste evento e por meio dos projetos vinculados

ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, no qual a coordenadora do evento e parte da comissão organizadora atuam.

OS ANAIS

A publicação desses ANAIS de resumos expandidos resultou das comunicações apresentadas nos cinco Grupos de Trabalho do **IV Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania** que foram organizados a partir das seguintes temáticas: GT 1 - Relações de poder e novas leituras sobre participação política; GT 2 - Políticas Públicas, Cidadania, Meio Ambiente, Cidade e Alteridade; GT 3 - Zona Franca 50 anos; GT 4 - Cultura, Identidade e Poder; GT5 - Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

Desejamos a todos uma boa leitura a partir das reflexões aqui propostas.

As organizadoras

GT 1
RELAÇÕES DE PODER E NOVAS LEITURAS
SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

GESTÃO ANTIDEMOCRÁTICA: O CASO DO FECHAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARINTINS/AM

Alexsandro Melo Medeiros¹

Nelson Matos de Noronha²

1. INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização iniciado com a promulgação da Carta Magna de 1988 foi seguido de uma proliferação de espaços institucionais de participação social como a existência dos conselhos de políticas públicas, fóruns, conferências e acompanhado de diversas reflexões teóricas nas Ciências Sociais, especialmente no que se refere ao papel desempenhado pela sociedade civil na consolidação e no aprofundamento da democracia (GOHN, 2001; GONZÁLES, 2000). Mas passados quase 30 anos parece que nem todos os gestores compreenderam a importância do papel desempenhado pela sociedade civil para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e atuam ainda como verdadeiros *coronéis* na gestão da coisa pública. Foi o que aconteceu com o Conselho Municipal de Saúde de Parintins (CMS), cidade do interior do Estado do Amazonas, que teve que encerrar suas atividades (contrariando inclusive o marco jurídico brasileiro) devido à impossibilidade de funcionamento do colegiado.

Nosso objetivo consiste, portanto, em demonstrar que, apesar do coronelismo não existir mais enquanto fenômeno historicamente situado (FAORO, 2000; FORTUNATO; 2000), a prática do mandonismo e dos coronéis persiste ainda que de forma velada como elemento que define as relações sociais e de poder. Pretende-se demonstrar, a partir de um estudo de caso do CMS de Parintins, que este teve que encerrar suas atividades como resultado de uma gestão autoritária e antidemocrática do poder público local.

¹ Doutorando do PPGSCA/Universidade Federal do Amazonas, Bolsista e Pesquisador FAPEAM (Agência de Fomento), alexsandromedeiros@ufam.edu.br

² Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas, noronhanelson@hotmail.com

2. METODOLOGIA

Os dados apresentados nesta comunicação foram coletados seguindo uma orientação metodológica de pesquisa de tipo qualitativa, utilizando como técnicas e instrumentos de pesquisa: a) *Pesquisa Bibliográfica* que dispõe de um material já selecionado para auxiliar na compreensão e análise da pesquisa empírica; b) *Pesquisa Documental* do material coletado no Conselho Municipal de Saúde de Parintins; c) *Diário de Campo* para registro das observações e entrevistas feitas *in loco*; d) *Realização de Entrevista* elaborada a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas aplicada com os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Parintins, realizada com 37,5% dos conselheiros titulares do Conselho em questão; e) *Observação Sistemática e Participante*, permitindo que o observador esteja em contato direto com o fenômeno observado, haja reflexão pessoal, descoberta de novos problemas e coleta de dados. A observação sistemática ocorreu principalmente durante as sessões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Parintins e, no que diz respeito à observação participante, ela é utilizada em pesquisa qualitativa para coleta de dados onde o pesquisador não apenas observa de forma passiva, mas, participa no cenário pesquisado (MINAYO, 2004) onde os dados obtidos para análise dos resultados aqui apresentados advêm da conjugação da tríade: “participação do pesquisador, ação dos sujeitos observados e situação contextual” (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 520). A pesquisa que deu origem a esta comunicação possui aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa submetido através da Plataforma Brasil sob o parecer n. CAAE: 49719915.0.0000.5020.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Uma das funções dos Conselhos de Políticas Públicas é o exercício do Controle Social. Mas o que acontece quando esse controle social é exercido de forma ativa, operante e consistente? Vamos demonstrar que o poder executivo, quando ameaçado pelo exercício do controle social, cria barreiras e obstáculos para o trabalho de monitoramento e fiscalização, usando de vários subterfúgios que vão desde práticas coronelistas e autoritárias, até o uso de cooptação de membros da sociedade civil (PAIVA; STRALEN; COSTA,

2014) para que um Conselho não desempenhe sua função. Foi o que aconteceu com o CMS de Parintins que esteve inoperante entre os meses de abril de 2016 até meados de 2017. Alguns fatos sugerem a interferência direta do poder público para influenciar a atuação do CMS e entrevistas realizadas com conselheiros sustentam a teoria que essa situação só chegou a esse estágio devido à forma autoritária e antidemocrática do poder público em gerir as políticas de saúde. Serão apresentados depoimentos dos entrevistados e dados extraídos da pesquisa de campo por observação sistemática e participante que reforçam a ideia desta comunicação.

Esse fato pode ser demonstrado tanto a partir das entrevistas quanto a partir da observação sistemática realizada em torno das atividades do CMS. Uma das entrevistadas chega a desabafar sobre suas frustrações enquanto conselheira e que, na sua visão, o poder público tem o Conselho como um inimigo:

eu sinceramente me sinto frustrada, por ter participado assim do Conselho e não ter conseguido alcançar aquilo que eu almejei, de luta, de não termos suporte dentro do Conselho, de não termos uma condição na parte administrativa, é difícil, a estrutura de modo geral do Conselho Municipal de Saúde [...] para que as políticas de saúde funcionem é preciso ter um Conselho bem estruturado e bem organizado [...] O poder público não tem contribuído, tanto prova que chegou ao ponto que chegou: estamos praticamente de portas fechadas, eles não têm sido parceiros e dificultam o trabalho do Conselho Municipal de Saúde. Então eles têm ao Conselho como inimigo (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Usando nomes fictícios, vamos relatar dois fatos que demonstram claramente como a Administração Pública agiu para impedir o trabalho de fiscalização do CMS/PIN.

Ana Néri foi relatora da comissão de análise e prestação de contas do RAG (Relatório Anual de Gestão) do ano de 2013. A análise do Relatório Anual de Gestão levou a relatora a recomendar a reprovção do RAG no exercício de 2013. Acompanhando o parecer da relatora, a plenária do Conselho Municipal de Saúde, em reunião ordinária, reprovou o Relatório Anual de Gestão o que gerou insatisfação por parte dos gestores do SUS e o tema foi inclusive debatido em Audiência Pública na Câmara Municipal de Parintins.

Acontece que Ana Néri estava no CMS/PIN como representante dos prestadores de serviços do SUS o que permitiu aos gestores do SUS empreender todos os esforços para excluir a conselheira do quadro de representação do CMS/PIN. Como prestadora de serviços de SUS, a conselheira representava uma empresa que tinha convênio com a Secretaria Municipal de Saúde para oferecer serviços de saúde aos usuários do SUS. Uma vez que a conselheira começou a incomodar realizando este importante trabalho de fiscalização e controle social, o convênio da SEMSA com a referida empresa foi cancelado, fazendo com que tal empresa não mais prestasse serviços ao SUS e, conseqüentemente, a conselheira também não poderia mais compor o quadro de conselheiros do CMS/PIN uma vez que já não podia mais atuar como representante dos prestadores de serviços do SUS e assim aconteceu. A conselheira teve que ser desligada do quadro de conselheiros do CMS/PIN.

A outra situação envolve o conselheiro Albert Sabin, quando o mesmo se tornou presidente do CMS/PIN. Albert era representante da sociedade civil e através do método democrático conseguiu se eleger presidente do CMS/PIN. Acontece que Albert, semelhante à conselheira Ana Néri, também adotou uma postura incisiva quanto ao trabalho de fiscalização e monitoramento das ações e serviços do SUS no município de Parintins. Mas Albert não era funcionário concursado e apenas contratado, de uma das universidades existentes no município. O que gerou uma situação de desconforto, pois mesmo não tendo ingerência sobre a referida universidade, a gestão municipal empreendeu todos os esforços para influenciar a direção da universidade no sentido de demitir o conselheiro Albert, fazendo com que o mesmo também não pudesse mais compor o quadro de conselheiro do CMS/PIN, uma vez que o mesmo já não poderia representar a categoria pela qual foi eleito conselheiro, a saber, representantes dos profissionais de ensino superior de Parintins.

Os fatos acima relatados coletados mediante observação sistemática das atividades do CMS sugerem que, embora o coronelismo em seu sentido restrito tenha terminado em meados da década de 1930, sobreviveu a ele a prática do mandonismo e dos coronéis (LEAL, 1978). É o que podemos chamar de um coronelismo sem coronéis onde os tais coronéis sempre procuram um jeito de manter o seu curral eleitoral e, nesse caso, manter no Conselho Municipal de Saúde, apenas conselheiros que sejam do interesse da Adminis-

tração Pública, fazendo com que o coronelismo se adapte a sucessivos momentos históricos (JANOTTI, 1989). O coronelismo aqui é entendido como uma forma de mando em que uma classe política controla as relações de poder em uma sociedade e, de modo específico, no espaço decisório do Conselho Municipal de Saúde.

4. CONCLUSÕES

O coronelismo é um sistema político datado historicamente, base da organização da República Velha – ou *República dos Coronéis* –, mas que faz ainda sentir os seus efeitos sobre os dias atuais, criando barreiras e obstáculos para a consolidação do processo de redemocratização pelo qual passa o país e para um processo de gestão democrática plena na área das políticas públicas de modo geral e nas políticas de saúde de maneira particular. Para que tenhamos de fato uma gestão de políticas de saúde plenamente democrática, precisamos denunciar e coibir toda e qualquer forma de gestão autoritária e antidemocrática, sob pena de continuarmos vivendo à mercê do poder das velhas oligarquias que dominaram e ainda dominam o cenário político nacional. Foi o que aconteceu com o CMS de Parintins que ficou à mercê de uma gestão antidemocrática sem nenhum comprometimento com um modelo de gestão democrática e participativa, como determina o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Democracia participativa; Coronelismo; Controle Social.

REFERÊNCIAS

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Fernando M. B.; MOREIRA, Marcelo R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 23, n. 2, p. 511-529, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000200010>>. Acessado em 25/09/2017.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. (questões da nossa época. v. 84).

GONZÁLES, Rodrigo S. Democracia e conselhos de controle de políticas públicas: uma análise comparativa. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo: uma política de compromissos. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História)

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2004.

PAIVA, Fernando S.; STRALEN, Cornelis J. Van; COSTA, Pedro H. A. da. Participação social e saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), p. 487-498, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>>. Acessado em 17/09/2017.

RELAÇÃO ENTRE MARKETING POLÍTICO/ ELEITORAL E PROGRAMAS POPULISTAS EM MANAUS: INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS

Letícia Bruna Santos da Silva¹
André Luiz Nunes Zogahib²

1. INTRODUÇÃO

Com o uso cada vez mais frequente da plataforma televisiva, o Horário Gratuito da Propaganda Política não se mostrou mais suficiente para a exposição dos candidatos e suas propostas. O crescimento significativo (de 1990 a 2014) de programas de cunho populistas encabeçados por parlamentares ou aspirantes a esses cargos em Manaus, com difusão em todo o Amazonas, com características semelhantes, levantou questionamentos que originou a pesquisa.

A finalidade é entender a relação entre os interesses parlamentares e midiáticos, expondo as vertentes e contrariedades da mesma de acordo com a legislação, analisar o conceito de marketing político e eleitoral, e ligá-lo ao objeto de estudo apresentado, examinar o tipo de eleitorado que é atraído por programas de cunho como este, traçar um perfil que colabore na compreensão do estudo e por fim criar elementos que despertem no leitor o senso de reflexão sobre o possível controle parlamentar exercido na mídia regional, tal qual a forma como os candidatos se apresentam em períodos não-eleitorais, as consequências disso, de que forma isso interfere na escolha da sociedade e como essa decisão reflete em seu futuro.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas. leticiaav_santos@hotmail.com

² Graduado em Administração de empresas/Comércio Exterior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, em Administração Pública pela Universidade do Estado do Amazonas, mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. zogahib@gmail.com

2. METODOLOGIA

Inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico de obras e artigos a respeito de Marketing Político e Eleitoral, que gerou estudos sobre o jornalismo, imprensa e meios de comunicação em geral. Na sequência, levantou-se artigos e obras acerca das formas de influência midiática: discurso persuasivo e imagem. Paralelo a esse levantamento, analisou-se o histórico político dos apresentadores com programas consolidados desde 1990 até 2014 e seus perfis.

A análise dos perfis permitiu que se identificasse um padrão entre eles, gerando os primeiros resultados da pesquisa, e concomitantemente, se buscasse embasamento jurídico nas características dos programas que mais se encaixavam na descrição fruto da análise bibliográfica já levantada até então. Com o padrão identificado, deu-se início ao levantamento de dados eleitorais junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em que se colheu documentos e publicações oficiais quanto fração de votantes em cada zona e o número de votos que cada candidato obteve nos pleitos determinados. A partir de então se iniciou o mapeamento desses dados e a construção de tabelas e gráficos, sendo o segundo resultado da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Citelli (2004): “(...) o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” por isso, Aristóteles (1979) confirma que “a persuasão é alcançada pelo caráter pessoal do orador quando o discurso é emitido de forma a fazer com que tenhamos ele como digno de crédito”. Ainda sob esse enfoque, Foucault (1970) conclui análise ao afirmar que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. Para Mackovics (2007) a forma como se fala, o jeito como se olha, podem ser muito mais convincentes do que propriamente o discurso, sendo então a imagem um fator auxiliador das formas de influência.

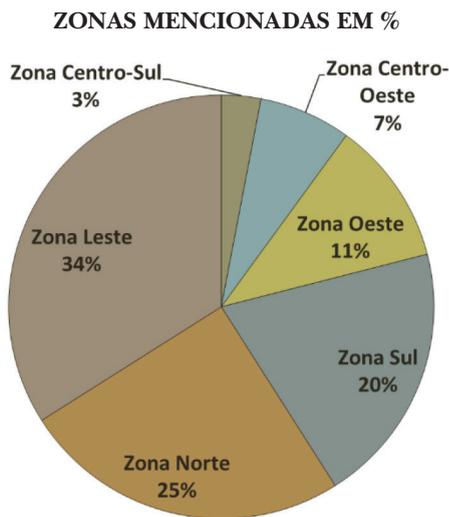
Veiga (2001), considera que o momento do pleito é rodeado de angústias e incertezas, visto que ao perceber a necessidade de escolher um candidato, o eleitor acredita que o mesmo não corresponderá à sua expectativa. É nesse estágio de insegurança que o Marketing Político/Eleitoral surge como forma de suprir o vácuo

de dados informativos acerca do proponente, e então, persuadir o eleitor, ou mudar sua ideia quanto à eleição de modo geral.

Nesse sentido, observou-se que nos quatro programas analisados (Programa Canal Livre, A Voz da Esperança, Exija Seus Direitos e Câmera 13) seus apresentadores (ora parlamentares, ora substitutos que se tornarão candidatos a esses cargos) possuem discursos insuflados de poder ou autoridade dominante, que servem de base para o discurso persuasivo de apelo às emoções (Weber, 1982). Outra característica, é a presença de no máximo dois apresentadores, geralmente parlamentares; todos possuem também o mesmo gênero televisivo: variedades, que inclui matérias policiais, utilidade pública, assistência social, existência de plateia (identificado apenas em dois programas: Programa Canal Livre e Câmera 13), interação com os telespectadores e vez ou outra, clipes de exaltação das qualidades dos apresentadores.

Não é raro encontrarmos programas que promovem competições ou exploração de carências sociais premiando os participantes com reformas, carros, transformações na aparência, cestas básicas, etc. Nos programas analisados, os apresentadores promoviam a entrega de cestas básicas e bens de uso doméstico com alguma frequência, identificou-se pelo menos três programas com tais práticas: Programa Canal Livre, A voz da Esperança e Câmera 13.

A menção aos programas em campanhas eleitorais foram identificadas em pelo menos duas campanhas publicitárias. Com a observação de alguns episódios, foi possível identificar as zonas da cidade mais mencionadas nos programas e comparar com o Índice de Desenvolvimento delas de acordo com o senso IBGE 2008:



A zona leste possui o maior colégio eleitoral do Amazonas e sua renda média por habitante é de 720,25, sua população é de mais de 500.000 habitantes. A zona norte possui mais de 600.000 habitantes e sua renda média por habitante é de 880,00. *Fonte: Autora, 2016.*

4. CONCLUSÕES

A pesquisa pode contribuir significativamente para os estudos de comunicação social e de relações midiáticas não só no Amazonas, mas em todo o país.

Mais que um modo de levar aos eleitores as propostas definidas, os instrumentos estratégicos do Marketing Político/Eleitoral se tornam um artifício de autopromoção, em certos casos, tornando-se algo rotineiro em períodos não-eleitorais. Muito além de divulgar a figura e/ou propostas dos postulantes aos cargos eleitorais, os processos de exposição e como são utilizados, acabam se transformando em veículo de dominação ideológica sobre a população, a fim de se conseguir muito mais que simples votos, construindo uma hegemonia de poder político que perdura por anos a fio.

Palavras-chave: mídia; poder; discurso; persuasão; propaganda.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Introdução Goffredo Telles Júnior. Tradução Antônio Pinto de CARVALHO. Rio de Janeiro: Editora Ediouro - Tecnoprint, 1979.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 16a. Ed., 2004.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso – Aula inaugural no College de France*. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

LIMA, Marcelo O. Coutinho de. *Marketing Eleitoral*. E-book - Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/mktpol.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto 2015.

MACKOVICS, Nahara Cristine. *A evolução do marketing político na televisão brasileira: 1989 - 2002*, Tese de Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil, 2007.

MANHANELLI, Carlos Augusto. *Eleição é guerra: marketing para campanhas eleitorais*. São Paulo: Summus, 1992.

KOWALSKI, Marinna Campos Guaragna. *Assistencialismo nos programas brasileiros da televisão aberta*. 2013. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

SECORD, Paul F. BACKMAN, Carl W. *Social psychology*. McGraw-Hill, 1964.

VEIGA, Luciana F. “A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”. In: *Opinião Pública, Revista Cesop*, vol. VII, nº 1, Maio de 2001.

WEBER, Max. 1982. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

A EFICIÊNCIA DAS FERRAMENTAS DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE MANAUS, NO PERÍODO DE 2011/2012

Renato Nunes Rodrigues¹

Raylene Rodrigues de Sena²

1. INTRODUÇÃO

O orçamento municipal assim como as demais organizações, seja ela pública ou privada, deve possuir modernos métodos de administração e mecanismos de fiscalização exigindo esforços nos propósitos estabelecidos, para que assim, sejam alcançados os resultados planejados. O objetivo desta publicação é apresentar o desempenho das ferramentas de fiscalização financeira da Prefeitura Municipal de Manaus no biênio 2011/2012. Para isto foi utilizado o portal de transparência da própria Prefeitura, documentos oficiais, e o portal de transparência da Controladoria Geral do Município, além do portal do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Comparando informações e conferindo se o município pratica as leis, diretrizes e recomendações de nossa legislação. Depois de analisados os resultados foi possível chegar as seguintes conclusões: Os mecanismos de fiscalização são existentes, tantos internos, como externos, publicidade, transparência e acesso a audiências públicas.

Entretanto exatamente nas audiências públicas onde deveria acontecer o maior interesse populacional de acordo com a essência da democracia, ficou constada a mínima participação nestas instâncias; O Tribunal de Contas do Estado tecnicamente conferiu as contas municipais de 2011/2012, operando a fiscalização documental das ações administrativas e por tanto deliberando pela aprovação

¹ Bacharel em Administração e Especialista em Gestão de talentos, ambas formações pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: renato_rodrigues.23@hotmail.com

² Graduada em Ciências Econômicas e Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora de carreira na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda em Administração pela Universidade de Minas Gerais (UFMG). E-mail: raylenesena@gmail.com

das contas, ainda que com algumas ressalvas. Entretanto vale ressaltar a mínima participação popular nas audiências públicas ocasionando que a minoria delibere pela maioria.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui o caráter bibliográfico utilizando-se de material já publicado constituído principalmente de livros e artigos científicos, cujos autores esboçam debates sobre mecanismos de fiscalização e controle e as práticas de ações preventivas voltada para inibir a ocorrência de ações ilícitas, incorretas ou impróprias que possam atentar contra os princípios da Constituição e dos demais conjuntos de regramentos.

Como parte do escopo metodológico foram utilizados documentos oficiais do governo e demais instituições públicas, como é o caso do relatório do Produto Interno Bruto - PIB do período 2005-2009, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, onde é possível identificar a Capital do Amazonas na sexta posição do ranking entre as cidades do País com maior arrecadação tributária. Outro recurso utilizado para análise foi a Lei Orçamentária Anual - LOA do Município, onde se encontram a previsão de arrecadação tributária do ano posterior, bem como, todas as previsões de despesas da PMM. Utilizaram-se ainda Listas de Frequência dos participantes em Audiências Públicas realizadas no período em análise.

Outros itens verificados foram às publicações referentes ao assunto no Diário Oficial do Município, documento utilizado para publicidade e oficialização de decisões do Prefeito da cidade, assim caracterizando-se também como pesquisa documental. Como o Julgamento das contas da Prefeitura de Manaus do ano de 2012 ocorreu somente em novembro de 2014, foi possível acompanhar in loco este julgamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Controladoria Geral do Município - CGM, foi instaurado no dia 20 de Janeiro de 2006 na gestão do Prefeito Serafim Corrêa. Em

20 de abril do mesmo ano e gestão foi publicado no Diário Oficial do Município de Manaus o decreto 8.418, tornando obrigatório a CGM estar atualizado quanto às mudanças no cenário legal da atividade de controle interno do País.

A CGM tem como sua missão exercer o controle interno sobre a estrutura funcional dos órgãos do Município de Manaus e suas entidades, promovendo a eficácia organizacional, viabilização da gestão econômica e promoção da integralidade das áreas de responsabilidades. Além disso, a CGM tem como objetivo promover a ação preventiva voltada para inibir a ocorrência de ações ilícitas, incorretas ou impróprias que possam atentar contra os princípios da Constituição e da Lei, bem como a existência quantitativa de servidores com formação técnica exigida para desempenho das atribuições equivalentes, de acordo com **Decreto nº 0872**.

3.2 PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

Um governo transparente deve facilitar aos cidadãos a ascensão às informações de interesse coletivo divulgando de forma proativa e espontânea essas informações, sempre que possível, numa linguagem clara e de fácil entendimento.

Segundo a Constituição Federal assim está definido.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (Art. 5º. XXXIII – CF/88)

Verificou-se a existência do SIAFEM- Sistema Integrado de Administração Financeira, ferramenta utilizada para manter transparência das contas públicas da cidade. Além deste recurso o Diário Oficial do Município é utilizado para tornar público todas às decisões administrativas da prefeitura. Podem-se acompanhar também as movimentações financeiras através do portal da SEMEF- Secretaria Municipal de Finanças: **semef.manaus.am.gov.br**.

3.3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Através do Diário Oficial do Município e demais veículos de comunicação como a imprensa escrita e falada anualmente convida

a população a participar da instância de aprovação da LOA - Lei Orçamentária Anual, que acontece na Câmara Legislativa Municipal, além de diversas audiências Públicas organizadas pela Assembleia Legislativa do Amazonas e Câmara Municipal de Manaus para discussão e aprovação de projetos que envolvem diretamente a população da Cidade. Entretanto a parcela populacional nestes eventos são bem resumidas comparando com a quantidade de habitantes da cidade e o grau de importância que possui a LOA e demais temas discutidos. No quadro 1 é possível verificar a lista de frequência das pessoas presentes em diversas audiências realizadas na Capital Amazonense e com temas de grande relevância por envolver assuntos que atingem diretamente uma alta parcela da população:

TEMA	DATA	QUANTIDADE DE PESSOAS PRESENTES
Plano de Cargos, carreiras e Salário dos Professores.	11/04/2011	20
Saúde Indígena	04/10/2011	50
Serviço de transporte individual de passageiros na categoria táxi sobre a Ponte do Rio Negro	11/11/2011	27
Travessia de Balsa Ceasa	16/02/2011	27
Plano de Transporte Coletivo da Cidade de Manaus	01/03/2011	63

Figura 1

FONTE: Próprio autor

3.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas através do processo de Nº 1823/11 aprovou com ressalvas as contas da Capital amazonense. Entre as recomendações estão à promoção de planejamento e previsões orçamentárias mais objetivas, de acordo com a demanda social, visando cumprir as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, bem como priorizar o Programa de Desenvolvimento Urbano Inclusão Socioambiental de Manaus (Prourbis).

Recomendou-se ainda que o Executivo municipal realizasse concurso público para substituir os cargos ocupados por temporários e terceirizados. Em relação aos cargos de confiança, o Tribunal recomendou que os mesmos fossem ocupados preferencialmente aos servidores efetivos e os cargos em comissão aos servidores de

carreira. O julgamento das contas de 2012 incidiu em 05 de novembro de 2014 sendo possível acompanhar in loco.

Segundo Conselheiro Júlio Assis Correa Pinheiro relator do processo Nº 1812/12, devido a uma série de denúncias feitas pela imprensa local contra a gestão do então Prefeito da Cidade em ocasião Senhor Amazonino Armando mendes, exigiu-se uma minuciosa avaliação, tardando a apreciação do processo pelo Conselho do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

As contas foram aprovadas por unanimidade com as mesmas ressalvas do ano de 2011, porém o Conselheiro Érico Desterro Xavier e Silva questionou o fato das mesmas ressalvas estar sendo recomendadas constantemente pela corte, houve ainda o registro de insatisfação da Procuradoria Geral do Ministério Público quanto a baixíssima quantidade de investimento aplicados no saneamento básico, que segundo pronunciamento demanda uma maior aplicação de recursos financeiros em saúde corretiva.

4. CONCLUSÕES

O Brasil não pertence exclusivamente aos grandes empresários, aos imensos veículos de comunicação e aos tradicionais partidos políticos, mas sim, a toda a população brasileira constituída com as diversas classes econômica, de distintas manifestações culturais e regionais, portanto, não é democrático permitir que isoladas categorias decidam o futuro da maioria.

Verificou-se a existência do órgão de controle interno CGM e o órgão de controle externo O Tribunal de Contas do Estado tecnicamente conferiu as contas municipais de 2011 e 2012, operando a fiscalização documental das ações administrativas.

Exatamente nas audiências públicas, oportunidade para constatar o interesse populacional, de acordo com a essência da democracia, ficou comprovada a mínima participação nestas instâncias comparando com o quantitativo de habitantes da capital amazonense e a relevância dos temas discutidos.

Palavras-chave: Fiscalização; Prefeitura de Manaus; Administração pública; Orçamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais: 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaVereadores/Arquivos/CartilhaVereadores.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS. Disponível em: <http://cgm.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/Orgonograma-CGM2.jpg>. Acesso em 21 out. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/>>. acesso em 20 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto interno bruto dos municípios 2005-2009: 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br/pibmunic2005_2009>. Acesso em: 6 out. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Cartilha improbidade administrativa: 2012. Disponível em: <http://www.pram.mpf.gov.br/banners/fiscalizacao-de-recursos-publicos/cartilha_improbidade_2012.pdf>. Acesso em 6 out. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <www.tce.am.gov.br>. acesso em 23 nov. 2012.

REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO EM MANAUS: O LUGAR DOS IGARAPÉS, O LUGAR DAS PESSOAS, O LUGAR DA CIDADE

Viviane Alves da Silva¹

Gimima Beatriz Melo da Silva²

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresentado problematiza os aspectos urbanos e culturais de Manaus num contexto que realiza intervenções urbanísticas como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim, em especial, o financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Busca-se analisar, observando a partir de uma ótica utilizada por Rykwert, quando afirma um contexto de transformação: “a cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas *ethnes*, muitas culturas e classes, muitas religiões.” (RYKWERT, 2004, p. 08). E acrescenta-se Pesavento, (2002) quando coloca que, a cidade é... por excelência, “o lugar do homem”, ela se presta a multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

Busca-se trabalhar a relação entre as práticas e a forma de execução do programa, mais especificamente, o reassentamento involuntário de famílias preconizado na Política Operacional (OP-710) com a importância dos locais de memória e a realidade socioambiental vivenciada nos igarapés do centro da cidade.

Propõe-se uma análise bibliográfica que envolveu aspectos geográficos, históricos e culturais, visando desenhar o “pano de fundo”, no qual, o Prosamim está implantado e sob a perspectiva que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estadual do Amazonas- UEA. E-mail veida12@gmail.com.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Líder do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM. E-mail gbsilva@uea.edu.br

Manaus foi observada para sua proposição, buscou-se autores que discutem cidade, dados do Estudo de Impacto Ambiental-EIA e de documentos preparatórios oficiais para, então, abordar o programa e, a partir deste, a Política Operacional de Reassentamento Involuntário (OP 710) BID.

2. DESENVOLVIMENTO

Manaus é banhada por 05 (cinco) bacias hidrográficas: Educandos, São Raimundo, Mindu, Tarumã-açu e Puraquequara (ANA 2010). Tem sua configuração entrecortada por pequenos braços de rio, chamados igarapés. De acordo com Dias (2007, p.18), estes cursos d'água foram os mais impactados pelos problemas urbanos decorrentes do processo de urbanização e do crescimento desordenado ao longo de dois grandes surtos de urbanização (Látex e Zona Franca).

Assim, a cidade teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de 300 mil para mais de 2 milhões de habitantes, um ritmo intenso de crescimento vegetativo com pessoas que migraram tanto do interior do Estado como de outras zonas do País. (IBGE 2015)

As bacias hidrográficas que mais sofreram intervenções de urbanização nos ciclos econômicos e de programas urbanísticos foram: Educandos, São Raimundo e Mindu. Nesta primeira, a mais densamente povoada, vivem cerca de 580 mil habitantes. (RIMA, 2004)

Buscando tratar as problemáticas sociais, ambientais e urbanas dos igarapés centrais da cidade, o Governo do Estado deu início, em 2003, as negociações que culminaram no Prosamim e, a partir de 2006, já firmados 04 (quatro) contratos de empréstimo com o BID. (UGPE, 2016)

Estes programas são compostos por ações múltiplas, seu objetivo é resolver os entraves socioambientais e urbanísticos que afetam a população e melhorar a qualidade de vida dos que vivem em áreas de risco e de inundações. (PROSAMIM, 2016)

As condições apresentadas nas localidades foram analisadas pelo programa visando apontar quais problemas seriam prioritários, os principais foram: o despejo inadequado de lixo nas margens e leitos; o esgoto a céu aberto, a falta de esgotamento sanitário, a deficiência na drenagem e assoreamento, o risco de desabamento, alagamentos em período de chuva e famílias desabrigadas; alto ín-

dice de moradias insalubres e deficiência na mobilidade urbana. (PROSAMIM, 2016)

As intervenções de obras foram: Drenagem da bacia; Saneamento Básico; Urbanismo e habitação e o reassentamento da população das áreas de risco; Criação de parques e áreas de convivência visando a valorização do Centro Histórico de Manaus. (ROP, 2007, p. 15)

O Prosamim – BID acontece na primeira e segunda intervenção na Bacia do Educandos, com obras nos Igarapés: Quarenta, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e na terceira aplicação, está na Bacia do São Raimundo, onde atua no igarapé de mesmo nome, trecho que entrecorta os bairros: Centro, Aparecida, Glória, São Raimundo e Presidente Vargas. (PER 3, 2012)

Estas já estão em fase avançada e somam mais de 10 anos de execução com, aproximadamente, 15.000 (quinze mil) famílias que passaram pelo processo de reassentamento em intervenções do programa. (PROSAMIM, 2016)

Os empreendimentos que mais impactaram na cidade foram os Parques Urbanos, os 09 (nove) parques residenciais e a entrega de 2.823 (dois mil, oitocentos e vinte e três) unidades habitacionais somando 14.115 (quatorze mil, cento e quinze) pessoas que residindo nestas moradias. (UGPE, 2016)

O tratamento por elas recebido está amparado na OP 710, princípios e premissas que devem reger as ações financiadas pelo BID, que é uma organização multilateral com objetivo de “alcançar o desenvolvimento de forma sustentável e ecológica”. Com uma história que remonta a 1959, é uma das principais fontes de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e o Caribe. (BID, 2016)

O reassentamento involuntário consiste na retirada de famílias do local de origem e na reposição de sua moradia e/ou patrimônio com fins de execução de intervenções de interesse público. O objetivo da OP 710 é minimizar a perturbação as pessoas da área de influência do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de deslocamento físico, assegurando que, quando as pessoas forem deslocadas, sejam tratadas equitativamente e, sempre que possível, possam compartilhar dos benefícios do projeto que requer o seu reassentamento (BID, 1998).

Visa - se mitigar o risco de empobrecimento, que neste caso pode ser caracterizado com fatores como: perda de habitação, ter-

ras ou acesso a propriedade comum ou outros direitos a propriedade imobiliária em decorrência da falta de título claro, pressão econômica ou outros fatores; perda de emprego; perda de acesso aos meios de produção, insegurança alimentar, maior morbidade ou mortalidade; desarticulação das redes sociais; e perda de acesso à educação. (BID, 1998).

A fim de alcançar os objetivos gerais da política, as operações que possam requerer reassentamento, devem ser avaliadas e preparadas de acordo com dois princípios fundamentais: Será empregado todo esforço para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento involuntário e Quando o deslocamento for inevitável, um Plano de Reassentamento deve ser elaborado a fim de assegurar que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas. (BID, 1998).

No caso, Prosamim-BID os critérios aplicados estão descritos nos Planos Específicos de Reassentamento, em 15 (quinze) diretrizes que apontam para: Minimizar o número de imóveis desapropriados, Garantia da oferta de diferentes opções e escolha de atendimento, Gestão Compartilhada, Segurança jurídica, Manutenção das condições de moradia, Isonomia e Equidade Social, Atenção ao Aspecto de Gênero, População Tradicional (indígena / Quilombo-la), reposição e/ou oferta de serviços sociais. (PROSAMIM - 2016)

As soluções de reassentamento oferecidas perpassaram por: Unidades Habitacionais, Cartas de crédito como Bônus Moradia e Cheque Moradia, atendimento em Programas Habitacionais próprios do Estado. Todos amparados juridicamente num contexto de Permuta e aplicados conforme a condição do cidadão perante o imóvel. (PROSAMIM - 2016)

Posto os aspectos práticos da forma de execução e descritos premissas e soluções propostas cabe acrescentar a esta discussão que: A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém um si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade... Esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentido. (PESAVENTO, 2002, p. 16)

Angel Rama aponta para a existência de duas cidades em uma: a letrada e a real... na verdade, não estão separadas, mas sobrepostas. A cidade física, com seus labirintos, e a cidade simbólica, cuja

ordem é recuperada ou buscada pelos intérpretes que a decifram pelo raciocínio. (RAMA, 2015)

Rykwert acrescenta: “É claro que a economia, os movimentos de mercado, o planejamento do trânsito ou mesmo os desastres naturais são muito mais poderosos na formação da cidade que quaisquer decisões particulares, embora as ações públicas também sejam determinadas por indivíduos.” (RYKWERT, 2004, p. 12)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, é possível claramente perceber, uma cidade estabelecida sob as margens e leitos dos igarapés da malha hidrográfica da cidade de Manaus e em contrapartida uma cidade sobreposta instituída das mais variadas formas, que se consolida visando o restabelecimento da ordem, da qualificação em contraponto ao degradado, ao insalubre e a falta de respostas, ainda hoje, característica de necessidades do processo de crescimento urbano.

Verifica-se uma preocupação para com a reposição de moradia e possíveis mitigação de perdas relacionadas ao reassentamento, aponta-se a necessidade do diálogo - participação comunitária, assim como, a busca pela garantia de direitos e a sustentabilidade dos empreendimentos. Porém, quais aspectos da cidade de Manaus e de sua população precisam ser aprofundados?

É possível verificar que nos estudos ponderou-se que a marginalidade e a degradação seriam maiores ou mais urgentes que aspectos dos locais de cultura, de memória e da representação de mundo constituída a partir destes ambientes. Assim, nos deparamos com um contexto que necessita de diálogo entre o que se planeja, o que se executa e o que se consolida na cidade.

Por isso, é preciso saber ouvir, é preciso questionar, é preciso posicionar-se. Ainda que num contexto extremamente consolidado das intervenções em Manaus. É preciso refletir, pois, mesmo quando descrito o cuidado em mitigar os impactos o resultado pode ser restrito, quando aplicado sem análise de um contexto mais amplo de cidade.

Palavras – Chave: Programa; Governo; Reassentamento;

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. Governo do Estado. Relatório de Impactos Ambientais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus RIMA. Manaus, 2004. 140 p.
- ANA. Agência Nacional das Águas. Região hidrográfica amazônica (2010). Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2016.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.iadb.org> Acesso em 20 mai. 2016
- _____. Reassentamento involuntário: política operacional e documento de antecedentes. Washington, DC. Out. 1998. Nº IND-103, 41P. Disponível em <HTTP://iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=822554>. Acesso em 20 de mai.2016
- IBGE. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 12 mai. 2016.
- PESAVENTO, Sandra J. O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PROSAMIM. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Governo do Amazonas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE, Manaus. 2016
- Rama, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Boitempo, 2015
- ROP (Regulamento Operacional do Prosamim). 1º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.
- RYKWER, Loseph. A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004

OS ARUÃS: POLÍTICAS INDÍGENAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA (SÉCULO XVII)

Rafael Ale Rocha¹

1. INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretendemos analisar as políticas indígenas adotadas pela “nação” aruã durante o século XVII. Segundo Curt Nimuendajú, nessa centúria, diversos grupos pertencentes a essa nação – integrante do tronco linguístico aruaque – habitavam o norte da ilha de Joanes/Marajó, algumas ilhas localizadas na foz do rio Amazonas (incluindo Caviana) e, provavelmente, regiões continentais próximas ao estuário do mesmo rio (NIMUENDAJÚ, 1948: 195). Durante todo o século, determinadas potências coloniais europeias, especialmente os ingleses, os holandeses, os franceses e os portugueses, intentaram estender seus respectivos impérios à região. De modo que a cada ação ou política adotada por esses estados modernos, e/ou por seus colonos, correspondia uma reação daqueles diversos grupos aruãs. A hipótese que apresentamos, testada a partir do relato das políticas adotadas por esses grupos indígenas em conjunturas diversas, afirma que, por um lado, o estabelecimento do território colonial nessa paragem só era possível a partir da aliança com esses e/ou outros índios, e, por outro, os diversos grupos aruãs referidos optaram por estabelecer aliança com aquelas potências europeias concorrentes que satisfaziam a contento os seus interesses. Assim sendo, as políticas específicas definidas pelas mencionadas potências coloniais dividia os interesses e as preferências no interior dos diversos grupos aruãs referidos – se a monarquia portuguesa investiam na missão evangelizadoras para estabelecer aldeamentos estáveis e sedentários, ao que parece, os estados modernos inglês, holandês e francês optaram por priorizar relações comerciais com esses indígenas.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas (PGICH/UEA). rafael_ale_rocha@yahoo.com.br

2. METODOLOGIA

A construção da narrativa acima proposta, como nosso principal objetivo, foi possível a partir da análise qualitativa da literatura (fonte secundária) e da documentação (fonte primária) referente à temática, especialmente os manuscritos originais correspondentes à legislação régia, às correspondências e às consultas do Conselho Ultramarino – todos arquivados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (doravante AHU) – e a documentação impressa específica – especialmente as cartas do padre jesuíta Antônio Vieira coligidas por João Lúcio de Azevedo, a crônica do também jesuíta João Felipe Bettendorff e, dentre outros, os anais elaborados pelo governador Bernardo Pereira de Berredo.

3. DISCUSSÃO

Sabe-se que os indígenas tucujus e engaíbas atuaram nos intensos conflitos armados que envolveram portugueses, ingleses, holandeses e franceses nos arredores da foz do Amazonas, nas proximidades da região na qual Bento Maciel Parente erigiu o forte do Gurupá em 1623, durante as décadas de 1620 e 1630. Destaca-se, nesses eventos, o essencial auxílio desses índios enquanto contingente guerreiro aliado aos ingleses e holandeses e no sustento com gêneros, através sobretudo do comércio, de algumas casas fortes construídas pelos mesmos europeus na região chamada de Cabo Norte e arredores (BERREDO, s/d: 135-163). Conforme as informações dos jesuítas Antônio Vieira, os nheengaíbas correspondiam às várias nações residentes na Ilha de Joanes, que não raro guerreavam entre si e “por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente nheengaíbas” (VIEIRA, 2008: 414)². Em outro momento, o padre afirmou serem sete essas nações, e, por isso, referiu-se a esses índios como “as nações dos nheengaíbas” (VIEIRA, 2008: 359). O também jesuíta João Felipe Bettendorff, quando enumeram essas nações, incluem o aruãs entre os nheengaíbas.³ Assim sendo, se considerarmos os engaíbas e os nheengaíbas como

² Com base no vocabulário tupi, João Lúcio de Azevedo considera: “Nheenga-aíba: o que é má língua; imprestável ou incompressível” (apud VIEIRA, 2008: 473).

³ Segundo Vieira, quando descreve a paz com esses índios: mamainás, aruãs, anajás, mapuás, paucacás, guajarás, pixispixis “e outros”. Bettendorff, que também descreve os

nomes diferentes à uma mesma nação, não é impossível imaginar que alguns grupos aruãs já estivessem comerciando com ingleses, holandeses e franceses durante os conflitos ocorridos nas décadas de 1620 e 1630 acima mencionados.

Documentos da década de 1640 explanam essa mesma ameaça advinda do comércio entre os nheengaiabas – dentre eles os aruãs, por vezes, identificado somente como “selvagens” – e os holandeses, ingleses e franceses. Também ilustram as “traições” das tropas de resgate portuguesas contra esses índios (a captura após a promessa de aliança comercial), a destreza dos mesmos no uso dos armamentos comprados dos flamengos, a oscilação das alianças por parte desses índios (ora amigos dos “estrangeiros”, ora dos portugueses), o epíteto de “rebelde” – isto é, ex-aliados/aldeados/vassalos – atribuído aos mesmos índios pelos lusitanos e o impacto dessas questões na legislação indigenista portuguesa (ROCHA, 2013: 62-69 e 201-202). De qualquer forma, as fontes portuguesas enquadram os aruãs no estereótipo do bárbaro através do massacre perpetrado por esses índios aos sobreviventes de uma embarcação lusa naufragada na costa da Ilha de Joanes em 1643, valendo-se, inclusive, do canibalismo ritual supostamente praticado por esses indígenas. Igualmente, as mesmas referências destacam o intenso comércio praticado por esses indígenas com os holandeses e a truculência das tropas de resgate portuguesas durante a escravização desses índios no passado – sob a falsa promessa de paz, amizade e aliança – como o estopim dos conflitos (VIEIRA, 2008: 295, 296, 333; BETTENDORFF, 1990: 65, 66, 90-94; BERREDO, s/d: 227). Em 1655, os portugueses decidiram guerrear os nheengaiabas, mas, antes, tentou-se o estabelecimento da paz através da ação dos jesuítas. Após a recusa dos nheengaiabas pelos motivos acima elencados, seguiu-se um conflito, sem sucesso para os portugueses, que envolveu um imenso corpo de tropa. A paz fora alcançada em 1659, através da atuação direta do próprio padre Vieira, sem o uso de tropas (apesar da deliberação das autoridades pela guerra), mas com auxílio somente de principais nheengaiabas aliados (VIEIRA, 2008: 414-422; BETTENDORFF, 1990: 135-143; BERREDO, s/d: 473). Conforme o jesuíta, a aliança

nheengaiabas como um grupo composto por sete nações (apesar de citar somente seis) de línguas diferentes e que por vezes guerreavam entre si, enumera: Joannes ou sacacas, aruans, mapuazes, mamaianazes, pauxis e bocas (VIEIRA, 2008: 421; e BETTENDORFF, 1990: 90).

com esses índios, tendo em mente que os holandeses comerciavam com os mesmos e com os da Serra da Ibiapaba (fronteira entre o Maranhão e o Ceará) era a garantia de fato da existência do Estado.⁴

Explica-se porque Vieira considerava o Gurupá como “a principal fronteira da conversão” (VIEIRA, 2008: 219).

A política portuguesa continua a investir nos aldeamentos missionários durante a segunda metade do século XVII. A partir da década de 1660 os franciscanos passaram a missionar grupos indígenas do Cabo Norte, medida que, segundo Venâncio Willeke e Arthur Reis, foi motivada pela ameaça francesa na região (resultando na transferências de alguns índios às cercanias de Belém). Devido aos constantes ataques perpetrados pelos aruãs no posto militar e nas lavouras recém instalados em Joanes pelos portugueses (localidade na qual também existia um pesqueiro real), conforme os autores, os franciscanos também estabeleceram a paz e a amizade com esses índios. A partir dessas ações, índios do Cabo Norte – “indecisos” em função da “sedução dos franceses” conforme os mencionados autores – e aruãs de Joanes foram instalados nas cercanias de Belém (três aldeamentos) (WILLEKE, 1978, p. 146 e 147; e REIS, 1997, p. 15 e 16). Já os jesuítas, em 1680, receberam ordem régia para missionar no Cabo Norte, região a qual Viera agora considerava, em carta ao rei, “a primeira que se deve fazer como sua alteza deseja, pelo que importa à conservação do estado” (REIS, 1993: 71). A preocupação, conforme o jesuíta, ainda era com os holandeses, visavam a disputa pela amizade dos aruãs e a missão fora malogra após o massacre, efetuado pelos indígenas da região, de dois padres jesuítas. No que se refere à atuação dos franceses, os conflitos recrudesceram por volta do fim da década de 1670, quando, a partir de Caiena, passaram a comerciar com as diversas nações indígenas – especialmente os tucujus e os aruãs – que habitavam o território que compreendia todo o Cabo Norte até a foz do rio Amazonas. Nessa região, na década-

⁴ “[...] com os nheengaibas por inimigos seria o Pará de qualquer nação estrangeira que se confederasse com eles, e com os nheengaibas por vassalos e por amigos, fica o Pará seguro e impenetrável a todo o poder estranho. [...] Assim que, Senhor, o Estado do Maranhão até agora estava como sitiado de dois poderosos inimigos, que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e de outro lado: porque pela parte do Ceará, o tinham cercado os Tobajaras da serra [da Ibiapaba], e, pela parte do Cabo Norte, que são os dois extremos do mesmo estado, os nheengaibas. E como ambas as estas nações tinham comunicação com os holandeses e viviam de seus comércios, já se veem os danos que desta união se podiam temer, que, a juízo de todos os práticos do Estado, não era menos do que a total ruina.”.

da de 1690, os franceses renderam duas fortificações portuguesas, Cumaú ou Macapá e Paru, que foram erigidos na virada das décadas de 1680 e 1690 (REIS, 1993, p. 57 e 70-95). Esses conflitos culminaram nos tratados de 1700, 1701 e 1713 (Tratado de Utrecht), que, no caso desse último, garantia a posse do Cabo Norte à coroa portuguesa, proibindo, também, o comércio praticado pelos franceses naquelas partes.

A atuação dos franceses nas décadas de 1680 e 1690, como demonstra o estudo de Mathias Kiemen, influíram na legislação e, assim, na política indigenista portuguesa. Nesse sentido, cabe informar que em 1680, além da já mencionada ordem régia direcionando os jesuítas a missionarem no Cabo Norte, a Coroa decretou a proibição incondicional do cativo indígena, medida também influenciada por meio da atuação do padre Antônio Vieira. Conforme o autor, a ameaça francesa influiu na regulação, conforme carta régia de 1686 enviada ao governador, da participação dos franciscanos no Cabo Norte, região que, assim sendo, deveria ser partilhada pelas duas ordens (jesuítas e franciscanos) para a missão evangelizadora e para garantia da lealdade dos índios daquela região. Da mesma forma, a ameaça francesa naquele território reverteu a proibição do cativo indígena, pois, através de um alvará promulgado em 1688, a monarquia tornou a permitir aquela modalidade de mão de obra por meio dos resgates e das guerras justas (semelhante às condições de uma lei de 1655) (KIEMEN, 1954, p. 163-167).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, esse alvará era claro em afirmar que, após a proibição de 1680, os cativos continuaram a acontecer “pois tendo guerra entre si os ditos índios pelas quais se cativam, os levam a vender nas terras dos Estrangeiros, e dentro dos meus domínios fazem, e admitem resgates deles, e quando o não podem fazer pelas distâncias, ou outros impedimentos os prendem à corda, e os matam cruamente para os comerem” (apud LEITE, 1943, p. 377). A obra de Kiemen demonstra que a legislação indigenista envolvia atores diversos, que, no que se refere à regulação do uso da mão de obra indígena, não raro possuíam interesses conflitantes. Cabia à coroa, portanto, mediar e regular esses conflitos, gerando, assim, a legislação propriamente dita (a lei de 1688 é um exemplo, pois envolveu

as considerações de atores diversos). O que pretendemos elucidar, no caso, é a intervenção da política indígena na consecução dessa legislação – especialmente o interesse pelo estabelecimento de relações comerciais com os europeus.

Agradecemos aos financiadores da pesquisa: a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

REFERÊNCIAS

- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. São Luís: Alumar, s/d.
- BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: FCPTN e SECULT, 2ª ed., 1990 [1699].
- KIEMEN, Mathias. O. F. M. *The indian policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington D.C.: Catholic University Press, 1954.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IV. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1943.
- NIMUENDAJÚ, Kurt. The Turiwara and Aruã. In: STEWARD, Julian. *Handbook of South American Indians*. Vol 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Vol. 1. Belém: SECULT, 1993a [1948].
- REIS, Arthur César Ferreira. *A conquista espiritual da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- ROCHA, Rafael Ale. A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.
- VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Organização de João Lúcio de Azevedo. T. 1. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- WILEKE, Venâncio O. F. M. *Missões franciscanas no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

Os canais de comunicação teórica entre o Estado e o Crime Organizado

Nohel M. Reyes¹

1. INTRODUÇÃO

Entre as diversas teorias do conflito – que correspondem a diversos significados da palavra “conflito” e que reflete a polissemia das linguagens – uma linha principal existe entre aquelas que tratam ao conflito como uma condição patológica, e pelo tanto, procuram suas causas e seu tratamento fazendo uma apologia direta à metáfora da sociedade como corpo vivente; e aquelas que entendem o conflito como um elemento inerente nas sociedades e estudam o comportamento associado com ele para encontrar ferramentas de administrá-lo e aproveitá-lo (SCHELLING, 1980).

Nesta oportunidade se utilizará a segunda abordagem, representada pela teoria sociológica do conflito, através da qual além de entender o conflito como uma circunstância inseparável da ordem político/jurídica, e pelo tanto metafísica, que se chama comumente como o Estado, também conserva dentro dele uma natureza vitalista.

Tendo como alvo resolver dualismos divergentes e construir um tipo de unidade, aquela entendida como o total do grupo-síntese de pessoas, energias e formas, ou seja, uma totalidade que abrange tanto as relações convergentes como divergentes. Demonstrando que algo percebido como negativo e prejudicial entre os indivíduos, se for considerado isoladamente e com objetivo particular, não tem necessariamente o mesmo efeito na relação total desses indivíduos, conhecida como sociedade (SIMMEL, 2010).

Isto significa reconhecer ao mesmo tempo o conflito em toda sua complexidade, tomando em conta tanto os elementos racionais como irracionais do comportamento, conscientes e inconscientes, subjetivos e objetivos, assim como também motivações, cálculos e sentimentos dos diversos atores em diversas circunstancias e momentos.

¹ Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas.

Identificando a necessidade de aprofundar em ferramentas de gestão de conflitos nas diversas áreas da vida social, especificamente, na área segurança pública e cidadã. Na qual assistimos no século XXI um movimento de desconstrução do valor dos Direitos Humanos e predileção dos enfoques de repressão direta como solução da criminalidade na América Latina.

Neste sentido, o objetivo do presente é apresentar um diálogo entre conceitos teóricos relevantes utilizados para analisar o presente contexto, e problematizando se existem canais teóricos de comunicação entre o Estado e o crime organizado como primeira etapa para atender e encontrar soluções aos problemas da criminalidade.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se enquadra num exercício de revisão bibliográfica dos autores que trabalham instrumentos analíticos que expõem uma visão compatível com as abordagens de resolução alternativa ou gestão de conflitos nas sociedades, neste caso em particular, da criminalidade. Deixando para um momento posterior o debate emergente da presente proposta que seria a possibilidade de entender os quebrantamentos da lei como uma expressão de conflito entre grupos sociais expressado em ações extremas na sociedade.

3. DISCUSSÃO

Para construir uma resposta a esta dúvida trans-histórica sobre o que é o poder, se tem que detalhar três elementos que se apresentam como constitutivos de sua dinâmica (FOUCAULT, 1979).

O primeiro é deixar de entender o poder como um objeto que se pode dar, trocar, roubar ou acumular, porque ele só existe e se materializa quando é exercido. O segundo em concordância com o anterior, tem que se esclarecer que seu exercício não é limitado ao Estado porque ele tem que ser entendido em sua natureza capilar, nunca localizado num lugar específico, e mais como um fluxo em movimento constante.

E o terceiro elemento, resultado dos anteriores, como o poder ao se manifesta quando se exerce, e seu exercício não está delimitado ao Estado, ele se manifesta em fios superpostos – verticais, horizontais e diagonais – que conformam uma rede complexa. Uma

malhas que são conformadas pelos indivíduos como centros de transmissão e pelo tanto, o poder passa por eles e não é exercido sobre eles de forma vertical.

Assim o poder é a capacidade de agir, aliás para se expressar numa realidade empiricamente comprovável tem que adotar diferentes manifestações. Ellen Grigsby as classifica como tipos de poder, mas isto recobriria o conceito com uma natureza física, e nesse sentido se optará por nomeá-las como formas de manifestação do poder.

Elas podem ser divididas em quatro: 1) a persuasão, que é uma manifestação não física onde um ator faz explicitar seus desejos e intenções para modificar a conduta de outro ator; 2) a manipulação, que igual que o anterior é uma manifestação não física que procura alterar a conduta de outro ator, mas que neste caso o ator que o exerce oculta seus desejos ou intenções; 3) o intercambio, que é a modificação ou agir de um ator sobre o outro com base na troca de incentivos e; 4) a força, entendida como uma manifestação física que pode incluir violência física e atos de obstrução física (GRIGSBY, 2009).

Vale a pena esclarecer que a força não significa necessariamente uma ação violenta, ela é só uma possibilidade. A pesar disso, é esta última manifestação do poder que abre o caminho para introduzir o ator principal na teoria das ciências políticas, o Estado.

Porque esse setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, define-se pela possessão do monopólio da violência física e simbólica legítima, ou pelo menos devido ao contexto atual, a procura constante desse monopólio (BOURDIEU, 2014).

Definindo ao Estado em dois planos simultaneamente, no plano metafísico como o nome que lhe atribuímos ao conjunto de regras e princípios que estabelecem uma ordem pública mínima para a supervivência da sociedade; e no plano físico como aquele corpo administrativo de funcionários, infraestrutura e recursos variados que operacionalizam sua razão teleológica.

Anteriormente já se esboçavam dois elementos que permitem duvidar sobre o papel do Estado como único ator capaz de gerar ordem – o poder como elemento não restrito ao Estado e a procura constante do monopólio da violência.

Nesse sentido, aparecem outros atores com os quais o Estado

competete ou se apoia, entre os mais importantes temos as organizações não governamentais (ONG), as corporações multinacionais (CMN), as organizações intergovernamentais (OIG) e o crime organizado (GRIGSBY, 2009).

Pela natureza intrinsecamente ilegal do crime organizado chama a atenção sua capacidade de disputa com o Estado e a necessidade de seu estudo. O primeiro desafio que encontramos é que o fenômeno tem que ser conhecido e estudado no marco de sua realidade doméstica, contradições históricas, econômicas, políticas e culturais de modo a contextualizar as muitas definições utilizadas de forma geral (SANTOS, 1993).

Tendo na mente o anterior, o crime organizado pode-se definir através das seguintes características gerais: (1) não tem objetivos políticos claramente estabelecidos, (2) apresenta hierarquia, (3) tem uma sociedade limitada ou de indivíduos exclusivos, (4) constitui uma subcultura única, (5) que pode ser perpétua, (6) apresenta a vontade de fazer uso da violência e da corrupção, (7) é monopolista, (8) é regida por regras e regulamentos explícitos (ABADINSKY, 2010).

Nesta disputa entre o Estado e crime organizado, são utilizados dois conceitos para distinguir a singularidade do poder estatal. A legitimidade, entendida como o apoio por parte da população do exercício do poder para cumprir com certos objetivos; e a soberania, entendida como a capacidade efetiva de cumprir com os objetivos através do uso do poder (GRIGSBY, 2009).

Sobre este último conceito, a discussão se limita à soberania interna ou exercida no interior do Estado. O mesmo reconhecimento de atores que têm a capacidade de se articular em estruturas capazes de se opor ao poder estatal, coloca numa situação de crises da definição tradicional e impulsiona o processo dialético desconstrução e reconstrução do conceito.

Finalmente, a soberania interna pode-se entender atualmente como o momento da idealidade das esferas e das atividades particulares, de tal maneira que uma esfera não é independente em seus fins e seus modos de ação. Mas, ao contrário, seus fins e sua ação são definidos pelo fim do todo, isto é, do “Bem do Estado”, como habitualmente se costuma dizer (BAVARESCO, 2002).

4. CONCLUSÕES

- A dinâmica das sociedades humanas, pela natureza de seus membros e multiplicidade de seus interesses, tem ao conflito como ferramenta de interação e construção.
- A visão Estado-Cêntrica do poder não pode mais dar conta dos fenômenos sociais relacionados ao exercício democrático e constitucional dos básicos objetivos da administração pública.
- O entendimento de categorias analíticas criadas num nível puramente teórico de pensamento – como o poder, Estado, crime organizado e soberania – exige a utilização de elementos intermédios para poder ser aplicadas em realidades empiricamente comprováveis.
- O crime organizado é um dos atores que motivam a crise do conceito tradicional de soberania e exigem uma abordagem inovadora do papel do Estado na sociedade como criador das normas mínimas de coexistência.
- Os conceitos de soberania e legitimidade se encontram numa relação de causalidade indireta, onde a consolidação de uma afeta a consolidação da outra.
- Os principais canais teóricos de comunicação entre o Estado e o crime organizado são os conceitos de soberania e legitimidade nas sociedades modernas.

Palavras Chave: Estado; poder; crime organizado; soberania e legitimidade

REFERÊNCIAS

- ABADINSKY, H. Organized Crime. Belmont: Wadsworth, 2010.
- ALMEIDA GALLO, Fernanda. As formas do crime organizado. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2014.
- BAVARESCO, Agemir. A Crise do Estado-Nação e a Teoria da Soberania em Hegel. Síntese – Revista em Filosofia, Belo Horizonte, v. 29, n. 93, p. 69-94. Fevereiro 2002
- BOURDIEU, Pierre. Curso de 18 de janeiro de 1990. In: Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). Edição estabelecida por Patrick Champagne, et al. Tradução Rosa Freire d’Aguilar. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder e Soberania e Disciplina. In: *A Microfísica do Poder*. Organização e tradição de Roberto Machado. 1a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRIGSBY, Ellen. Conceitos Chave nas Ciências Políticas. In: *Analisando Políticas: Uma Introdução as Ciências Políticas*. Universidade de Novo México, 4ta ed. Wadsworth, 2009.

SANTOS, W. G. Fronteiras do Estado Mínimo, in: *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHELLING, Thomas C. A ciência retardada da estratégia internacional. In: *A estratégia do conflito*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London: England, 1980.

SIMMEL, Georg. *O Conflito como Sociação*. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE)*,

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMPEDIMENTO AO PLENO EXECÍCIO DA CIDADANIA DO PRESO NO BRASIL

Alice Arlinda Santos Sobral

¹Jennifer Lima de Araujo Pereira²

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é amplamente chamada e conhecida como “constituição cidadã”, por dentre outros aspectos, positivar o princípio da dignidade da pessoa humana. Significa que independente de religião, cor da pele, ideologia ou opção sexual, é garantido a todos os brasileiros os direitos inerentes à pessoa humana. Porém, no que tange ao exercício da cidadania, a Constituição, em rol taxativo, traz como hipótese de suspensão dos direitos políticos a “condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos” (Art. 15).

Compreende-se o processo democrático, o modelo do exercício de poder do povo através do voto, pelo qual são eleitos seus representantes. Os cargos eletivos são para agentes políticos que deverão elaborar as leis e também administrar o Município, Estado ou País. Suas ações no exercício dos cargos, repercutirá na vida de cada um dos brasileiros, inclusive na forma de realizar as políticas públicas, realizadas com o fito de garantir prestações positivas à população: acesso à saúde, educação, segurança pública, dentre outras.

Diversos estudos, nacionais e internacionais, em diferentes épocas, seja por filósofos do direito ou estudiosos sociais, tais como Émile Durkeim ou Norberto Bobbio, mostram o perfil do preso: na maioria homens, jovens, de baixa escolaridade. A particularidade brasileira, revelada em estudos nacionais e regionais, como o realizado pelo Departamento Penitenciário do Paraná, em 2000, mostra

¹ Doutora em Direito, Advogada, Professora da Universidade Estadual do Amazonas. E-mail asobral@uea.edu.br.

² Aluna da Graduação em Direito da Universidade Estadual do Amazonas- UEA, Funcionária Pública. E-mail jlap2010@hotmail.com.

também os tipos penais que mais geraram a condenação e encarceramento: tráfico de drogas e roubo.

Nota-se que as pessoas com maior instrução, melhores condições financeiras, alocados em regiões geográficas com melhor infraestrutura e acesso aos serviços públicos, em regra não vão para a prisão. O encarcerado, geralmente marginalizado antes mesmo de sua entrada no estabelecimento prisional, não teve acesso às mesmas oportunidades do grupo de pessoas mais abastadas. Justamente esse apenado, que sempre viveu em condições precárias de vida, após ser sentenciado a cumprir pena, não poderá praticar a democracia, através do sufrágio universal.

Além dos positivistas, poderá o próprio senso comum contra-argumentar, na crença de que “preso não tem direito” e “preso não sabe escolher representante honesto, pois ele mesmo foi desonesto”, mas o presente trabalho, com a essência contramajoritária característica dos Direitos Humanos, se propõe a fazer reflexões acerca do direito à cidadania retirada do preso com ação condenatória com trânsito em julgado, com a perda do direito ao voto.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se deu através do estudo bibliográfico, envolvendo a análise da Constituição Federal Brasileira, Código Penal, Estudos Sociais e Direito Internacional, em que pese os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e as Constituições Federais de outros países, para o estudo de direito comparado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal Brasileira, no que tange à posituação dos Direitos Humanos, mostra-se preocupada em zelar pelos direitos do preso, colocando vedações quanto a cinco espécies de penas. Segundo o inciso XLVII do art. 5º, são proibidas as penas: de morte; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; e cruéis. Esta última (proibição de penas cruéis), possui sentido amplo, é um verbete cuja exegese deve compreender tanto os fatos em microanálise, ou seja, uma pena cruel pode ser aquela em que o reeducando sofre tortura diária, ou em macroanálise, como no caso da sanção

imposta pelo Estado do preso perder o direito ao voto, fato que poderá repercutir em seu estado mental de atestando-o como indivíduo excluído, marginalizado, refém das escolhas alheias na esfera política.

Seria inconcebível negar o interesse do legislador em garantir o direito à vida e até mesmo à liberdade do indivíduo preso. Isso porque, por pior ou piores que sejam os crimes que uma pessoa possa praticar, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, ela jamais cumprirá o regime de pena em regime fechado (em presídio) por mais de 30 anos. O Código Penal Brasileiro prevê, no artigo 75, que o cumprimento máximo de pena não pode ser superior a 30 anos. Se no curso desse cumprimento, o reeducando cometer outro crime e ocorrer uma nova condenação, ele deverá ter suas penas somadas e limitadas a este período.

Supondo que um indivíduo seja condenado a uma pena tão elevada que em consequência, jamais terá a possibilidade de progressão de regime de comprimento de pena, conseqüentemente, ficando 30 (trinta) anos recluso em estabelecimento prisional. Seria justo ele não ter o direito a escolher seus representantes, durante todo esse período, mesmo sabendo que o candidato “A” pensa a política do sistema carcerário de uma forma similar à sua, ou que o candidato “B” poderia criar leis que beneficiassem a ele, com prestações mais positivas do Estado (em sentido *Lato Senso*) à sua região geográfica, ou comunidade?

4. A DEMOCRACIA NO BRASIL

O exercício da democracia em nosso país é tão valorada que traz a obrigatoriedade do voto aos seus cidadãos. O alistamento militar acontece a partir dos quinze anos de idade, sendo facultativo o voto do menor de dezoito anos e maior de dezesseis, do maior de setenta anos e do analfabeto. A intenção é garantir o maior número de pessoas com capacidade eleitoral ativa (direito de votar), para uma participação social abrangente, de vários grupos da sociedade. Levando-se em consideração que “a democracia requer participação política, diálogo e interação pública, conferindo o direito à voz aos grupos mais vulneráveis (SEN, 2009, p. 347 apud PIOVESAN, p.216)”.

Um dos fundamentos da Dignidade da pessoa humana é o exercício da democracia, além de que, para a efetivação dos direitos de Igualdade, capitulados como de segunda geração por Norberto Bobbio, reconhecido filósofo e estudioso dos Direitos Humanos, faz-se necessária a prestação positiva do Estado, ou seja, a implementação de escolas, hospitais, criação de políticas públicas em geral.

Os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substancialmente a condição humana uma vez que o ser humano privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos outros como um semelhante (LAFER, 1991, p.151).

Verifica-se que o Código Eleitoral, instrumento normativo que estabelece regras gerais para as eleições no Brasil, estipula que menor de idade (hipoteticamente mais imaturo que o adulto), analfabeto (hipoteticamente menos “instruído”), preso provisório (sem condenação criminal com trânsito em julgado) podem participar da democracia, escolhendo seus representantes, através do poder do voto.

O Código Eleitoral (lei 4737/65) dispõe também que deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva e nos leprosários, inclusive para cegos onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores. Nota-se a intenção em garantir que os mais vulneráveis possam votar, à exceção do preso com sentença condenatória com trânsito em julgado. Mas qual o motivo para esse ato discriminatório? Por que o direito deste humano é cerceado, é plausível este fundamento de ser um “efeito” da sentença? Na prática, essa perda dos direitos políticos parece mais uma segunda condenação, que nenhuma relação possui com qualquer que seja o crime cometido.

Além disso, existe no Brasil o princípio da individualização da pena, previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, XLVI ao estabelecer: “A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade;”. Ora, positivar tais direitos na carta magna e posteriormente, ao tratar do direito ao voto, colocar todos os presos em um “cubo” só, retira-lhes, a todos, o exercício da cidadania e conseqüentemente contribui ne-

gativamente quanto à perspectiva de sua ressocialização, objetivo da pena, segundo o ordenamento jurídico.

5. O DIREITO AO VOTO PELOS PRESOS NA ESFERA INTERNACIONAL

Conforme acordado pela comunidade internacional em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, são inadmissíveis, penas de tortura e cruéis aos presos. Inexiste tratado internacional que trate do tema “Direito ao Voto do preso”, mas há o princípio de que “apenas” a liberdade, e de modo temporário, pode ser tirada da pessoa que cometeu o crime.

De acordo com a análise feita por PINHEIRO, Aline, ao estudar o “banimento dos presos nas urnas”:

Dos países que tratam da proibição no texto constitucional, 18 só permitem banir das urnas uma pessoa que foi condenada e está cumprindo a pena atrás das grades. É o caso da Noruega, Luxemburgo, Rússia e Uruguai.

(...) Grécia e a Itália, proíbem qualquer pessoa condenada por algum crime de votar, esteja ela atrás das grades ou não.

Em outros 12 países, a Constituição estabelece que o condenado só perderá o direito ao voto se estiver recebido uma pena mínima, que pode variar de seis meses a um ano. A Holanda, por exemplo, só bane alguém das urnas se a pena for maior do que um ano de cadeia. Em apenas quatro Estados, o preso provisório, sem qualquer condenação, fica impedido de votar. São eles: Suriname, os africanos Botsuana e Zâmbia, e Uzbequistão

Obviamente esse “cubo” em que todos os presos são jogados, no momento em que a constituição de determinado país cerceia o direito ao sufrágio universal e viola princípios como o da individualização da pena, já mencionado. O questionamento chegou aos Tribunais Internacionais. Neste sentido, houve reiteradas decisões da corte europeia que “impedir todo preso de votar viola o direito da população de ter eleições livres.. essa suspensão não pode atingir irrestritamente todo preso”(PINHEIRO, Aline).

Nota-se a incipiência de estudos sobre o tema abordado, um

dos fatores é a própria falta de positivação da comunidade internacional, seja nos tratados ou nos textos constitucionais sobre o assunto. Ao mencionar “Voto” e “Preso” no mesmo parágrafos, as constituições tratam de sanção ao indivíduo e não da celebração de direito. Ainda assim, não se pode sucumbir ao desânimo, pois os direitos humanos são também direitos históricos e mutáveis. O fato de um direito inexistir na atualidade não significa que jamais poderá ser positivado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do direito, positivista, verifica-se que o Brasil retira o direito ao voto da pessoa que praticou crime e foi condenada no final do processo – trânsito em julgado, mas não retira o direito ao preso provisório – o qual ainda não sofreu a condenação ou foi absolvido pela justiça. Esta norma não fere diretamente qualquer tratado internacional e parece ser até mais humana que a de muitos países, ao fazer a distinção entre essas duas categorias de presos.

Porém, essa razoabilidade é aparente: A pessoa que praticou crime e cumpre sua sentença estipulada por um magistrado, ou por um tribunal, além da pena prevista, tem “automaticamente”, como efeito da sentença a perda dos direitos políticos. Ora, será que o apenado, a partir de então em situação de maior vulnerabilidade social, marginalidade, muitas vezes condenado a passar anos em estabelecimento prisional precário não seria um dos mais interessados em escolher seus representantes? Parece ilógico tirar essa garantia de quem mais precisa de políticas públicas eficientes, por estar sob a tutela do Estado.

Em análise filosófica e sociológica, que inclusive antecede a construção de qualquer legislação, é latente a inquietação sobre o tema. O perfil do preso, ao longo da história da civilização humana é do homem pobre, com baixa instrução e sem influência sobre os governos. Retirar-lhe um dos poucos direitos que efetivamente se tem: o do voto, não contribui para a ressocialização, tampouco para escolhas “mais acertadas na política” sejam feitas, note-se o descontentamento do brasileiro com a classe e as inúmeras manifestações contra os governantes desde que o Brasil passou a ser um país democrático.

O sufrágio não é universal (retirado do preso), o que demonstra uma prática abusiva do ordenamento jurídico, ao prever esta “condenação adesiva”. Faz-se necessário repensar o objetivo das penas e desfazer esse abuso do direito, para que o exercício da democracia possa ser realizado por todos os membros da sociedade. A escolha dos representantes influencia diretamente na economia, as políticas públicas e a ordem e justiça social do país, habitado não apenas por pessoas sem restrição de liberdade, habitado simplesmente por seres humanos.

Palavras Chave: Voto, Política, Poder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Eleitoral. Disponível em: http://www.tse.gov.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/codigo_eleitoral/CE_atualizado.pdf >. Acesso em: 27. Ago. 2017.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm >. Acesso em: 20. Ago. 2017.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. , Rio de Janeiro: Campus,1992

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Aline: BANIDO DAS URNAS. Constituição de 34 países proíbe preso de votar. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2014-jan-08/preso-votar-proibido-constituicao-34-paises>. Acesso em 11 de Set. 2017.

PIOVESAN. Flávia. Proteção dos Direitos Sociais: desafios do ius commune sulamericano. Disponível em :< <http://www.rechtd.unisinos.br/pdf/122.pdf> > Acesso em : 02. Fev. 2014.

PRÁ, Alcione. Pesquisa do perfil sócio demográfico e criminal dos presos no estado do paraná sob o ângulo da reincidência. Disponível em ww.depen.pr.gov.br/arquivos/File/perfil_presos.pdf

A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO: ANÁLISE DO TEMA COM OS ACADÊMICOS DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (ESO/UEA) A PARTIR DA PRÁTICA NO PROGRAMA ESTÁGIO VISITA - BRASÍLIA (DF)

Hérika Cardoso da Silva¹

Jéssica Barbosa dos Santos Silva²

Larissa Rodrigues Campos de Araújo³

Viviane Costa Novo⁴

1. INTRODUÇÃO

Um dos elementos fundamentais da democracia e da política é a ideia do exercício da cidadania por meio da participação dos indivíduos na esfera política, essa atuação se dá por meio de debates e deliberações acerca das questões coletivas que dizem respeito à sociedade. Além dos princípios de igualdade e de liberdade, o ideal democrático pressupõe ação, participação, co-responsabilidade e interação entre diferentes sujeitos (CICONELLO, 2017).

Nesse viés, justifica-se este estudo pela necessidade de capacitação e qualificação de cidadãos participativos e conscientes de sua atuação para os rumos que a sociedade deve tomar com base no que fora vivenciado pelas autoras ao participarem do Programa Estágio

¹ Graduada do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: herika264@gmail.com

² Graduada do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: jessicabsilva83@hotmail.com

³ Graduada do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: larissarcdaraujo@outlook.com

⁴ MSc. em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil (2008). Professora Assistente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Visita oferecido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR) em Brasília (DF). A experiência possibilitou conhecer o funcionamento da casa legislativa e demais setores administrativos que regem a esfera pública federal, além de ter subsidiado a compreensão da importância de participação da sociedade no processo político democrático.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o interesse dos acadêmicos da ESO/UEA em participar do processo político e democrático a partir das experiências práticas adquiridas no Programa Estágio Visita. Os objetivos específicos foram: coletar informações sobre a participação dos acadêmicos da ESO/UEA no Programa Estágio Visita de 2004 a 2016; descrever a importância da relação entre a teoria e prática na formação universitária; identificar através de questionário o interesse dos acadêmicos em participar do estágio e comparar a relevância do tema para a formação acadêmica dos entrevistados.

2. METODOLOGIA

O estudo foi descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi retrospectiva realizada com dados secundários, ou seja, aqueles já existentes nos arquivos do CEFOR durante os anos de 2004 a 2016. O universo da pesquisa restringiu-se ao público interno da ESO por meio de um processo não probabilístico e por conveniência, que trata de elementos escolhidos internamente para integrar a pesquisa dos quais são selecionados os dados mais acessíveis para a aplicação do estudo.

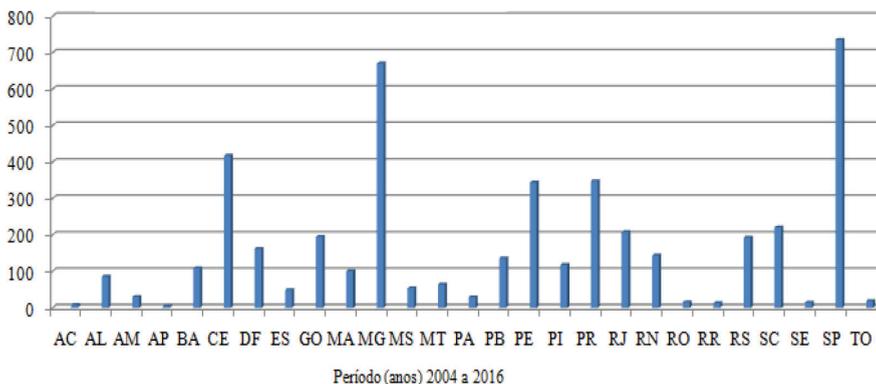
Nesse sentido, a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública promoveu um seminário que serviu para coleta de dados que se deu por meio da aplicação de um questionário. O instrumento de pesquisa foi elaborado com dez (10) questões sendo três de múltipla escolha e as sete restantes dicotômicas.

Foi obtido dos respondentes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) dos alunos. Os dados foram organizados em planilhas do Excel 2010, por conseguinte foram representados por meio de gráficos e tabelas para facilitar a discussão dos resultados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

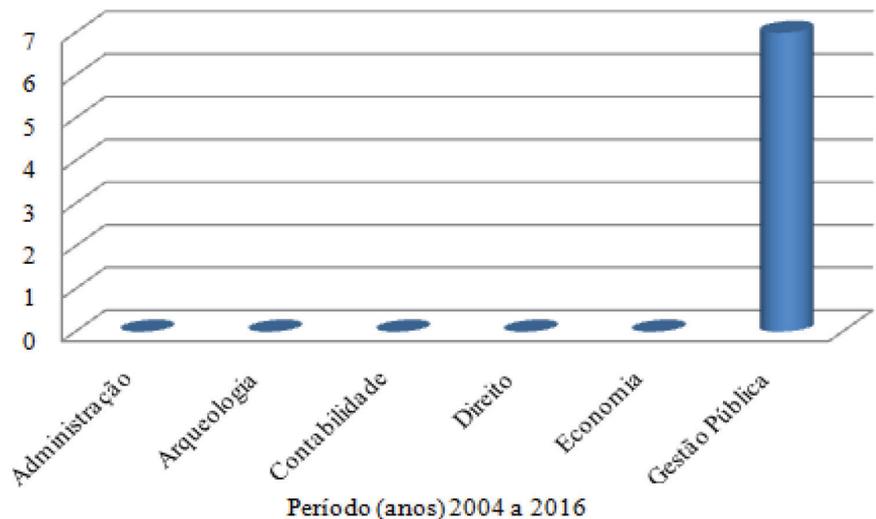
Por meio do levantamento de dados contidos nos gráficos (1 e 2) foi possível evidenciar a baixa participação do estado do Amazonas, como também a atuação da ESO no estágio oferecido em Brasília no período de 2004 a 2016 (CEFOR, 2016).

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS



Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos pelo CEFOR

GRÁFICO 2: PARTICIPAÇÃO DA ESO NO PROGRAMA



Fonte: elaboração própria a partir de dados do CEFOR

Para atender o primeiro objetivo da pesquisa foi aplicado um

questionário para cento e três (103) alunos, dos quais cinquenta e quatro (54) eram do curso de Administração, dezoito (18) de Contabilidade, dois (2) de Direito, oito (8) de Economia e vinte e um (21) de Gestão Pública.

TABELA 1: QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Instrumento de Pesquisa			
Pergunta nº1: Você já conhecia o Programa Estágio Visita?			
Sim	<input type="text" value="13"/>	Não	<input type="text" value="90"/>
Opções:	Internet (2) Faculdade	Revista (0) Jornais (0)	Amigos (5) Outros (0)
Pergunta nº2: Você já ouviu falar da Escola Nacional de Administração Pública?			
Sim	<input type="text" value="43"/>	Não	<input type="text" value="60"/>
Opções:	Internet (14) Faculdade 22	Revista (0) Jornais (3)	Amigos (3) Outros (1)
Pergunta nº3: Você sabe quantos Deputados Federais representam o estado do Amazonas?			
Sim	<input type="text" value="61"/>	Não	<input type="text" value="42"/>
Pergunta nº4 Você acha importante a visita técnica, de modo a vivenciar na prática a teoria transmitida em sala de aula?			
Sim	<input type="text" value="102"/>	Não	<input type="text" value="1"/>

A primeira questão mostra a preponderância dos alunos que não conheciam o programa de estágio oferecido pela Câmara dos Deputados. Para a Câmara dos Deputados a oportunidade propicia ao estudante uma semana vivenciando a rotina e a dinâmica da Casa Legislativa, aguçando a observação e o senso de curiosidade, dialogando e ouvindo opiniões diversas, refletindo sobre cidadania, representação e participação parlamento (REVISTA ESTÁGIO VISITA, 2014).

A segunda sentença evidencia o número de alunos que conheciam a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e, isso se torna relevante em virtude de a ESO ser uma escola de Ciências Sociais, em consonância com os estudos oferecidos pela ENAP que serve de hospedagem para os alunos durante os dias de estágio. Na terceira questão não há tanta discrepância entre os alunos que afirmaram saber o quantitativo de parlamentares que representam o estado do Amazonas.

A relevância disso se dá pelo fato de a indicação dos Deputados Federais ser o principal critério de participação no estágio, sendo

considerada uma das essências do programa quanto a aproximação da sociedade com os parlamentares. A quarta questão apresenta uma diferença significativa quanto percepção dos alunos frente à importância da visita técnica, nesse sentido Araújo e Quaresma (2014) corroboram:

O objetivo da visita técnica ao contexto educacional é ampliar a qualidade na formação crítica dos educandos e, ao mesmo tempo, oferecer alternativas metodológicas de aprendizagem, inserindo os alunos num mundo dinâmico a partir da vivência de experiências distintas e da contextualização das experiências, histórias e culturas diversas numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista aproximar e contextualizar conhecimentos e realidade (ARAÚJO e QUARESMA, 2014).

TABELA 2: QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Instrumento de Pesquisa			
Pergunta nº1: Você já conhecia o Programa Estágio Visita?			
Sim	<input type="text" value="13"/>	Não	<input type="text" value="90"/>
Opções: Internet (2) Faculdade Revista (0) Jornais (0) Amigos (5) Outros (0)			
Pergunta nº2: Você já ouviu falar da Escola Nacional de Administração Pública?			
Sim	<input type="text" value="43"/>	Não	<input type="text" value="60"/>
Opções: Internet (14) Faculdade 22 Revista (0) Jornais (3) Amigos (3) Outros (1)			
Pergunta nº3: Você sabe quantos Deputados Federais representam o estado do Amazonas?			
Sim	<input type="text" value="61"/>	Não	<input type="text" value="42"/>
Pergunta nº4 Você acha importante a visita técnica, de modo a vivenciar na prática a teoria transmitida em sala de aula?			
Sim	<input type="text" value="102"/>	Não	<input type="text" value="1"/>

A quinta, sexta e sétima sentenças apresentam resultados significativos sobre a importância da participação tanto no processo político e democrático para a formação acadêmica quanto à participação da região norte e da ESO em programas de âmbito nacional. Benevides (2000) afirma que nos dias atuais, ser cidadão “se resume a prática de sua cidadania, que é a participação.

A participação como indivíduo ou como grupo organizado nas mais variadas áreas de atuação na sociedade, na esfera pública” (BE-

NEVIDES, 2000). Na oitava questão a maioria dos alunos alegou não conhecer o funcionamento do processo legislativo ou da casa legislativa. Essa informação se torna preocupante no prisma da formação acadêmica, sobretudo, quanto aos estudos da área de Ciências Sociais concernentes as discussões dos fenômenos, às estruturas e as relações que caracterizam as organizações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Sobre esse aspecto Chizzotti (2016) entende que o debate de questões atuais e as que perduram no tempo provocaram a inteligência na redescoberta contínua das possibilidades de viver e renovaram, nesse último século, o engenho humano para reinventar a vida social e trazer homens e mulheres para o centro da reflexão. Nesse ínterim, conhecer o funcionamento do poder legislativo passa pelo entendimento das atribuições inerentes a construção da base dos princípios democráticos, tais como: a produção de normas e ou regimentos que visam organizar a vida em sociedade a partir de suas exigências e perspectivas; a inspeção das ações governamentais, principalmente, do Executivo, para assegurar a harmonia entre os poderes e *accountability*; atualmente ganha destaque a participação ativa no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de responsabilidade do Estado.

Conforme respostas da nona questão os alunos demonstraram interesse em participar do Programa Estágio Visita oferecido pela Câmara dos Deputados em Brasília. O estágio faz parte de um conjunto de ações de educação para a democracia implementadas pela Câmara dos Deputados que entende que defender e promover a democracia deve ser uma de suas funções primordiais, pois quanto mais consolidada for à democracia de nossa sociedade, mais forte será o seu parlamento (REVISTA ESTÁGIO VISITA, 2014). A décima questão evidencia o predomínio de alunos que consideraram relevante às informações transmitidas nesta pesquisa. Esse resultado reflete a necessidade de participação da sociedade mediante o cenário político e econômico atual que pode ser considerado o panorama de um momento histórico propício a aprendizagens.

3. CONCLUSÃO

O processo político e democrático está associado à participação de cidadãos e da sociedade organizada de modo adotar uma postura em favor do bem comum. As informações coletadas junto ao CEFOR mostram a baixa participação da ESO no programa que é ofertado pela Câmara dos Deputados desde 2004.

O predomínio do interesse dos acadêmicos pela abordagem sobre a importância da relação entre teoria e prática traça os demais resultados expressivos do instrumento da pesquisa. Dessa forma, destaca-se, significativamente tanto o interesse dos acadêmicos em participar do Programa Estágio Visita quanto à relevância do tema proposto para a formação acadêmica dos entrevistados.

Indubitavelmente, obra reflete o papel da universidade na contribuição pública para a sociedade, onde o universo acadêmico possibilita a produção de conhecimento e forma profissionais que não atuam apenas tecnicamente, mas que tenham, também, ações de um agente político, de um cidadão e educador.

Palavras- Chave: Sociedade. Democracia. Cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Glausirée Dettman de; QUARESMA, Adilene Gonçalves. *Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional*. Porto Alegre, 2014.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O que é formação para a cidadania*, 2000. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>>. Acesso em: 03 de março de 2017.
- CICONELLO, Alexandre. *A participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil*, 2008. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/Participacao%20Social%20%20artigo%20Pec%20em%20portugues.pdf/view>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.
- CHIZZOTTI, Antonio. *História e atualidade das Ciências Humanas e Sociais*. Cadernos de História da Educação, v.15, n.2, p. 599-613, maio-ago. 2016. ISSN: 1982-7806.
- REVISTA ESTÁGIO VISITA, *Informação e Conhecimento*. 14 ed. Brasília, 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/estagio-visita/revista-estagio-visita_revista_ev_14ed_web.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

CIDADANIA NEGATIVA X CIDADANIA CRÍTICO-REFLEXIVA: REFLETINDO SOBRE ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA NO AMAZONAS

Gimima Beatriz Melo da Silva¹
Graciliano Gonçalves Fonseca²
Rhassan Ferreira Valente³

1. INTRODUÇÃO

Considerando que atualmente assistimos a verdadeiros assaltos ao patrimônio nacional, com a grande possibilidade de impunidade por parte de homens públicos e instituições que, em tese, deveriam ser os guardiões do bem comum, reflete-se aqui sobre a importância e o valor do debate político em espaços que estejam os cidadãos que, dentre outras formas de exercício da cidadania, estão a participação no processo eleitoral de escolha de representantes na esfera política.

Assim, a promoção do debate político em escolas públicas de Ensino Médio, como forma de contribuir para a construção de um processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de nossos jovens, dos quais se espera cidadãos éticos e críticos, foi alvo dessa reflexão quanto ao nível de percepção da juventude manauara sobre este cenário. Assim, para que a iniciação dos jovens à reflexão política aconteça acreditamos ser necessário que se eduque politicamente, com base nas teorias sociológicas e políticas, os jovens de nossas escolas. Esta meta deveria ser almejada ainda com a continuidade na formação dos docentes que assumem os

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Líder do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM. E-mail gbeatriz2008@hotmail.com

² Acadêmico do bacharelado em Administração da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Bolsista do Programa Institucional de Extensão Universitária – PROGEX/UEA. Membro do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM. E-mail graciliano_goncalves@hotmail.com

³ Acadêmico do bacharelado em Administração da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Membro do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM. E-mail rhassanvalente@gmail.com

componentes curriculares afinados a esse debate. Tal formação contínua se daria no desenvolvimento e atualização das competências e habilidades adquiridas na graduação em Ciências Sociais, Filosofia e outras áreas afins, de modo que o professor possa atuar com sucesso frente aos desafios inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão crítica, bem como transmitir aos alunos do ensino médio o legado da tradição e do gosto pelo pensamento inovador, crítico, criativo e independente, de forma autônoma, prazerosa, didática e compromissada com o seu momento histórico.

Contudo, vivenciamos na atualidade uma reforma educacional no contexto do ensino médio na qual as disciplinas que por excelência seriam responsáveis por tais conteúdos não se convertem em componentes obrigatórios. A esse respeito, pode-se constatar que Filosofia e Sociologia, componentes curriculares que, segundo a LDB, são considerados “necessários ao exercício da cidadania” sofrem avanços e retrocessos a cada reforma educacional que delibera sobre a oferta desses conteúdos, estando diretamente vinculadas ao contexto político e ideológico no qual se realizam. Neste sentido considerando que a definição do que deve ou não ser objeto de debate no processo educacional finda por ser definido por uma atmosfera de relações de poder.

O que reforça um cenário no qual uma preocupação com a alfabetização política do jovem cidadão é inexpressiva ou inexistente por parte do estado brasileiro, ao não apresentar à educação dos jovens uma proposta de política educacional de estado, e sim de governos, que são transitórios. Necessário se faz promovê-la pela via possível, que no caso aqui analisado foi o da extensão universitária, que explorou os meios possíveis na perspectiva de se promover um cenário com bases democráticas realmente fortes, que possibilitassem o estímulo ao surgimento de uma massa crítica que consiga afinar o discurso e a prática política para escapar da condição de uma “cidadania negativa” retratada por CARVALHO (2002) refém das relações de poder que muitas vezes se operam na definição do que deve ser entendido como exercício de cidadania.

Neste sentido, as experiências de rodas de debates junto a alunos de ensino médio de escolas públicas em Manaus remeteram a um processo de alfabetização política que julgamos ser extremamente necessário na atualidade, pois ao aproximar a academia da comunidade externa o projeto possibilitou ampliar tanto a percepção

do público-alvo quanto da equipe do projeto acerca da importância da dimensão política no ordenamento da vida em sociedade e o quanto os sujeitos necessitam estar preparados para participar dela, tornando-se assim protagonistas de sua história pessoal, e agentes engajados sociopoliticamente na construção de uma sociedade mais justa, pacífica e solidária constituída a partir do exercício de uma cidadania plena.

2. METODOLOGIA

A pesquisa sobre promoção da alfabetização política no Amazonas se desenvolveu no âmbito da iniciação científica e propôs-se a refletir sobre a possibilidade de promoção da cidadania a partir dos efeitos que um processo de alfabetização política intentado pelas experiências de extensão universitária executadas por docentes e discentes vinculados ao Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM. Contrapondo a “cidadania negativa” identificada por CARVALHO (2002) como traço do eleitorado brasileiro no período do Brasil Império, em relação à cidadania crítico-reflexiva, almejada a partir das ações promovidas pela equipe dos projetos executados pelo LAPECSAM, o objetivo da pesquisa voltou-se a contribuir para a mudança do cenário atual de crise de representação das instituições políticas no Brasil pela comunidade juvenil da rede estadual de ensino do Amazonas.

A abordagem do público-alvo se deu a partir da realização de Roda de Debates em escolas da rede pública estadual e na modalidade “Portas Abertas” com duas Escolas convidadas, acompanhando ainda a visita guiada às dependências da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO em 06/10/2017 no âmbito de um evento que teve apoio do edital PAEP – CAPES 2017, o “Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania”.

As Escolas parceiras que receberam visitas da equipe e que foram convidadas à visita À UEA, na modalidade Portas Abertas foram E.E. João Bosco Evangelista, E.E. Maria da Luz Calderaro, E.E. Sebastiana Braga, E.E. Dom Milton Corrêa, finalizando com os alunos do Instituto Federal do Amazonas do Campus Manaus Distrito Industrial – IFAM/CMDI. A dinâmica da equipe se deu pesquisando sobre fatos do cenário político brasileiro para contribuir com as discussões e reflexões surgidas nesses encontros, popularizando o

debate sobre política junto a população alvo do projeto a partir do domínio dos significados dos termos discutidos nas rodas de debate, percebendo assim o alcance do projeto e sua contribuição para o processo do despertar do pensamento crítico.

3. DISCUSSÃO

Atualmente a política é por muitas vezes relacionada principalmente a corrupção por grande parte da população, no entanto, com as visitas às Escolas e a interação com os alunos, percebe-se melhor a forma como os jovens do ensino médio se expressam em relação à política. Assim foi possível verificar através das discussões que os nossos jovens possuem uma outra percepção de política em relação àquela que se refere a busca do bem coletivo, sendo voltados a associar em grande medida a política à corrupção.

Embora não sejam a maioria, alguns alunos têm noção de que o fazer político na atualidade não se opera como deveria ocorrer, ou seja, em benefício do coletivo, como preceitua a filosofia política clássica em Aristóteles, segundo CHAUÍ, 2002. Contudo, a ausência de debates frequentes que popularizem o tema POLÍTICA entre a juventude, faz com que haja um distanciamento destes sujeitos em relação à problemática.

Essa experiência de visitação às Escolas e de recepcionar os alunos dentro da Universidade é positiva no sentido de estreitar essa relação da UEA com a comunidade externa, sendo essa relação benéfica para ambos, contribuindo assim para uma formação humanística mais afinada com a vivência de uma cidadania plena.

4. CONCLUSÕES

Neste processo, denota-se que as representações que os jovens constroem acerca do fazer político tendem a se embasar na forma como boa parte dos parlamentares deixam transparecer cotidianamente. Ou seja, o uso do poder político em benefício próprio e não do coletivo. Contudo, ao passo que os sujeitos são apresentados à essência do fazer político como promoção do bem coletivo pode-se vislumbrar que as representações que formulam sobre a política possam tomar outro formato, o qual aponte para uma postura dife-

renciada da que é apresentada na atualidade pela maioria dos que ocupam os postos de representação política na atualidade, adotando assim uma condição de cidadania crítico-reflexiva em detrimento de uma condição de apatia ou de “cidadania negativa”.

Palavras-Chave: Alfabetização Política, Cidadania Negativa, Cidadania Crítico-Reflexiva

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. O Contorno: poder e modernidade. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política; tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005
- BRECHT, B. Poemas 1913-1956. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000
- DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010
- GARCIA, Edson Gabriel. De olhos bem abertos: a política presente em nosso cotidiano: ilustrador Avelino Guedes – São Paulo: FTD, 2005 – (Conversas sobre cidadania. Temas transversais)
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Em Defesa da Política. São Paulo: Editora SENAC, 2001
- PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Suzana. *A Sociologia no Ensino Médio: uma revista crítica de estudos selecionados*. In: Revista eletrônica arma crítica. Ano 2, p.277-292, dez. 2010.
- SILVA, G. B. M.. et al. *Construção Dialógica do Alfabeto Político em Escolas de Manaus*. Anais do VII Fórum Internacional de Inovação e Criatividade e II Seminário da Rede Internacional de Escolas Criativas. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 561-571, setembro, 2015
- VIEIRA, Sofia L. *A democratização da Universidade e a socialização do conhecimento*. In: FÁVERO, M^a. de Lourdes A.(org) A Universidade em questão. SP, Cortez/Autores Associados, 1989

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

EXPLORANDO A CIDADANIA: DIREITOS E DEVERES SÃO PARA TODOS E CONHECER É UM DELES.

Márcio Roberto Pereira⁴

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização política é uma prática que visa potencializar o bom uso do exercício da cidadania e deve estar presente nas escolas e nas instituições. Principalmente nas escolas, para auxiliar na formação de jovens cidadãos dispostos a saber e lutar pelos seus direitos e de seu povo. Com isso, surge, com a necessidade de levar às escolas do município de Manaus o conhecimento político o Projeto de Extensão Elementos para a Alfabetização Política para os jovens de Manaus, coordenado pelas líderes do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais da Amazônia - LAPECSAM, Professoras Doutoras Gimima Silva e Lúcia Puga, docentes do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, que facilitaram a entender como são construídos discursos e argumentos no campo político, o que nos ajuda a controlar e prever as transformações que ocorrem na política. Havendo assim a acessibilidade de propor ideias para a melhoria da cidade, estado ou país.

Como uma estratégia a mais que contribui com a preparação dos profissionais da educação o programa “Missão Pedagógica no Parlamento” é uma oportunidade de capacitação em educação para democracia destinada aos professores, orientadores e coordenadores pedagógicos dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas, visando o aprendizado nas escolas para a conscientização de valores democráticos e de participação cidadã.

O programa visa formar professores comprometidos com a disseminação de práticas educativas para o fortalecimento da democracia, privilegiando a escola como espaço para o apren-

⁴ Professor de Sociologia e Filosofia da Rede Estadual de Ensino do Amazonas. Especialista em Metodologia do Ensino de Sociologia (UEA) marciopereira@ulbra.edu.br

dizado e a vivência de valores democráticos e de participação cidadã. O conteúdo do programa é organizado em duas trilhas de aprendizagem:

- I. Conhecendo o papel do Poder Legislativo para a democracia: oportuniza o aprendizado sobre cidadania, política, democracia e Poder Legislativo de forma contextualizada e reflexiva.
- II. Atuando como agente de educação para democracia na escola: oportuniza o aprendizado de conceitos e metodologias para subsidiar a atuação do docente como multiplicador de ações de educação para democracia nas comunidades escolares.

A capacitação é dividida em dois módulos: uma formação presencial durante uma semana em Brasília, e uma formação na modalidade de educação a distância, no período de agosto a novembro.

O módulo presencial aborda conhecimentos relacionados à educação para democracia nas escolas e temas relativos às instituições democráticas, em especial, o Parlamento. São privilegiadas as metodologias participativas e vivenciais, como aulas dialogadas, oficinas, simulações e debates. Durante o módulo a distância, os participantes irão desenvolver uma ação de educação para democracia em sua comunidade escolar em consonância com os princípios vivenciados durante a formação e tendo o Poder Legislativo como foco de interesse.

Selecionado dois profissionais de cada estado, a viagem para Brasília é custeada pela Câmara de Deputados, a experiência é adquirida durante cinco dias, dando início a uma jornada de exploração, reflexão, aprendizagem e diálogo. Foram entregues aos participantes folhetos, livros e outros materiais, facilitando os encontros de aprofundamento, aulas dialogadas, café com prosa, oficinas, rodas de conversa.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento de trabalhos cooperativos gera oportunidade de vivenciar os valores democráticos na prática: respeito e tolerância diante da diversidade, negociação quando interesses conflitantes estão em jogo, união de esforços em prol de um objetivo co-

num, valorização das diferentes identidades e talentos. As práticas de educação para democracia estão o tempo todo em movimento, em construção. Há amadurecimento e crescimento constantes, fazendo com que esses princípios tornem-se cada vez mais claros e presentes.

I. Compreender o processo político na democracia, o papel dos representantes nos diferentes poderes; a importância das leis para a convivência em sociedade;

II. Identificar o parlamento como local, por natureza, onde ocorrem os debates e decisões de interesse da sociedade e a complexidade da construção de consensos.

III. Despertar para valores democráticos como valorização do bem comum, respeito à diversidade, tolerância, valorização do diálogo e do debate de ideias para a construção de soluções;

IV. Identificar formas de atuação coletiva para participação nas decisões que afetam seu cotidiano, junto ao poder público e em outros espaços, como a escola.

O conhecimento se dá no processo rico de interação externa e interna. Pela comunicação aberta e confiante e inesgotáveis processos de aprofundamento dos níveis de conhecimento pessoal, comunitário e social. Na descoberta dos caminhos para viver, passamos por etapas de deslumbramento, desânimo, mas houve realização e paz. A integração com pessoas com pensamentos diferentes vai mostrando mil formas de uma pessoa perceber, sentir, pensar, agir e interagir. Há mais saberes que os reconhecidos, e o programa procura engajar o conhecimento.

Um exemplo de expandir o aprendizado, é o 'Parlamento Jovem' da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), coordenado pela pedagoga Cassandra Serejo. Projeto que encoraja o envolvimento de alunos do ensino público de cidade de Manaus, com participação durante uma semana com deputados estaduais, exercendo a cidadania e compreendendo o papel do Parlamento e seus deveres com os cidadãos.

PROGRAMA MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO, BRASÍLIA, 2017



Fonte: o autor

3. CONCLUSÕES

Participar do Programa Missão Pedagógica no Parlamento, tornou-se uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento e capacitação de profissionais. Esse é sem dúvida um dos passos iniciais para a construção de um novo ensinar o que é ser cidadão.

Para atender às novas perspectivas da prática docente na educação, é necessário habilitar os docentes para a formação de alunos críticos, reflexivos e criativos, capazes de comprometerem-se com a construção de uma prática profissional enriquecedora. Para isso ocorrer, é exigido, além do domínio sobre a teoria abordada, a construção de uma preparação pedagógica eficiente.

Nesse sentido, o Programa Missão Pedagógica no Parlamento inquestionavelmente exerce grande importância na formação, pois abre espaço para que esses futuros professores desenvolvam-se, buscando estratégias para a implementação de uma nova proposta pedagógica devendo, portanto, ser incentivado para que o maior número de profissionais participem.

Palavras-chave : Interação; Desenvolvimento; Orientação.

REFERÊNCIAS

ESCOLA VIRTUAL DA CIDADANIA (EVC), Câmara dos Deputados - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – 2017

PROJETO VOZ ATIVA: UMA BOLA, MUITAS VOZES

Girleno Menezes Barbosa¹

O Projeto Futebol Americano na Escola/Projeto VOZ ATIVA, é desenvolvido atualmente em três escolas estaduais de Manaus, Escola Estadual Júlio César de Moraes Passos, Arthur Soares Amorim e Josué Claudio de Souza, ambas localizadas na periferia da cidade há aproximadamente um ano e meio, realizando algumas ações no âmbito esportivo com intuito de aproximar alunos, professores e comunidade com a prática do esporte Futebol Americano.

O projeto se desenvolve após uma pesquisa realizada em 2014/2015 com aproximadamente trezentas famílias em torno das escolas que tinham como objetivo detectar as dificuldades encontradas pelos pais em relação às dificuldades em educar seus filhos. Dos vários problemas apontados um em específico nos chamou a atenção, a falta de um projeto na escola que pudesse contribuir para que os alunos se sentissem parte da escola.

Acreditando que a educação não se resume aos muros da escola, ter uma escola que seja vista pelos alunos como um local sagrado mesmo não sendo uma igreja ou templo, e fazer com que os mesmos não sejam atraídos pela falsa ilusão do crime foi o ponto que nos inspirou a desenvolver o Projeto Futebol Americano na Escola/Projeto VOZ ATIVA.

Ter a prática esportiva aliada a conceitos de cidadania nos proporcionou dentro da matéria de Sociologia a pôr em prática o exercício de um cidadão crítico e participativo na sociedade e na política, pois a ferramenta nos possibilitou essa aproximação.

A partir desse levantamento desenvolvemos um modelo de pré-projeto, chegando a cerca de quatrocentos os quais enviamos pessoalmente aos parlamentares da nossa cidade entre eles Deputados Estaduais e Vereadores, com sugestões de melhorias dos diversos problemas levantados. Os alunos, divididos em pequenos grupos,

¹ Professor da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas – SEDUC/Am, Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFAM),. E-mail jlap2010@hotmail.com.

realizaram a entrega aos parlamentares, tendo um contato diretamente com estes representantes, mas antes tiveram oportunidade de discutir e debater o papel por eles desenvolvido enquanto parlamentares através das palestras aplicadas em sala de aula.

Dessa forma os resultados colhidos durante esse curto período, vem aos poucos trazendo alguns frutos, pois em 2016, um aluno do projeto foi o representante no Programa Jovem Parlamentar Nacional em Brasília, onde o mesmo pode vivenciar como se realiza o trabalho de um deputado federal e aprimorando seu conhecimento da democracia e seus meandros.

Recentemente, cinco alunos do projeto participaram do Parlamento Jovem Regional e três redações concorrendo ao Programa Jovem Senador 2017. Enquanto professor estive no encontro da Missão Pedagógica realizado em Brasília em junho/2017, que tem como objetivo trabalhar com os alunos conceitos como Democracia e o papel e funcionamento do Parlamento, experiência compartilhada com cerca de oitenta professores de todo o Brasil, onde pude aprender ainda mais como trabalhar temas do campo da política com os alunos.

Educar usando o esporte como recurso nos possibilita a ter uma educação mais participativa, pois os alunos necessitam estar motivados para que possam vir a contribuir não somente para alcançar notas, mas para proporcionar transformações de suas realidades.



Pesquisa realizada em 2014 com trezentas famílias onde se originou um livro entregue na Assembleia Legislativa do Amazonas.



Palestras realizadas sobre Educação, Esporte e Cidadania. Alunos\Comunidade.



Rodas de conversa e oficinas realizadas nas escolas sobre política e democracia.



Alunos do Projeto Futebol Americano na Escola



Projeto VOZ ATIVA das escolas estaduais Arthur Soares\Júlio César\Josué Claudio.



Alunos em entrega dos projetos\sugestões aos parlamentares do Amazonas



Alunos da Escola Júlio César



Alunos da Escola Arthur Soares.



Jovem Parlamentar em Brasília 2016



Parlamento Jovem Regional 2017

GT 2

**POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA, MEIO
AMBIENTE, CIDADE E ALTERIDADE**

POLÍTICA PENITENCIÁRIA NO BRASIL: O DESAFIO DO PARADIGMA HUMANISTA.

Anderson Silva da Costa²
Alcir Serudo Marinho Júnior³

1. INTRODUÇÃO

A realidade autoriza o reconhecimento de que vige no sistema penitenciário atual uma crise multidimensional, de complexidade constitutivista, como descrevia Thompson (1993), plasmada por questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Esta conjuntura põe em perspectiva as políticas voltadas ao sistema prisional cujas diretrizes dialogam com um modelo de governabilidade inclusivo, imantado pela retórica da garantia dos direitos sociais às pessoas encarceradas, a exemplo do disposto no Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015) e na Lei de Execução Penal (Lei Federal n. 7.210/84).

Nesse contexto, o maior desafio ao implemento deste paradigma humanizador se apresenta na gestão de um sistema prisional movido por um processo de encarceramento em massa e dirigido a setores específicos da população, submetida a práticas de controle social e violação sistemática de seus direitos.

O presente trabalho pretende discutir as diretrizes do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015) num contexto demarcado por um sistema penitenciário em crise, marcado pela elevação geométrica das taxas de encarceramento e pelo aviltamento sistemático dos direitos e garantias individuais das pessoas encarceradas (ADPF 347/2015), inquirindo-se, sobre a assimetria entre o texto da Política Criminal e Penitenciária (2015) e a realidade do sistema carcerário.

² Bacharel em Direito e em Letras, servidor público do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: ascosta2010@gmail.com.

³ Bacharel em Direito, pós-graduação em Ciências Penais pela UNIDERP Anhanguera, servidor público do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: odures1@gmail.com.

2. METODOLOGIA

Este trabalho valer-se-á da pesquisa qualitativa, com aplicação do método dialético, situando a compreensão do problema prisional e elaboração das políticas para o setor carcerário dentro de processos sociais contraditórios (GIL, 1994), nos quais o plano da norma e a realidade ocupam lugares opostos. Neste sentido, o corpo dialético formal, constituído pelo Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015) pode ser demonstrado a partir de pesquisa documental, sedimentando-se ainda em pesquisa bibliográfica elaborada a partir de outras pesquisas e publicações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propositura de um paradigma punitivo humanizado, fundado no respeito à dignidade da pessoa humana tem sido a ambição do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015). No entanto, a realidade da gestão do sistema prisional parece se orientar num vetor diametralmente oposto, havendo clara divergência entre o pretendido e o alcançado por esta política.

O sistema prisional brasileiro está centralizado em um processo de encarceramento massivo e irracional, violador dos direitos e garantias individuais das pessoas encarceradas, conforme Bittencourt (2011). Tal perspectiva, de acordo com os estudos de Wacquant (2003) se origina do desmantelamento do estado de bem-estar social (*Welfare State*) promovido pela política neoliberal, cuja lógica substituiu este modelo por um estado penal centralizado no aumento da punição e no controle das classes perigosas, de acordo com Garland (2008) e Foucault (2008).

Nessa linha, pode-se deduzir que a realidade do setor prisional é pródiga em produzir as mais constrangedoras estatísticas. O país registra hoje uma população carcerária que ultrapassa 620 mil pessoas, reflexo de uma taxa de aprisionamento equivalente a 306 pessoas para cada 100 mil habitantes⁴, fato que coloca o Brasil na

⁴ Conforme BRASIL, 2014, o Brasil é o quarto país do Mundo em população prisional, estando atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000 presos), China (1.657.812) e Rússia (644.237), e somando aproximadamente 50% (cinquenta por cento) mais de detentos do que o quinto lugar, Índia (418.536). Demais disso, o Brasil detém a sexta maior taxa de aprisionamento dentre os países com mais de dez milhões de habitantes (306 para cada 100 mil habitantes), seguindo Estados Unidos (698), Cuba (510), Tailândia (467), Rússia (446) e Ruanda (434).

quarta colocação entre os países mais encarceradores do mundo (BRASIL, 2014).

A falência do sistema carcerário brasileiro como descreve Bittencourt (2011) ganha contornos mais dramáticos quando se observa as condições do cárcere e o aviltamento sistemático dos direitos e garantias da população prisional, a partir da superlotação, falta de gestão, a ausência de política de reintegração social e a mortalidade nos presídios causadas por surtos de tuberculose, sífilis, HIV e hepatite, como se extraem dos dados colhidos pela CPI do Sistema Carcerário (BRASIL, 2009), assim como por violência intencional⁵.

A partir desta lógica é que cabe a indagação referente à exequibilidade das políticas penitenciárias propostas no Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015), cujas diretrizes para o quadriênio 2015-2019⁶ propõem medidas para a contenção do ingresso de novos indivíduos no sistema penal, almejando reverter o atual quadro expansionista da malha carcerária, além de sugerir a aplicação de alternativas penais, como a justiça restaurativa e a mediação, por último se dispunha ao enfrentamento da abusividade das prisões provisórias.

Ironicamente, no primeiro biênio de vigência do atual plano, o sistema carcerário deu mostras evidentes de sua baixa efetividade, ao registrar uma das mais brutais séries de assassinatos dentro de unidades prisionais do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte nos primeiros 16 dias de 2017.

A partir desta ótica, que se adensam as discussões acerca destas políticas e de seu uso meramente político, como prática de controle social de grupos vulneráveis, a quem se destina um projeto disciplinador fundado na prisão, como propõem Foucault (2011) e Fischer (1987).

Em outro sentido, Baratta (2002) aponta quatro indicações estratégicas para a elaboração e o implemento de uma política criminal alternativa endereçada às classes subalternas, buscando pensar

⁵ A taxa de mortes intencionais no sistema prisional é de 9,52 para cada dez mil habitantes (BRASIL, 2014), enquanto que a taxa de crimes letais intencionais verificada no Brasil em 2013 foi de 2,4 para cada dez mil habitantes. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/estatisticas/tableau-ocorrencias>

⁶ Em atendimento ao teor do artigo 64, incisos I e II da Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal)

medidas coerentes para o desenvolvimento de processos verdadeiramente democráticos.

Na primeira sugestão estratégica, referido autor aponta a necessidade de aplicação de uma política criminal alternativa, comprometida menos com o direito penal e mais com grandes reformas sociais e institucionais para o desenvolvimento da igualdade, da democracia, de formas de vida comunitária e civil mais humanas.

A partir da crítica do direito penal como direito seletivo e desigual, surge um segundo aspecto, subdividido em dois perfis: a) ampliação e reforço da tutela penal em áreas de interesse essencial para a vida dos indivíduos e da comunidade, notadamente para confrontar a criminalidade econômica, os grandes desvios criminais dos órgãos e do corpo do Estado e a grande criminalidade organizada; b) despenalização de uma série de condutas que tutela uma concepção autoritária do Estado e incidem preponderantemente sobre as classes subalternas, passando a adotar-se, em substituição, meras sanções administrativas ou civis (não estigmatizantes).

Por terceiro, a radical abolição da instituição carcerária, o que deve se dar, todavia, de forma gradual, mediante o alargamento do sistema de medidas alternativas, a ampliação das formas de suspensão condicional da pena e de liberdade condicional, a introdução de formas de execução da pena detentiva em regime de semiliberdade e, especialmente, a abertura do cárcere para a sociedade, por meio da colaboração das entidades locais e da cooperação dos presos e das suas associações com as organizações do movimento operário, objetivando limitar as consequências que a prisão tem sobre a divisão artificial da classe.

Por derradeiro, deve-se ter em consideração que o direito penal máximo e desigual se legitima e se sustenta na opinião pública e nos processos ideológicos e psicológicos que nela se desenvolvem, culminando no estabelecimento de uma hegemonia cultural que atende primordialmente às classes dominantes. Para superar esse contexto, imprescindível que a política alternativa esteja assentada numa base ideológica adequada, decorrente de um amplo debate da questão criminal no seio da sociedade e da classe operária, sob pena de permanecer fadada a uma utopia de intelectuais iluministas.

4. CONCLUSÕES

O Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015) é um esforço no sentido de humanizar o sistema punitivo. Busca, a partir da implantação de suas diretrizes, efetivar medidas tanto de contenção do cárcere como de ingresso nele;

Os números do sistema prisional revelam o fracasso deste esforço e expõe o vigor de outra política: a do controle social de grupos vulneráveis;

O arcabouço legal das políticas penitenciárias guardam uma profunda assimetria com a realidade verificada no plano fático, uma vez que orientadas por interesses políticos distintos.

Palavras-chave: Encarceramento; gestão prisional; crise carcerária; política criminal; direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. La política criminal y el derecho penal de la Constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan/mar 2000.

BITTENCOURT, César Roberto. Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas- 4ª Ed, São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9614C8CITEMIDD1903654F8454D5982E839C80838708FPTBRIE.htm>> Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro de 2014 – Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: [www.portal.mj.gov].

_____. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. CPI sistema carcerário. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Editora Vozes, São Paulo 2001.

FISCHER, Rosa Maria, & ABREU, Sérgio França Adorno de. Políticas penitenciárias, um fracasso? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 3(4), 70-79. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451987000200012>, 1987.

GARLAND, David. A Cultura do Controle. Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea: Rio de Janeiro, Revan, 2008.

THOMPSON, Augusto. A Questão Penitenciária. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

WACQUANT, Loic. Punir os Pobres. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, CONCEITO E EVOLUÇÃO: Análise no Banco de Estruturas Territoriais do IBGE 2016.

Arnaldo Costa Gama¹

Maria Edilene Pena Barboza²

Ricardo José Batista Nogueira³

1. INTRODUÇÃO

O processo de construção da vida moderna levou a criação de novos espaços urbanos, principalmente com relação à integração de municípios e os principais centros urbanos no Brasil; com isso surgiu o processo de metropolização de determinadas regiões (MENCIO; ZIONI, 2017, p.5). A metropolização gira em torno de uma cidade pólo, com alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa cidade central, metrópole, constitui um pólo-central onde outras cidades ao redor sofrem influência direta, com interdependência econômica e grande mobilidade de população. Neste contexto, surge a conurbação, fenômeno formado por duas ou mais cidades que se desenvolvem uma ao lado da outra, de tal sorte que não se distinguem. Juntos, a urbanização, a metropolização e a conurbação dão origem aos espaços metropolitanos.

O aumento da população das Regiões Metropolitanas Brasileiras reflete a crescente população que mora em áreas urbanas no mundo. Segundo o Relatório da ONU “Perspectiva da População Mundial”, edição 2014, 54% da população vive em áreas urbanas e a expectativa é que em 2050 alcance cerca de 66%. Segundo o relatório espera-se que em 2050 a urbanização e o crescimento da população poderá trazer um número de 2,5 milhões de pessoas morando a mais nas cidades.

¹ Aluno do Curso de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA, 2016; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Segurança Cidadã (GEPAS/UEA);

² Especialista em Recursos Humanos e Coord. de Projetos INCT Madeiras da Amazônia (INPA);

³ Professor titular do curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A criação das primeiras Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMB) foi instituída por força de Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, com oito regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Posteriormente, a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, sanciona a Região de Rio de Janeiro, totalizando 118 municípios.

Os Estados e Municípios teriam, nesse contexto, um importante papel para solução de problemas de ordem administrativa e técnica compreendidas dentro de seus territórios e áreas maiores. A regionalização das ações é um esforço para unir as partes como um todo e a implementação de políticas públicas que aproximassem o cidadão do Estado, unindo a tão sonhada proteção dos interesses periféricos às cidades que se tornavam pólos de desenvolvimento econômico; porém, essas regiões não são homogêneas.

O regionalismo se consagra no ordenamento jurídico brasileiro por meios de diversos fatores inerentes a cada região: “associações de bairro, consórcios administrativos, aglomerações urbanas, microrregiões, regiões metropolitanas, regiões administrativas e regiões de desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2008. p.98).

As regiões de desenvolvimento, que agora configuram nos preceitos estatuídos na CF/88 e regulamentado por lei complementar, poderá articular ações da União com os “organismos regionais” que englobam o mesmo meio geoeconômico e social, para a redução das desigualdades regionais, como é o caso das Regiões Metropolitanas. Os governadores passam a instituir as RMBs for força de Lei Complementar, contudo essa criação deve obedecer critérios de acordo com o Estatuto da Metrópole⁴.

As Regiões Metropolitanas são grupamentos de municípios limítrofes com elevada densidade demográfica, áreas conurbadas, com funções urbanas e regionais, com integração socioeconômica, que exige planejamento e ação integrada das políticas públicas. Be-

⁴ O Estatuto da Metrópole foi sancionado pela Lei Federal nº 13.089, No dia 12/01/2015, estabelece o seguinte no seu artigo 1º: Art. 1o Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

covici (2003, p.81) considera que é uma área de prestação de determinados serviços públicos, onde os municípios têm interesses comuns de caráter intermunicipal.

Para Fernandes Filho (2004) a observação deve estar na questão urbana propriamente dita. A inter-relação político institucional entre os Municípios, Estados e União para uma visão mais intimista, um pacto para a transformação da vida metropolitana, visto que a urbanização está intimamente ligada às questões “socioeconômica, territorial, ambiental, cultural e familiar, em uma escala global” (FERNANDES FILHO, 2004. p.69).

Por sua vez, a criação da Região Metropolitana tem caráter financeiro, como foi o caso a RM de Manaus. Em 2007 os recursos advindos para as cidades do Amazonas só poderiam ser alocados se houvesse um aglomerado de cidades instituídas como RM, a qual de imediato foi instituída a Região Metropolitana de Manaus com 8 municípios. Na visão de Nogueira a RM de Manaus foi inventada (NOGUEIRA, 2011, p. 31).

Os interesses entre esses municípios se confundem quando fazem parte de áreas conurbadas, não se sabe onde termina e começa outro município. Nesse contexto os interesses estão inter-relacionados, de local, passa a regional de forma escalonada. Pedro Slawinski (2006, p. 218) destaca “a interligação do poder federativo, político e administrativo para demanda de serviços públicos nos grandes centros urbanos e áreas de conurbação com grande concentração demográfica”.

Ana Teixeira (2008, p.90) ressalta “a efetivação da política de ação global metropolitana com os entes federados, onde a gestão das atividades sociais, econômicas e administrativas seja operacionalizada em cada região ou cidade”.

O presente trabalho retrata as Regiões Metropolitanas Brasileiras e sua evolução no decorrer da história e apresenta uma abordagem nos conceitos retratados por autores, ressaltando momento pós constituição de 1988 onde os Estados Federados passaram a legislar sobre a criação dessas regiões e a configuração atual de acordo com o Banco de Estruturas Territoriais do IBGE 2016, e como essas RMs se apresentam no ranking em 2015.

2. METODOLOGIA

Os dados apresentados sobre as Regiões Metropolitanas Brasileiras foram extraídos da internet do Banco de Estruturas Territoriais do IBGE de dezembro de 2016. Para tanto, foram agrupados os arranjos Institucionais: Região Metropolitana, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

A população dos municípios que compõe os arranjos foram extraídos do censo do IBGE 2000 e 2010 no ano de 2015 das estimativas populacionais, disponibilizadas do site do órgão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até meados da década de 1990 ainda se mantinham as 9 RM, apesar da Constituição de 1988 delegar, aos Estados, livre criação de novas Regiões Metropolitanas. Observa-se, após 1994, um crescimento dessas regiões em todo o Brasil. Ainda há discussão sobre o processo de criação dessas Unidades político-administrativas, seja pelo fato de muitas delas não possuírem quantitativo populacional, seja pela questão política que justifique sua criação (BARRETO, 2013).

São 27 RM instituídas pós constituição 88, segundo o censo 2010 do IBGE. A Região que mais teve criação foi a Nordeste com 13, seguida da Região Sul do Brasil com 12. A Região Sul também tem uma peculiaridade, além da RM de Porto Alegre criada em 1973, foram instituídas aglomerações urbanas: Aglomeração Urbana do Nordeste, Aglomeração Urbana do Sul e Aglomeração Urbana do Litoral Norte.

O Banco de Estruturas Territoriais do IBGE 2016 apresenta uma configuração distinta ao censo do IBGE 2010, (ver quadro 1): houve um crescimento da população residente nas RMs, algumas mantiveram sua população crescente outras perderam. As cinco primeiras assim apresentam a população em 2015: São Paulo (21.090.791), Rio de Janeiro (12.280.703) e Belo Horizonte (5.837.130), Porto Alegre (4.258.926) e Fortaleza (3.985.295). A nova configuração do arranjo institucional apresenta 75 Regiões Metropolitanas e 4 Aglomerações Urbanas, além das 3 RIDES já existentes. São 109.206.105 habitantes, 53,41% do total da população brasileira que segundo o IBGE, em 2015 alcançou um total de 204.450.649 brasileiros.

**QUADRO 1: RANKING DAS POPULAÇÕES DAS
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS 2000, 2010 E 2015.**

Ordem	Regiões Metro- politanas 2016	Estado	População 2000	Posição 2000*	População 2010	Posição em 2010	População 2015	Posição em 2015
1	São Paulo	SP	17.878.703	1	19.683.975	1	21.090791	1
2	Rio de Janeiro	RJ	10.967.489	2	11.945.532	2	12.280703	2
3	Belo Horizonte	MG	4.838.214	3	5.436.569	3	5.837.130	3
4	Porto Alegre	RS	3.783.096	4	4.032.062	4	4.258.926	4
5	Recife	PE	3.337.565	5	3.690.547	6	3.914.317	7
6	Fortaleza	CE	3.165.796	6	3.741.198	5	3.985.295	5
7	Salvador	BA	3.120.303	7	3.573.973	7	3.953.288	6
8	Curitiba	PR	2.813.237	8	3.223.836	8	3.502.790	8
9	Campinas	SP	2.348.059	9	2.808.906	9	3.094.181	9
10	Vale do Paraíba e Litoral Norte	SP	1.992.110	10	2.264.594	11	2.453.387	11
11	Belém	PA	1.973.259	11	2.275.032	10	2.402.437	13
12	Goiânia	GO	1.743.297	12	2.173.141	13	2.421.831	12
13	Manaus	AM	1.725.536	13	2.210.647	12	2.523.901	10
14	Sorocaba	SP	1.477.350	14	1.726.785	14	1.888.074	15
15	Baixada Santista	SP	1.476.820	15	1.664.136	16	1.797.500	16

Fonte: BET/IBGE, dez/2016; prod. do autor.

Os dados do IBGE apresentam um crescimento demográfico no período de 2000 a 2015. A RM de Recife que em 2000 aparece em 5º. lugar no ranking, em 2015 foi para o 7º. lugar perdendo população, a RM de Fortaleza e Salvador ganharam posições em 2015 passando para a 5º e 6º lugar com maior população 3.985.295 e 3.953.288 respectivamente. Outra que teve um crescimento expressivo foi a RM de Manaus com 2.523.901 habitantes alcançando a 10 posição, a RM de Belém que vinha ganhando posições, perde população passando para a 13. As duas últimas colocadas são do Estado de Roraima, RM Sul do Estado, criada em 2007, com 4 cidades totalizando 51.376 mil pessoas e a RM Central instituída em 2007, com 2 cidades com a população de pouco mais de 30 mil pessoas.

4. CONCLUSÃO

O cidadão passa a integrar o espaço urbano com mais evidência, povoando áreas urbanas, os entes federados direcionam o planejamento integrado para ações comuns, adequadas aos espaços

metropolitanos, em uma expectativa regional, para médio e longo prazo, porém, as cidades metropolitanas brasileiras configuram-se na escala mundial como uma das mais populosas, como o caso da RM de São Paulo.

Em 1973 o governo militar institucionalizou 9 RMs com o intuito de integrar o Estado-Nação, alguns autores questionam essa criação como forma de integrar essas regiões, porém, foi a partir da Constituição de 88 que as RMs passaram a ser instituídas pelos governos estaduais, foi na década de 1990 que houve uma crescente criação do novo arranjo institucional brasileiro. No censo de 2010 do IBGE, apresenta 35 RM, e 3 RIDEs, totalizando 444 municípios distribuídos nas 38 RMs/RIDEs com 47,7% da população residente nos centros urbanos metropolitanos. Foram 27 RMs criadas após a Constituinte, segundo censo 2010 do IBGE.

Em 2016 o Banco de Estruturas Territoriais do IBGE apresenta uma nova configuração, totalizando 75 RMBs, com 53.41% da população habitando essas áreas, com 1304 Municípios e 3 RIDES que compõe nos novos arranjos, refletindo a tendência mundial de crescimento urbano e populacional das grandes cidades do mundo e centros metropolitanos.

Palavras-chave: Regiões Metropolitanas Brasileiras, conceitos, evolução.

5. REFERÊNCIAS

- BARRETO, Ison Juliano. O Surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: Uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). Revista brasileira de economia, Espaço e Economia [Online], 2012. Acessado no dia 02/05/2017, no site: <https://espacoconomia.revues.org/374>.
- BERCOVICI, Gilberto. Desigualdades Regionais, Estado e Constituição. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- FERNANDES FILHO, Edésio. Gestão Metropolitana: Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v.7.n. 12, p. 65-99. Jan./jun.2004.
- MENCIO, Mariana; ZIONI, Silvana. A Caracterização das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas pelo IBGE: Limites e Avanços do Estado da Metrópole. XVII Enanpur: São Paulo, 2017.
- NOGUEIRA, R.J.B. Política e Território: a invenção de uma região metropolitana. Revista Somanlu, ano 11, n.2, jul./dez. Manaus, p. 175-189, 2011.
- SLAWINSKI, Pedro Gonçalves da Rocha. Regiões Metropolitanas e Serviços Públicos de Interesse Comum. Revista Direito e processual Penal Geral, do Rio de Janeiro, v 60, p.2014-236, 2006. Acessado em 04/06/2017, no site:

http://download.rj.gov.br/documentos/10112/754454/DLFE45739.pdf/Revista_60_Doutrina_pg_214_a_239.pdf

TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. Região Metropolitana: Instituição e Gestão Contemporânea, Dimensão Participativa. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

WORLD Urbanization Prospects: the 2014 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. Acesso em: out. 2016. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>

CIDADANIA AMBIENTAL: O EMPODERAMENTO POPULAR EM DEFESA À VIDA.

Fabiane Araújo de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais ganharam atenção após inúmeras manifestações populares impulsionadas pelas várias tragédias como o acidente de poluição do ar em Londres, conhecido como “O Grande Nevoeiro” o qual provocou a morte de 12 mil pessoas em 1952 na Inglaterra, o qual impulsionou a criação de políticas públicas voltadas para a gestão ambiental. O objetivo deste trabalho é germinar o pensamento de que a cidadania ambiental promove o empoderamento popular, insta que, ao ser despertado via educação ambiental, o cidadão crítico, consciente, que conhece seus deveres e direitos, que compreende a degradação ambiental, se interessa, reclama e exige, viabiliza assim a participação popular em defesa e proteção à vida.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir das técnicas de fichamento e resenha das obras de LEFF, TUAN, SANCHEZ, MORIN, categorizadas em: Cidadania Ambiental, Educação Ambiental, Sustentabilidade e Topofilia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas ambientais ganharam atenção após inúmeras manifestações populares impulsionadas pelas várias tragédias, como o

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, desenvolvendo a pesquisa sobre Cidadania Ambiental; Mestra em Ensino De Ciências Da Amazônia - (UEA), tendo como dissertação A prática da Transversalidade e a formação docente. Graduada em Pedagogia com habilitação em Administração e Inspeção Escolar (UFAM-AM), Bacharel em Dança (UEA-AM), pós-graduada em Psicopedagogia Institucional - (UCAM-RJ) e Segurança Pública e Direitos Humanos - (FAMETRO). Contato: fabiane.araujo29@gmail.com

acidente de poluição do ar em Londres, conhecido como “O Grande Nevoeiro” o qual provocou a morte de 12 mil pessoas em 1952 (Moreto, 2017). Após dez anos do fato, Rachel Carlson, de forma clara, mas poética, publica o livro “Primavera Silenciosa”, consolidando mais uma denúncia sobre os crimes ambientais, alertando para os impactos da ação antrópica sobre o ambiente.

O exercício da cidadania ambiental configura-se como direito e obrigação de todos os cidadãos às condições que possibilitem ao ser humano atuar na defesa da vida, sua participação para a promoção do equilíbrio ambiental do planeta.

O Art. 225 da Constituição Federal estabelece que,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...)
VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Destarte, a atuação da cidadania ambiental, pautada em uma educação ambiental, é condição *sine qua non* para o fomento de mobilização popular e práticas de superação da visão antropocêntrica de ambiente. A Educação Ambiental emerge para os dilemas que afligem o ser humano, em sua complexidade, não apenas voltadas para aspectos ecológicos e físicos, mas levando em consideração todas as dimensões que permeiam o contexto, ou seja, por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar todos os aspectos da problemática ambiental contemporânea, reconhecendo o conjunto das interrelações, das múltiplas dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos, exigindo como diz Morin (2011) uma “reforma no pensamento”, pois não se pode aprisionar a realidade em uma única explicação ou dimensão da realidade.

A melhoria da qualidade de vida do ser humano necessita do desenvolvimento de saberes² para a garantia de um futuro sustentável entendendo a imprescindibilidade da condição e compreensão humana, numa relação antro-po-ética social que não tem sentido que

² Edgar Morin (2011) realiza em seu livro “Os Sete saberes necessários à Educação do Futuro” um arcabouço temático sobre as qualidades necessárias no processo educativo.

não seja na democracia, porque assim o cidadão deve se sentir solidário e responsável, permitindo uma associação indivíduo-sociedade para a promoção da civilização humana.

Isso posto o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA (2014) assegura a interação e a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida.

Reconhece-se que as Políticas Públicas Ambientais são frutos de reivindicação e apelo da sociedade, evidenciando as problemáticas no sentido de buscar uma providência ou medida de contenção para sanar a questão. Considerando o contexto amazônico, torna-se necessária compreender quais as condutas opostas ao ambiente que mobilizam a população a denunciar junto aos órgãos ambientais com o intuito de exigir do Estado uma ação. O que se tem visto é que enquanto a sociedade adormece, o interesse privado sobressai sobre o coletivo, demandando assim que a participação social seja uma meta de crescente legitimidade de uma cidadania ambiental.

Por muito tempo a alegação de que o desenvolvimento econômico e o bem estar da população em detrimento da exploração dos recursos naturais justificaria todo o abuso não é mais tolerado. O ambiente era concebido apenas como acessório do desenvolvimento e não como parte interativa dele. A partir da ação de movimentos sociais as pressões foram aumentando e culminaram na elaboração da política ambiental brasileira, assegurado na Carta Magna.

Irrompe então, a cidadania ambiental sob perspectiva individual, coletiva e estatal quanto a responsabilidade dos cidadãos no processo de percepção, denúncia, comportamentos conservacionistas, discussão, execução de políticas ambientais, ou seja, um cidadão ativo. MOURA et al (2013) contribui afirmando,

pode-se entender cidadania como o exercício dos direitos e deveres adquiridos e ainda em curso, ou seja, em construção frente às novas demandas da sociedade, sendo que a crise ambiental propõem novas dimensões legais, emergindo então, um novo paradigma denominado de cidadania ambiental, que abrange características civis, políticas e sociais e as integram aos novos

direitos e novas condições de vida exigidas pelo cidadão notoriamente nas últimas cinco décadas (MOURA et al, 2013, p.04)

Nesse sentido, o conceito de cidadania ambiental compreende um complexo conjunto de direitos e deveres com incumbências sociais não limitadas apenas ao papel do Estado-Nação mas refletido em seu sentido mais amplo, concorrendo para um direito e dever que cada pessoa possui de usufruir de um ambiente saudável. Destarte podemos entender que o conceito então aborda a participação ativamente no meio onde se vive, resgatando direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade oriundas das novas exigências do homem frente à coletividade. Para desenvolver essa cidadania é preciso refletir diariamente sobre as atitudes, responsabilidades e comportamentos na proteção e conservação do meio ambiente, contribuindo para a definição de deveres e direitos comuns a todos os cidadãos (MOURA et al 2013).

Fundamentado na constituição o ambiente foi destacado como bem de uso comum, primordial à qualidade de vida, assim nenhum cidadão tem o direito de causar dano haja vista que estaria causando prejuízo um bem coletivo, ferindo não apenas sua pessoa mas todos os seres do planeta, pois estamos imersos em um sistema ambiental. A cidadania ambiental precisa estar projetada para uma dimensão global, uma vez que visa à proteção do meio ambiente em todo o planeta e – mais do que dos indivíduos nacionais – a proteção da espécie humana (Brito & Ferreira, 2014). Remete-nos para um espaço relacional imbricado, dinâmico, vivo o qual possui uma potência de criar e recriar, partindo assim de uma visão sistêmica da vida considerando as interações mútuas, um ato cognitivo autopoietico³ (Maturana e Varela, 2001), sendo fundamental reconhecer que estamos inseridos em um processo em que somos dependentes.

Quando nos questionamentos sobre as mobilizações populares, podemos refletir para sua germinação, muitas são as motivações, geralmente advindas de insatisfações, fazendo-se necessário a organização da sociedade civil. O conflito está posto, ora sendo de caráter

³ Capra nos informa que uma unidade autopoietica é a organização mais elementar do organismo. Ela pode ser definida como um sistema capaz de se sustentar em virtude de uma rede de reações que, continuamente, regeneram os componentes – e isso de dentro de uma fronteira de “fabricação própria” (...) o produto de um sistema autopoietico é sua própria auto-organização. (2014,p. 175)

explícito, ora escamoteado, ora dissimulado em ideologias, ora reduzidos sob pensamentos binários, fragmentando o conhecimento.

O fato é que, como afirma Viola (1987), o comportamento predatório não é novo na história, o que é recente é a escala dos instrumentos de predação, cujo símbolo máximo são as armas nucleares. Viola defende um sistema de valores pós-materialista, sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade com as gerações futuras; Leff (2003) uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura sob os princípios da independência política, equidade social, diversidade étnica, sustentabilidade ecológica, equilíbrio regional e autonomia cultural e outros.

Tuan aponta a valorização da relação entre pessoas e o espaço, perpassando pela percepção e representação espacial, as culturas e as relações sociais e nos orienta que

(...) sem a autocompreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos (TUAN, 2012, p.15).

4. CONCLUSÕES

A dialogicidade entre os autores possibilitou compreender que a melhoria da qualidade de vida do ser humano necessita do desenvolvimento de saberes para a garantia de um futuro sustentável entendendo a imprescindibilidade da condição e compreensão humana, numa relação antro-po-ética social que não tem sentido que não seja na democracia, porque assim o cidadão deve se sentir solidário e responsável, permitindo uma associação indivíduo-sociedade para a promoção da civilização humana.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Mobilização Popular; Topofilia.

5. AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p
- BRITO, Fernando de A.A & FERREIRA, Maria de Fátima A. Breves considerações acerca do conceito de cidadania ambiental: uma proposta de compreensão arendt-moriniana. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista-BA, n. 17, p. 11-36, 2014
- CAPRA, Fritjof & LUISI, Pier Luigi. A visão sistêmica da Vida. Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Trad. Mayra Teruya Eichenberg e Newto Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014
- LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. 2a Ed. ed. São Paulo/SP: Palas Athena, 2001. 288 p. ISBN 85-72420-32-0
- MORETTO, Julia. Saiba o que provocou o nevoeiro que matou milhares de pessoas. Jornal Ciência. Disponível em: <http://www.jornalciencia.com/saiba-o-que-provocou-o-nevoeiro-que-matou-milhares-de-pessoas-em-1952>. Acesso dia 28 de junho de 2017.
- MOURA, Mara A.P; LIMA, Antonia J.L.; TEIXEIRA, Solange. Cidadania Ambiental: Um Conceito Em Construção. Inovação e Sustentabilidade sob a ótica da Economia Ecológica. X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2013, Vitória - ES - Brasil
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez: Brasília, UNESCO, 2011.
- SÁNCHEZ, Solange Silva. Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2000
- TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira - Londrina: Eduel, 2012.
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.) *Ecologia & política no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço & Tempo, 1987. p.63-110

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO AOS CASOS DE MALÁRIA EM IPIXUNA INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.

Felipe Martins de Souza¹
Silvana Barreto Oriente²

1. INTRODUÇÃO

A malária é uma doença grave e causa sérios danos à saúde pública mundial, com cerca de 100 países afetados, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo o Brasil, o país de maior concentração de casos nas Américas, onde foram notificados 143.250 casos em 2014, sendo 90% destes na Amazônia legal. Cabe também ressaltar que, no Estado do Amazonas em 2014, foram constatados 66.625 casos de malária e o município de Ipixuna, no Estado do Amazonas, contribuiu com uma grande parcela para esta estatística.

De acordo com o Manual do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária, 2003, no Brasil, existem três espécies de *Plasmodium* causadores da malária: *Plasmodium falciparum*, *Plasmodium vivax* e *Plasmodium malariae*. Aproximadamente 99% dos casos se concentram na região Amazônica, onde as condições socioeconômicas e ambientais favorecem a proliferação do mosquito do gênero *Anopheles*, vetor da doença, e, conseqüentemente, a exposição de grandes contingentes populacionais. A doença causa óbitos, sofrimento, perdas sociais e elevada perda econômica, em virtude dos dias em que os doentes deixam de trabalhar.

¹ Graduado em Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade do Estado do Amazonas-Ipixuna/UEA.

² Licenciada em Letras, Língua Portuguesa, Pela Universidade Nilton Lins, Tecnóloga em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas, Especialista em Didática do Ensino Superior, pela Universidade Nilton Lins, Mestranda em Educação, pela Fundação Universitária Iberoamericana-UNEATLÂNTICO. Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas, Núcleo de Ensino Superior em Ipixuna, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Segundo o portal da saúde do Governo Federal (2014, p.p), a malária é uma doença infecciosa febril aguda, cujos agentes etiológicos são protozoários transmitidos por vetores. No Brasil, a magnitude da malária está relacionada à elevada incidência da doença na Região Amazônica e a sua potencial gravidade clínica, causando consideráveis perdas sociais e econômicas na população sob risco, principalmente naquela que vive em condições precárias de habitação e saneamento.

Marques (2011) considera que as políticas públicas voltadas para o saneamento básico são insuficientes, escassas e têm causado a diminuição na quantidade de investimentos governamentais. Elas são fundamentais para suportar o número de residentes urbanos e para evitar que a população adquira doenças graves e contagiosas, superlotando os hospitais e causando prejuízos aos cofres públicos.

A partir dos dados expostos, percebeu-se a necessidade de analisar a atuação da gestão pública em relação aos casos de malária no município de Ipixuna, interior do Estado do Amazonas, com objetivo de proporcionar dados quantitativos e qualitativos, a fim de contribuir para a diminuição dos casos de malária no município. É possível perceber que os casos de malária em Ipixuna, nestes últimos três anos, vem acontecendo devido ao longo período da seca do rio Juruá e também pela migração dos habitantes da zona rural para a zona urbana, tendo assim um crescimento desenfreado do município para as áreas de matas fechadas e áreas alagadas.

Neste sentido, o presente estudo investigou em uma situação concreta, o seguinte problema de pesquisa: Como a Gestão Pública tem atuado diante dos casos de malária nos últimos três anos no município de Ipixuna, interior do Estado do Amazonas?

Este artigo teve como objetivo geral analisar como a gestão pública tem atuado face às variações dos índices de malária nos últimos anos, em relação à qualidade de atendimento realizado pela FVS em Ipixuna, interior do Estado do Amazonas.

2. METODOLOGIA

O universo da pesquisa foi a população afetada pelo mosquito *anópheles*. Com base na cultura e no contexto que o caracterizam, através de levantamentos de dados bibliográficos, pesquisa de campo com aplicação de questionários ao público morador das áreas de

risco, análises de documentações fornecidas pelos órgãos responsáveis no município a fim de levantar informações sobre as ações desenvolvidas de combate e controle da malária.

A amostragem utilizada compreendeu os dados relacionados à área urbana do município de Ipixuna, através de uma pesquisa de campo que buscou informações que demonstrassem as medidas ou ações realizadas pelo poder público. “A delimitação do universo consiste em explicar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisadas, enumerando suas características comuns”. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.108). A pesquisa alcançou aproximadamente 30% dos moradores residentes em áreas de riscos do município.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos pontos que merece destaque nessa pesquisa está relacionado às ações da FVS em Ipixuna, onde se notou que falta investimento na área da saúde voltada ao combate e prevenção da malária, conforme o que Almeida (2006, p. 13) “se refere na questão da falta de investimento e uma boa implementação no sistema para melhorar e capacitar cada vez mais equipes de vigilância e saúde, sendo necessária aplicação de mais recursos voltados para o combate, prevenção e controle do mosquito transmissor da malária, não só dentro da cidade bem como em todo o território do município”.

Outro ponto de relevância refere-se ao acompanhamento médico, a partir do qual observou-se, que a maioria da população afirma não ter acompanhamento médico em domicílio, o que seria o ideal, principalmente para as gestantes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, gerando assim descaso com os mesmos, por serem de baixa renda e se encontrarem em lugares isolados, ao que Almeida (2006, p.20) destaca que “se faz necessário haver um acompanhamento diário para gestantes, pois as mesmas estão mais vulneráveis à contaminação pelo mosquito *Anopheles*, destacando que o remédio utilizado no tratamento pode causar aborto, como também realizando um acompanhamento para os idosos, para que assim possam tomar de forma adequada o medicamento”.

Já em relação às orientações preventivas, percebeu-se que não estão sendo suficientes para que o combate e prevenção dessa doença possam alcançar resultados satisfatórios para a população ipixunense, sendo que tanto Almeida (2006), como Barata (1995), in-

formam que a necessidade de investir em um sistema de registro de informação de saúde é de real eficiência para manter um controle, como também ajuda a trazer mais recursos do Governo Federal para auxiliar no combate dos casos de malária.

Vale ressaltar que o período da vazante traz consequências no dia-a-dia da população de Ipixuna, acarretando, assim, problemas de grandes relevâncias para a cidade, devidos a fatores que afetam a saúde pública dos municípios pela falta de saneamento básico, principalmente no que diz respeito à destinação dos resíduos sólidos que são jogados no rio pela própria população, causando grandes prejuízos e elevando assim o nível de doenças infectocontagiosas em Ipixuna. Dessa forma, para que o saneamento aconteça numa comunidade ou cidade, deve haver um esforço conjunto entre o governo e a população. Ou seja, a prefeitura deve retirar e dar destino ao lixo da cidade, despoluir e descontaminar os rios ou evitar que eles sejam poluídos e contaminados.

Mas os cidadãos têm o dever de manter limpas as ruas e não usar os rios para usar clandestinamente seu esgoto. Através desse esforço conjunto, entre governo e população, muitas doenças e mortes podem ser evitadas. (CRUZ, 2000).

Há constantes mudanças no bioma e na flora da cidade, essas alterações estão afetando significativamente o clima para proliferação do mosquito vetor da malária. Áreas habitadas pelo mosquito estão sendo invadidas pelo homem, fazendo com que os dois estejam em contato constante, uma vez que o inseto necessita de sangue para reproduzir seus ovos, tornando o homem o maior responsável pela reprodução do mosquito.

Nesse contexto, os impactos ambientais causados pela ação antrópica reage sobre o próprio homem, portanto, há que se pensar no envolvimento da sociedade em geral para que as ações que impactam o ambiente de modo negativo sejam reduzidas, para o bem da própria sociedade (MARQUES, 2011).

Marques (2011, p. 24) lembra que “é direito de todo o cidadão ter um ambiente sadio, e um dever de todos preservá-lo, pois o homem que joga seu resíduo sólido nos rios e em lugares baldios resolve seu problema individual, esquecendo-se que as áreas em que são colocados esses resíduos na cidade”, promovem a proliferação de animais e insetos transmissores de doenças, como o *anópheles*,

transmissor da malária. A contaminação e poluição ao atingirem seus receptores provocam danos que influenciam na qualidade de vida e por consequência no desenvolvimento pessoal e social, gerando atrasos e involuções que poderiam ser evitadas com mudanças de hábitos e de políticas ambientais urbanas que cumprissem com o Saneamento Básico. Nesse sentido, as situações não deixam dúvidas de que o ambiente necessita de medidas urgentes.

4. CONCLUSÕES

Realizadas as observações pertinentes, o presente artigo conseguiu trazer algumas considerações sobre os principais motivos que levaram a análise da atuação da gestão pública em relação aos de casos de malária nos últimos três anos no município de Ipixuna, interior do Estado do Amazonas, entre eles cita-se o descaso da população ipixunense nos cuidados de prevenção, como também a falta de orientação por parte da FVS de como se proteger de forma adequada, a falta de agentes de Endemias qualificados, visitas domiciliares com informações e panfletos de orientação à população sobre os cuidados necessários para o combate ao mosquito, falta de investimento na estrutura física da instituição, maior quantidade de agentes de endemias qualificados, com logística rápida e eficaz, para que ao encontrar casos de pessoas infectadas possam agir rapidamente no atendimento.

Dessa forma conseguiu alcançar seu objetivo geral ao analisar como a gestão pública tem atuado face às variações dos índices de malária nos últimos três anos em relação à qualidade de atendimento realizado pela Fundação de Vigilância de Saúde - FVS em Ipixuna, interior do Estado do Amazonas, onde se destacou a mudança climática na região do município, que durante o período da enchente chega a aumentar consideravelmente os casos de malária, devido à população estar residindo em lugares isolados e de difícil acesso, para que os agentes de endemias possam realizar os trabalhos de combate e prevenção do mosquito, devido à região ser cercada por matas e igarapés que facilitam a proliferação do *anopheles* comprometendo a saúde desses moradores, que ali residem.

Palavras-chave: Combate e Controle da Malária; Comportamento Ambiental; Política Ambiental.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA A. G. A, 2009, A utilização das informações de custos na gestão da saúde pública: um estudo preliminar em secretarias municipais de saúde do estado de Santa Catarina – Revista de Administração Pública - RAP, J alonso Borba, disponível em LC da Silva Flores - rap—rio de Janeiro, 2009 - disponher.org.br, Acessado em 12.08.2016.

BARATA, R. C. B Malária no Brasil: Panorama Epidemiológico na Última Década. *Cad Saúde Pú* 1., Rio de Janeiro, 11 (1): 128-136, Jan/Mar, 1995, p. 128, disponível em, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1995000100019, acessado em 28.03.2016.

CRUZ, Daniel. Ciências e Educação Ambiental. São Paulo. Ed. Ática, 25ª Edição. 2000.

Fundação de vigilância em Saúde – FVS, Município, Plano Municipal de Intensificação das ações de controle da malária em áreas prioritárias do município de Ipixuna – Estado do Amazonas, 2015.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M de A. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2001, p. 106, 108.

MANUAL Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária – PMCM, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília - DF 2003.

Portal da Saúde 2014, Ministério da Saúde, disponível em, http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10933&Itemid=646, acessado em 28.03.2016.

Portal da Saúde 2014, Ministério da Saúde, disponível em, <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/662-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/malaria/11347-tratamento>, acessado em 28.03.2016.

MARQUES, Raquel Salgado. Travessia do Rio Negro: informalidade e precarização do trabalho no porto de São Raimundo e Cacau Pirêra-Manaus: UFAM, 2011. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia).

SILVA JÚNIOR, Edson Fidelisda, Apoiador Municipal do Ministério da Saúde no Município de Ipixuna. Dia 26 de maio de 2017. Ipixuna. Entrevista concedida ao acadêmico Felipe Martins de Souza

SUSAM 2004, Secretaria de Estado de Saúde, disponível em, http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=150, acessado em 28.03.2016.

ANÁLISE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA LEI N. 12.764/2012: ASPECTO LEGAL E PRÁTICO

Genise Bentes¹
Gabriele Souza²
Josias Silva³

1. INTRODUÇÃO

A Lei n. 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual prescreve que as pessoas com TEA são consideradas com deficiência para os efeitos legais.

Esta lei é o resultado da luta das pessoas com TEA e de seus familiares, principalmente de Berenice Viana, mãe que representa muitos pais nesta batalha diária pelas necessidades dos indivíduos que são acometidos por esta condição, bem como é consequência de reivindicações das instituições não governamentais e de estudos realizados na área do transtorno, os quais contribuíram imensamente nesta causa.

A denominação Transtorno do Espectro Autista – TEA foi atribuída pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria, que fornece nomenclatura e critérios padrão para o diagnóstico de transtorno mental, na sua quinta edição, em 2013, determinou que os indivíduos com Autismo e todos os distúrbios relacionados com ele (transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância e transtorno generalizado de desenvolvimento não especificado, inclusive, Síndrome de

¹ Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas. Contato: isebentes@gmail.com.

² Especialista em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas. Contato: gabrieleaparecida.souza@gmail.com.

³ Acadêmico de Direito na Universidade do Estado do Amazonas. Contato: gadelhajosias@gmail.com.

Asperger), são agora diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade⁴.

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na lei federal, é aquela portadora de síndrome clínica caracterizada pela deficiência persistente e significativa da comunicação e da interação social, com padrões restritivos e repetitivos de comportamentos. O diagnóstico é baseado na seguinte tríade: disfunção na socialização, comunicação e comportamento.

Para diagnosticar e tratar a pessoa com TEA é necessária uma equipe multidisciplinar com experiência nesta área, o que dificulta, por muitas vezes, o celeridade diagnóstica, bem como a realização do tratamento adequado. Por englobar vários tipos de profissionais (neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, entre outros), são muitos os gastos financeiros que envolvem o tratamento assim, por meio de institucionalização de política pública direcionada a esta demanda, o Estado possibilita o exercício da cidadania das pessoas com TEA.

2. METODOLOGIA

Desta forma, entendemos a necessidade de realizar um exame jurídico da Lei n. 12.764/2012, com uma linguagem simples e clara, para apresentar os direitos da pessoa com TEA, indicando a forma de viabilidade dos respectivos direitos, onde e como exercê-los. Para isso, utilizamos a análise textual da referida lei com a interpretação sociológica que Martins (2002) define como sendo aquela “que se constata a realidade e a necessidade social na elaboração da lei e em sua aplicação”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei n. 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, estabelece as respectivas diretrizes de política pública e preceitua direitos de várias naturezas (cível, penal, trabalhista, previdenciário etc) à pessoa com TEA.

Quanto às diretrizes trazidas pela referida norma jurídica podemos destacar: a intersectorialidade; a participação da comunidade; a atenção integral à saúde da pessoa com TEA; dever de infor-

⁴ Conforme informação retirada do sítio eletrônico <<http://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/historia-do-autismo/>>, acesso em 10.09.2017.

mação do poder público acerca do TEA; o incentivo à formação e capacitação de profissionais, pais e responsáveis da pessoa com TEA; e o estímulo à pesquisa científica referente ao tema.

As diretrizes orientam que as políticas públicas⁵ de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA devem ser elaboradas, planejadas e executadas de forma integrada e multidisciplinar para dar efetividade aos direitos à pessoa com o TEA. Neste sentido, é necessário dar atenção integral à saúde da pessoa com TEA, implementando ações e programas que viabilizem o diagnóstico precoce, bem como a indicação de tratamento adequado, buscando o desenvolvimento da pessoa com TEA e a melhoria na qualidade de vida desta.

A participação social é de suma importância, porque permite que os atores envolvidos na questão (pessoa com TEA, pais e responsáveis, especialistas, entre outros) apresentem as demandas específicas e acompanhem por instrumentos participativos (audiência pública, conselhos) o desenvolvimento destas. Assim, o texto da lei em análise, garante amplamente a participação popular, tanto para a formulação de políticas públicas como no controle na execução destas.

A norma jurídica dispõe como diretriz a obrigatoriedade do poder público informar a sociedade a respeito do TEA. A informação é elemento fundamental para aumentar a participação popular sobre esta condição que atinge cerca de 70 milhões de pessoas em todo mundo⁶, bem como é um fator que colabora no combate ao preconceito enfrentado pela pessoa com TEA e de seus familiares.

O incentivo à formação e capacitação de profissionais, pais e responsáveis pela pessoa com TEA é essencial para realização de diagnóstico precoce e na colaboração de um tratamento exitoso. Esta diretriz deve estar bem alinhavada e integrada com as ações no âmbito estadual e municipal, principalmente nas áreas de saúde e educação, a fim de que, desde a gestação ou na fase escolar, a pessoa já tenha orientações para verificar a incidência de características peculiares do TEA.

⁵ Na concepção de BUCCI (2002), “as políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. In BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 239.

⁶ Dado registrado na obra de SILVA, Ana Beatriz B. Mundo Singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 162.

Por fim, o estímulo da pesquisa científica é diretriz de política pública de extrema valia no mapeamento da incidência e caracterização do TEA, porque proporciona um aprofundamento do conhecimento sobre esta condição e possibilita a obtenção de incrementos no diagnóstico e tratamento do TEA.

Desta feita, na busca da efetividade desta lei, o legislador, naquele diploma legal, autoriza o poder público a realizar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Além de diretrizes como as supramencionadas, a Lei Berenice Piana elenca um rol exemplificativo de direitos da pessoa com TEA, muitos deles já afirmados em outros diplomas legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e mesmo na Constituição Federal.

Dispõe, assim, que é direito da pessoa com TEA o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, sendo vedado ao gestor escolar, de qualquer instituição de ensino regular, pública ou privada, recusar-lhe a matrícula e assegurado a ela o acompanhamento especializado, quando necessário.

Nesse contexto, destaque-se o papel das escolas na inclusão social da pessoa com TEA, que devem propiciar o acolhimento desses indivíduos, atentando-se para a capacitação de funcionários; a adaptação de sua grade curricular; entre outros.

Outro desses direitos diz respeito à saúde. Importante dizer que, antes da Lei Berenice Piana, o transtorno do espectro autista era tratado como uma síndrome a atingir primordialmente a saúde mental, contudo, ao equiparar a pessoa com TEA às pessoas com deficiência, formalmente aquelas passaram a dispor de todos os direitos conferidos a estas.

Assim, o escopo da Lei n. 12764/2012 destina-se à atenção integral das necessidades de saúde de seu público-alvo, com a promoção, dentre outros, de seu diagnóstico precoce e de atendimento multiprofissional, além do fornecimento de medicamentos e nutrientes.

Outrossim, nota-se que a Lei Berenice Piana prescreve que as pessoas com TEA têm direito de acesso ao mercado de trabalho, sendo que a intenção do dispositivo é coibir qualquer discriminação e corrigir distorções que afetam o acesso da pessoa com TEA a esse ambiente.

Nesse contexto, a formação de parcerias com empresas e instituições que atendam pessoas com deficiência deve ser o ponto essencial na viabilização do dispositivo com o ingresso destas no

mercado de trabalho, devendo-se respeitar os limites impostos pela sua condição e valorizar e aproveitar as habilidades (matemática, memória etc.) do indivíduo com TEA.

O dispositivo legal também garante às pessoas com TEA o direito de acesso à moradia, estimulando, para tanto, benefícios que atentem às suas especificidades e adaptações necessárias.

4. CONCLUSÕES

A Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Lei n. 12.764/2012 –, promulgada em 2012, consiste em um conjunto de diretrizes e direitos que possibilitam o exercício da cidadania pelos que possuem essa condição e os que com eles convivem. É, portanto, um marco jurídico no que tange os direitos da pessoa com TEA, em razão da sua especificidade e por vir atender a essa demanda premente na sociedade.

Contudo, faz-se necessário observar que anteriormente já existia no ordenamento jurídico brasileiro normas que tutelavam direitos deste grupo vulnerável e que a Política Nacional veio reafirmá-los, traçando as linhas gerais para a sua executoriedade.

A inovação trazida pela lei é a equiparação do indivíduo com TEA à pessoa com deficiência, sendo-lhes aplicados os mesmos direitos e obrigações previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto n. 6.949/2009) e as demais normas jurídicas referentes à pessoa com deficiência, como por exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Ressalta-se que a intersetorialidade é um fator essencial que deverá permear as ações e programas para a concretude da política pública, uma vez que o TEA é uma condição que tem características peculiares que devem ser tratadas por uma equipe multidisciplinar e, portanto, o cuidado com a pessoa com TEA tem que ser de forma integral.

Após dois anos, a referida norma foi regulamentada pela Presidente da República por meio do Decreto n. 8.368/2014, que instrumentaliza o acesso aos direitos da pessoa com TEA.

Embora a presente lei represente um avanço, é preciso que tenha efetividade para que possa atender às necessidades, ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da pessoa com TEA. Assim, na ausência de ações e programas para implementação des-

tes direitos o caminho é a judicialização da demanda, para que o Judiciário realize o seu papel e viabilize o exercício da cidadania da pessoa com TEA.

Palavras-chave: Direitos da pessoa com TEA; Deficiência; Lei n. 12.764/2012.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> Acesso em 01 de setembro de 2017.

BRASIL. Decreto n. 8.368 de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado, Atlas: São Paulo, 2002.

TRABALHO ESCRAVO RURAL CONTEMPORÂNEO NA AMAZÔNIA LEGAL

Jordana Brasileira da Silva¹
Izaura Rodrigues Nascimento²

1. INTRODUÇÃO

O trabalho escravo ainda é recorrente em nosso país, mesmo após 129 anos da abolição da escravatura. Com o desenvolvimento da legislação e das instituições democráticas, o conceito de trabalho escravo sofreu mudanças. Atualmente, ele se caracteriza não só pela privação da liberdade dos trabalhadores e trabalhos forçados, como ocorria na escravidão colonial, mas também pela existência de condições degradantes e jornada exaustiva, conforme prevê o art. 149 do CP.

Apenas em 2016, segundo dados do MTE, foram resgatados mais de 800 trabalhadores em condições análogas às de escravo no Brasil. Dentre as regiões do país, a Amazônia Legal é a que apresenta maior incidência do trabalho escravo contemporâneo, principalmente em razão da expansão agrícola, do desmatamento e das próprias características da região, cuja densa cobertura vegetal e grandes distâncias dificultam as atividades de fiscalização.

Essa alta taxa de trabalho escravo na região amazônica pode ser exemplificada pelo caso dos piaçabeiros de Barcelos/AM, que ganhou notoriedade em 2015, após o resgate de 15 trabalhadores escravos em operação conjunta do MPF, MPT e MTE. Em estudo intitulado “Os piaçabeiros de Barcelos”, Lilian Reis descreve a vida e trabalho desses trabalhadores, que enfrentam dificuldade em todas as fases de extração da piaçaba e são frequentemente acometidos de doenças em virtude das péssimas condições de trabalho.

Tal cenário, aliado ao fato de existirem poucos estudos acadêmicos a respeito do assunto nos bancos de teses das universidades

¹ Acadêmica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas.

² Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional. Professora de graduação e do Mestrado em Segurança, Pública, Cidadania e Direitos Humanos da ESO/UEA. E-mail: izaura27@gmail.com

federais da região amazônica, nos levou a realizar esta pesquisa, com o objetivo de analisar o trabalho escravo rural contemporâneo na Amazônia Legal e o papel das políticas públicas empregadas pelo Estado na prevenção e combate a esse crime.

2. METODOLOGIA

Empregou-se neste trabalho o método indutivo, visto que buscamos apreender o trabalho escravo contemporâneo no Brasil e na Amazônia Legal a partir de casos particulares, como o dos piaçabeiros de Barcelos/AM.

A pesquisa realizada pode ser classificada como qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, pois objetivou a compreensão do trabalho escravo a partir de uma análise indutiva dos dados e informações obtidas em livros, artigos, dissertações e sites oficiais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de pesquisas nos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, da ONG Repórter Brasil e da Organização Internacional do Trabalho, pudemos constatar que a atividade econômica que mais emprega mão de obra escrava é a pecuária, e que os trabalhadores escravos contemporâneos são, em sua maioria, homens, com idade entre 18 e 44 anos, analfabetos ou com baixa escolaridade, que iniciaram sua vida profissional antes dos 16 anos e foram aliciados através da indicação de conhecidos.

Uma das causas para a perpetuação da escravidão no país é a desigual distribuição de terras, cuja origem remonta à Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em mercadoria, restringindo o seu acesso apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las.

Na Amazônia Legal, especificamente, destaca-se a política de colonização promovida pelo governo militar, que, visando o desenvolvimento da Amazônia, incentivou grandes empresários e grupos econômicos a se instalarem na região e vendeu terras públicas em grandes lotes, expulsando os antigos moradores. Essa política, aliada à falta de fiscalização e à conivência do poder público, deu origem à grilagem e ao conflito de terras, muito recorrente ainda nos dias atuais, principalmente no Pará.

Privados do acesso à terra e do consequente exercício da agri-

cultura familiar e de subsistência, e desqualificados para o ingresso no mercado de trabalho, os mais pobres são obrigados a se submeterem ao trabalho escravo para sobreviver.

Como afirma Mauro Pitanga (2015, n.p.), apenas na década de 1990 o Brasil iniciou o programa de combate ao trabalho escravo, embora fosse signatário de normas internacionais sobre a matéria desde 1950.

Desde então, foram empregadas diversas políticas públicas no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Atualmente, as mais importantes são: o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), responsável por resgatar trabalhadores nos locais de mais difícil acesso e assegurar o recebimento de suas verbas trabalhistas; o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que envolve os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público, a sociedade civil e organismos internacionais e elenca ações de melhoria administrativa do GEFM e da polícia, de reinserção dos trabalhadores resgatados no mercado de trabalho, de conscientização da sociedade acerca do trabalho escravo e de realização de reforma agrária nas áreas de maior aliciamento, dentre outras; e a Lista Suja, que divulga os nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas com a utilização de mão de obra escrava.

Na região Amazônica, deve-se ressaltar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, subscrito pelos estados de Rondônia, Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, que tem por objetivo promover a articulação entre os estados nas ações contra o trabalho escravo e aperfeiçoar as estratégias de enfrentamento a esse crime.

Ademais, em 12/04/2017, no Amazonas, foi promulgada a Lei nº 4.456, que prevê a cassação, por até 10 anos, da inscrição no ICMS de empresas que utilizem o trabalho escravo.

Em que pese todas essas medidas nacionais e regionais de combate ao trabalho escravo, a exploração da mão de obra escrava persiste até os dias atuais, fato devido, em grande parte, à impunidade dos empregadores, conforme aponta Valena Mesquita (2016, p. 275).

Após levantamento da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais a respeito do crime de trabalho em condições análogas às de escravo, Mesquita chegou à conclusão de que essa impunidade decorre da falácia de se relacionar o trabalho escravo contemporâneo com a escravidão colonial, em que prevalecia a restrição da

liberdade do trabalhador, e da dificuldade no reconhecimento pelos juízes do conceito de trabalho escravo tal como reconhecido pela doutrina, que admite a alternatividade do art. 149 do CP e a consequente configuração do trabalho escravo quando presentes condições degradantes ou jornada exaustiva.

Além disso, contribui para a impunidade a dificuldade na produção da prova, visto que muitas vezes é impossível a repetição da prova colhida em inquérito policial, pois os trabalhadores libertados se dispersam e não são encontrados para testemunharem em juízo.

4. CONCLUSÕES

Em que pese as políticas públicas adotadas pelo Brasil no combate ao trabalho escravo, e a legislação brasileira contra a escravidão, que é considerada um exemplo internacional pela OIT, o emprego da mão de obra escrava persiste, em taxas alarmantes, em especial na região amazônica.

A impunidade, a desigual distribuição de terras e a educação deficiente são as principais causas da persistência dessa prática. Nesse contexto, para que seja erradicado o trabalho escravo, faz-se necessária a aplicação da legislação conforme a Constituição Federal, com observância do princípio da dignidade da pessoa humana, de forma a proteger o trabalhador explorado. Além disso, é fundamental a promoção da reforma agrária, para que seja redistribuída a terra, e a melhoria da educação pública, para que todos tenham acesso a uma formação adequada, que seja capaz de fornecer uma vida digna.

Palavras-chave: Trabalho em condições análogas às de escravo, políticas públicas, questão agrária, impunidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Resultados das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- DA SILVA, José Graziano. O que é questão agrária. Coleção primeiros passos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. Estudos avançados. São Paulo, v. 19, n.54, p. 77-98, 2005.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.11, nº2, p.97- 128, out. 1999.

MESQUITA, Valena Jacob Chaves; FREITAS, Luiza Cristina de Albuquerque. Trabalho em condições análogas ao de escravo: divergências jurisprudenciais e a omissão do STF no reconhecimento da repercussão geral do tema. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 2, n.2, p. 58-77, jun./dez. 2016.

MONTEIRO, Lilian Alfaia. Políticas públicas para erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: um estudo sobre a dinâmica das relações entre os atores governamentais e não-governamentais. Dissertação de mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2011. Cap. 3.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. v. 1. Brasília, 2011.

PITANGA, Mauro. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: história, legislação e impunidade. 3 ed. Manaus: Edição do autor, 2015. n.p.

REIS, Lília Maria de Oliveira. Os piaçabeiros de Barcelos: história de vida e trabalho. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2007.

O RESPEITO À CIDADANIA DOS MILITARES VISLUMBRADO NAS SINDICÂNCIAS

Kathleen Souza de Oliveira Belota¹

Izaura Rodrigues Nascimento²

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias individuais foram enaltecidos, conquistando espaço, pelo menos em dispositivos legais e, por conseguinte, toda a sociedade tornou-se sequiosa por vislumbrar a materialização desses direitos e garantias, inclusive os militares, os quais se submetem a leis específicas, entretanto, no Brasil, algumas literaturas sobre o tema demonstram que os princípios constitucionais são comumente desrespeitados suscitando abuso de poder disciplinar praticado por alguns comandantes no interior das Forças Armadas, como aduz Filho (2011, p. 1), acrescentando que o poder punitivo inúmeras vezes é utilizado de forma errônea, “seja pela incapacidade do comandante lidar com determinadas situações, seja para satisfazer interesses pessoais, ou quaisquer outros motivos ilegais contrários à ética.”

Segundo Freire Júnior (2011), a partir do regime militar instalado no Brasil (1964-1985), todas as milícias estaduais criadas até então pela Coroa Portuguesa, como a Guarda Real de Polícia, Guardas Municipais e Guarda Nacional foram padronizadas e se submeteram ao comando do Exército Brasileiro adotando a nomenclatura “Polícia Militar” e as transgressões disciplinares cometidas por policiais militares passaram a ser regidas pelo Regulamento Disciplinar do Exército, lembrando que nesse contexto insere-se o Corpo de Bombeiros.

Dessa forma, os Regulamentos Disciplinares Militares regulamentam as transgressões disciplinares e suas respectivas sanções, aos quais se submetem os militares, valorizando-se a hierarquia e

¹ Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas, pedagoga e advogada. E-mail: kathleenbelota@hotmail.com

² Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional. Professora de graduação e do Mestrado em Segurança, Pública, Cidadania e Direitos Humanos da ESO/UEA. E-mail: izaura27@gmail.com

disciplina, pilares das instituições militares, normatizando padrões de ética e conduta disciplinar deste público.

Como dito, o Regulamento Disciplinar do Exército - RDE foi criado para um público específico: militares das forças armadas, cuja missão é salvaguardar a segurança nacional e combater inimigos que ousem afrontá-la, totalmente oposto ao que se presta a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. O Art. 144, § 5º da Constituição Federal de 1988 preceitua: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”, ficando evidente que a natureza das atribuições entre militares das Forças Armadas é distinta dos militares das Forças Auxiliares e reserva do Exército (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros).

Com o objetivo de analisar a observância aos preceitos constitucionais quando da instauração e solução das sindicâncias, foram analisadas 16 (dezesesseis) sindicâncias instauradas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas no período de junho/2012 à junho/2014, tendo como motivação inicial da investigação averiguar se determinada sindicância instaurada em 2012 havia sido arquivada por ausência de indícios de irregularidade funcional ou se tinha como justificativa outros elementos, como o corporativismo. Na análise das sindicâncias, foi atentamente observado se os princípios constitucionais eram acatados no decorrer dos procedimentos apuratórios, bem como utilizou-se como fundamentação além da Constituição Federal as leis específicas empregadas para a instauração e solução das sindicâncias, como a Lei n. 3.278/2008, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Amazonas, as Instruções Gerais para a elaboração de sindicância no âmbito do Exército Brasileiro e a Instrução Normativa para elaboração de sindicância no âmbito da Corregedoria Geral, envolvendo militares estaduais.

2. METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, realizando-se pesquisa bibliográfica, análise de documentos fornecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, como Boletins Gerais, Portarias e processos de sindicâncias instauradas, combina-

do com a aplicação de questionários e entrevistas com bombeiros militares, possibilitando ouvi-los acerca da construção histórica da instituição, suas percepções e vivências sobre seus direitos quando figuravam como sindicalizados.

Foi possível observar *in locu* um curso oferecido para os oficiais no período de 22 a 26 de setembro de 2014, cuja temática versava sobre elaboração de sindicância, Inquérito Policial Militar (IPM) e Auto de Prisão em Flagrante (APF).

Cumprir reiterar que a pesquisa ateve-se à observância do princípio do contraditório e da ampla defesa nas sindicâncias instauradas no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, abrangendo o período de junho 2012 à junho de 2014 para a análise dos autos processuais, período que, em princípio pode parecer extenso, porém, levou-se em consideração o quantitativo do CBMAM, que atualmente não ultrapassa 600 bombeiros militares prontos para o serviço, bem como a hipótese inicial de que pela atividade meio e fim desenvolvida por seus membros o índice de procedimentos disciplinares instaurados seria mínimo, se comparado com a Polícia Militar, pelos mesmos fatores apontados.

A partir dos processos instaurados foram selecionados alguns para realização de estudos de caso, adotando-se como critérios de seleção: autoria e materialidade determinada, gravidade da transgressão no que diz respeito à dignidade da pessoa humana e a inobservância à razoável duração do processo como possível vetor de desrespeito aos princípios constitucionais, inclusive da ampla defesa e contraditório do sindicado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise das sindicâncias observou-se que apenas 4 (quatro) não apresentavam erros formais, as demais não atendiam ao que era estabelecido como parâmetro, quer fossem as Instruções Gerais, a Lei n. 3.278/2008 ou a Instrução Normativa 10-01. Saliente-se que a instituição adotava uma norma revogada, a IG 10-01, quando deveria utilizar a IG 09.001. Percebeu-se que a ausência de solidez formal nos procedimentos, muito embora houvesse normatização para a elaboração de sindicâncias, resultava em desobediência aos direitos do sindicado e maior morosidade na conclusão do procedimento, uma vez que quando constatada a inobservância de preceitos consti-

tucionais, como o devido processo legal, a sindicância retornava ao sindicante para sanar o vício.

Ressalte-se que a razoável duração do processo judicial e administrativo e assim como os meios que garantem sua celeridade (Art. 5º, LXXXVII, CF/88) é requisito do devido processo legal e, conforme assevera Barbosa (2007), embora positivado somente em 2004 por meio da Emenda Constitucional nº 45, o direito à razoável duração do processo já dispensava formulação expressa, sendo inerente ao devido processo legal o direito à prestação da tutela jurisdicional e administrativa efetiva em tempo útil.

Os resultados demonstraram que metade das sindicâncias não atendeu ao devido processo legal; que a maioria delas foi concluída pelo sindicante no prazo estabelecido, mas a solução expedida pela autoridade julgadora foi apresentada fora do prazo estabelecido, ensejando em exposição da imagem e honra dos sindicatos por tempo excessivo, punições tardias ou demora no arquivamento mesmo diante de situações em que não havia indícios de irregularidade funcional, demonstrando que a hierarquia e disciplina de sobrepujam aos direitos e garantias dos bombeiros militares.

A análise das sindicâncias possibilitou vislumbrar que o sindicante, apesar de desprezar os princípios constitucionais, via de regra entregava a sindicância no prazo estabelecido, contudo a solução do comandante geral recorrentemente incorria em excesso de prazo, transcorrendo um tempo exacerbado entre a data do fato e a solução, esta última culmina com o arquivamento ou a punição do sindicato. Nesse aspecto, a punição demora tanto tempo para se efetivar que a função pedagógica da sanção se perde, não sendo eficaz para manutenção da hierarquia e disciplina, como mencionado por alguns entrevistados. Muitas vezes nem o sindicato nem a tropa lembra mais do por quê da punição.

Não se pretende aqui sugerir que as punições tenham que ocorrer previamente, sem o devido processo legal, muito menos que o sindicato seja usurpado em seus direitos de defesa e contraditório, contudo a razoável duração do processo que também compõe o devido processo legal, pareceu não ter importância em nenhuma das sindicâncias que foram analisadas.

Outro aspecto relevante notado pela análise das sindicâncias foi a relevância da reativação da Assessoria Institucional, haja vista desempenhar atos de correição nas sindicâncias instauradas de abril de 2014 em

diante, o que refletiu em procedimentos permeados por lisura e busca pela correta instrução, o que não se via anteriormente à sua reativação, sobretudo o que versa sobre o princípio do contraditório e ampla defesa, sendo possível constatar três autos de sindicâncias devolvidos aos respectivos sindicantes para que corrigissem os atos eivados de vício.

Percebeu-se, ainda, que apesar da análise das sindicâncias não oferecer subsídios suficientes que atestasse o tratamento diferenciado em função da posição hierárquica ocupada pelo sindicado, bem como pelo fato de muitos oficiais entrevistados negarem qualquer tipo de aceitação, a fala das praças e de um oficial revelou haver diferenciação na aplicação da punição em função do grau hierárquico do sindicado: para a praça o rigor é sempre maior, o que foi fartamente exposto tanto nas entrevistas quanto nos questionários aplicados.

Nesse diapasão, pode-se inferir que o efeito pedagógico da punição (tardia) perde sua finalidade, qual seja, fortalecer a hierarquia e a disciplina, pilares das instituições castrenses, o que, a médio prazo fomentará espíritos deletérios ante a passividade punitiva do comandante. Ademais, a delonga em solucionar as sindicâncias expõe as partes envolvidas, que à espera de uma solução para a lide, têm exposta sua imagem e honra por tempo excessivo e desnecessário, para ao final, muitas vezes, como constatado, os autos serem arquivados ante a ausência de indícios de irregularidades funcionais.

O respeito à honra, à hierarquia e à imagem institucional continuam sendo valores profundos de qualquer instituição, inclusive a militar, porém não podem se sobrepor a direitos e conquistas que vêm sendo elaborados pela sociedade, fruto dos avanços da humanidade. O respeito à dignidade do homem e sua valorização enquanto ser tem sido mais enfatizado e por isso nenhum homem em sã consciência se submeterá a punições injustas. Discutir essas questões não têm o condão de desconstruir a instituição Bombeiro Militar, senão fortalecer seus pilares- hierarquia e disciplina - asseverando que os direitos têm se ampliado e nenhuma instituição poderá retirá-los dos sujeitos que a compõem.

4. CONCLUSÕES

A partir da análise das sindicância percebe-se que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, instituição centenária e respeitada pela sociedade, não tem se esquivado em acatar os prin-

cípios constitucionais insculpidos na Constituição Federal de 1988, tanto é que adota em suas conclusões e pareceres trechos da lei que remetem à garantia de direitos e garantias, partilhando da ideia moderna da processualidade, defendida por Pessoa (2003) a qual não se dá somente em processo judicial, como também em processo administrativo e legislativo, concernentes à edição de decisões administrativas (atos administrativos) e legislativas (elaboração das leis)¹.

Entretanto só a intenção não é suficiente, faz-se necessário que se cumpra. Todavia verifica-se que o quantitativo de bombeiros militares é pequeno para atender à crescente demanda social, mais ainda o de oficiais, que além de cumprirem com suas atribuições ordinárias de escala de serviço também são designados como sindicantes, exigindo-lhes conhecimento tal que proporcione o cumprimento do devido processo legal, sobretudo o princípio da ampla defesa e do contraditório de forma efetiva e célere, sem erros formais ou materiais que ensejem nulidade ou mesmo que os autos tenham que retornar às suas mãos para serem refeitos por desrespeitarem princípios constitucionais. É possível prever que se os procedimentos forem apurados com zelo e sem morosidade para sua conclusão, o resultado será o fortalecimento da hierarquia e disciplina da tropa dentro da instituição.

Palavras-Chave: Bombeiro militares; Devido processo legal; Hierarquia e disciplina; Sindicâncias.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

FILHO, Júlio César Gabarel de Moraes. Abuso de poder punitivo: o comandante indisciplinado. Universo Jurídico, 12 dez. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

PESSOA, Robertônio Santos. Curso de direito administrativo moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

¹ Cabe aqui o esclarecimento acerca da distinção entre processo e procedimento trazido por Hely Lopes Meirelles (2003, p. 655-656): “processo é o conjunto de atos coordenados para a obtenção de decisão sobre uma controvérsia no âmbito judicial ou administrativo; procedimento é o modo de realização do processo, ou seja, o rito processual.”

O PROGRAMA BOLSA FLORESTA DO ESTADO DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS¹

Loiseane Santos Correia Pinto²
Elane Conceição de Oliveira³
Neuler André Soares de Almeida⁴

1. INTRODUÇÃO

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo e ocupa 600 milhões de hectares, abrangendo nove países. No Brasil, a Amazônia abrange os estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e parte dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Sendo assim, o país com a maior prevalência da floresta em seu território (cerca de 60% do total da mesma).

As mudanças do uso da terra na região, de acordo com Alencar *et. al.* (2004, p. 25) e Higuchi *et al.* (2009, p. 38), são porque os principais usos do solo amazônico são voltados para agropecuária, produção de madeira, produção de energia (hidrelétricas, petróleo e gás natural) e exploração mineral.

Com relação ao Estado do Amazonas, ele pertencente à região Norte do País, possui 62 municípios e uma área territorial de 1.559 mil km², o que corresponde a 18,45% da área total brasileira, 40,76% da área da região Norte e 30,87% da área territorial da região Amazônica. As florestas amazonenses estão quase totalmente preservadas. Dados do Prodes Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite mostram que, até 2011, o Amazonas tinha desmatado apenas 2,37% de sua cobertura florestal, o que caracteriza um indicador de preservação da ordem de 97,63% de florestas nativas.

Diante desse indicador de preservação e dada a importância da floresta para os ribeirinhos na nossa região, surge o Progra-

¹ Projeto de PAIC 2017-2018 ESO/UEA em andamento.

² Aluna do curso de economia ESO/UEA e bolsista da FAPEAM.

³ Profa. Adjunta ESO/UEA e orientadora da pesquisa.

⁴ Prof. Adjunto ESO/UEA e co-orientador da pesquisa.

ma Bolsa Floresta (PBF). O PBF é uma política pública instaurada pelo Governo do Estado do Amazonas no ano de 2007, o início do programa foi efetuado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) em setembro do mesmo ano, e a partir de março de 2008 a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) passou a executá-lo.

Segundo Oliveira (2008) define o Programa como um mecanismo de gestão ambiental em combate às mudanças climáticas, usando a justificativa de ser aplicado em áreas que o risco de desmatamento é eminente. Segundo Almeida (2015) foi realizada uma análise do PBF considerando as convergências com o desenvolvimento sustentável, as políticas ambientais e a resultado inicial do programa.

A sua criação foi por interposta pela Lei nº 3.135 de 05/06/2007 que diz respeito a políticas sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento Sustentável no Estado do Amazonas; e a Lei Complementar nº 53 de 05/06/2007 que se refere à institucionalização do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). O PBF foi estruturado em uma divisão de quatro bolsas: Renda, Social, Familiar e associação, no qual o objetivo é oferecer suporte econômico e social, usando as bolsas como incentivos, às comunidades ribeirinhas que residem nas Unidades de Conservação Estaduais por meio da valoração da Floresta, cabendo a este último fator, um benefício ambiental.

Portanto, o objetivo do trabalho é analisar a eficiência socioeconômica do Programa Bolsa Floresta desenvolvido em Unidades de Conservação do estado do Amazonas.

2. METODOLOGIAS

MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE:

Será realizada uma análise de eficiência denominada análise envoltória de dados (DEA), que é uma técnica de programação matemática que permite avaliar o grau de eficiência produtiva, por meio da medição e comparação da chamada relação ótima dos recursos disponíveis, input, com o produto que será gerado, output.

A técnica de DEA tem uma derivação de modelos, o que será trabalhado aqui será o Modelo CCR, também conhecido como retorno constante de escala (CRS), que entende eficiência como a ra-

zão da soma dos produtos (output) e a soma dos insumos (input), possibilita que um conjunto de pesos seja aplicado em uma unidade tomada de decisão (DMU's), onde cada uma delas pode definir o conjunto de pesos para maximizar a eficiência, com a condição de que todas as DMU's tenham a eficiência menor ou igual a um, ou seja, retorno de escala constante.

Método de análise será a Análise Envoltória de Dados por meio do modelo BCC, que permite retornos variáveis de escalas.

FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS:

Primeiramente, foi programada visita técnica à FAS com o intuito de obtermos maiores informações sobre a base de dados e os relatórios do PBF.

A pesquisa correspondeu ao período 2014, 2015, 2016 e 2017 conforme a disponibilidade de dados.

As variáveis de entradas (inputs): renda *per capita*, investimento, as bolsas disponibilizadas e seus componentes, número de famílias, unidades de conservação, crescimento no cadastro de famílias; solicitação dos comunitários, comunidades, registro do percentual de redução de desmatamento e focos de queimada como efeito da aplicação do PBF.

A variável de saída (output): indicadores socioeconômicos (famílias beneficiadas; desmatamento evitado; entre outras).

E o software utilizado será o Frontier Analyst.

3. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

Diante do crescente aumento no nível de desmatamento na Amazônia, tornam-se indispensáveis estudos e análises sobre a eficiência das políticas públicas intergovernamentais implementadas na região, cujo fim de algumas dessas iniciativas é aliar qualidade de vida e conservação ambiental em Unidades de Conservação – UC's para a promoção do desenvolvimento sustentável. Um exemplo disto é o estado do Amazonas, que possui o Programa Bolsa Floresta – PBF.

Como resultados parciais diagnosticou-se que o Amazonas desenvolve o PBF em 16 UC's e foi instituído por meio de duas legislações: a Lei 3.135/2007 de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e a Lei

Complementar 53/2007 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

O PBF atua por meio de quatro componentes: renda, social, familiar e associação. Dados apontam que, em 2015, 574 comunidades foram atendidas pelo PBF e a diferença de desmatamento é 50% em UC's Estaduais com o PBF.

Busca-se com a pesquisa, que ainda está incipiente, mostrar a eficiência da aplicação dos recursos disponibilizados nas comunidades das respectivas UC's e avaliar essa aplicação e os retornos por tipo de programa desenvolvido e por UC's por meio da elaboração de indicadores socioeconômicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF é um dos mecanismos utilizados pelo Estado do Amazonas para subverter esta problemática ambiental na região. Até porque tem sido aplicado em diversas UC's localizadas em regiões de alto risco de desmatamento, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Juma, no município de Novo Aripuanã, no sul do Amazonas.

O PBF é um conjunto positivo de ações que tem como objetivo oferecer uma compensação financeira para os serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas, ou seja, uma recompensa aos guardiões da floresta que se comprometem com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nas UC's do Estado do Amazonas.

Todas estas ações, primeiro, são reflexos das políticas ambientais a favor da floresta em pé no âmbito da Convenção do Clima e da valorização das populações ribeirinha do Estado do Amazonas. Conservar as florestas da Amazônia é também essencial para assegurar oportunidades de melhoria de vida para as populações indígenas, tradicionais e ribeirinha da região.

Essas populações dependem das florestas para sua subsistência. Além disso, detêm rico conhecimento sobre a floresta, que deve ser um componente estratégico para a redução da pobreza e a melhoria da sua qualidade de vida.

No caso do Estado do Amazonas, historicamente ele tem tido uma das menores taxas de desmatamento da Amazônia Brasileira com 98% de floresta original ainda intacta. O Amazonas tem 157

milhões de Km², correspondendo a 1/3 da Amazônia. Porém, durante os últimos anos, o declínio da cobertura florestal e a falta de terra disponível – resultante do intenso desmatamento histórico nos outros estados da Amazônia, como Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia – tirou essa tendência do desmatamento no Estado de Amazonas.

Palavras Chave: Floresta Amazônica; Eficiência socioeconômica; comunidades ribeirinhas.

5. REFERÊNCIAS

NEULER, André Soares de Almeida. A dinâmica do desenvolvimento econômico: Desafios e Perspectivas. – Manaus EDUA, 2015.

ALENCAR, Ane. *et. al.* Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM): Belém, 2004.

HIGUCHI, Niro. Governos locais amazônicos e as questões climáticas globais. Manaus: Edição dos autores, 2009.

OLIVEIRA, Elane Conceição de. Desmatamento evitado: o caso do programa bosla floresta do Estado do Amazonas como política ambiental para mitigar os gases de efeito estufa. – Universidade de Brasília, Centro de desenvolvimento. DINTER CDS/UNB-UEA. Dezembro, 2008.

RIVAS, Alexandre. Economia e valoração de serviços ambientais utilizando técnicas de preferências declaradas. / - Manaus. EDUA, 2014.

O AVANÇO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE CROSS-SECTION PARA A REGIÃO DO ARCO DO DESMATAMENTO¹

Meyrianny Santana Reis²

Elane Conceição de Oliveira³

Neuler André Soares de Almeida⁴

1. INTRODUÇÃO

Em geral, o fenômeno do avanço do desmatamento é resultado da mudança no uso e ocupação do solo seguida de perda de biodiversidade em regiões florestais, como: a Floresta Amazônica.

Com relação às mudanças do uso da terra na região, Alencar *et. al.* (2004, p. 25) e Higuchi *et al.* (2009, p. 38) relatam que os principais usos do solo amazônico são voltados para agropecuária, produção de madeira, produção de energia (hidrelétricas, petróleo e gás natural) e exploração mineral; sendo que estes diferentes usos de solo já provocaram desmatamento total na Amazônia Legal (até 2007) de, aproximadamente, 70 milhões hectares ou 697.838 km², que correspondem a 14,1% da cobertura florestal da região.

Segundo Fearnside (2003, p. 45), o uso da terra e a mudança do uso da terra na Amazônia contribuem para mudanças climáticas globais de diversas maneiras; no período de 1981-1990, a emissão comprometida líquida global de gases causadores do efeito estufa na Amazônia brasileira somaram 6,6% da emissão total antropogênica global, incluindo combustíveis fósseis e mudanças do uso da terra.

Mas, um dos grandes questionamentos que se levanta em relação a essa região é se de fato ela é fonte ou sumidouro de dióxido de carbono para atmosfera global (NOBRE, 2001, p. 197-224). A questão é que esta importante indagação ainda permanece em aberto.

¹ Projeto de PAIC 2017-2018 ESO/UEA em andamento.

² Aluna do curso de economia ESO/UEA e bolsista do CNPq.

³ Profa. Adjunta ESO/UEA e orientadora da pesquisa.

⁴ Prof. Adjunto ESO/UEA e coorientador da pesquisa.

Isto porque por muitas décadas, imaginou-se que a emissão devida aos desmatamentos e queimadas de crescentes áreas da floresta tropical inevitavelmente significaria que a região deveria ser fonte de CO₂ para a atmosfera.

Já há evidências científicas sobre o balanço de carbono da floresta não perturbada tem mostrado que estas florestas tropicais podem estar acumulando carbono por fotossíntese mais do que perdendo por meio de respiração das plantas e decomposição da matéria orgânica, isto é, poderiam estar retirando (sequestrando) carbono da atmosfera, explica o autor.

Sendo assim, diante do crescente aumento no nível de desmatamento na Amazônia, em especial na região do Arco do Desmatamento, tornam-se indispensáveis análises de impactos sobre os principais fatores sociais e econômicos que possam estar contribuindo para que as taxas de desmatamento estejam crescendo na região, recentemente.

Em função disto, o objetivo desse trabalho é analisar o impacto de diversas variáveis socioeconômicas sobre a taxa de desmatamento na região do Arco do Desmatamento na Amazônia, para o ano de 2014. Ou melhor, analisar os fatores determinantes do desmatamento na região do arco do fogo e medir seus respectivos impactos.

2. METODOLOGIA

MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE

Será realizada uma análise cross-section (dados em corte transversal), que consiste em mostrar uma “fotografia” do fenômeno estudado (o desmatamento) a partir de uma amostra de variáveis socioeconômicas tomada em um determinado ponto no tempo. Isto é relevante porque permitirá testar as prováveis hipóteses causadoras do desmatamento, em curso, na região.

FONTE E TRATAMENTO DE DADOS

- Serão utilizadas fontes secundárias disponíveis nos bancos de dados de vários sistemas governamentais, como: SIDRA/IBGE; PRODES/INPE; CONAB/Ministério da Agricultura; SIPAM/Ministério da Defesa; Contas Regionais/IBGE; ALICEWEB/MDIC; PIB Municipal/IBGE; IPEA.

- A variável dependente do modelo básico será a taxa de desmatamento (Km²).
- As variáveis independentes ou explicativas do modelo serão: valor da produção madeireira; valor da produção da pecuária bovina; valor da produção da lavoura temporária (produção de grãos, como: soja e milho); valor da produção da lavoura permanente; valor da produção da agricultura familiar; pib per capita; investimentos de maquinaria para agropecuária; índice de pobreza; IDH-M; valor da exportação de madeira em tora ou beneficiada; população municipal.
- Área de estudo: municípios das mesorregiões dos Estados pertencentes ao arco do desmatamento: sul do Amazonas; leste de Rondônia; norte do Mato Grosso; sudeste do Pará.
- Software: Stata

3. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

De acordo com a Tabela 1 a taxa de desmatamento na Amazônia, de 2016 em relação a 2015, cresceu 27%, com destaque para os estados do Amazonas (59%), Acre (41%) e o Pará (39%).

TABELA 1: TAXA DE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

Ano	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	Amazônia Legal
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
2016	372	1129	17	258	1489	2992	1376	202	58	7893
	41%	59%	-32%	23%	-7%	39%	34%	29%	2%	27%

Fonte: PRODES/INPE

Entre as causas estão àquelas já históricas que envolvem propriedades privadas e grileiros.

Há necessidades de mobilização dos agentes econômicos (famílias, governo e iniciativa privada) em prol de políticas de comando e controle eficientes na região, especialmente mais recentemente em face do governo federal sustentar um discurso internacional de queda no desmatamento na Amazônia, contrariando assim os fatos e as pesquisas levantadas pelos organismos científicos e acadêmicos nacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As florestas estão sendo dizimadas, muito embora haja muitas tentativas de conter o avanço do desmatamento na Amazônia; e com isto a perda de biodiversidade e serviços ambientais tão essenciais ao homem está em risco.

A região Amazônia perdeu 7.989 Km² de floresta, a maior taxa de desmatamento desde 2008, de acordo com os dados oficiais divulgados pelo PRODES, Sistema de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal, do Governo Federal.

Palavras-chave: desflorestamento; taxa; floresta; impacto.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane. *et. al.* Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM): Belém, 2004.

FEARNSIDE, Philip M. A floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus: INPA, 2003. 134 p.

HIGUCHI, Niro. Governos locais amazônicos e as questões climáticas globais. Manaus: Edição dos autores, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAL (INPE). Projeto PRODES Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite 2012. Desmatamento nos Municípios (Amazonas). Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>.

NOBRE, Carlos. Amazônia: fonte ou sumidouro de carbono? IN: Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: MMA, 2001. 435 p.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAL (INPE). Projeto PRODES Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite 2012. Taxas de desmatamento na Amazônia. Disponível em: < <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: setembro/2017.

INCLUSÃO DE PESSOAS EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRADIÇÕES ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS

Monica Dias Araújo¹

1. INTRODUÇÃO

O projeto de Produtividade Acadêmica intitulado: Inclusão de acadêmicos com necessidades específicas - IANE, nos cursos de Licenciaturas da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST, tem proporcionado algumas reflexões acerca das políticas e práticas vivenciadas no meio acadêmico. A educação na Amazônia vem sendo vítima de um processo de exclusão que manifesta de diversas formas. Seja por falta de valorização dos saberes e das realidades específicas desta região que não são levadas em consideração ao instituir e ou implementar políticas públicas ou por outros motivos relacionados as práticas educativas excludentes, que manifestam-se ou ficam camuflados no interior das salas de aula. A Universidade por meio de seus Programas cabe contribuir com as transformações estruturais e mudanças atitudinais, oferecendo para esta geração o privilégio de conviver e aprender com as diferenças. Estas transformações perpassam pelo “saber fazer” e “saber conviver”, que está diretamente ligada a formação, busca de informação e implementação de políticas inclusivas. Para Glat (2007, p. 135), “o convívio cria demandas as quais se repetem”, Assim, a partir das demandas criadas neste convívio diário com acadêmicos e professores percebe-se a necessidade de

¹ Professora de Libras e Educação Especial da Universidade do Estado do Amazonas/ Centro de Estudos Superiores de Tefé. Com Mestrado em Educação pela Linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia- UEPA. Pedagoga - Especialista em Língua de Sinais Brasileira, Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas a Educação, na Especificidade Educação Especial e Inclusiva. Pesquisadora da Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação nos Contextos Amazônicos - EDUCA, na linha de pesquisa: Educação Inclusiva e Acessibilidade do Centro de Estudos Superiores de Tefé-AM. E-mail: monicadiasatm@yahoo.com.br

conhecer melhor e intervir no processo por meio da “ação – reflexão – e ação”, como nos diz Freire. E as demandas surgidas com o desenvolvimento do projeto IANE, vêm contribuindo com reflexões e intervenções para minimizar as dificuldades encontradas por acadêmicos e professores no processo de inclusão. No desenvolvimento da pesquisa há o apoio teórico de autores como: Duk (2006), Mantoan (2003), Gat (2007), entre outros. O estudo também se constitui de Teses e Dissertações que abordam a temática e estão disponíveis no Banco de dados da CAPES. Outros documentos como: O plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2017-2021), da Universidade do estado do Amazonas, leis e normas fazem parte do embasamento teórico para a realização da pesquisa e alcance dos objetivos. Neste trabalho o objetivo geral é: analisar o processo de inclusão de pessoas em condição de deficiência nos cursos de Licenciaturas da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tefé. De modo específico os objetivos são: apresentar os resultados parciais da pesquisa e problematizar as contradições entre as políticas e as práticas.

2. METODOLOGIA

Visando uma dinâmica dos fenômenos existentes no campo da pesquisa, o tipo de estudo proposto é a **Pesquisa Participante** pelo fato de possibilitar uma maior interação entre pesquisador e pessoas que participam da pesquisa. Ou seja, embora suas funções sejam distintas, de acordo com Brandão, (1982) ambos atuam como sujeitos responsáveis pela construção do conhecimento por meio da participação e intervenção. O que promove o envolvimento pelo fato de querer conhecer e transformar. A análise escolhida é **qualitativa**. A escolha deste tipo de análise no desenvolvimento metodológico deste trabalho se efetivou pelas características do objeto de estudo e da intenção de pesquisa.

Segundo Marcondes (2010), a origem da pesquisa qualitativa se deu na Antropologia e Sociologia, uma vez que os pesquisadores perceberam que o objeto que investigavam como: vidas dos povos, práticas culturais, entre outros, necessitavam de uma análise mais completa, o que dificultaria com a análise apenas quantitativa. Cabe, então, ao pesquisador envolver-se ativamente na realidade pesquisada para descrevê-la, analisá-la e interpretá-la. Neste sentido,

a **pesquisa de campo** compõe o conjunto de escolhas no processo de desenvolvimento deste estudo, uma vez que para compreender a realidade em seu sentido mais completo faz-se necessário compartilhar, participar, vivenciar, incluindo-se na realidade em busca de sua reconstrução atentando sempre pelo processo ação-reflexão- ação como nos diz Paulo Freire. A abordagem escolhida é a **Crítico-Dialéctica**. A escolha dessa abordagem satisfaz a intenção da pesquisa, uma vez que, segundo Gamboa (1999) ela se caracteriza pela problematização da realidade e se configura por um desejo de mudança dos fenômenos estudados. Outra característica deste tipo de pesquisa é o fato de perpassar por um caráter histórico possibilitando apontamentos de transformações em relação à ordem social e política.

Desta forma, esta abordagem permite que os fatos sejam analisados qualitativamente, relacionando-os com suas épocas históricas compreendendo suas contradições e neste processo perpassa ainda a convicção que as realidades podem ser transformadas. Nesta perspectiva, podemos retomar o que nos diz Oliveira (2004 p.12), sobre “a concepção de ciência que deixa de ser neutra, dimensionando-se como história e política”. A realidade histórica, o olhar e a forma de relacionar-se com o objeto cobra da pessoa que pesquisa o seu compromisso ético e político com a realidade.

Para percorrer as indagações e constatar, seguem os procedimentos desenvolvidos. **No primeiro momento:** apresentação da proposta ao Conselho Acadêmico. **No segundo momento:** convite destinado aos colegiados dos cursos de Licenciaturas para os professores participarem da pesquisa. **No terceiro momento:** levantamento dos acadêmicos com necessidades específicas por colegiado seguido de intervenção. **Quarto momento:** aplicação de entrevistas semi-estruturadas para detectar as demandas docentes. **Quinto momento:** aplicação de questionário levantamento de demandas dos acadêmicos e professores sobre a inclusão. **Sexto momento:** Rodas de conversa com docentes e acadêmicos. **Sétimo momento:** sistematização, tabulação e categorização dos dados. **Oitavo momento:** Divulgação e socialização dos dados. **Nono momento:** organização e realização da intervenção. **Décimo momento:** Avaliação e publicação dos resultados. Participantes da pesquisa: professores, os acadêmicos com Necessidades Específicas e outros acadêmicos que demonstra interesse em participar contribuindo com a pesquisa. Avaliação perpassa por todas as etapas do projeto.

3. ENTRE AS DETERMINAÇÕES DAS POLÍTICAS E O QUE VIVENCIAM OS ACADÊMICOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A materialização das leis e políticas no cotidiano das Universidades ainda demanda esforço rumo às transformações necessárias no processo de inclusão de uma forma geral. No que refere-se a inclusão de pessoas em condição de deficiência as contradições se revelam em meio aos direitos e a não concretização dos direitos. O Plano Nacional de Educação (2014-2024), visa entre outras questões o incentivo a inclusão no Ensino Superior, destacando a necessidade de criar incentivos à inclusão.

Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no *caput* do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014, p. 58).

A inclusão nos cursos de licenciaturas deve acontecer de forma articulada com o Ensino, Pesquisa e Extensão. Contudo, os acadêmicos em condição de deficiência que participam da pesquisa não estão envolvidos em nenhum projeto de ensino, pesquisa ou extensão da Universidade que disponibiliza bolsa. Não dispõe do Atendimento Educacional Especializado e os poucos apoios que recebem não são suficientes para promover a inclusão de fato. Um acadêmico denominado pelo nome de “Roberto”² que participa da pesquisa relata algumas dificuldades que encontrou ao ingressar na Universidade.

A primeira dificuldade era que eu tinha a visão, a imagem que o ensino superior era mil maravilhas, até comentei com um professor, ele disse: não, achei que era o paraíso, porque eu pensei que estava saindo de um sufoco, então... não tinha nada, como até hoje não tem, aí como eu ia fazer? Não dominava o braille, não tinha um gravador pra gravar as aulas, não tinha computador adaptado, nada, estava totalmente de lado, totalmente excluído. Aí fomos à coordenação, pedimos um compu-

² Todos os nomes dos participantes da pesquisa utilizados na pesquisa são nomes fictícios.

tador, demorou, mas chegou, um net book, sem programa, quer dizer não servia de nada, então passei vários meses sem esse programa... Eu saía as vezes com vontade de não voltar mais, mas aí eu pensava eu vou continuar porque já ingressei nessa universidade e eu acho que eles pensão também que eu não vou passar, mas vou continuar e assim fui levando. Venci o primeiro período mesmo com as dificuldades (ACADÊMICO ROBERTO).

A primeira dificuldade que o acadêmico relata está ligada ao fato de ter que desconstruir uma visão que tinha construído sobre a inclusão na Universidade. Ao ingressar no Nível Superior o estudante pensava que iria sair da exclusão vivenciada na Educação Básica para uma nova realidade. Contudo, a exclusão continuou se manifestando de diversas formas.

E essas dificuldades não cessaram, são muitas, no ano passado passaram filmes com legenda, aí mata... aí o monitor não sabia se assistia ou lia. Fica difícil e os professores... falta uma preparação pra eles terem esse contato com alguém com certas limitações. Muitos não sabem como lidar com isso, atender o estudante com necessidades específicas,... A universidade não prepara (ACADÊMICO ROBERTO).

Atuar no contexto das diferenças demanda das pessoas que se propõem atuarem na perspectiva da inclusão, saberes que perpassam pela formação teórica e prática.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI/UEA (2017-2021, p. 59), a Universidade deve: “promover atividades que garantam a permanência/ inclusão de pessoas com deficiência na Universidade, em condição de vulnerabilidade social, respeitando os princípios dos Direitos Humanos”.

Nota-se que os instrumentos de planejamento da Instituição destacam políticas e ações promotoras da inclusão. A dificuldade está na implementação da política. No caso específico do local da pesquisa não há acessibilidade arquitetônica de comunicação e informação. Não há Núcleo de Acessibilidade. Os acadêmicos só contam no momento com o apoio das pessoas voluntárias do projeto IANE. Os desafios no processo de inclusão perpassam pela necessidade de converter essas ações afirmativas determinadas no plano em ações concretas e transformações práticas no cotidiano das pessoas em condição de deficiência.

5. CONCLUSÕES

Percebe-se um avanço no que refere-se as determinações legais e políticas inclusivas no Plano de desenvolvimento Institucional. Contudo, há contradições entre o que está determinado e o que de fato acontece na prática. Alguns acadêmicos contam com o apoio de monitores e com alguns recursos como computadores. Suas falas revelam que as dificuldades encontradas variam entre barreiras físicas, atitudinais, apoios insuficientes, necessidades de formação docente eficiente, entre outras. Nota-se que ainda prevalece a exclusão no meio acadêmico o que demonstra a necessidade de continuar problematizando e contribuindo com o desenvolvimento de ações inclusivas. A pesquisa participante está contribuindo de forma significativa com novas reflexões, práticas e atitudes diante das diferenças. As intervenções estão contribuindo diretamente no processo de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave - universidade; políticas inclusivas; pessoa com deficiência.

6. AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Amazonas pelo apoio recebido por meio da bolsa de Produtividade Acadêmica. Ao Conselho Acadêmico do Centro de Estudos Superiores de Tefé. Aos acadêmicos, professores e professoras participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRASIL, Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/ 2014). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2014.
- DUK, Cynthia. Educar na Diversidade: material de formação docente. 3. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- GAMBOA, Sílvio Sanches. A Dialética na Pesquisa em Educação: elementos de contextos. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; TEIXEIRA, Eli-

zabeth (Orgs.). Metodologias e Técnicas em Pesquisa em Educação. Belém: EDUEPA, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, Imaginários e Representações Sociais na Educação Especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021). Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: Edições gráficas, 2017.

EMPREGO OU TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM MANAUS: AVANÇOS OU ESTAGNAÇÃO NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS?

Roberto Gilonna Júnior¹
Dalmir Pacheco de Souza²

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar a evolução na política de oferta do trabalho para PcD. Justifica-se por se tratar de conhecimento pouco explorado no meio acadêmico e faz uma abordagem sobre a empregabilidade da pessoa com deficiência. O trabalho faz com que o homem aprenda a conviver com outras pessoas, com as diferenças, a não ser egoísta e pensar na empresa, não apenas em si (BENDASSOLLI, 2009, pg. 11). Os questionamentos a respeito da diferença entre o “trabalho” e “emprego”, se confundem em dois conceitos. O trabalho é uma tarefa que não necessariamente confere ao trabalhador uma recompensa financeira. O emprego é um cargo de um indivíduo em uma empresa ou instituição, onde o seu esforço (físico o mental) é devidamente remunerado (BOUDON, 1990).

De acordo com Dantas (2009, pg.14) o conceito de emprego é bem mais recente do que o de trabalho e surgiu por volta da Revolução Industrial, propagando-se com a evolução do capitalismo. Estas relações datam de tempos recentes na cidade de Manaus. A partir do séc. XXI começa a real preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência na política educacional do estado do Amazonas.

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPED) prioriza a questão da qualificação profissional para o mercado de trabalho em parceria com associações como ACERPAM, ADEFA e outras ligadas à PcD.

¹ Graduado em Tecnologia Gestão Pública – UEA, Especializando em Políticas Públicas – UNINTER; Email: robertogilonna4@gmail.com.

² Doutor e Mestre em Educação - FACED/UFAM, Professor Efetivo do Instituto Federal do Amazonas – IFAM – Email: dalmirpacheco@gmail.com.

2. METODOLOGIA

A metodologia está concentrada na fenomenologia de Husserl bem como seus desdobramentos e consequências, com relação à construção de uma nova realidade (BOCHENSKI, 1968). Quanto aos fins, é uma investigação exploratória em área de pouco conhecimento acumulado e sistemático.

A pesquisa deu-se no campo com a coleta de dados primários, com recortes de sites, folders, jornais, artigos, *e-books* e livros com observando orientações de renomados autores. Nesse caso, segundo Thiollent (1996) a taxionomia da pesquisa-ação aplica-se por se tratar de intervenção participativa na realidade social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

MAPAS DE CAMPO DO TRABALHO PARA DEFICIENTES EM MANAUS

Para selecionar as empresas privadas, foi consultado o cadastro da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM). Como critério para o recorte, estabeleceu-se o número mínimo de cem funcionários, definido em função da legislação, que prevê um percentual de vagas para pessoas com deficiência que superam esse número (BRASIL, 1991, pg.4).

Para complementar o universo, observou-se os mesmos aspectos no setor público, onde foram selecionados alguns órgãos federal, estadual e municipal, já que seus estatutos de servidores asseguraram o acesso ao serviço público.

TABELA 1- EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Empresas	Procuradas	Responde-ram	Empregam defi- cientes	Outros*
Públicas	38	18	18	02
Privadas	119	82	32	05
Total	157	100	50	07
%	100	63,70	26,11	10,19

*Neste campo estão computadas as empresas que não permitiram o acesso aos dados. Fonte: Pesquisa de campo, próprio autor, 2016.

Após o levantamento das empresas privadas que contavam com mais de 100 colaboradores, chegamos a um total de 38 empresas

públicas (na capital) e 119 empresas privadas em todo o estado do Amazonas, cadastradas na FIEAM até novembro de 2016. Esse total alcançou não somente as indústrias, mas também as empresas de comércio e serviços. Houve um contato via correio eletrônico, buscando levantar quais teriam em seus quadros trabalhadores com deficiência. Das 38 públicas procuradas 18 que responderam disseram empregar 18 pessoas com deficiência. Nas 119 privadas procuradas 82 responderam, porém, apenas 32 disseram empregar pessoas com deficiência.

Mas qual a condição da pessoa com deficiência nesse cenário? Quem está sendo empregado? Há um perfil a ser traçado? Como a legislação está sendo utilizada? Sob que justificativa são empregadas pessoas com deficiência? Na observação do campo empírico, buscamos respostas para estas questões.

Na tabela 2 está discriminado o total de colaboradores por tipo de deficiência encontrado nas empresas públicas e privadas investigadas.

TABELA 2 – COLABORADORES COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS

Empresas	D. Auditiva	D. Física	D. Visual	D. Mental	D. Motora	Total
Privadas	16	11	3	1	1	32
Federais	2	2	1	-	1	6
Estaduais	1	3	1	-	1	6
Municipais	-	4	1	-	1	6
Total	19	20	6	1	4	50

Fonte: Pesquisa de campo, próprio autor, 2016.

Um fator a ser considerado é que suas dificuldades são menos significativas para os campos em que têm sido empregados com maior frequência, que são as funções administrativas, apoiadas por novas tecnologias. Esses trabalhadores, organizados em associações, exercem pressão política assegurando alguns avanços de acesso ao mercado de trabalho.

O ser humano é absoluto e o trabalho também é global. Numa perspectiva psicológica por meio do trabalho, o homem adquire sua identidade social e atende às necessidades básicas de segurança, autonomia, afirmação, auto-realização, prazer autoestima, dentre outras, caracterizando, portanto, um dos mais va-

liosos recursos de adaptação do homem ao meio (GIORDANO, 2000, pg. 53).

4. CONCLUSÃO

Os seres humanos, por natureza, são diferentes uns dos outros. As deficiências e suas marcas evidenciam a diferença entre o inteiro e o fragmentado, o perfeito e o imperfeito e está carregado de estigmas e valores preconceituosos, o que coloca qualquer deficiente às margens da sociedade.

De acordo com a trajetória histórica, podemos perceber que tais valores preconceituosos foram legitimados na sociedade ao longo do tempo. Desta forma, o preconceito social que existe com relação à pessoa com deficiência é um problema da sociedade que estigmatiza, mas também um problema de consciência individual fragmentada. Estas posturas não são estanques em nosso cotidiano. Contudo, constituem-se em posturas que convivem entre si, em um movimento argumentativo, de tensão, interferindo, ainda nos dias atuais, no modo como vemos a pessoa com deficiência.

Assim, encontramos hoje, com variações na intensidade, atitudes semelhantes às da época pré-científica em que o deficiente não era considerado, por exemplo, como ser humano, um ser político com capacidade de decidir sua história, sua existência.

Palavras-chave: Associação; Relação Política; Emprego; Trabalho.

REFERÊNCIAS

- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Psicologia e trabalho: apropriações e significados. São Paulo: CENGAGE Learning, 2009.
- BOCHENSKI, M. J. *A fenomenologia de Edmund Husserl*. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho, in *A filosofia contemporânea ocidental*, Herder, 1968.
- BOUDON, Raymond. Dicionário de sociologia. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Lei 8.213 de 24/07/91. Dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência. Disponível em: www.redebrasil.inf.br/legisla/8213/titulo3.htm. Acesso em 21 fev 2017, 09h28min.
- DANTAS, Maria Lourdes. História do pensamento econômico e a evolução da ética individualista. 1 ed. Manaus: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas; Uninorte/Laureate, 2009.
- GIL M. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto Ethos; 2002.

GIORDANO, Blanche Warzée. (D) eficiência e trabalho: analisando suas representações. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Principais destaques no mercado de trabalho entre 2003-2007. Disponível < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_retrospectiva.shtm>. Acesso em 09 fev de 2017, 13h46min.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ACADÊMICOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE LICENCIATURAS

Rosângela Gomes de Souza¹
Monica Dias de Araújo²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada por meio do projeto *O Processo de Inclusão de Acadêmicos com necessidades específicas* em um Centro de Estudos Superiores, vinculado à linha de pesquisa Educação Inclusiva do grupo de pesquisa Educação em contextos Amazônicos - EDUCA. As discussões fazem parte da pesquisas financiada pela FAPEAM e foi realizada no período de agosto 2016 a agosto de 2017, por meio do Programa de Apoio a Iniciação Científica - PAIC.

O trabalho se justifica pela necessidade de refletir e de ampliar possibilidades de promover a inclusão por meio de socialização de pesquisas, oportunizando acadêmicos e professores, experiências, informações, que contribuam com o processo de reflexão sobre a inclusão no meio acadêmico. Entre os autores citados encontram-se: Glat (2009), Mazzotta (2003), Mendes (2015) entre outros, que discutem educação inclusiva.

O objetivo geral é Analisar o processo de inclusão de acadêmicos com necessidades específicas nos cursos de Licenciaturas da Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST/UEA. E-mail: rosa7gelgomes@hotmail.com

² Professora de Libras e Educação Especial da Universidade do Estado do Amazonas/ Centro de Estudos Superiores de Tefé. Com Mestrado em Educação pela Linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia- UEPA. Pedagoga - Especialista em Língua de Sinais Brasileira, Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas a Educação, na Especificidade Educação Especial e Inclusiva. Pesquisadora da Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação nos Contextos Amazônicos - EDUCA, na linha de pesquisa: Educação Inclusiva e Acessibilidade do Centro de Estudos Superiores de Tefé-AM. E-mail: monicadiasatm@yahoo.com.br

riores de Tefé. De caráter específico objetiva: (1) Identificar os acadêmicos com essas necessidades educacionais especiais; (2) Conhecer as demandas dos acadêmicos com necessidades específicas e (3) Intervir junto aos acadêmicos para minimizar as dificuldades encontradas. Assim, o texto apresenta resumidamente os procedimentos metodológicos adotados, seguido dos resultados e discussão.

2. METODOLOGIA

A pesquisa constitui-se de uma pesquisa de campo de análise qualitativa. Tem como lócus uma Unidade de Ensino Superior no Interior do Estado do Amazonas. Como participantes da pesquisa destacam-se 3 (três) acadêmicos com necessidades educacionais especiais de 3 (três) cursos distintos de licenciaturas. A seleção de alunos foi levantada a partir de conversas e acesso aos documentos nas secretarias de todos os cursos. Contudo, foi lançado o convite e os 3 (três) demonstraram interesse em participar. A idade dos participantes todos do sexo masculino está em torno dos 24 a 42 anos.

Entre os procedimentos destacam-se, o levantamento bibliográfico e pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, seleção dos acadêmicos e realização das entrevistas. A entrevista como instrumento de pesquisa para a coleta de dados justifica-se por se apresentar como um método para alcançar o objetivo do projeto de pesquisa ao qual este trabalho faz referência.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante (LUDKE, 1986, p. 33).

No caso específico facilitou de forma significativa o processo com o estudante com cegueira. Como instrumento utilizou-se: papel, caneta e gravador de voz (com autorização das pessoas participantes). Para análise dos dados no primeiro momento houve a sistematização por meio da transcrição e tabulação dos dados.

Alguns cuidados éticos foram adotados no decorrer da pesquisa como: termo de consentimento, nomes fictícios, entre outros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão no nível superior parece estar ligada aos desafios que o fator inclusão enfrenta no ensino básico. É natural pensar

que a atenção voltada a esse processo inclusivo iniciasse no topo, ou seja, no ensino superior, mas suas necessidades acabam tendo que vir exemplificadas do ensino básico, cuja demanda de alunos com alguma necessidade educacional especial parece ser em maior número. Mazzotta (2003, p.15), ressalta que “a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade”.

E essa ressalva desencadeia outro aspecto relevante, que é a alienação da conquista desse atendimento ficando restrito aos pequenos grupos, surgidos em meio a este século, como elementos de políticas públicas por isso esse mesmo autor diz que essa defesa em favor da inclusão manifesta-se “através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século” (MAZZOTTA, 2003, p.15).

Tratar deste tema que envolve a inclusão de universitários com necessidades educacionais especiais nos remete a pensar sobre Universidades que vêm adotando esse fator para a melhoria da aprendizagem aos discentes que necessitam desse olhar inclusivo. A história demonstra que as universidades foram instituições excludentes, seja pela seleção no ingresso, pela localização geográfica, seja pelo caráter privado e altos custos, o que negava as esperanças de acesso à grande parte da população.

Considerando parte da trajetória da educação superior brasileira percebe-se a expansão do número de instituições de Ensino Superior, de cursos e conseqüentemente, de matrículas. A expansão e as políticas de inclusão contribuíram com o acesso da pessoa com deficiência.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva objetiva assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visa, também, garantir o acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL/MEC/SE-ESP, 2008, p. 14).

Perceber a diferença presente nos contextos educacionais é fundamental para que posturas inclusivas se construam. Não depende apenas de discursar sobre a inclusão, mas de buscar conhecer a essência do que é incluir, independente das diferenças. Percebe-se que esse foco está voltado para a educação básica e a prática dessa proposta na educação superior recebe pouca atenção para que sejam realmente incorporados.

Mesmo assim, não se pode omitir a presença dos alunos matriculados e divulgar debates concernentes à inclusão ou acessibilidade de pessoas com deficiência torna-se relevante para que de alguma forma possam surtir efeito positivo nas universidades.

Segundo estudos realizados durante a pesquisa os estudantes com necessidades educacionais especiais em algumas universidades apresentam algumas características como: não se adequam ao conceito de deficiência, apesar de se identificarem na ficha de matrícula como deficientes físicos; apresentam períodos de depressão; se sentem diminuídos com baixa auto-estima; limitados com barreiras arquitetônicas que estão presentes nos mais diversos locais inclusive nas próprias instituições de ensino; a ausência de rampas, portas estreitas; bebedouros e telefones públicos incompatíveis com a altura de pessoas em cadeiras de rodas; falta de elevadores em alguns prédios das instituições; ausência de vagas de estacionamento adaptadas para pessoas com deficiência física; falta de rebaixamento nas calçadas, são algumas das barreiras à inclusão e acessibilidade em algumas universidades.

Outra constatação relevante a comentar da inclusão no Nível Superior, é que implementações de políticas públicas de inclusão educacional têm exigido dos sistemas educacionais ajustes nos espaços escolares com a finalidade de atender adequadamente à demanda de estudantes com as mais diversas necessidades educacionais, por isso, Mendes (2015), destaca que as Universidades precisam ir além do acolhimento “é preciso rever posturas”, o que implica em rever comportamentos e eliminar preconceitos. Vale ressaltar que há um grande trajeto a percorrer em vista das dificuldades observadas em vários momentos do ensino no Nível Superior e que há diversos desafios a serem superados para garantir de fato a inclusão dos acadêmicos no Ensino Superior.

Sabemos que há uma grande tarefa outorgada ao professor, porém pouco poderá ser feito se aliado a isto as políticas de Educação

Inclusiva não forem respeitadas pelos governos, por isso Glat (2009, p. 16) destaca:

A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país [...]esse processo vem se acelerando, sobretudo, a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil”.

Portanto, é de suma importância o olhar pelo viés da inclusão. O que precisa ser excluído em qualquer contexto social e educacional são as barreiras físicas e atitudinais, bem como, o preconceito e o desrespeito às diferenças.

Entre os principais desafios encontrados nas pesquisas teóricas destacam-se: a formação docente ineficiente; a fragilidade que reside na questão da acessibilidade; a necessidade de políticas institucionais ligadas às mudanças atitudinais.

Percebe-se que a educação inclusiva no Nível Superior, ainda não está acontecendo como determina a legislação sendo visíveis os desafios que variam entre as condições de acessibilidade da instituição e apoios insuficientes para promover de fato a inclusão.

Os acadêmicos que conseguem ingressar enfrentam várias dificuldades no processo de promoção e não conseguem acompanhar as atividades, reflexo disso é o alto índice de reprovação de alguns deles em várias disciplinas. Durante as intervenções foi possível produzir materiais como gravação de livros em áudio e apoio para interpretação dos textos.

4. CONCLUSÕES

Concluimos que a inclusão no nível superior é um processo que deve ser trabalhado constantemente. A partir das participações dos discentes notamos o quanto as políticas de inclusão precisam ser desenvolvidas no ensino superior. A Universidade todos os anos envia à sociedade um número significativo de licenciados para atuar na Educação Básica. Se o processo de formação no Ensino Superior não conseguiu ofertar formação eficiente na perspectiva inclusiva a ineficiência na formação inicial vai refletir diretamente na sua atuação profissional. O que fica evidente é que a educação inclusiva nas

universidades necessita ser reforçada, principalmente por formar formadores.

Palavras-chave - Exclusão; Ensino Superior; Universidade Pública .

5. AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Amazonas. À FAPEAM por meio do PAIC. Aos acadêmicos, professores e professoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

LUDKE, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1986.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2ª edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas/ Marcos José Silveira Mazzotta - 4. Ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux. A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: Um estudo sobre o acesso, permanência e aprendizagem. UNIOESTE - Campus Cascavel, 2015.

PRISÕES CAUTELARES: MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA OU DA ORDEM DE CLASSES?

Sergio Enrique Ochoa Guimarães¹

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui atualmente uma população de 622.202 pessoas privadas de liberdade, a quarta maior do mundo em números absolutos, situação que constitui um dos grandes desafios enfrentados pelo país na atualidade em matéria de direitos humanos e política criminal.

Uma das causas desse encarceramento massivo é o uso indiscriminado da prisão cautelar, a qual consiste no cerceamento excepcional da liberdade do indivíduo antes do julgamento do processo com o fim de garantir a eficácia da persecução criminal, e que responde por cerca de 40% da população prisional brasileira. O que se observa na prática é que o sistema de justiça criminal opera majoritariamente a partir do flagrante delito e de sua conversão quase automática na prisão preventiva, utilizando-se os juízes principalmente do argumento de “garantia da ordem pública” para justificar a constrição cautelar, ainda que não exista nenhum indício concreto de que a liberdade do flagranteado possa representar risco à sociedade ou ao processo.

A questão, porém, não se limita às causas e efeitos do uso abusivo da prisão-custódia, estendendo-se também a quem ela é aplicada, uma vez que a maior parte da população carcerária é composta por homens jovens, negros e pardos, com baixa escolaridade e provenientes das camadas sociais mais pobres, é dizer, indivíduos socialmente fragilizados cujas características pessoais e sociais configuram um sólido estereótipo compartilhado pelas agências repressivas (SAL, 2015).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera-UNIDERP, graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Defensor Público do Estado do Amazonas. E-mail: sergioenrique87@gmail.com.

Assim, o trabalho se propôs a discutir a real função exercida pela prisão cautelar no Brasil, avaliando até que ponto é um instrumento que visa apenas a resguardar a ordem pública a partir do encarceramento de indivíduos efetivamente perigosos para a sociedade, ou se, mais que isso, é uma ferramenta de controle social cujo intuito é manter a ordem de classes a partir da segregação dos pobres.

2. METODOLOGIA

O artigo foi elaborado a partir de pesquisa qualitativa teórica, tendo sido utilizado o método de procedimento bibliográfico, instrumentalizado pela técnica de pesquisa de documentação. O levantamento bibliográfico foi feito em livros, relatórios de órgãos oficiais nacionais, internacionais e de direitos humanos, artigos e em material publicado na *internet*, com ênfase em livros e artigos científicos, doutrinas de Direito, na legislação nacional, em convenções internacionais e em publicações diversas relacionadas ao tema disponibilizadas na rede mundial de computadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, verificamos que as medidas cautelares de natureza pessoal são providências urgentes adotadas durante a investigação ou no curso do processo criminal que importam na restrição ou privação da liberdade de locomoção do indivíduo, com o objetivo de assegurar a eficácia do processo. Com isso, busca-se evitar que o investigado/réu destrua provas, intimide testemunhas, fuja ou de qualquer outro modo prejudique a investigação, a produção probatória ou mesmo a imposição de uma pena ao final do processo caso seja condenado. A mais extrema das medidas cautelares de natureza pessoal é a prisão cautelar, a qual se divide em três subespécies, sendo elas: a) prisão em flagrante; b) prisão temporária; e c) prisão preventiva.

A prisão preventiva, espécie de prisão cautelar mais comum, pode ser decretada tanto no curso da investigação quanto durante o processo criminal e não tem prazo de duração determinado por lei, sendo necessário, entretanto, que se revelem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP),

bem como que estejam preenchidos seus pressupostos autorizadores (art. 312 do CPP), dentre os quais o mais controverso é o de garantia da ordem pública, por tratar-se de expressão vaga e imprecisa, cujo conteúdo tende a assumir caráter excessivamente subjetivo. A maioria dos autores, contudo, defende que a garantia da ordem pública significa que a prisão preventiva pode ser decretada com o objetivo de resguardar a sociedade da reiteração de crimes em virtude do risco que a liberdade do agente representa. No entanto, o que se observa na prática é o uso indiscriminado desse argumento para a manutenção de prisões que, a rigor, não seriam necessárias para garantir o bom andamento do processo.

Em seguida, tratamos de traçar o perfil da população carcerária brasileira, tendo se verificado que, de acordo com o mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFO-PEN, realizado no ano de 2014 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014b), a raça/cor mais representativa na população carcerária brasileira é de negros/pretos e pardos, os quais respondem por 61,67% do total, muito embora representem apenas 53,63% do conjunto da população nacional. Quanto ao gênero, a média brasileira é de 5,8% de mulheres presas para 94,2% de homens. No que diz respeito à idade dos encarcerados, o INFO-PEN verificou que a população prisional é majoritariamente jovem, uma vez que 55,07% da população carcerária está compreendida na faixa etária de 18 a 29 anos, grupo que representa apenas 18,9% da população nacional. Por fim, quanto ao grau de instrução, pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente e aquelas que têm até o ensino fundamental completo representam 75,08% da população prisional, contra 24,92% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto e acima de ensino superior completo.

Ao tentarmos identificar as principais causas do uso excessivo da prisão processual, averiguou-se que, de acordo com o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o uso da prisão preventiva nas Américas (2013a), uma das razões diz respeito ao desenho legal das políticas criminais adotadas pelo Brasil nos últimos anos, a partir de uma série de reformas legislativas que resultaram no maior uso das prisões cautelares.

Além disso, verificou-se que as deficiências estruturais dos sistemas de administração da justiça também fomentam o uso abusivo

das prisões cautelares, sendo uma delas o atraso na tramitação dos processos penais, mas principalmente pela ineficiência na gestão das varas criminais. Somado a isso está a falta de capacidade operativa, independência e recursos das Defensorias Públicas, o que agrava as deficiências no acesso aos serviços de assistência jurídica gratuita pelas pessoas privadas de liberdade.

Por fim, também foram identificadas como causas da utilização abusiva das prisões processuais certas ameaças à independência judicial, caracterizadas por pressões ou ingerências provenientes fundamentalmente de três setores: a) altos funcionários de outros poderes ou órgãos do Estado, que ante o clamor social ou por motivações diversas mantêm um forte discurso punitivo; b) as cúpulas do Poder Judiciário, que muitas vezes fazem eco da mensagem transmitida pelos centros do poder político; e c) os meios de comunicação e a opinião pública.

Em tempos de crise política e econômica, o discurso repressivo-punitivista ganha força no meio político e se reproduz na sociedade como um todo, ressuscitando a estratégia de “tolerância zero” como solução para os problemas da segurança pública. Wacquant (2001) explica que essa ideologia punitivista em ascensão se fundamenta na desvalorização das causas sociológicas do crime – tais quais a pobreza, a falta de oportunidades de ascensão social, o acesso precário à saúde e educação, o desemprego etc. –, as quais consistiriam em meras “desculpas” para o comportamento criminoso, propondo sua substituição pela retórica viril da retidão e da responsabilidade individual. Ora, se todos os indivíduos possuem capacidade de autodeterminação, então cada um é merecedor do que tem e, portanto, deve responder por seus próprios atos. No entanto, a própria estrutura da sociedade, por meio da reprodução dessa crença de que sucesso ou fracasso são frutos do esforço individual, é responsável por perpetuar as desigualdades sociais.

Segundo Jessé Souza (2009), a desigualdade social é fruto da presença ou não de fatores e condições sociais, morais, econômicos, culturais e existenciais, transmitidos através da herança familiar afetiva, que permitem a reprodução das classes sociais, as quais não devem ser entendidas sob uma perspectiva meramente econômica, portanto. A assimilação desses privilégios sociais ocorre via herança familiar ao longo da vida desde a infância, mas sua aceitação depende da crença popular sedimentada no senso comum de que

são produto do “talento natural” e, portanto, do mérito, pois parte-se da premissa de que todos os indivíduos dispõem das mesmas condições e oportunidades para se desenvolverem. Há, desse modo, uma dissociação do aprendizado social (herança familiar) do aspecto individual (mérito) (SOUZA, 2009). A partir dessa perspectiva, o pobre passa a ser visto como alguém que escolheu o próprio fracasso, seja por preguiça, inépcia ou maldade, e não como mero “azarado”. Na visão da classe média, o pobre ostenta todas as condições necessárias para vencer na vida, basta que se esforce e trabalhe o suficiente para ascender socialmente.

No entanto, essa classe esquecida e marginalizada, denominada provocativamente de “ralé”, é o público-alvo favorito do sistema de persecução criminal - daí falar-se em “seletividade do sistema penal”. Isso se dá porque as instituições como um todo, e em particular as responsáveis pela administração da justiça, refletem nas suas práticas os valores próprios da classe média, dentre eles a concepção de que sucesso e fracasso são resultados do esforço individual, sem qualquer influência de outros aspectos sociais. Diante disso, a prisão se revela um eficaz instrumento de controle social e, mais que isso, uma verdadeira ferramenta de manutenção da ordem de classes, pois possibilita a segregação “justificada” de indivíduos indesejáveis que teimam em divergir do comportamento considerado adequado de acordo com a escala de valores das classes dominantes.

A esse respeito, Wacquant (2001) revela que o recrudescimento da repressão penal no Brasil inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, e que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, “o que faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à *bandidagem*” (WAQCQUANT, 2001, p. 10). É essa mesma mentalidade que conforma a cultura jurídico-punitiva vigente no País e conduz ao uso indiscriminado e abusivo das prisões provisórias, institucionalizando a violência e a criminalização das classes marginalizadas, numa verdadeira “ditadura sobre os pobres” (WAQCQUANT, 2001).

Por outro lado, as condições abomináveis do sistema carcerário brasileiro, caracterizado por violações generalizadas, contínuas e sistemáticas de direitos fundamentais dos internos, agravam o qua-

dro de marginalização e exclusão da “ralé”, o que revela uma omissão tal por parte do Estado que somente pode ser compreendida quando se admite que as vidas das pessoas ali depositadas não têm valor algum. Essas pessoas, denominadas *homo sacer* por Agamben (2010), são portadoras do que o autor define como vidas nuas, isto é, vidas destituídas de qualquer cunho político e que, portanto, podem ser mortas impunemente.

Dessa forma, as prisões acabam por se transformar em verdadeiros “campos de concentração para pobres” (WACQUANT, 2001), onde o extermínio das pessoas privadas de liberdade se institucionaliza a partir da omissão do Estado, o qual se despe de sua função de protetor e se reveste de algoz daqueles a quem deveria proteger – os mais vulneráveis.

4. CONCLUSÕES

Por todo o exposto, conclui-se que o uso abusivo da prisão cautelar revela sua operacionalização pelas agências repressivas como um instrumento de criminalização da pobreza e, portanto, de manutenção da ordem de classes vigente, pois a priorização de políticas punitivas em detrimento das políticas de bem-estar social faz com que a prisão ganhe um lugar central como instrumento de administração da pobreza, de modo a perpetuar um ciclo de desigualdade social produzido pela própria ineficiência do Estado.

Palavras-chave: prisão; função; controle social; pobreza; desigualdade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. De Henrique Burigo, 2. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n° 3.689, de 03 de outubro de 1941. *Código de Processo Penal Brasileiro*.

_____. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)*. Dezembro de 2014b. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

_____. Ministério da Justiça (MJ). Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL). *Excesso de prisão provisória no Brasil: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico* (Bahia e Santa Catarina, 2008-2012).

Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): Ipea, 2015. Série pensando o direito; 54. Disponível em: <http://www.gecap.direitorp.usp.br/files/artigos/pesquisa_UFF_MJ_prisao_provisoria.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Organização dos Estados Americanos (OEA). *Informe sobre el uso de la prisión preventiva en las Américas*. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 46/13. Dezembro de 2013a. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/informes/pdfs/informe-pp-2013-es.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2017.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO EM MANAUS

Guilherme José Sette Júnior¹

Maxwell Marques Mesquita²

1. INTRODUÇÃO

Há relatos na mídia e de profissionais da segurança pública de que a taxa dos homicídios decresceu em Manaus em razão da implementação do programa Ronda no Bairro. Porém, esta percepção não pode ser confirmada sem um estudo científico. Assim, cabe compreender, teoricamente, a dinâmica da criminalidade, especificamente, a dinâmica dos homicídios. Mello e Schneider (2007), Silveira, Assunção, Silva e Beato (2010, p. 6) defendem que é possível haver migração dos homicídios após a implementação de políticas de Segurança Pública.

Influenciado por um movimento que iniciou em 2007 com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Amazonas estabelece uma série de marcos legais e planos que trouxeram o alicerce para uma revitalização da segurança pública no estado. Assim, em agosto de 2010, foi implantada, no Bairro Santa Etelvina, a Base de Policiamento Integrado, projeto piloto do programa Ronda no Bairro que subsidiou metodologicamente o programa. Enfim, o Governo do Amazonas, em 10 de novembro de 2011, estabeleceu as diretrizes para a implementação do programa denominado Ronda no Bairro (AMAZONAS, 2011).

Este programa objetivou estabelecer uma política de segurança pública focada no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade. Observa-se que o progra-

¹ Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Especialista em Administração Pública. Especialista em Docência do Ensino Superior. Oficial da Polícia Militar do Amazonas. E-mail: bpisette@gmail.com.

² Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Especialista em Gestão e Segurança pela Faculdade Boas Novas. Especialista em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade Unyleya. Especialista em Inteligência Policial pela Faculdade Unyleya. E-mail: maxwell_mesquita@hotmail.com.

ma Ronda no Bairro trouxe muitas inovações, das quais destaca-se a disseminação e fortalecimento da Filosofia de Polícia Comunitária no âmbito das polícias civil e militar. Em 16 de fevereiro de 2012, o programa foi implementado na Zona norte de Manaus. Em 19 de Julho, a segunda zona a receber o programa foi a leste. No dia 26 de julho, o programa é lançado na zona centro-sul. Em 31 de agosto, a zona centro-oeste é contemplada com o programa. A zona oeste recebe o programa no dia 28 de setembro. E, por fim, no mês de dezembro de 2012, o programa Ronda no Bairro foi implantado na zona sul de Manaus.

Diante disso, houve mudança na dinâmica dos homicídios em Manaus após a implantação do programa Ronda no Bairro na capital? A fim de responder a questão, objetiva-se avaliar a dinâmica dos homicídios em Manaus, após a implantação do Programa Ronda no Bairro na capital amazonense. Para isso, foi realizada breve explanação da literatura contemporânea que trata sobre a dinâmica da criminalidade, contextualizou-se as circunstâncias que levaram à formulação do Ronda no Bairro, descreveram-se suas diretrizes norteadoras, apresentaram-se dados desta implantação, além de detalhar as etapas de implementação e, por fim, averiguou-se a influência do Programa sobre a dinâmica dos homicídios em Manaus.

2. METODOLOGIA

Para contextualizar as circunstâncias que levaram à formulação do Programa Ronda no Bairro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Para detalhar as etapas de implementação do Programa Ronda no Bairro, foram acessados dados e informações de relatórios colhidos da extinta Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro que evidenciam os dados e informações relativos ao lançamento do Programa nas zonas administrativas da capital amazonense. Para verificar a influência do Programa sobre os homicídios na Capital, foram utilizados dados de homicídios da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas no período entre 2010 e 2013, confrontados com dados populacionais extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003), considerando a cidade de Manaus, a qual foi inicialmente implementado o Programa. No que tange à criação das tabelas e gráficos, análise e padronização dos dados coletados, foi utilizado o Software Microsoft Excel 2010, o qual possui as funções necessárias para a consecução do intento desta pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2010, Manaus tinha uma taxa de homicídios de 44,7 ocorrências por 100 mil habitantes. Esse indicador sofreu uma elevação no ano seguinte, cresceu cerca de 19%, registrando 53,1 óbitos por 100 mil habitantes. No ano de 2012, a taxa de ocorrências de homicídio para Manaus se manteve e só em 2013 essa taxa recuou para 40,0 ocorrências por 100.000 habitantes, coincidindo com o período de pós implantação do Programa Ronda no Bairro.

GRÁFICO 01 – TAXAS DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES EM MANAUS DO MÊS DE JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2013



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

Tendo em vista que as maiores reduções do delito em estudo foram durante o biênio 2012-2013, período de instalação do programa e período já implementado, optou-se por analisar as zonas administrativas neste período, buscando identificar se houve alguma influência nas zonas vizinhas durante a implementação da zona que recebeu o programa inicialmente.

A tabela abaixo apresenta, também, que o número de homicídios por zona teve uma redução moderada quando comparado os biênios, no geral uma redução de 1,2%. A zona que mais apresentou redução foi a centro-sul com -30% de ocorrências. Houve uma redução dos homicídios em metade das zonas, mas também houve um aumento na outra metade.

TABELA 01: HOMICÍDIOS NAS ZONAS ADMINISTRATIVAS DE MANAUS ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO

ZONA	Número de casos Pré-Ronda no Bairro		Número de casos Pós-Ronda no Bairro		
	2010	2011	2012	2013	%
NORTE	203	227	239	216	5,8%
LESTE	266	314	310	207	-10,9%
CENTRO- OESTE	36	52	65	40	19,3%
CENTRO- SUL	41	42	34	24	-30,1%
OESTE	90	139	149	122	18,3%
SUL	128	151	150	113	-5,7%
TOTAL	764	925	947	722	-1,2%

Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

Por haver diferença entre as zonas administrativas em território e população não é correto usar as taxas de homicídios para comparação. Assim, analisou-se através de números absolutos as ocorrências de homicídios nas zonas durante e pós implementação do Programa.

GRÁFICO 02 - HOMICÍDIOS NA ZONA NORTE



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

GRÁFICO 03 – HOMICÍDIOS NA ZONA LESTE



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

GRÁFICO 04 – HOMICÍDIOS NA ZONA CENTRO-SUL



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

GRÁFICO 05 - HOMICÍDIOS NA ZONA CENTRO-OESTE



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

GRÁFICO 06 - HOMICÍDIOS NA ZONA OESTE



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

GRÁFICO 07 - HOMICÍDIOS NA ZONA SUL



Fonte: SEAI/SSP-AM. Elaboração: Os autores

É difícil de afirmar que há migração da criminalidade, mas através dos gráficos percebe-se que, durante a implementação do programa na zona norte da cidade, houve uma elevação nos registros de homicídios nas zonas leste e sul até a chegada do programa nestas zonas, quando houve redução. As demais zonas parecem não sofrer alteração devido a implementação em outras zonas, tendo redução nos homicídios apenas quando o programa é inserido nestas.

4. CONCLUSÕES

O Programa Ronda no Bairro trouxe inúmeras inovações no campo da segurança pública, tais como a introdução da filosofia de Polícia Comunitária, o aperfeiçoamento de metodologias e procedimentos policiais, incremento nos recursos humanos das polícias civil e militar, melhoria de infraestrutura física e tecnológica, além de aumento da frota terrestre. Analisando percentuais e taxas de homicídios no período de 2010 a 2013, afirma-se que houve mudança na dinâmica dos homicídios em Manaus, após a implantação e expansão do programa, sobretudo devido à inovação trazida e aumento da capacidade de ação das polícias.

Palavras-Chave: Segurança Pública; Criminalidade; Redução.

5. AGRADECIMENTOS

Ao colega, Evaldo Teixeira, que prestou orientações valiosas para as análises estatísticas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto Estadual Nº 31.754 de 10 de dezembro de 2011. Estabelece o marco legal de implantação do Ronda no Bairro.

_____. Lei Delegada No 79 de 18 de maio de 2007. Dispõe sobre a secretaria de estado de segurança pública.

_____. Lei Delegada No 87 de 18 de maio de 2007. Dispõe sobre a polícia civil do estado do Amazonas.

_____. Lei Delegada No 88 de 18 de maio de 2007. Dispõe sobre a polícia militar do estado do Amazonas.

MELLO, João Manoel Pinho de; SCHNEIDER, Alexandre. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Alves Figueiredo da; BEATO, Cláudio Chaves Filho. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. Revista Saúde Pública 2010; 496-502.

RECONHECIMENTO OU (RE)PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA? ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA VIOLÊNCIA NA PÁGINA BOINA PRETA

Waldriane Nascimento da Silva¹
Izaura Nascimento Nascimento²

1. INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência pode ser caracterizada como o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Adorno (2002) considerando a violência em suas múltiplas expressões afirma que este problema tem gerado preocupação social, medo e insegurança. Para o autor, a violência vem promovendo mobilizações públicas através da mídia, fóruns e debates, além do mais tem provocado impactos significativos no sistema de justiça e influenciado na formulação e implementação das políticas de segurança e justiça.

A violência é um tema bastante exposto pelos meios de comunicação. Pode-se dizer que isso se deve ao seu conteúdo responsável por causar muitas emoções que vão desde comoção até a ira social. Sobre isso, Vaz (2009, p. 107) fala que “a violência gera notícia, porque mobiliza a morbidez humana, o medo e tantos outros sentimentos intensos”. Nessa direção, Wyllys (2015 p. 53) indica que isso “cria um clima de insegurança e medo que faz com que as pessoas demandem, como resposta mais polícia, e não mais políticas pública de justiça social, inclusão e distribuição de renda”.

¹ Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas; Assistente Social na Universidade Federal do Amazonas. (UFAM) – waldriane.seso@gmail.com

² Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional (UnB/UFRR/Flacso); Professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – izaura27@gmail.com

O uso da internet proporciona uma ampliação da rede de contatos entre pessoas que nem sempre fazem parte dos mesmos espaços sociais, proporcionando também contextos novos e ampliados ao processo comunicacional e de formação dos discursos permitindo o uso e velhas e novas práticas sociais, dentre as quais a violência. A violência simbólica (BOUDIEU, 1989), nessa conjuntura, aparece como aquela que se faz através da linguagem, das imposições realizadas através do discurso que servem como instrumento de dominação, que colocam ‘verdades sociais’ que alienam e desorientam as pessoas tais como os discursos vistos em páginas policiais acerca de temas como desarmamento, violência, direitos humanos etc.

Os discursos presentes nessas páginas são carregados de uma ideologia que é produto de relações históricas de dominação que passam do espaço social ao espaço do mundo virtual e vice-versa, sem deixar de influenciar o tecido social, reforçando a estrutura de dominação já existente e colaborando para que a violência passe do plano simbólico ao plano real. Nesse sentido, Rondelli (2000) argumenta que a mídia, como testemunha macro e privilegiada, é capaz de atribuir sentidos próprios aos atos de violência (quando seleciona e classifica imagens e falas para explicá-la). Desse modo é que influencia diretamente a formação de juízos sobre a notícia.

As notícias e discursos veiculados em páginas de redes sociais colaboram para a banalização e naturalização dessa expressão da questão social, gerando uma espécie de medo social, este por sua vez aterroriza as mentes da sociedade contribuindo de forma contundente para o isolamento e segregação das pessoas, em vez de cooperar para a criação de alternativas de reivindicação legítima dos direitos sociais. Nessa esteira, ganham força os discursos em favor de uma maior repressão à criminalidade, que segundo Paiva (2014, p. 114) “têm respaldo na distinção de que existem *bandidos* que devem ser combatidos e *cidadãos* que devem ser protegidos pelo Estado Democrático de direito brasileiro”. Cobra-se da polícia distintas formas de atuação para esses dois sujeitos. Dito isso, a finalidade deste artigo é analisar os conteúdos das publicações e as interações nas redes sociais entre a polícia e a sociedade, no sentido de compreender e refletir como se estabelecem os diálogos e quais objetivos e consequências podem surgir desses contatos.

2. METODOLOGIA

A construção das reflexões deste artigo se dá com base em observação dos conteúdos publicados na referida página, bem como na forma com que os discursos são construídos tanto pelos administradores da página (nas suas mensagens e postagens), quanto pelos sujeitos que visitam a mesma e tecem li seus comentários. É necessário esclarecer que apesar de não haver um documento comprovando a ligação entre a página Boina Preta e o grupamento de Força Tática, inferiu-se essa relação com base nas fotos publicadas que trazem a sua “logomarca”, nas informações de endereçamento da página que trazem o endereço do batalhão onde fica localizado tal grupamento, bem como no telefone de contato ali disponível, que também é reconhecidamente uma “linha direta” com o grupamento em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso de redes sociais por grupamentos policiais é comum haja vista a quantidade de páginas ligadas às polícias militares e civis de todo o Brasil presentes nesses espaços virtuais de comunicação. Facebook, Instagram, Whatsapp etc são usados por quase todas as pessoas da sociedade para se relacionar, funcionando como uma espécie de esfera pública, de compartilhamentos de sentimentos, ideologias etc, apesar de ser um ambiente que guarda muitas características da vida privada, vide as recomendações e termos de uso dessas redes sociais, onde você pode escolher com quem, quando e como se relacionar e, ainda, quem pode ter acesso aos conteúdos publicados nas páginas pessoais.

Sabe-se que as redes sociais como espaço de socialização, ainda que virtual, pode influenciar a vida, os hábitos e pensamentos das pessoas acerca de outras pessoas e/ou assuntos relevantes da vida em sociedade. Nesse sentido, as postagens acerca da atividade policial e sobre fatos ligados à criminalidade e violência de todos os tipos compartilhados na página “Boina Preta”, ligada ao grupamento de Força Tática da Polícia Militar do Amazonas, assim como outras páginas com igual finalidade, podem também assumir o papel de formador (a) de opinião, disseminador (a) de ideologias acerca de conteúdos relevantes para o âmbito social.

A forma com que os conteúdos das mensagens, que servem de legendas nas fotos e vídeos compartilhados, são construídos pode interferir nos modos como a população recebe a informação, bem como suas impressões acerca do que ali se encontra exposto. Percebe-se que na página os imaginários da violência ainda estão bem longe do entendimento da violência como problema social, ligando-se muito mais a uma visão de violência como problema pessoal, que acaba culpabilizando os indivíduos, deixando de lado problemas estruturais que são também seus motivadores.



Fonte: Página Boina Preta (Facebook), 2017.

Nesse cenário, criam-se imaginários de justiceiros, bandidos, mocinhos, justiça. A violência assistida, compartilhada, curtida tem diferentes representações que se constroem a partir dos sujeitos autores e vítimas, nesse caso, a violência pode ter imagens positivas e negativas. A violência torna-se positivada quando perpetrada a alguém que cometera antes algum mal ou que violou uma regra social, moral que uma quantidade de pessoas acredita que deveria ser cumprida, basta ver os linchamentos, o espetáculo criado em torno de uma solução violenta para um ato de violência anteriormente cometido.

Nos espaços virtuais, as pessoas sofrem dos efeitos *black mir-*

ror expondo toda sua ira, todo seu ódio contra o outro, espaços assim são pobres de alteridade. Os comportamentos, ou melhor, os comentários tecidos nas redes sociais trazem à tona os piores sentimentos, a desconfiança para com o outro, expõem as tensões sociais produzidas pelo medo de ser a próxima vítima e a violência em certos casos passa ser um ato justificável, aceitável. Os efeitos da falta de alteridade são nefastos na vida social, sobre ele se apoiam as construções de que algumas vidas são indignas de serem vividas se lembrarmos Agambem (2010), a vida a depender dos sujeitos possui valorações diferentes.

Outro aspecto negativo também identificável nas postagens da referida página no facebook, são representações da violência correlacionadas ao humor e ao sarcasmo e / ironia, esses elementos tendem a neutralizar os impactos negativos da violência a tornando algo normal, contribuindo para a sua naturalização e banalização.



Fonte: Página Boina Preta (Facebook), 2017.

Diante dessas circunstâncias crescem e tomam força os clamores sociais por um Estado Penal, bem discutido por Wacquant (1999) a montagem de uma rede disciplinar do Estado na sua política de

criminalização das misérias do estado. Nessa lógica, as políticas e os direitos essencialmente humanos adquirem valores e destinações diferentes a depender do binômio cidadão-bandido. Para o “cidadão de bem” todos os direitos que um sujeito considerado humano possa gozar; já para o classificado como “bandido” resta o punitivismo, o castigo, a violência, a lógica da lei de Talião “olho por olho e dente por dente”, a vingança nesse caso é o elemento de mediação, como se esta fosse a resposta mais adequada.

Fatores aqui elencados podem contribuir para aprendizagem de violência, para que aquilo que é da esfera virtual chegue ao plano real. A explicitação de conteúdos típicos do trabalho policial na página Boina Preta, desse modo, ainda que talvez não seja seu objetivo, pode contribuir para aprendizagem da violência, para o medo social, dessensibilização, desqualificação e/descrença no sistema público de segurança alavancando os mecanismos privados de segurança. Sobre isso, é importante ressaltar que a desprença nos sistemas públicos de serviços sociais abre portas para aumentar o abismo social entre as pessoas. O aumento da procura por serviços privados de segurança gera mais um tipo de desigualdade social, tornando mais vulneráveis aqueles que não dispõem de recursos para prover segurança privada, além de contribuir para o distanciamento social.

4. CONCLUSÕES

As redes sociais e a grande exposição de conteúdos violentos e sobre violência nelas expostos alteram a confiança dos sujeitos, sua noção de risco, aumentam o medo e tencionam a solidariedade. Nesse cenário, cresce a autossegregação e o enfraquecimento da vida pública que vem sendo trocada pelas vivências e diálogos no mundo virtual. Nessa lógica, o uso das redes sociais pela polícia, como o caso da página Boina Preta, apesar de ser um canal de aproximação com a população, no sentido de gerar reconhecimento do trabalho policial, pode estar servindo de fonte de disseminação de medo social, tendo em vista a exposição frequente de conteúdos de violência. Nesse sentido, há de se repensar os objetivos da página, uma vez que a linha entre o uso das redes sociais em busca de proximidade, reconhecimento do trabalho policial e a (re)produção,

replicação de violência é muito tênue, é preciso estar atento para não cair em armadilhas e aumentar a sensação de insegurança da sociedade pela alta veiculação de violência, atuando numa direção contrária ao desejado para segurança em quanto política pública.

Palavras-Chave: Mídias Sociais; Espaço Público; Insegurança; Autoafirmação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio. O que ler na Ciência Social brasileira. São Paulo: ANPOCS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Poder Simbólico. Editora Bertrand Brasil, RJ, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Contingência da violência em um território estigmatizado. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(2): 145-157, outubro de 1998.

_____. Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. IN: Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. Orgs. Bernardo Kucinski [et al.] São Paulo: Boitempo, 2015.

GT 3
SUFRAMA 50 ANOS

ANÁLISE DO ÍNDICE DE CONFIANÇA EMPRESARIAL INDUSTRIAL PARA O PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Deyse Maria Portela Carvalho¹
Neuler André Soares de Almeida²

1. INTRODUÇÃO

A preocupação despeito da atual perspectiva econômica do país frente a grave crise política instalada tem levado especialistas da área de finanças, consultores e gestores em geral, a utilizarem diferentes métodos de avaliação da percepção da classe empresarial no país, principalmente do segmento industrial.

Neste contexto se sobressaem os índices de confiança empresarial que permitem identificar mudanças na tendência do comportamento empresarial com antecedência (CNI, 2015) e que auxilia na previsão do aumento ou redução de investimentos e, consequentemente, o produto industrial e PIB estadual e/ou nacional.

As indústrias de transformação do Amazonas concentram-se no Polo Industrial de Manaus e que nos últimos 49 anos foi responsável por mais de 50% da geração de emprego no estado do Amazonas (SUFRAMA, 2016). As indústrias que compõem o PIM são responsáveis também, por boa parte dos investimentos na região. Diante de tal situação faz-se necessário o acompanhamento e análise do ICEI do Amazonas, que leva em consideração a opinião dos empresários sobre questões locais, como um auxílio na construção de uma política industrial adequada a atual realidade do Estado.

Segundo Dornbusch et al (2013) as flutuações dos investimentos são responsáveis pelo direcionamento dos ciclos econômicos e por isso faz-se necessário o estudo de variáveis que impactam nos níveis de investimento, como o nível de confiança do empresário industrial. Para Hofmann (2012), que elaborou um trabalho sobre

¹ Bacharelanda em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas.
E-mail: deyseportela@gmail.com.

² Professor Adjunto de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas.
E-mail: neuler_andre@yahoo.com.br

os índices de confiança do empresário industrial e o índice de confiança dos consumidores e os comparou com outras variáveis macroeconômicas, o nível de confiança dos agentes econômicos interfere nas decisões intertemporais e a forma como esses agentes tomam suas ações economicamente tem efeito direto de restringir ou potencializar o nível de consumo impactando fortemente os níveis de investimento e conseqüentemente a produção industrial.

Portanto, o presente trabalho visa analisar o ICEI para o setor de transformação do PIM a partir de: coleta dados primários do ICEI junto ao departamento de estatística da FIEAM; analisar mensalmente o ICEI com base nos índices de condição atual e expectativa; levantamento de dados comparativos mensalmente como faturamento do PIM, admissões e saldo de emprego formal no setor indústria de transformação no Amazonas.

2. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa se caracteriza como indutiva, pois a partir do resultado do ICEI aplicada às empresas de transformação, que se concentram principalmente no PIM, será possível comparar o resultado mensal do índice com as variáveis faturamento, admissões e saldo de emprego formal.

Quanto aos fins e quanto aos meios esta pesquisa se configura como sendo quali-quantitativa e também: Bibliográfica acerca da confiança empresarial; Documental por meio da coleta de dados primários junto ao departamento de estatística da FIEAM; Quantitativa por expressar matematicamente o nível de confiança empresarial e tentar prever mudanças na tendência de produção da indústria de transformação local.

Quanto a forma que é elaborado o ICEI: para o setor de indústria de transformação no Amazonas é construído com base nas perguntas levantadas na Sondagem Industrial que é realizada nas duas primeiras semanas do mês imediatamente posterior ao mês de referência.

A metodologia de geração de amostra estadual é a amostragem probabilística de proporções. Fazem parte da amostra três portes de empresas segundo o número de empregados: pequeno – 10 a 49 empregados; médio – de 50 a 249 empregados; e grande – 250 ou mais empregados.

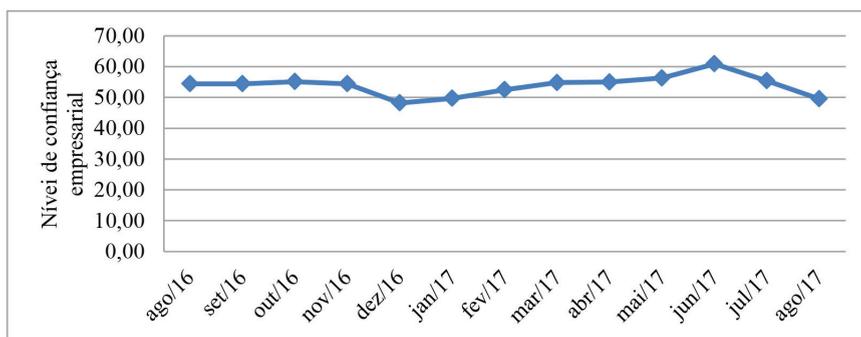
O ICEI é um indicador de difusão (indicador de base móvel, 50 pontos) que varia de 0 a 100, de forma que valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes. O resultado do ICEI é obtido a partir de outros dois indicadores: de condições atuais e de expectativa.

O empresário é consultado a respeito de sua visão sobre as condições atuais e suas expectativas para a empresa, para o Estado e para a economia brasileira e com base em suas respostas é possível identificar o nível de confiança. O ICEI apresenta resultados específicos para cada porte de empresa e por setor de atividade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do período analisado o ICEI apresentou variação positiva comparando os meses de agosto de 2016 a agosto de 2017 com seus respectivos meses no ano anterior, exceto para o mês de agosto de 2017 apresentou variação negativa em 9%. O ICEI do Amazonas se manteve em nível superior ao ICEI nacional em 11 dos 13 meses e apresentou valores a partir de 50 em 10 meses. Em média o ICEI foi de 53,9 com desvio padrão de 3,33.

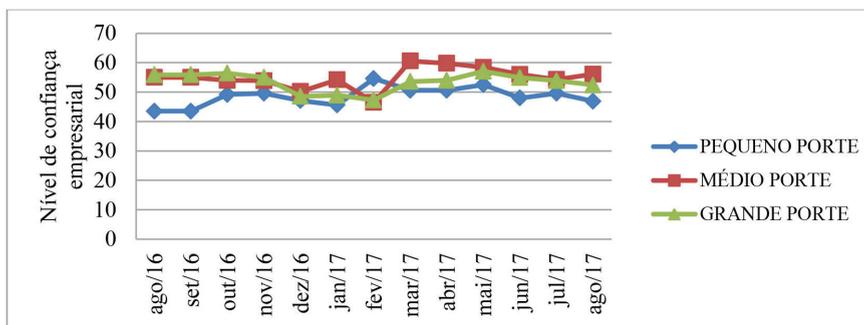
GRÁFICO 1: ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL DO AMAZONAS



Fonte: FIEAM. 2016/2017

Em média a classe de empresários mais confiantes é a de médio porte (com ICEI médio de 55) seguido dos empresários de grande porte (com ICEI médio de 54) e a menos confiante é a classe de pequeno porte (com ICEI médio de 49,2).

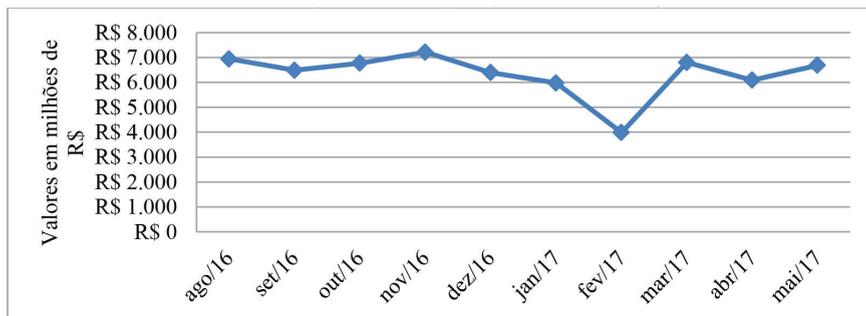
GRÁFICO 2: ICEI POR PORTE DE EMPRESA DO AMAZONAS



Fonte: FIEAM. 2016/2017

O faturamento do PIM tem apresentado sinais de melhorias com variação positiva nos três últimos meses de dados publicados (março, abril e maio).

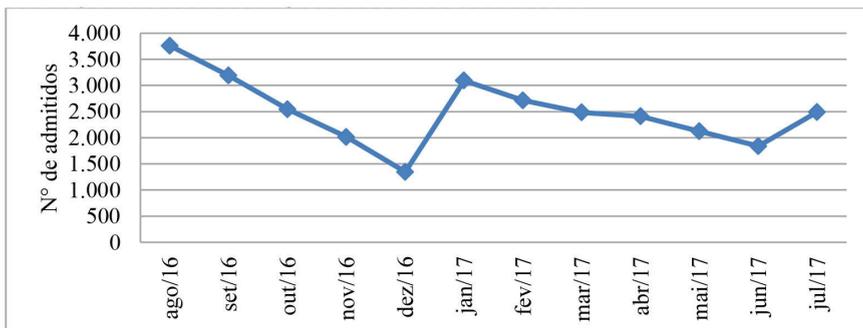
GRÁFICO 3: FATURAMENTO DO PIM



Fonte: SUFRAMA. 2016/2017

O número de admissões pelas empresas do setor de transformação apresentou variações negativas apenas para os meses de setembro de 2016, julho e agosto de 2017, além disso, o saldo de empregos formais na indústria de transformação no Estado tem apresentado bons resultados se comparado ao mesmo período no ano passado.

GRÁFICO 4: NÚMERO DE ADMISSÕES PELAS EMPRESAS DO SETOR DE TRANSFORMAÇÃO



Fonte: MTE/CAGED. 2016/2017

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa idêntica os efeitos da crise sobre o nível de confiança do empresário industrial do Amazonas e sobre as outras variáveis analisadas que estão em fase de recuperação. Atualmente o Estado tem tido sinais de melhoras, apesar do momento de instabilidade política e econômica, como apresentam os valores do faturamento do PIM e a melhoria no número de contratações por parte das empresas do setor de transformação. Logo, a partir das constatações verifica-se que a confiança dos empresários industriais no Amazonas, que em média tem sido mais confiantes que o índice de nível nacional, tem se traduzido em resultados positivos para o faturamento do PIM e para a geração de empregos.

REFERÊNCIAS

- AIUB, George Wilson; ANDRINI, Jéssica; JUTTEL, Nariane. Índice de confiança empresarial. Revista da UNIFEFE, v. 1, n. 10 Jan/Jul, 2012.
- BATCHELOR, R.; DUA, P. Improving macro-economic forecasts: the role of consumer confidence. International Journal of Forecasting. v. 14, p. 71-81, 1998.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. Metodologia do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI): versão 3.3. Brasília, 2016. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2016/04/14/18/ICEI_IndicedeConfiancadoEmpresarioIndustrial_Metodologia_Versao3.3.pdf acessado em: 24/05/2016.

DORNBSCHU, Rudigier. FISHER, Stanley. STARTZ, Richard. Macroeconomia. Porto Alegre: AMGH, 2013.

HOFMANN, Ruth Margareth. Comportamento da confiança do consumidor e do empresário industrial brasileiro no período 2010 a 2011. Indicadores Econômicos, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 117-134, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA. Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus. Manaus, 2015. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/downloads/download/indicadores/RelIndDes_12_2015_dezembro%20_02_2016.pdf acessado em: 24/05/2016.

ECONOMIA CRIATIVA: O QUE É E O PANORAMA NA CIDADE DE MANAUS.

Beatriz Jean Maia¹

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1980, com o final da guerra fria, houve o início de uma “Nova Ordem Mundial”. Esse termo diz respeito à multipolaridade, econômica, que possibilitou outros países, além dos Estados Unidos e da União Soviética, a ganharem destaque no mercado mundial, como o Japão e a União Europeia. Dentre suas principais propostas, buscava-se a inovação tecnológica, novos padrões de produtividade, competitividade e lucratividade, sendo esse período fundamental para o surgimento da terceira revolução industrial.

A nova revolução permitiu que os produtos não se limitassem apenas a um baixo valor agregado, buscava considerar o conhecimento inserido em sua produção. E foi com esse cenário que a economia criativa, definida por John Howkins, em 2001, começou a ganhar visibilidade.

Segundo Paulo Miguez, a economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto de atividades assentadas na criatividade. Ela abrange todo o ambiente que existe em torno da indústria criativa, engloba mais de vinte setores como o artesanato, entretenimento, arquitetura, gastronomia e design. Em 2005, o banco mundial previu que a mesma já correspondia a 7% do PIB mundial e cresceria 10% ao ano.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito de economia criativa, além de demonstrar exemplos na cidade de Manaus de pessoas que já utilizam de tal setor para adquirir suas rendas, motivadas principalmente pelo grande número de demissões na cidade, reflexo da crise econômica na qual estamos inseridos.

¹ Docente do 6º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas, Estagiária do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
Beatriz.jean.maia@hotmail.com

2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos traçados, este trabalho apresentará as principais mudanças do contexto econômico do pós-guerra fria que possibilitaram as modificações do mercado, principalmente o de bens e serviços, bem como as teorias acerca do tema economia criativa que já foram disseminadas, de modo que fiquem nítidas as carreiras classificadas como criativas.

O método indutivo, de onde a dúvida é advinda de uma particularidade encontrada pelo pesquisador que buscará ampliá-la, será adotado. No que tange os procedimentos técnicos, o pesquisadores fará uso de revisão bibliográfica (livros, artigos e matérias disponibilizadas na internet) e estudos de caso.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 MUDANÇAS ECONÔMICAS PÓS-GUERRA FRIA

Segundo Pena (2017), a nova ordem mundial fez com que a bipolaridade a qual o mundo estava dividido, advinda da guerra silenciosa entre os Estados Unidos e a extinta URSS, fosse substituída pela multipolaridade, dando oportunidade para que outros países como o Japão e a União Europeia, pudessem fazer parte do mercado competitivo.

De acordo com Coutinho (1992, p.71), sete foram as principais mudanças na economia pós-guerra fria. Dentre as quais, o peso crescente do complexo eletrônico, novas bases para competitividade, internacionalização e novos processos de trabalho. Tais mudanças foram essenciais para o surgimento da terceira revolução industrial.

Com o surgimento da terceira revolução industrial, onde a economia não apenas estava estabelecida em produção industrial visando produtos com baixo valor agregado, adicionou-se à produção o custo, de difícil cálculo, do intelecto necessário para desenvolver atividade, dando margem para a robotização, entre outras mudanças que, em um futuro, serviriam de cenário para o surgimento da economia criativa.

3.2 A CONCEITUAÇÃO DE ECONOMIA CRIATIVA

Por ser temática recente, a economia criativa foi conceituada no início do século XXI e possui poucos estudiosos que buscam aprofundar os conhecimentos nessa área.

Para Miguez (2007, p.96):

A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto economia criativa: uma discussão preliminar 97 de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais.

Apesar de não ser economista, o Professor Paulo César Miguez de Oliveira, responsável pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura em 2004, escreveu um artigo acerca do tema que foi publicado em 2007 como colaboração em um livro. Para ele, apesar de em países como a Austrália, Nova Zelândia e no Reino Unido, o conceito ser bastante conhecido, no Brasil há necessidade de revisão. Nos quatro anos entre 2000 e 2004, percebeu-se que as questões relacionadas à indústria criativa, bem como a economia criativa, cresceram no Brasil, mas que em países em desenvolvimentos essas questões ainda são pouco abordadas.

Para John Howkins (2001, p.8) a produção criativa consiste na criação de produtos ou serviços que advém da criatividade daquele que o faz e que possui um valor agregado.

O contexto da publicação de sua obra foi como abordado no tópico acima, a larga mudança que ocorreu na economia mundial, principalmente se for analisada a transição da economia agrária, ocorrida nos anos de 1700, até as sociedades industriais resultantes das revoluções industriais.

É salutar levar em consideração também o conceito definido pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido. A economia criativa, para esse departamento (1998, p.3), “são indústrias que se originaram da criatividade, habilidades e talentos individuais e que tem um potencial saudável para a criação através da geração e exploração da propriedade intelectual”.

3.3 A SITUAÇÃO BRASILEIRA DE TAL ECONOMIA

Nos países desenvolvidos a economia criativa tem seu conceito e planos de desenvolvimento já consolidados. Em pesquisa divulgada pelo Banco Mundial, em 2005 a economia criativa já participava de 7% do PIB mundial e nos 10 anos consecutivos, cresceria um acumulado de 10% ao ano. De acordo com relatório emitido pela UNESCO, o comércio criativo mais que dobrou na última década, movimentando cerca de R\$ 624 bilhões de dólares. No Brasil, no entanto, paulatinamente os esforços financeiros estão sendo direcionados a tal temática. A respeito disso Sérgio Sá Leão, o Ministro da Cultura, acredita que é necessário, mesmo com valores reduzidos nesta pasta, o desenvolvimento da economia criativa, tendo em vista o potencial das regiões de produção, de forma que aliado à atuação do Estado, o PIB receberá mais influência desse setor.

3.4 AS ÁREAS DE TRABALHO RELACIONADAS À ECONOMIA CRIATIVA

Segundo Miguez (2007, p.97) o termo abrange um conjunto de atividades, que vai desde a moda, as indústrias culturais clássicas, o artesanato e as indústrias eletrônicas, como software e games.

De acordo com a revisão do livro de Howkins pelo Policy Research Group (2012), a economia criativa abrange mais de treze áreas, dentre as quais estão a publicidade e propaganda, produção cinematográfica, rádio e televisão, engenharia de software, vídeo games, artesanato.

3.5 O PANORAMA MANAUARA E EXEMPLOS PRÁTICOS.

No que diz respeito à esse tópico de discussão, ainda não há resultados consolidados, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento.

4. CONCLUSÃO

Não há, ainda, conclusão sólida acerca da proposta feita inicialmente, pois a pesquisa está em processo de finalização.

De modo preliminar, pode-se reiterar a importância da economia criativa como forma tanto de incentivo à cultura, seja ela nacional, seja ela internacional, quanto um novo formato de produção de bens e serviços que gera trabalho e renda a quem nele se envereda.

Salientar que o Brasil, e a cidade de Manaus que é o ponto de estudo que busco ter como maior referência precisa de fato ter maior incentivo, tanto do setor público, quanto do setor privado, de modo que a tradição dos povos brasileiros, e do manauara, seja vinculada a mercadorias impactando no PIB e na vida das pessoas que optam pelo labor nesse segmento.

Palavras-Chave: Globalização; Bens e Serviços; Cultura; Mercado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Nerine, CHAVES, Maria. Economia Criativa: A experiência do Observatório Estadual de Economia Criativa do Amazonas. Manaus: EDUA, 2017.

HOWKINS, John. The Creative Economy: How People Make Money From Ideas. Inglaterra, The Pinguin Group, 2001.

MIGUEZ, Paulo. Economia Criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

MUNIZ, Carolina. Desenvolver a economia criativa será prioridade, diz ministro da Cultura. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 de Ago. 2017. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1912651-desenvolver-a-economia-criativa-sera-prioridade-diz-ministro-da-cultura.shtml>. Acesso em: Set. 2017.

NICOLACI-da Costa, A. M. O talento jovem, a internet e o mercado de trabalho da economia criativa. Red. de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Rio de Janeiro, 2011, p. 554-562.

POLICY RESEARCH GROUP. The creative economy: Key Concepts and Literature Review Highlights. Disponível em: <www.cch.novascotia.ca/sites/default/files/inline/documents/creative-economy_synthesis_201305.pdf>. Acesso em: Set. 2017

SEBRAE. Economia Criativa. Disponível em: <www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: Set. 2017

O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O POLO DUAS RODAS¹

Vanessa Fonseca Oliveira²

Elane Conceição de Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

A Grande Depressão, em 1929, mergulhou o mundo em profunda crise. Muito embora, ela tivesse sido uma tragédia gratuita e desnecessária para muitos economistas – como relata Paul Krugman em seu livro “A crise de 2008 e a economia da depressão” – as economias mundiais foram balanceadas e os países tiveram que reaver seus remédios econômicos convencionais.

Para Abreu (2014), a severidade do impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial resultou em importante diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros externos, especialmente em países, como o Brasil, que se recuperaram rapidamente dos efeitos mais graves da depressão sobre a atividade econômica. Tais países se “voltaram para dentro”, com o crescimento dependendo crucialmente da capacidade de acomodar o deslocamento da demanda, afirma Abreu.

Foram essas circunstâncias que impulsionam o avanço da industrialização no país. Segundo Gremaud (2014) e Giambiagi (2011), a década de 1930, assim como as décadas subsequentes, compõe o período em que houve forte avanço do setor industrial no Brasil através do Processo de Substituição de Impostasções (PSI); cujas características principais é uma industrialização fechada que responde a desequilíbrios externos e é realizada por etapas ou fases.

Para tanto, foi na fase de produção de bens de consumo duráveis (especialmente indústria automobilística, eletrodoméstica e eletroeletrônica) do PSI, a partir da segunda metade da década de 1950, que

¹ Artigo resultado do PAIC 2016-2017 apresentado no Congresso Brasileiro de Economia 2017.

² Graduanda em Ciências Econômicas, ESO/UEA. Email: vfo.ecn@uea.edu.br

³ Profa adjunta ESO/UEA. Email: ecoliveira_eco@hotmail.com.

surgiu a Zona Franca de Manaus (ZFM) como um dos vários organismos regionais que foram criados na ocasião em resposta a grande concentração econômica industrial que se deu nessa fase do PSI.

Assim, criada pela Lei nº 3.173/57, durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, ela foi alterada após dez anos pelo Decreto-Lei nº 288/67 e regulamentada pelo Decreto nº 61.244/67. A ZFM é disciplinada como uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, destinada a criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas para promover o desenvolvimento regional.

Atualmente, a ZFM tem aproximadamente 600 empresas com projetos aprovados no PIM e as indústrias recebem incentivos fiscais para comércio, exportação e importação de produtos. O fato é que hoje a ZFM tem no Polo Industrial de Manaus (PIM) o principal vetor de crescimento econômico do modelo e o carro-chefe da economia do Estado. A extrema concentração produtiva em determinados setores de atividades, como Setor Duas Rodas, Concentrados, Eletroeletrônico e Informática, aliada a concentração urbana em Manaus e o subdesenvolvimento do interior do Estado⁴, têm demonstrado a fragilidade dessa modelo frente as crises externas e internas recentes, como a crise de 2008 e a crise de 2015, respectivamente.

Essa desaceleração rebateu fortemente sobre a indústria de transformação do PIM. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física, do IBGE, publicada em janeiro do corrente ano, a produção da indústria nacional decresceu 5,2%, no acumulado dos últimos doze meses. Enquanto a indústria do PIM decresceu 8%, com especial atenção para os setores de fabricação de máquinas e equipamento (-45,6%) e fabricação de outros equipamentos de transportes (-25,4%).

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi analisar o impacto da crise econômica brasileira de 2015 no Polo Industrial de Manaus, a partir da queda do faturamento do Setor Duas Rodas (fabricação de outros equipamentos de transportes), ajustado pelo IPA- DI/FGV, ano base 2006 por meio do modelo teórico de análise de insumo-produto, ou seja, utilizando a TRU/AM-2006 e a MIP/AM-2006.

⁴ Ferreira (2005).

2. METODOLOGIA

O modelo teórico de análise dessa pesquisa baseia-se na análise de insumo-produto desenvolvida na década de 1930, pelo economista russo Leontief. A informação principal dessa análise consiste nos fluxos de produtos de cada setor industrial produtor para cada um dos setores consumidores, sendo tal informação representada por uma tabela de relações interindustriais ou tabela de insumo-produto (MILLER & BLAIR, 2009; GUILHOTO, 2009). Esses os fluxos intersetoriais são determinados por fatores tecnológicos e econômicos e podem ser descritos por um sistema de equações simultâneas representadas por (HADDAD, 1976; LEONTIEF, 1986; MONTOYA, 1998; GUILHOTO, 2009):

$$X = AX + Y \quad (1)$$

onde X é um vetor ($n \times 1$) com o valor da produção total por setor; Y é um vetor ($n \times 1$) com os valores da demanda final setorial e A é uma matriz ($n \times n$) com os coeficientes técnicos de produção. Nesse modelo, o vetor de demanda final é geralmente tratado como exógeno ao sistema e, portanto, o vetor de produção total é determinado unicamente pelo vetor de demanda final, isto é:

$$X = BY \quad (2)$$

$$B = (I - A)^{-1} \quad (3)$$

onde B é uma matriz ($n \times n$) contendo a matriz inversa de Leontief. De acordo com Guilhoto (2009) e Haddad (1976), cada elemento da matriz inversa de Leontief deve ser interpretado como sendo a produção final total do setor que é necessária para produzir uma unidade de demanda final do setor. Ou melhor, representa os requisitos diretos e indiretos de insumos do setor a cada real de demanda final à produção do setor.

Foi realizado um ajuste nas atividades da Tabela de Recursos e Usos do Estado do Amazonas, ano de referência 2006 (TRU/AM-2006) (SUFRAMA, 2016a), com dimensão inicial $N110 \times N56$. Com o ajuste, a tabela passou a ter uma dimensão $N110 \times N49$. O ajuste foi necessário em virtude de se manter a quantidade de atividades da TRU/AM-2006 compatíveis com a quantidade de atividades da Matriz Insumo-Produto/AM-2006 (MIP/AM-2006) (anexo I), com dimensão $N49 \times N49$ (SUFRAMA, 2016b) para se poder realizar a análise de impacto.

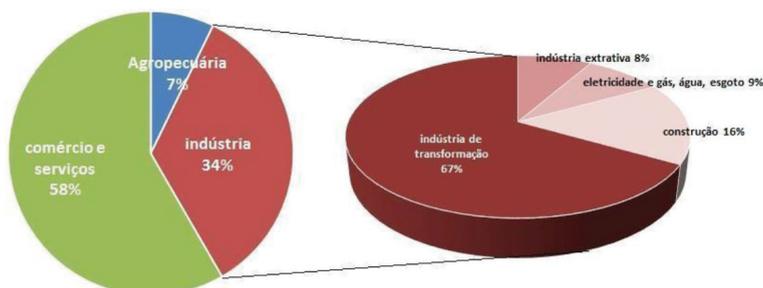
Foi elaborada uma matriz (m x n) de coeficiente fixos diretos a partir da TRU/AM-2006 já ajustada. A utilização de coeficientes diretos é extremamente versátil, em que cada elemento dessa matriz representa a quantidade de alguma variável que é gerada por unidade de produção da respectiva atividade (HADDAD,1989; MILLER & BLAIR, 2009; GUILHOTO, 2009). Para essa pesquisa, os elementos dessa matriz são os coeficientes de VBP (valor bruto da produção) e VA (valor adicionado), que foram obtidos dividindo-se, para cada setor, o valor utilizado destas variáveis na produção total pela produção total do setor correspondente, isto é:

Elaborou-se um vetor (m x 1) caracterizado nessa pesquisa como um vetor de demanda final exógeno ao modelo. Esse vetor faz alusão a um cenário do impacto do desempenho econômico do Setor Duas Rodas, durante a crise nacional de 2015, sobre a economia amazonense. Os dados foram de faturamento total do Setor Duas Rodas, numa série temporal de 2006 a 2016, fornecidos pela Coordenação de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (COGEC/SUFRAMA). Todos os anos foram corrigidos pelo IPA-DI/FGV, para o ano base de 2006, com o fim de se obter o faturamento real e a taxa de crescimento real desse setor ao longo do tempo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A indústria sustenta a economia amazonense. O valor adicionado bruto da indústria representou, em 2014, 34% do restante das atividades produtivas, onde a indústria de transformação participou com a aproximadamente 70% desse total, conforme (IBGE,2017a) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: VALOR ADICIONADO BRUTO DAS ATIVIDADES DO AMAZONAS, 2014.



Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2010-2014. Resultado da pesquisa: elaboração própria.

A indústria de transformação amazonense possui significativa participação na indústria nacional. Alguns produtos produzidos no PIM estão entre os 100 (cem) maiores produtos vendidos no país, como é o caso das motocicletas, aparelhos de ar-condicionado e celulares, que alcançaram o primeiro e segundo lugar, respectivamente, em vendas no país entre os estados produtores, no ano de 2014, conforme o IBGE (2017b) (Quadro 1).

QUADRO 1: PRODUÇÃO E VENDAS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS - 2014

Produto	Produção e vendas dos principais produtos industriais em termos de vendas - 2014	
	Posição no país entre os 100 maiores produtos vendidos	Posição do PIM entre os estados produtores do país
Refrigerantes	11°	9°
Telefones celulares	15°	2°
Extração de petróleo e gás	26°	4°
Televisores	28°	1°
Concreto usinado	35°	7°
Preparações em xarope para elaboração de bebidas, para fins industriais	39°	1°
Caixas de papelão	40°	6°
Computadores pessoais portáteis (laptops, notebook, handhelds, tablets e semelhantes)	43°	2°
Motocicletas (inclusive os motociclos) com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 50 cm³ e menor ou igual a 250 cm³	45°	1°
Aparelhos de ar condicionado de paredes, de janelas ou transportáveis, inclusive os do tipo split system	75°	1°
Chapas, bobinas e outros laminados metálicos cortados em qualquer forma	77°	7°
Pedras britadas	78°	10°
Filmes (películas) de material plástico (exceto BOPP) para embalagem, mesmo impressos, metalizados ou trabalhados por outro processo, inclusive em bobinas ou rolos	95°	8°

Fonte: IBGE - PIA Produto, 2014. Resultado da pesquisa: elaboração própria.

A indústria vem sofrendo as consequências da instabilidade econômica do país. De acordo com o IBGE (2017c), a produção física industrial amazonense apresentou um recuo de 8% em ja-

neiro de 2017, sendo os setores de fabricação de outros equipamentos de transportes e fabricação de máquinas e equipamentos os que puxaram esse desempenho, com respectivamente, -25,4% e -45,6% (Tabela 1).

TABELA 1: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DO BRASIL E DO PIM

Indicador (%)	Produção física industrial		Principais atividades no AM			
	BR	AM	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Fabricação de máquinas e equipamentos	Fabricação de outros equipamentos de transportes, exceto veículos automotores
Variação percentual acumulada em 12 meses	-5,2	-8,0	-10,4	-6,2	-45,6	-25,4

Fonte: IBGE - PIM/PF, janeiro/2017

Em relação ao Setor Duas Rodas, pode-se inferir ainda que ele já vem demonstrando sinais de desaquecimento ao longo tempo. A partir do faturamento desse setor ajustados pelo IPA-DI/FGV, ano base 2006, o Gráfico 2 mostra que o setor teve um mal desempenho em 2009 frente à crise de 2008, retornando a cair em 2012 até a instauração da crise de 2015, quando teve seu pior desempenho, -55,6% (SUFRAMA, 2017c).

GRÁFICO 2: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO FATURAMENTO DO SETOR DUAS RODAS, ANO BASE 2006.



Fonte: SUFRAMA. Resultado da pesquisa: elaboração própria.

A análise de impacto desenvolvida diz respeito aos impactos causados na economia amazonense em face a uma queda de aproximadamente 60%, em 2015, no faturamento do Setor Duas Rodas, sendo esse faturamento corrigido pelo IPA-DI/FGV, ano base 2006.

Para que isso se concretizasse, primeiro, foi elaborada a matriz de coeficientes de impactos diretos. Sua elaboração se deu a partir da razão entre o VBP e o VAB de cada atividade econômica estadual pelo próprio valor da produção da respectiva atividade. Cada elemento dessa matriz indica a quantidade de produção ou de valor adicionado por unidade de produção da respectiva atividade (em R\$ mil). O Quadro 4 mostra o vetor de impacto relativo da economia estadual. Pela análise de impacto houve um encolhimento na economia estadual, em termos de valor adicionado, de 5,01%, ao passo que o valor bruto da produção total encolheu 6,765%, em face da crise de 2015.

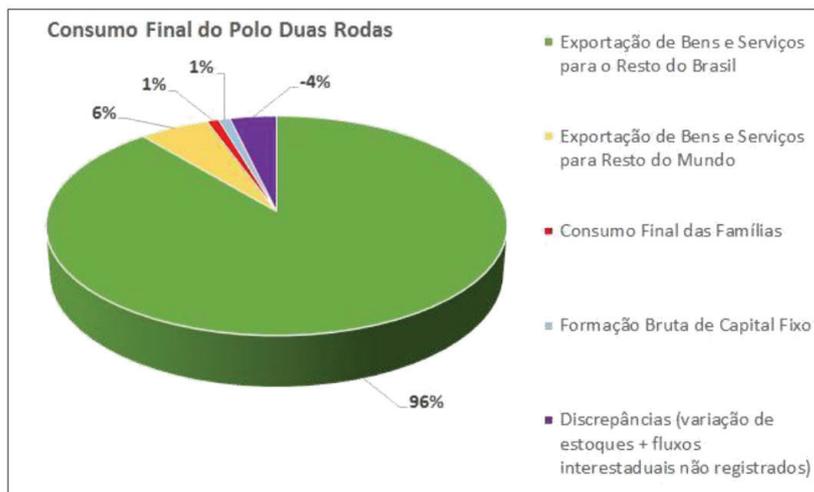
OUADRO 4: VETOR DE IMPACTO RELATIVO DA ECONOMIA ESTADUAL.

Vetor de impacto relativo na economia estadual		
Item	Descrição das Variáveis/Atividades	Resultados gerados pela queda de 55,6% no faturamento do Polo Duas Rodas do PIM
1	Valor Bruto da Produção (VBP)	-6,765%
2	Valor Adicionado Bruto (VAB)	-5,091%

Resultado da pesquisa: elaboração própria.

O Gráfico 3 mostra a composição da demanda final de outros equipamentos de transportes (motos), para o ano de 2006. Por ele é possível perceber que 96% da demanda de motos é destinada ao resto do país.

GRÁFICO 3: DEMANDA FINAL DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS.



Fonte: TRU/AM-2006. Resultado da pesquisa: elaboração própria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Setor Duas Rodas é um dos setores carros-chefes da indústria de transformação do PIM. Este setor é um dos responsáveis pela posição amazonense de 6º maior PIB do Brasil. Em termos de produção e vendas no país, a produção de motos do Amazonas representa o primeiro lugar nessa categoria, indicando que o Estado supre a demanda nacional nesse produto.

Em 2015, sofremos uma queda de aproximadamente 60% do faturamento do Polo Duas Rodas. As vendas para o resto do país despencaram e o faturamento total encolheu isto porque a produção regional flutua em relação à renda do país. Tal impacto é imediato e fortemente sentido na economia regional e pode ser explicado pela grande participação da indústria de transformação na economia amazonense.

A análise de impacto do modelo de insumo-produto mostrou que o valor adicionado do Estado encolheu 5,091%, dada as devidas limitações do modelo. De qualquer forma, é uma redução significativa para um Estado que depende da indústria de transformação para conduzir suas políticas de desenvolvimento, em especial para o desafio de interiorizar o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Editora Umberto Calderado: Manaus, 1977.
- CHANG, Ha-Joon. 23 coisas que não nos contatram sobre o capitalismo. São Paulo: Cultrix, 2013.
- FERREIRA, Mácio Alexandre Moreira. O desenvolvimento do capitalismo em Manaus. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura/Editora da Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, 2003.
- FERREIRA, Sylvio Mário Puga. BOTELHO, Lissandro. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. Estud. av. vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014.
- GIAMBIAGI, Fábio; et al. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GREMAUD, Amaury Patrick; et al. Economia brasileira contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GUILHOTO, Joaquim. Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamentos. São Paulo: USP, 2009.
- HADDAD, Paulo Roberto. Contabilidade Social e Economia Regional: análise de insumo-produto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 242 p.
- HADDAD, Paulo Roberto. Economia Regional: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB ETENE, 1989. 694 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGEa). Contas regionais do Brasil 2010 - 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default_ods.shtm>. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGEb). Pesquisa Industrial Anual - Produto 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/produtos/produto2014/defaultproduto.shtm>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGEc). Produção física industrial por seções de atividades econômicas. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2017.
- KRUGMAN, Paul R. A crise de 2008 e a economia da depressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LEONTIEF, Wassily. A Economia do Insumo-Produto. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 226 p.
- MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978.
- MATOS, Silvia. A desaceleração do crescimento brasileiro: causas externas ou

domésticas? IN: PINHEIRO, Armado Castelar; et al, organização Regis Boneli e Fernando Veloso. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV/IBRE, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMAa). Tabela de Recursos e Usos: TRU-AM (ano base 2006). Superintendência da Zona Franca de Manaus e Universidade Federal do Amazonas: Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais - Cogec/Suframa e Faculdade de Estudos Sociais - FES/Ufam. - Manaus: SUFRAMA, 2012a.92p. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/publicacoes/metodos-quantitativos>>. Acesso em: 07 janeiro de 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMAb). Matriz Insumo-Produto: MIP-AM (ano base 2006). Superintendência da Zona Franca de Manaus e Universidade Federal do Amazonas:Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais - Cogec/Suframa e Faculdade de Estudos Sociais - FES/Ufam. - Manaus: SUFRAMA, 2012b. 92p. Disponível em:<<http://site.suframa.gov.br/assuntos/publicacoes/metodos-quantitativos>>. Acesso em: 07 janeiro de 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMAc). Indicadores de Desempenho Econômico do Polo Industrial de Manaus. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/polo-industrial>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

GT 4
CULTURA, IDENTIDADE E PODER

AZUL OU VERMELHO? A UTILIZAÇÃO DA RIVALIDADE DOS BUMBÁS NO MARKETING CULTURAL DAS PATROCINADORAS DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

Dayanne Cristine Pires Dagnaisser¹
Lúcia Marina Puga Ferreira²

1. INTRODUÇÃO

O Festival Folclórico de Parintins é conhecido internacionalmente pela disputa entre os bois-bumbás Caprichoso e Garantido, que defendem respectivamente as cores azul e branca e vermelha e branca. Tais bois já nascerem rivais e dividiram a cidade em duas metades antagônicas, o lado leste, pertencente ao Caprichoso e o lado oeste, ao Garantido. O que remonta aos primórdios da história dos bumbás, já que quando os dois saíam às ruas para homenagear os santos do mês de junho, confrontavam-se em agressões verbais e físicas. Por conta disso, definiu-se uma linha imaginária que atravessa a cidade até chegar ao Bumbódromo, local onde acontece o Festival.

Essa rivalidade entre os bois-bumbás evidenciada nas cores, é percebida nas ações de Marketing Cultural das organizações públicas e privadas que patrocinam o evento. O marketing cultural vem a ser toda ação de marketing que utiliza a cultura como meio de comunicação com o intuito de ligar a imagem de uma empresa patrocinadora ao evento patrocinado, valendo-se da cultura como alicerce e instrumento para a transmissão de dada mensagem, isso sem que a cultura venha a ser a atividade-fim da empresa, ambicionando principalmente divulgação, ganho de imagem institucional, agregação de valor à marca e reforço do papel social da empresa; benefícios fiscais; retornos de mídia e aproximação do público-alvo (REIS, 2009).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas e bolsista CAPES. daydagnaisser@gmail.com

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. luciapuga@outlook.com

E para que esses objetivos sejam alcançados percebe-se que quando se trata de vincular uma marca a um evento patrocinado, é necessário combinar com outras ações de marketing visando maximizar os resultados desse investimento. (COSTA, 2004).

A concretização deste trabalho justifica-se em compreender a rivalidade entre os bumbás e como esta influencia nas ações de marketing das patrocinadoras, levando a alterações na identidade da manifestação cultural em estudo, das marcas das organizações patrocinadoras e da sociedade local. Desta forma, este trabalho objetivou conhecer a rivalidade dos bois-bumbás e o Marketing Cultural no Festival Folclórico de Parintins. Para tanto foi necessário caracterizar o Festival Folclórico de Parintins e os bois-bumbás; identificar as práticas de marketing cultural realizadas pelas patrocinadoras na festa em estudo e, descrever a adaptação das cores das patrocinadoras às dos bois-bumbás de Parintins.

2. METODOLOGIA

A pesquisa teve como locus a sede do município de Parintins, localizado no extremo leste do estado do Amazonas. A cidade obteve destaque nacional e internacional por meio do Festival Folclórico, realizado há 52 anos, no final do mês de junho, tendo como ponto alto a disputa entre os bumbás Garantido e Caprichoso. Realizou-se para tanto pesquisa qualitativa, de cunho exploratória, por meio de um estudo de caso, e como percurso metodológico utilizou-se dois caminhos: pesquisa bibliográfica que busca a fundamentação teórico-metodológica em livros, artigos, teses e dissertações que tratam da temática Marketing Cultural, do Festival Folclórico de Parintins, sobretudo dos bois-bumbás; e a de campo, por utilizar observações diretas, realizadas de 2015 a 2017, incluindo o registro fotográfico, realizado em Parintins, principalmente durante o Festival, das ações de marketing das organizações patrocinadoras do evento que enaltecem a rivalidade entre os bumbás. Tal localização temporal foi necessária devido ao fato de existir rotatividade de determinados patrocinadores e até mesmo das pessoas envolvidas na organização do Festival, por influência tanto da disponibilidade das organizações em patrocinar o evento, como das eleições governamentais e das Associações Folclóricas envolvidas no evento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O boi-bumbá teve suas origens na cultura nordestina, quando imigrantes nordestinos vieram para a Amazônia durante o primeiro Ciclo da Borracha, e trouxeram em suas memórias o bumba-meu-boi. Em Parintins foram incorporados elementos regionais, incluindo traços da cultura cabocla e indígena local, como lendas, rituais, música, dança e figuras como o pajé, criando assim a sua própria cultura. Nessa cultura, a manifestação da preferência pelos bois-bumbás incorporou-se no cotidiano com a valorização identitária do “ser contrário” impregnado de cordialidade, onde ser contrário é assumir os bois-bumbás como entes culturais, como identificadores da individualidade e da coletividade. (NOGUEIRA, 2008).

E é nesse “ser contrário” que surge a rivalidade azul e vermelha na ilha de Tupinambarana, que remonta ao início da história dos bois de Parintins e faz parte da identidade da sociedade parintinense. De acordo com a memória que circunda os bois-bumbás, quando os dois saíam às ruas para homenagear os santos do mês de junho (Santo Antônio e São João), ao chegarem em determinado trecho da cidade confrontavam-se em agressões verbais e físicas, chegando muitas vezes “às vias de fato”. Por conta desse fato, repetido ano após ano, os torcedores decidiram imaginariamente não ultrapassar os trechos tidos como “território contrário”. Assim, definiu-se uma linha imaginária que atravessa a cidade a partir da orla, passando pela Catedral e chegando ao local onde acontece o Festival Folclórico de Parintins, o Bumbódromo, cujo nome oficial é Centro Cultural Amazonino Mendes, uma arena com o formato estilizado da cabeça de boi, projetado especialmente para a apresentação dos bois-bumbás de Parintins, Caprichoso e Garantido, a partir de então o Festival passou a ganhar destaque no cenário nacional e internacional, como uma das maiores manifestações folclóricas do Brasil e do mundo, e com isso passou a atrair patrocinadores, que enfocam a rivalidade tradicional entre os bumbás Garantido e Caprichoso, evidenciada nas cores vermelho e azul.

A esse respeito Allan Rodrigues (2006) aponta que quem vai a Parintins hoje deve compreender que a cidade é dividida ao meio por duas paixões: uma em vermelho pelo Garantido e outra em azul pelo Caprichoso. Para muitos, essa rivalidade é a própria essência do festival, ou seja, está na vontade de cada boi em superar o rival

na arena a energia criadora da festa. Nogueira (2014) complementa citando que, a rivalidade entre as torcidas dos bois-bumbás sugere a Parintins a imagem de uma cidade dividida ao meio, que vai até o Bumbódromo, onde está estabelecido a fronteira dos ‘domínios’ dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso a oeste e a leste respectivamente. Esta rivalidade influencia inclusive nas ações de marketing de diversas organizações, principalmente das patrocinadoras, que buscam adaptar o discurso da sua marca a realidade local. Em contrapartida, os bumbás buscam assegurar a atratividade do evento, adaptando seus lemas aos discursos latentes na contemporaneidade, como o aumento da problemática ambiental, que fez com que os “olhos” do mundo se voltassem para a Amazônia, que serve como base para os lemas dos bumbás que tem enfoque, sobretudo na sustentabilidade, com forte apelo cultural e de preservação da Amazônia. Quando os visitantes chegam a Parintins podem observar de perto a rivalidade entre os torcedores e brincantes dos bumbás, inclusive com a divisão imaginária da cidade, em Garantido a oeste e Caprichoso a leste, isso fica bastante aparente no período do evento, já que os moradores como forma de demonstrar o orgulho de torcer por determinado bumbá, pintam suas casas com as cores dos bumbás de sua preferência, além disso, as marcas patrocinadoras adaptam suas cores e corroboram para demonstrar o respeito aos bois e sua “territorialidade”. Nota-se durante o evento, que a maioria dos visitantes opta por um bumbá e suas cores, adotando em seu vestuário, acessórios e objetos, assim como os moradores da cidade, defendendo sua opção, o que reforça a rivalidade que é a essência da disputa entre os bumbás.

Nas edições observadas do Festival Folclórico de Parintins, notou-se que o evento contou com o mecenato dos Governos Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, do Estadual através da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, que inclusive é quem promove o evento, e do Municipal, pela Secretaria Municipal de Turismo, além do patrocínio de diversas organizações, como por exemplo, Petrobras, Eletrobras, Correios, Bradesco, Brahma, Coca-Cola, Vivo, dentre outras. Para a captação de investimentos, foi necessário a participação de uma agência responsável pela comercialização dos patrocínios, que há 18 anos, está sob a responsabilidade da empresa Maná Produções. Observou-se ainda que as empresas patrocinadoras do Festival Folclórico de Parintins, procuram de algum modo

tomar para si aspectos da manifestação cultural, com o intuito de aproximar-se da população local e mostrar a todo o público que assiste ao evento seja no Bumbódromo, ou através da transmissão televisiva e online sua preocupação com as questões culturais, sociais e ambientais que firam entorno do evento e muitas vezes são encenadas em suas apresentações. Neste ponto as empresas patrocinadoras utilizaram como principais estratégias de marketing a adaptação às cores dos bois-bumbás, vermelha e azul, em respeito às cores dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

A Coca-Cola Brasil foi o primeiro patrocinador oficial do evento, sendo este o 23º ano consecutivo no Festival de Parintins. Ao longo de toda a sua história de patrocínio do Festival a empresa tem realizado diversas ações de marketing, inclusive mudando a cor da sua logomarca que originalmente é vermelha e branca, cores que em Parintins estão ligadas ao Boi Garantido, para azul e branca, cores do Boi Caprichoso. Com essa adaptação em seu produto, a Coca-Cola expande seu público ao oferecer a opção da latinha na cor dos dois bois. Observou-se ainda a bandeira gigantesca onde estava escrito Coca-Cola, com o respectivo boi, dependendo do lado do Bumbódromo, que em determinado momento da apresentação dos bumbás, descia sobre a galera, cobrindo-a quase que por completo.

Outras empresas também se fazem presentes por meio de ações de marketing em vários pontos da cidade, como é o caso da Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, por meio da cerveja Brahma, que com o patrocínio tornou-se a cerveja oficial do Festival Folclórico de Parintins nas edições observadas, tais ações foram realizadas através de placas nos principais bares com a marca da Brahma. A Brahma apostou também na divisão da cidade ao colocar bandeiras com sua marca nas cores de cada boi dividindo a cidade ao meio em frente à Catedral. Além de adaptar as suas latinhas com o tema da festa, imitando a face dos Bois-bumbás e de lançar uma disputa online entre os torcedores dos dois bumbás.

A Eletrobras Amazonas Energia, confeccionou milhares de banners, e ao invés de colocar em seus postes, como de costume, distribuiu em casas espalhadas por toda a cidade, como forma também de estreitar o relacionamento com os clientes locais, além de colocar banners em sua agência local, tais banners foram confeccionados tanto em vermelho e azul, quanto em cada uma das cores individualmente. Já a Telefônica Vivo além de patrocinar o evento, com-

pletou sua estratégia de marketing cultural com a criação de uma campanha voltada para o evento, intitulada “Vivo no Festival de Parintins: felicidade Garantida, paixão Caprichada”, visando mostrar respeito pela cultura local e visando criar vínculo com a população local, a campanha teve entre outras ações, o lançamento do Cartão de Recarga temático do Festival, com um boi, que mescla as cores azul e vermelho. O Bradesco por sua vez, investiu em adereços para a galera dos dois bois, em balões de publicidade, nas camisas dos responsáveis por empurrar e realizar os movimentos nas alegorias. Além de ter a fachada e a parte de trás da sua agência em Parintins nas cores dos dois bumbás, adaptando assim suas cores às cores dos bumbás.

Observou-se ainda algumas ações do Governo do Estado do Amazonas, como distribuição de abanadores distribuídos para as pessoas em via pública para ajudá-las a se refrescar no calor e faixas para que as pessoas se identificassem com as cores do seu boi. Além das ações de marketing já descritas, foram observadas também ações realizadas em conjunto, como é o caso dos balões para publicidade de diversas patrocinadoras que ficam no céu durante as apresentações dos bumbás, placas com as logomarcas das patrocinadoras na área externa do Bumbódromo, além de painéis de led no interior do Bumbódromo que passavam as logomarcas das patrocinadoras, sempre com atenção as cores dependendo do lado que estavam localizados.

4. CONCLUSÕES

Diante de um evento de grandes proporções, como é o caso do Festival Folclórico de Parintins, surgem organizações com o interesse em patrociná-lo, o que acarreta no emprego do Marketing Cultural, através do mecenato por parte da esfera pública e o patrocínio da esfera privada. Além disso, percebeu-se que os parintinenses incorporaram a rivalidade bovina, como parte de sua identidade, pois ainda que muitos não tenham vivido os confrontos nas ruas, essa rivalidade faz parte da memória coletiva local. As patrocinadoras, para adequar-se à essa identidade evidenciam em suas estratégias de marketing a questão da rivalidade entre o azul e o vermelho, buscando adaptar suas marcas e ações de promoção às cores de cada boi-bumbá, demonstrando assim seu respeito à cultura local.

Portanto, como pode-se observar as organizações adequam suas marcas às cores dos bumbás, com o intuito de construir e/ou melhorar a imagem das organizações patrocinadoras frente à população local, agregando valor à empresa e seus produtos, por se mostrar interessada na identidade presente na rivalidade que divide a cidade e ao mesmo tempo une a sociedade parintinense.

Palavras-Chave: rivalidade, bois-bumbás, Marketing Cultural, Festival Folclórico de Parintins.

5. AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH e à Universidade do Estado do Amazonas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ivan Freitas da Costa. *Marketing cultural: O patrocínio de atividades culturais como ferramenta de construção de marca*. São Paulo: Atlas, 2004.

NOGUEIRA, Wilson. *Festas Amazônicas: boi-bumbá, ciranda e sairé*. Manaus: Valer, 2008.

_____. *Boi-Bumbá: Imaginário e espetáculo na Amazônia*. Manaus: Valer, 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura: Teoria e prática em estudo internacional comparado*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RODRIGUES, Allan S.B. *Boi-bumbá Evolução: Livro-reportagem sobre o Festival Folclórico de Parintins*. Manaus: Valer, 2006.

GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: PERCEBENDO A FALA COMO FENÔMENO SÓCIO HISTÓRICO E CULTURAL

Luana Pantoja Medeiros¹

José Camilo Ramos de Souza²

1. INTRODUÇÃO

A linguagem humana é composta por vários fatores, psicológico, social e afetivo. Sendo a língua algo que é atribuído aos indivíduos, pois pertence ao coletivo. Já a fala é algo individual, um ato particular de cada pessoa e está ligada diretamente ao psíquico, uma necessidade fisiológica, “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. (SAUSSURE, 2006, p. 16). Os aspectos mais influentes nas características de fala derivam das confluências social, histórica e cultural de um grupo de falantes, sendo estes responsáveis por atribuir características particulares no falar de um grupo, e assim caracterizam-se os dialetos, sendo muitas vezes a marca mais forte de expressão de um povo, da sua história, região e identidade cultural.

Não há como dissociar a cultura, do indivíduo, assim como não há como dissociar, o modo de falar do indivíduo, de sua cultura. “a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ela se conjuga dicotomicamente, é ou em sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir”. (CÂMARA, 1975, p. 268-269). Ao entendermos o ser humano como um ser de linguagem, justificou-se esta pesquisa em tratar dos fenômenos da fala no dialeto local, na cidade Parintins, nas feiras e mercados da zona portuária. Preocupamo-nos em elucidar como se estabelece as influências sócio histórico e cultural, neste processo entre sociedade

¹ Graduanda em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas. Bolsista e pesquisadora PAIC/UEA/FAPEAM. E-mail: luana.pantoja.am@hotmail.com

² Professor adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins/Universidade do Estado do Amazonas; Professor do Colegiado de Geografia; Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - PROFÁGUA. E-mail: jcramosdesouza@hotmail.com

humana, e a forma como esta utiliza a linguagem, expressando sua identidade através da oralidade.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos adotados para coleta de dados são resultados da pesquisa tipo qualitativa, utilizando como técnicas e instrumentos de pesquisa; *Observação Sistemática e Participante*, permitindo interação verbal e contato direto com a comunicação em seu pleno funcionamento na linguagem, bem como os mecanismos que este tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador “aprofundar-se no mundo dos significados das ações humanas” (MINAYO, 2001, p. 22). *Pesquisa Bibliográfica*; que dispõe de um material para auxílio na compreensão e análise da pesquisa empírica. *Diário de Campo*; para o registro das palavras e expressões recolhidas no léxico do dialeto, no processo de comunicação de fala não vigiada *in loco*. A pesquisa de geografia linguística trabalha em conjunto com a linguística e a sociolinguística, pois a sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em seu uso no seio das comunidades de fala, “voltando à atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (MOLLICA, 2015, p. 9). Esta ciência se faz presente no seio interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os falares regionais caracterizam-se por serem as peculiaridades expressivas próprias de uma região determinada, que necessitam da coerência interna que possui o dialeto. São peculiaridades da língua comum. Os falares locais “constituem estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes característicos dentro da estrutura regional a que pertencem cujos usos são limitados a pequenas circunscrições geográficas”. (ALVAR, 1961, p. 30, *apud* BRANDÃO, 1991, p. 13).

O léxico representa as experiências culturais de um grupo ou de uma nação recortadas na língua de que faz parte. “A expressão das crenças, as artes culinárias e medicinais, as tradições, as inovações e todas as nuances da vivência social de um povo fazem notar o seu universo lexical” (ELIASSIM; COELHO,

2013, p. 2). A partir do léxico de uma língua constitui-se o campo semântico dos falantes, campo semântico, por sua vez, é o conjunto de possibilidades que uma mesma palavra ou conceito tem de ser empregada(o) em diversos contextos. A representação da cultura do parintinense evidenciada através de seu léxico reflete o modo de vida, de compreensão de mundo e de se posicionar diante dele. Segundo Silva (2000, p. 17),

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência humana e àquilo que somos.

O léxico de um grupo social expressa a forma como os sujeitos deste grupo se relacionam com o mundo, como já fora mencionado, portanto, apontaremos aqui alguns recortes de campos lexicais do vasto sistema que o *corpus* deste trabalho nos apresentou, com a intenção de exemplificar palavras e expressões relativas as formas de comunicação típicas do vocábulo do parintinense em seu uso diário. O léxico das palavras e expressões que mostraremos a diante foram recolhidos das feiras e mercados da zona portuária, onde os falantes vêm tanto das áreas das comunidades, como também da cidade.

4. PALAVRAS SIGNIFICADO LOCAL DE FALA

Alquer é uma palavra que designa quantidade, e equivale a um *paneiro* cheio (40 frascos) de farinha de mandioca. Esta palavra, bem como seu significado, foram colhidos no mercado municipal. Não há ligação desta palavra que faça relação com outro objeto. No processo de semantização do significado, constitui uma palavra autosemântica, que possui significado único dentro do léxico do dialeto local. (a quantidade de farinha de mandioca a ser vendida por um preço taxado).

Paneiro é uma palavra que designa um cesto, tecido em talas, que têm a finalidade de utensílio para o transporte de produtos do extrativismo vegetal e derivados da mandioca, como goma de tapioca, e a própria farinha de mandioca. O *paneiro* geralmente é

tecido por mulheres, esposas ou filhas dos agricultores, indígenas também tecem este cesto. Algumas famílias que vêm das comunidades vizinhas para fazer compras no mercado, trazem o paneiro vazio para levar as compras, muitas vezes a farinha de mandioca ou a goma. Este objeto distingue significativamente o modo de vida das famílias que vêm das comunidades, com relação as que moram na cidade. Um utensílio com várias serventias de uso, e possivelmente indispensável no ato de comprar e transportar alimentos. Não houve registro de que a semantização desta palavra esteja relacionada a outro objeto. Portanto este nome, no léxico do dialeto, é uma palavra autosemântica, constituinte de valor e significado único.

Calafate designa a pessoa especialista em calafetar os barcos regionais. As embarcações regionais são construídas a partir da madeira, a pessoa que constrói as embarcações é chamada de *Car-pinteiro*, o calafate faz reparos e substituições nessas embarcações. Possuindo um trabalhado de muito prestígio e relevância para esta região. *Calafeto* designa a estopa que é utilizada para vedar buracos nos cascos das embarcações. Estes nomes podem ser utilizados na cidade e comunidades.

Fulheta designa farinheira, recipiente que armazena a farinha de mandioca, a base da alimentação do parintinense. É exposta a mesa como utensílio de cozinha. Não houve registro de que esta palavra possua variação de significado no léxico do dialeto, é uma palavra autosemântica, constituinte de valor e significado único. Este nome pode ser utilizado na cidade e comunidades.

Flau designa suco congelado em embalagem plástica. Esta palavra possui bastante variação no Norte e no Brasil. Em Manaus é chamado de dindim, no Estado do Pará é chamando de chop ou chopão. Esta nomeação é utilizada tanto na cidade como também nas comunidades, e em qualquer ambiente de comunicação. Não houve registro de que a semantização desta palavra esteja relacionada a outro objeto. Portanto este nome, no léxico do dialeto, é uma palavra autosemântica, constituinte de valor e significado único.

5. EXPRESSÕES POPULARES SIGNIFICADO LOCAL DE FALA

Agasalhar é uma expressão constantemente utilizada pelos falantes parintinenses, de qualquer lugar, seja cidade ou comunidades, de qualquer idade ou classe social e em qualquer ambiente é

possível ser enunciada. Possui um processo de semantização múltiplo, pois pode fazer referência ao ato de sentar, acomodar, recolher, e não somente pessoas como também objetos. Portanto, agasalhar é uma expressão popular que, ao ser enunciada, é necessário uma contextualização para sua referência.

Amodo é uma expressão que corresponde à palavra *Parece* do verbo *Parecer*, é constantemente utilizada pelos falantes parintinenses, de qualquer lugar, cidade ou comunidades, de qualquer idade ou classe social. No processo de semantização possui um único significado, que faz referência a questionamentos e/ou dúvidas.

Será lesado?, Será balado?, Olha já? e Mas quando já? são expressões que possuem o mesmo valor semântico, sentimento de desaprovação e/ou gozação. Não constituem valor de uma pergunta em si, mas um caráter convencional de dúvida. Podem ser mencionadas na cidade e nas comunidades, em qualquer ambiente de comunicação que não exija fala vigiada, como no caso de ambientes acadêmicos ou formais. Estas expressões, por sua vez, carregam marcas bastante expressivas na histórica dessa região e na identidade cultural dos falantes do dialeto parintinense sendo, inclusive, mencionadas em algumas toadas dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

6. CONCLUSÕES

Como foi possível observar no recorte a cima, o léxico recolhido de algumas palavras e expressões podem ser ouvidos em outras regiões do Norte e até mesmo do Brasil, porém estas representações de nomear objetos e formas de expressões populares, dentro do contexto propriamente do falar do parintinense, é que caracteriza a sua única e significativa forma de expressão de sua cultura e identidade.

Constitui nesta relação entre tradição oral e variação de contexto semântico lexical, as inúmeras possibilidades de realização de personalidades, de sujeitos que vivem tanto na cidade quanto nas comunidades. Pescadores, atravessadores, professores, estudantes, profissionais liberais, homens ou mulheres, adultos, velhos ou crianças, bem como todas as outras formas de realização de gênero, ao se reunirem em um lugar com a mesma finalidade, uma comunidade, não há dissociação de fatores externos maiores ou mais relevantes do que a própria comunicação em si, na dinâmica total e literal de seu pleno funcionamento na língua, especificamente no léxico do

dialeto. O processo de comunicação entre estes sujeitos refletem o próprio fenômeno indicativo das marcas características de seu dialeto, história, região e identidade cultural.

Palavras-chave: Identidade cultural; Falar parintinense; Variação dialetal.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. A Geografia Linguística no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. Dispersos. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

ELIASSIM, Cristiano Curtis; COELHO, José Braz. Identidade, Cultura e Linguagem- Léxico Relativo às Atividades Profissionais em Tropas e Boiadas, de Hugo Carvalho Ramos. Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. 18 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Luiza Maria, (orgs). Introdução à Sociolinguística: o tratamento variação. 4 ed., São Paulo: Contexto, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO EM PROL DA DIGNIDADE HUMANA

Jeanne Araújo e Silva¹

Roberto Sanches Mubarac Sobrinho²

O leitor moderno do diário em que Heroard, o médico de Henrique IV, anotava os fatos corriqueiros da vida do jovem Luís XIII, fica confuso diante da liberdade com que se tratavam as crianças, da grosseria das brincadeiras e da indecência dos gestos cuja publicidade não chocava ninguém e que, ao contrário, pareciam perfeitamente naturais. (Ariès 2016, p. 75)

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade está impregnada no cotidiano adolescente, prevalece nas mídias e redes sociais, nos valores familiares e religiosos e não é difícil encontra-la nos corredores escolares. O cotidiano escolar nos apresenta procedimentos pedagógicos e curriculares vinculados a processos sociais fomentadores de distinções com poderes de interferir no desenvolvimento escolar e intelectual do aluno e ainda com dimensões para compor redes de poder e vigilância que estigmatizam o exótico podendo comprometer-lhe o direito à educação. “As escolas expulsam alunos como a gente”, esta frase foi proferida por uma militante do movimento LGBT em um evento de pós-graduação que recebeu o nome de RE-existências.

“O currículo de instituições escolares se relaciona à produção sócio-histórica de poder por meio da produção de regras e padrões

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). E-mail: jeanne_araujo10@hotmail.com

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Associado da Universidade do Estado do Amazonas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências (PPGECA). E-mail: rmubarac@hotmail.com

de verdade” (Junqueira 2011, p.75), qualquer indivíduo que se desprenda de comportamento pré-estabelecidos está fadado a tornar-se uma abjeção. Jesus (2012, p.08), afirma que nossa sociedade “dissemina a crença que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher”, a busca pela normatização binária e o direito fundamental à educação geram intensos conflitos nos ambientes educacionais que nem sempre são percebidos por quem os pratica, apenas por quem os sofre.

O Brasil é o país com maior índice de violência contra estudantes que não se identificam com a heteronormatividade. Cabe ao papel docente lidar com questões de diversidade de gênero, ou qualquer outra condição de distinção, de maneira que o aluno se sinta parte integrante nas atividades pedagógicas sem se notar ameaçado ou segregado por ser ou se sentir diferente. Nesta perspectiva, o NIGS (Núcleo Interdisciplinar em Gênero e Sexualidade), coordenado pela professora Priscila Freire Rodrigues da Universidade do Estado do Amazonas – UEA o qual que serviu de base para este trabalho, atua com o objetivo de sensibilizar a população acadêmica e escolar quanto ao respeito com a dignidade humana independente de orientação sexual, realizando oficinas com alunos e professores do Ensino Médio de escolas estaduais e realizando eventos nos quais se discutem pesquisas voltadas a esta temática.

2. METODOLOGIA

Para realização das atividades propostas aqui utilizamos a pesquisa ação com a realização de oficinas temáticas mensais em uma escola estadual de Manaus que oferta o ensino médio as quais objetivam perceber como nossos adolescentes entendem a sexualidade e lidam com as questões de gênero, visando o respeito à dignidade humana da pessoa transgênero; propiciar um espaço de reflexão crítica sobre as relações de gênero no espaço escolar; oportunizar atividades educativas sobre educação e saúde com ênfase na sexualidade; estimular mudanças nas relações de gênero na escola. A importância se dá devido a educação, além de ser direito fundamental, ser também necessária para exercício de outros direitos.

Também houve coleta de dados através de formulário online, sem identificação dos participantes, com três questões cujas

respostas puderam nos dar uma dimensão quanto à realidade da naturalização da violência sofrida no ambiente escolar por pessoas que se sentem em desacordo com a heteronormatividade. As questões foram:

- Você se identifica com a heteronormatividade?
- Você consegue lembrar em que momento de sua vida, você percebeu que sua identidade de gênero estava em desacordo com a designada socialmente?
- Em sua vida escolar você passou por alguma experiência desagradável em relação à sua identidade de gênero? Conte o que aconteceu.

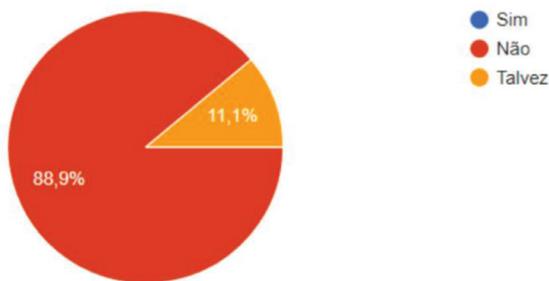
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo sem perceber, as pessoas agem de maneira inversa ao próprio discurso de igualdade, firmando sutilmente através de suas práticas que aquele lugar não é onde você deveria estar. Para que haja uma consciência inclusiva é fundamental que a escola atue desconstruindo mitos e preconceitos que possam atrapalhar ou até mesmo barrar a aquisição de saber, a formação de valores democráticos e acima de tudo, valores humanos respeitando a diversidade cultural e de gênero.

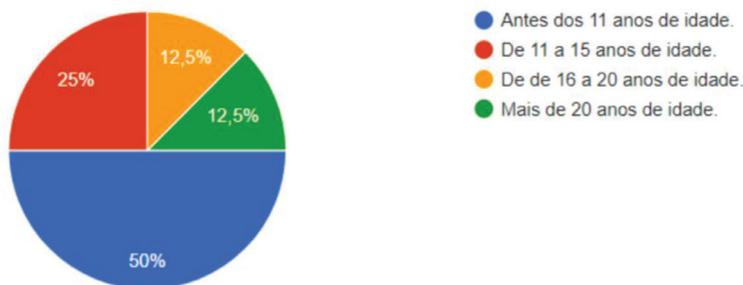
As oficinas ministradas pelo NIGS permitem que os alunos modifiquem seus comportamentos nas relações de gênero e reflitam sobre as mesmas de maneira crítica. Uma aluna homossexual disse que o simples fato de passear com sua namorada de mãos dadas na praça em frente à escola já é motivo para muitos atritos, mas afirma também que percebe uma melhor aceitação de sua condição pelos colegas de classe. Atividades pedagógicas neste tema certamente atenuarão o paradoxo de invisibilização das diferenças em prol de uma sociedade inclusiva.

Com as respostas obtidas no formulário on-line foi possível construir os seguintes gráficos:

A – Você se identifica com a heteronormatividade?



B – Você consegue lembrar em que momento de sua vida, você percebeu que sua identidade de gênero estava em desacordo com a designada socialmente?



C – Em sua vida escolar você passou por alguma experiência desagradável em relação à sua identidade de gênero? Conte o que aconteceu.

“Muitas ações de bullying e segregação por conta de não ter o comportamento heteronormativo convencional entre os meninos. Uma delas foi ainda no 3º Ano do Ensino Fundamental, onde a professora colocou eu e outro colega (também afeminado) para assistir às aulas nas cadeiras bem ao fundo da sala, bastante separado do restante da turma”.

A fala acima ilustra bem as palavras de Neves; Calegare; Silva (2016, p.19) quando afirmam que “todo processo educacional está pautado em controlar, em observar, em corrigir e construir corpos de homens e mulheres, esquivando-se em atender pessoas que não se adequam aos padrões hegemônicos e heteronormativo”. Neste caso, a profissional que deveria promover condições de dignidade

pela construção do saber foi agenciadora da segregação. É bastante provável que nossas ações e opiniões como educadores e pesquisadores findem por gerar efeitos em nossos educandos também nas questões de feminilidade e de masculinidade (LOURO, 2007), afinal, somos por eles tidos como exemplos a serem seguidos. Por estar diretamente ligada à formação cidadã, a escola deveria ser o espaço principal de disseminação do respeito e da inclusão social, do combate ao preconceito e da valorização da vida humana.

“Espalharam pra escola toda que eu fazia sexo oral nos meninos dentro do banheiro apenas porque eu era acetinado”.

“Eu nem era “assumido” (aliás, detesto esse termo acusativo), mas pelo fato de eu ser diferente, ou porque tinha gosto diferente, porque preferia estar com meninas, por ter uma voz fina, ou andar diferente também, ou inclusive por usar guarda-chuva pra me proteger do Sol, fui xingado de bichinha, veadinho, mulherzinha... isso na escola como aluno, (ensino fundamental I e II). Já na condição de professor de ensino fundamental, depois de “sair do armário” onde jamais me tranquei (apenas estava em processo de auto entendimento), fui xingado de gay, pejorativamente, por um aluno... (ouviram e me disseram)... e de veado, por uma aluna (eu ouvi a estudante dizendo: “lá vem aquele veado”). Não soube quem foi. Eu não briguei ou reclamei à direção da escola. Apenas deixei pra lá. A minha maneira de devolver a ofensa foi dando a minha aula como eu queria, sendo rígido ou flexível conforme o contexto e meu humor”.

Com estes discursos podemos ter uma dimensão das situações desagradáveis e até mesmo de violência que surgem naturalmente em ambientes escolares. Embora, exista toda uma legislação voltada para fomentar discursões acerca das diferenças, sociais, culturais, raciais, sexuais e de gênero, estas diferenças, em pleno século XXI, ainda causam impactos significativos não apenas nas instituições, mas também nos profissionais que nelas atuam. É imprescindível “[...] problematizar o desenho organizacional da instituição escolar que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem” (BRASIL, 2010 p. 10).

Os debates no campo da educação certamente permitirão uma melhor visibilidade dos grupos historicamente excluídos pela condição em desacordo com padrões socialmente construídos.

É necessário um cuidado redobrado para que nossas ações não caminhem na contramão de nossos discursos e terminem por favorecer ações excludentes.

4. CONCLUSÕES

- Promover atividades pedagógicas e didáticas que eliminem ações fomentadoras da invisibilidade das diferenças.
- Promover reflexões sobre dignidade humana e cidadania crítica.

Palavras-chave: currículo, escola, heteronormatividade, preconceito.

5. AGRADECIMENTOS

A todos os seres humanos que participaram das atividades do NIGS e que direta ou indiretamente ajudaram a construir dados para esta pesquisa compartilhando suas experiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – CNE/ no4/2010. Brasília/DF, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termo. 2a edição – revista e ampliada - Brasília, 2012. Disponível em: <<http://issuu.com>> <<http://pt.scribd.com>> <<http://www.sertao.ufg.br>> acessado em: 04/07/2017.

JUNQUEIRA, R. D. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário in: SILVA, F. F.; MELLO, E. M. B. (Org.). Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação. Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011.

LOURO, G. O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NEVES, André Luiz Machado; CALEGARE, Fernanda Priscila; SILVA, Iolete Ribeiro. Escola, Sexualidade e Gênero: perspectivas críticas. – Manaus: UEA Edições, 2016.

PROJETO ESCOLA DE LIBRAS-UEA: PARA UMA NOVA PERSPECTIVA NO ATENDIMENTO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA.

Eliana da Rocha Nunes¹

As rupturas que a humanidade tem consubstanciado ao longo de sua história não ganharam corpo apenas pela existência da sua absoluta necessidade, nem pela vontade imperiosa dos grupos sociais, nem apenas pela respectiva imposição que decorre do exercício do poder e da força. A promoção das mudanças está intrinsecamente ligada a produção dos saberes e socialização desses a partir da informação. O Projeto Escola de LIBRAS UEA tem fundamentado essa concepção de mudança histórica e conseqüentemente de mentalidades a partir de uma nova abordagem por meio de pesquisas sobre a comunidade surda nacional e local, cultura surda e expressão linguística, direcionando a aplicação das leis e princípios que regem a inclusão e difusão da LIBRAS como língua oficial de todo povo brasileiro e língua nativa dos povos surdos.

A experiência decorrente da prática do acompanhamento de um aluno surdo do Curso de Meteorologia na Escola Superior de Tecnologia, nos transporta a reflexões outrora latentes e que tornam-se emergentes a medida em que nos deparamos com os limites impostos por pensamentos dominantes que marcam o imaginário coletivo sobre a surdez e o sujeito Surdo e se configuram na busca de uma síntese visando contribuir para a adesão de determinadas estratégias a partir das informações disponíveis no Curso de LIBRAS UEA e cujo objetivo é, quebrar as fronteiras do preconceito, do estigma e da resistência ao diferente.

¹ Graduada em História pela UFRJ com Especialização em História das Mentalidades; Graduada em Licenciatura Letras/LIBRAS pela UFSC. Atua como Intérprete Educacional na UEA e como professora pesquisadora no Projeto Escola de LIBRAS - EUA. E-mail: eslibras.uea@gmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo analisaremos os discursos predominante sobre a surdez, as pessoas surdas e como esses se constituíram dentro da vertente dos Saberes que alicerçaram as microestruturas de poder da Sociedade Industrial. As diversas análises dos discursos sobre a surdez que marcaram o Século XX, consubstanciados pela visão clínica são desconstruídos a partir da intervenção e produção de novos saberes e novas perspectivas sobre o povo surdo e sua respectiva expressão linguística. Essa desconstrução produz uma ruptura na ordem das interpretações atreladas ao fundamentalismo oralista e tem no Projeto de Escola de Libras – UEA sua grande expressão quando através de pesquisas nas Línguas de Sinais buscamos compreender melhor e apresentar um povo que por décadas foi lançado no ostracismo e que possui uma expressão linguística riquíssima e cheia de significado.

Graduada em História pela UFRJ com Especialização em História das Mentalidades; Graduada em Licenciatura Letras/LIBRAS pela UFSC. Atua como Intérprete Educacional na UEA e como professora pesquisadora no Projeto Escola de LIBRAS - EUA.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho parte dos pressupostos teórico baseado análise filosófica e histórica de Michel Foucault em sua Arqueologia do Saber onde podemos fundamentar como emergiram determinados tipos de saber-poder que dominam o imaginário coletivo e definem a surdez e o sujeito surdo como deficiente e assim deslindarmos o significado de ser surdo.

Durante a atuação do professor/intérprete na sala de aula do Curso de Meteorologia, através da fala de alguns professores analisamos expressões latentes das concepções atreladas ao discurso clínico assistencialista instaurado em meados do Séc. XVIII em confronto com os discursos emergentes fundamentados nos estudos linguísticos, psicolinguístico e em antropologia social sobre as comunidades surdas e o Mundo Surdo.

3. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A SURDEZ E O SUJEITO SURDO.

A década de 60 marcou o início para grandes discussões acerca das línguas de sinais. As primeiras sistematizações gramaticais e linguísticas propostas por Willian Stokoe fez desencadear várias pesquisas sobre as várias línguas de sinais em todo o mundo. A necessidade de desbravar um terreno absolutamente desconhecido levou muitas pessoas a atravessar entre o mundo dos ouvintes e o dos surdos. Nessas trajetórias de ir e vir nesses dois mundos cruzamos em linhas obscurecidas pelo domínio de uma das formas mais sofisticadas de segregação: a impossibilidade de acesso à Educação oriundos do apartheid linguístico a que foram submetidos os povos surdos pós Congresso de Milão em 1880.

A resolução formalizada no Congresso de Milão (1880) ao instituir o Oralismo como único método de ensino em Educação de Surdos impondo a proibição das línguas de sinais, atendia na sua totalidade a um fim imperioso de um novo mundo em formação, o mundo industrial e suas microestruturas de poder que forjavam uma nova mentalidade onde se distinguia quem era eficiente para operar as diversas tarefas dentro das máquinas políticas, econômicas e sociais engendradas pelo ascendente novo sistema pós Feudalismo, daqueles que era ineficientes ou deficientes. De acordo com Michel Foucault (1980), “os corpos são campos de batalha” – isto é, as forças políticas e econômicas da história do mundo ocidental lutaram pelo controle do corpo humano e das suas funções. Por isso o emergente Estado passou a desenvolver uma determinada “tecnologia de autoridade” mais sutil em substituição ao poder despótico dos reis e nobres da sociedade feudal onde a medicina, a cirurgia, as áreas paramédicas, a audiometria, os estudos demográficos, a genética aplicada, a avaliação psicológica, a antropologia física, a reabilitação, a educação especial dera base para a tecnologia da reabilitação e à submissão dos corpos.

Foi durante esse período de estruturação e ascensão da medicina moderna com a crescente intervenção do Estado na saúde da família que foram fundadas as primeiras Escolas nacionais para Surdos. A ideologia base dessas Escolas fundamentavam-se no método Oralista que intencionava transformar a pessoa Surda em alguém

funcional e normatizado para se inserir no contexto predominantemente ouvintista ou audista.

Por séculos essas práticas foram amalgamando o confinamento étnico e linguístico dos povos surdos dentro de instituições religiosas e escolas especiais ao promover saberes que legitimavam a ideologia da surdez assumidamente como deficiência e não como diferença, proibia-se definitivamente a expressão linguística através da língua de sinais com imposição de castigos e punições que iam de leves: como ter que lavar todas as louças depois das refeições durante um determinado período, a extremamente pesados: como levar com a palmatória nas mãos ou passar horas e até o dia inteiro com as mãos amarradas atrás das costas. Porém, a maior marca deixada por essas práticas se deu na formação das mentalidades das pessoas ao longo do século XX, tornando-se evidente através dos sutis discursos de poder.

Portanto é recorrente ouvirmos falar sobre os Surdos como pessoas que dificilmente podem ter sucesso escolar visto que ... “não conseguem escrever corretamente na língua portuguesa” e que, por conseguinte só o que lhes resta como meio de vida entregar cartõezinhos com a datilologia da LIBRAS nos ônibus em troca da caridade de alguns que resolvem comprar as balas que lhes são oferecidas. Estas representações sobre os surdos tornam-se ainda mais reveladoras dos alicerces do poder audista, quando são confrontadas com a singularidade do acesso de algum surdo ao ensino superior. Daí temos a experiência de um aluno surdo, oriundo do Município de Tefé e que ingressou no Curso de Meteorologia na Escola Normal Superior.

Referencio aqui como surdo (com s minúsculo) e não como Surdo (com S maiúsculo) visto que o aluno foi oralizado, nunca esteve em contato com a comunidade Surda, não possui a identidade cultural Surda e não aprendeu a se expressar em LIBRAS.

É válido ainda pontuar que quando as pessoas falam sobre as designações associadas a um determinado grupo, sublinha-se do ponto de vista ético que as opiniões dos membros do grupo têm de ser sempre levadas em conta. As pessoas deverão respeitar a designação que os membros de um certo grupo utilizam sobre si próprios, que eles estimam e valorizam. Desse modo as Organizações de Surdos hoje adotaram o termo Surdo (com S maiúsculo), talvez

em parte no mesmo espírito de afirmação com que as pessoas negras adotaram o termo negro. Alguns líderes Surdos assinalam a importância de distinguir a surdez cultural para a demarcar da utilização do termo surdo (deficiente auditivo), escrevendo a palavra com letra maiúscula. Segundo alguns membros da minha comunidade Surda, ser Surdo significa “igual a mim”, ou “um dos nossos” de modo culturalmente significativos. Uma pessoa Surda valoriza o fato de ser Surdo e possui outras atitudes, valores, costumes e conhecimento específicos dessa cultura.

4. O LATENTE E O EMERGENTE DISCURSO SOBRE A SURDEZ.

De acordo com a narrativa de alguns professores do Curso de Meteorologia, o corpo docente ficou com muitas indagações e reflexões sobre a prática pedagógica ao tomar conhecimento sobre a presença de um aluno surdo no curso. O estranhamento pertinente ao encontro com aqueles que não são iguais, onde a marca da diferença está na condição física que para muitos, neste caso (surdez), os levam à beira dos limites das suas atuações como profissionais. Isso fica evidente ao dizerem:

- (1) [...]até agora, eu só tinha lidado com a aluna X que só tem uma perna maior que a outra. Mas agora com um aluno surdo... como é que eu vou fazer
- (2) [...] no começo, ninguém me informou que ele era surdo. Então nas minhas aulas eu faço dinâmicas e foi quando eu o chamei, e os outros alunos me disseram que ele era surdo. Mas até então eu pensava que eles estivessem brincando. Até que eu entendi: ele é surdo! E agora o que eu vou fazer...
- (3) [...] ele fala comigo por WhatsApp, é impressionante como ele escreve bem português.
- (4) [...] as vezes eu tenho a impressão de que ele não é surdo...

Conforme já foi citado anteriormente, é evidente nessas falas o conceito apriorístico baseado nas representações formadas ao longo da história sobre a surdez.

A medida em que a profissional intérprete contratado pela Uni-

versidade começou a atuar em sala de aula intermediando a comunicação entre aluno surdo e professores, muitas questões foram levantadas, embasando os pressupostos teóricos aqui já mencionados e que salientam a construção dos arquétipos sobre o sujeito surdo. Foi necessário informar sobre o método oralista, sobre estratégias para elaboração de aulas através de maiores recursos visuais, articulação de boca para melhor leitura labial e repetição oral.

Os alunos do primeiro período e outros que atendiam no laboratório se sentiram estimulados a assistir aulas de LIBRAS que foram providenciadas através do Projeto de Escola de LIBRAS e implementados na Unidade da Escola Superior de Tecnologia. Durante essas aulas os muros do obscurantismo sobre os povos surdos foram sendo demolidos para agora dar cor e forma aos estudos Surdos através da apresentação de um povo que precisa ser compreendido em suas diferenças culturais e linguística e o qual tem a sua maior expressão na língua espacial e visual que tridimensionalmente comunica o Mundo Surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser evidenciado, ainda há muito que se caminhar para que a desconstrução dos discursos dominantes acerca da Surdez possa dar lugar a um novo discurso baseado nas novas pesquisas que há muito pouco tempo permeiam o conhecimento sobre as comunidades surdas. O espaço democrático encontrado no Curso de Meteorologia, que através de seus professores pensaram e repensaram o ser surdo, proporcionando a atuação do profissional intérprete educacional como facilitador e intermediador dos saberes sobre a comunidade Surda, serve de exemplo de disposição em conhecer o diferente.

Como resultado dessa nova experiência dois professores do Curso de Meteorologia ingressaram no Curso de LIBRAS no Projeto Escola de LIBRAS-UEA.

Por fim a articulação do Projeto Escola de LIBRAS-UEA, vem materializando um novo tipo de Saber que através de classes em Cursos de LIBRAS abertos a toda comunidade, informa as novas perspectivas sobre como atender os membros da Comunidade Surda de Manaus, propiciando a aprendizagem da Língua de Sinais.

Palavras-chave: Saber-Poder, Comunidade Surda e Cidadania.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel; *A Arqueologia do Saber* (1969), 7ªEd. Forense,2008.

BRITO, Lucinda F.; *Por uma Gramática na Língua de Sinais*, Ed. Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, Ronice M.; VASCONCELOS, Maria Lúcia B.; *Questões Teóricas das Pesquisas em Língua de Sinais*, Ed. Arara Azul, Florianópolis (2006)

PROJETO ESCOLA DE LIBRAS DA UEA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O SER SURDO E SUA IDENTIDADE LINGUÍSTICA

Marcos Roberto dos Santos¹

Katia Regina Nery Dias²

Luana Freitas de Castro³

1. RESUMO

De acordo com as políticas inclusivas no Brasil, em âmbito educacional, é dever das universidades estabelecer as temáticas da educação de surdos e Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, surge o Projeto de Extensão “Escola de Libras da UEA” objetivando ofertar capacitação em Libras para difundir a cultura surda e promover a acessibilidade linguística para surdos em Manaus-AM. Assim, este trabalho objetiva realizar uma análise dos discursos que envolvem o ser surdo e sua identidade linguística em duas turmas participantes do projeto, bem como das influências da capacitação para possíveis mudanças de formações discursivas. Como embasamento teórico, foram utilizados os estudos de pesquisadores da área da surdez e da Análise de Discurso como Goldfeld (2002), Quadros e Karnopp (2004), Pêcheux (2014) etc. A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa, aplicação de questionário semiestruturado aos participantes da capacitação e como técnica de análise dos dados foi adotada a Análise de Discurso francesa. Pode-se perceber que o acesso aos conhecimentos da Libras e à cultura surda contribuiu para uma mudança na concepção de surdez e para a ruptura de práticas sociais hegemônicas da cultura ouvinte.

¹ Mestre em Letras e Artes (PPGLA/UEA). Docente de Libras da UEA e coordenador do Projeto Escola de Libras da UEA. Email: marcosroberto_ils@hotmail.com.

² Aluna do curso de Letras – Libras da UFAM, bolsista voluntária do Projeto Escola de Libras da UEA. Email: reginakrnd@hotmail.com.

³ Aluna do curso de Letras – Língua Portuguesa da UEA, bolsista do Projeto Escola de Libras da UEA. Email: lfdc.let@gmail.com.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O forte movimento da inclusão social tem mobilizado a sociedade para uma adaptação aos grupos segregados com a finalidade de expansão do acesso às diversas esferas sociais. Nesse sentido, surge o Projeto “Escola de Libras da UEA: contribuindo para a acessibilidade linguística do surdo”, o qual está vinculado ao Programa de Produtividade Acadêmica e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Essa iniciativa cumpre com as necessidades encontradas no Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 em que no artigo 10 afirma que “as instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão [...]” nos cursos de formação de professores, Fonoaudiologia e de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

O Projeto busca promover cursos de Libras, em nível básico, intermediário e avançado durante o biênio 2017/2018. Também conta com a colaboração de dois tradutores/intérpretes de Libras que atuam na docência, sete (07) monitores voluntários (alunos e egressos da UEA, alunos da UFAM e FUCAPI) e uma (01) bolsista do curso de Letras da UEA. Foram matriculados 480 alunos (discentes, servidores da UEA e público externo) e, atualmente, as aulas acontecem na Escola Normal Superior (ENS), Escola Superior de Tecnologias (EST) e Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA).

Em relação a essa pesquisa, a finalidade é realizar uma análise dos discursos que envolvem o ser surdo e sua identidade linguística em duas turmas participantes do projeto, bem como das influências da capacitação para possíveis mudanças de formações discursivas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa e utilizada a entrevista como instrumento de coleta de dados com os alunos da turma I e II que acontece na ENS através de um questionário com perguntas abertas. Como técnica de análise dos dados foi utilizada a Análise do Discurso de linha francesa, uma vez que compreende o discurso não como uma sequência de enunciados, mas um processo em que o enunciador e o interlocutor se constituem como sujeitos produzindo sentidos.

4. CONCEPÇÕES SOBRE O SER SURDO NA CONTEMPORANEIDADE

As concepções sobre os surdos ao longo da história da humanidade foram tecidas de maneira diversificada de acordo com o contexto histórico-social e cultural. Porém, para este trabalho será discutida as concepções no Período Contemporâneo.

Após a Revolução Industrial, com o advento das tecnologias, a medicina começa a enveredar por diversas áreas. Esse fenômeno forneceu bases para o estudo da surdez em uma perspectiva patológica. Surge então uma concepção clínica da surdez, a qual entende que estes indivíduos necessitam de atendimentos médicos e fonoaudiológicos para se reabilitarem perante a sociedade ouvinte. Goldfeld (2002, p. 34) afirma que essa concepção “percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva”

Ainda na contemporaneidade, houve um avanço também nos estudos culturais, com isso emerge uma concepção sócio-antropológica do ser surdo. Nessa perspectiva, o surdo é compreendido como um ser que tem uma cultura própria. De acordo com Strobel (2015, p. 29) “cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo mais acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas.” Com essa concepção, o sujeito surdo é compreendido à partir do conceito de *diferença*, pois possui características culturais, linguísticas e identitárias de pertencimento à comunidade surda, o que o difere da comunidade de ouvintes.

Com a compreensão dessas concepções, é possível estabelecermos as relações dialógicas entre os discursos sobre o ser surdo e sobre a língua de sinais presentes na atualidade.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Para dar início a essa análise é importante ressaltar que a técnica adotada é a Análise de Discurso de linha francesa proposta por Michel Pêcheux. Para ele, “é a ideologia que fornece evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). De acordo com o teórico, o discurso é o que está entre a linguagem e a ideologia. Dessa forma, a língua é o meio de trazer à tona a ideologia.

Foi perguntado aos entrevistados, primeiramente, qual era a compreensão sobre a surdez antes do ingresso no projeto. Foram obtidas as seguintes respostas:

- (1) [...]acreditava que o surdo era incapaz de obter conhecimento por não ouvir, por ser surdo.
- (2) [...]que surdo tinha uma doença grave.
- (3) [...] pessoa dependente de outra, incapaz [...]

De acordo com as respostas, pode-se perceber uma relação discursiva com a concepção clínica da surdez, para Botelho (1998 p. 30): “Discursos dessa natureza são respaldados pelo prestígio e força da Medicina, concebida como argumento de autoridade, tendo em vista a sua tradição, poder social e econômico.” Assim, pode-se perceber nas falas dos entrevistados uma redução dos surdos a aspectos estritamente fisiológicos ao concebê-los como pessoas que faltam um sentido, como algo que necessita de cura ou que está em dependência dos ouvintes, fortalecendo o estigma da deficiência.

Também foi questionado se houve mudanças na compreensão sobre o ser surdo após as aulas do Projeto Escola de Libras da UEA. De acordo com as respostas:

- (1) o surdo não é um coitadinho, ele é capaz de obter conhecimento, ter uma formação, através de sua língua oficial a Libras.
- (2) que o surdo é uma pessoa capaz de ter seus caminhos e sonhos realizados a partir do seu aprendizado em Libras.
- (3) agora eu sei que eu tinha uma ideia errada sobre o que é “surdo”, pois para ser surdo o mesmo precisa se considerar um ou usar a Libras como língua principal.
- (4) entendo que o surdo é cidadão que possui uma identidade, uma cultura, uma língua própria [...].

É possível perceber um deslocamento de efeitos de sentidos sobre a concepção da surdez, uma vez que o discurso que circula nessas respostas fazem uma interdiscursividade com a concepção sócio-antropológica da surdez, a qual concebe o surdo no prisma da *diferença* e não da *deficiência*, ou seja, seus artefatos culturais demar-

cam um pertencimento a um determinado grupo e essa cultura surda tem como principal marca a língua de sinais (STROBEL, 2015).

A terceira questão diz respeito ao entendimento dos participantes sobre o conceito de Libras à partir do ingresso no projeto:

- (1) É uma língua própria da comunidade surda. Sua disseminação promove a inclusão, pois torna possível a comunicação [...]
- (2) uma língua para a comunicação entre surdos e ouvintes e surdos e surdos.
- (3) é uma forma de se comunicar com os surdos na sua primeira língua, a Libras.

Conforme as respostas obtidas, há um interdiscurso com a concepção sócio-antropológica da surdez, pois consta nas falas a compreensão de Libras como um idioma que tem seu próprio sistema linguístico capaz de expressar qualquer ideia, seja ela concreta ou abstrata, uma vez que possui fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática (QUADROS E KARNOPP, 2004). No Brasil, a Libras é oficializada na Lei 10.436 de 24 de Abril de 2005, a qual afirma em seu parágrafo único do artigo 1º que há uma compreensão da Libras como uma “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

Assim, nessa perspectiva o surdo é concebido como uma minoria linguística que tem como a sua primeira língua a Libras e como segunda, a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Com essa situação de bilinguismo esses sujeitos podem se interagir entre seus pares para uma construção cultural baseada em referenciais surdos, isso facilita o aprendizado da língua oral do país e mantém sua identidade surda preservada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos a comunidade surda teve sua história contada pela comunidade ouvinte que lutava pela normatização desses

sujeitos. Desde o final da década de 1980 os surdos se encontram na arena política e social com as lutas em prol de reconhecimento e conquistas de direitos e espaço.

Dessa forma, a realização do Projeto Escola de Libras da UEA abrangendo profissionais das áreas de trabalho mais diversificadas contribui de maneira significativa para o aumento da acessibilidade e o empoderamento da comunidade surda de Manaus, pois vai além do ensino da língua de sinais, colabora para uma mudança de como a sociedade compreende esse sujeito, derrubando os estigmas da deficiência e incapacidade. Além disso, propicia meios para que os surdos tenham direitos de igualdade e pertença de fato ao processo da inclusão social.

Palavras-chaves: Discurso. Cultura e Identidade Surda. Inclusão Social

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 03/10/2017>.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
- Libras e dá outras providências. Acesso em 03 de Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>.
- GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 7.ed. – São Paulo: Plexus, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ª.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed da UFSC, 2015.

AFROAMAZONENSES: A DESCONSTRUÇÃO DE UMA PRESENÇA NEGADA

Juarez Clementino da Silva Junior¹

1. INTRODUÇÃO

A problematização deste trabalho recai sobre aspectos variados que comprovam a histórica e relevante, apesar de não majoritária, presença africana e afrodescendente no estado do Amazonas, em contraste com elementos da histórica negação e minoração da relevância da mesma, refletindo ainda sobre a existência ou construção de uma identidade afroamazonense.

O objetivo do trabalho é oferecer alguns argumentos para a desconstrução da já citada negação.

2. METODOLOGIA

Iniciamos fazendo a apresentação de alguns dados demográficos do século XIX e XXI, tendo como fonte os dados censitários oficiais, reorganizados em tabelas que permitem verificar algumas inferências não claras nas tabelas originais. Complementamos com alguns elementos históricos, culturais, biográficos e sociais relacionados. O conceito de identidade, com base em Kabengele Munanga e Hilka Machado, bem como, a diluição e encapsulamento dos elementos de uma identidade afroamazonense dentro de uma identidade cabocla, ficam como provocação, não podendo pelo espaço definido para o presente resumo expandido serem desenvolvidos no texto.

Concluimos tratando sucintamente do surgimento de um movimento de afirmação da presença e identidade afro no Amazonas e derradeiramente contrastamos alguns dos elementos de comprovação com alguns elementos que deram origem ou foram derivados do contexto negacionista.

¹ Mestre em História Social – PPGH/UFAM-Universidade Federal do Amazonas, Ativista do Movimento Social Afroamazonense, juarez_silva@hotmail.com

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesam sobre a região amazônica um sem número de visões equivocadas e distorcidas, tanto pela ótica popular externa quanto pela interna. Tais visões se aplicam inclusive em relação à composição étnico-racial das populações e respectivas influências demográficas, históricas, culturais e sociais, persistindo algumas premissas falaciosas sobre a região, que com variações apontam um mesmo eixo de pensamento:

- A da quase exclusiva presença e ancestralidade indígena.
- A da inexistência ou inexpressiva presença de população negra/afrodescendente.
- A de que a população seria composta virtualmente apenas por indígenas, brancos ou da figura típica regional amazônica, o caboclo, que por critérios científicos/sociais, não configura na realidade grupo étnico-racial, mas sim uma identidade cultural regional.
- A dispersão, a não consolidação/sistematização e divulgação das várias fontes e dados sobre a presença negra no Amazonas, tem resultado no processo já tradicional de negação e invisibilização de tal presença. Ao resgatar e ampliar os registros de personagens históricos afrodescendentes na região, bem como, seus reflexos sociais e no patrimônio material e imaterial, pretende-se ajudar a reverter a situação inicialmente aventada, para tal se fazem necessárias pesquisas e publicações típicas das linhas da História Social e Antropologia Social, e é justamente isso o que vem ocorrendo fortemente nos últimos anos. O primeiro ponto para desconstruir essa negação de presença é estatístico/demográfico e histórico.

AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NO PRÉ-ABOLIÇÃO

A presença negra na região se dá primeiramente pela introdução de africanos e descendentes escravizados ainda na época do Grão-Pará, originários do Maranhão e do Atual Pará, depois com as levas de trabalhadores conhecidos como africanos livres. A tabela a seguir foi criada a partir dos dados do recenseamento de 1872, o primeiro oficial de todo o Brasil, traz além dos valores absolutos e

totais relativos constantes das tabelas originais, alguns outros valores obtidos a partir da consolidação de dados que não haviam diretamente ou não estavam dispostos de forma clara nas tabelas, como os totais por cor agrupando homens e mulheres, a totalização dos dois estados e os percentuais.

TABELA 1: POPULAÇÃO DO AMAZONAS E PARÁ - CENSO DE 1872

População Geral							
Estado	Homens	Mulheres	Total	brancos	pardos	pretos	caboclos
Amazonas	30963	25640	56603	10321	7226	1336	36828
%	54,7	45,3	100	18,2	12,8	2,4	65
Pará	128580	119190	247779	92534	93718	16229	44589
%	51,9	48,1	100	37,4	37,8	6,6	18
TOTAL	159543	144830	304382	102855	100944	17565	81417
População Escravizada							
Amazonas	487	492	979	-	372	607	-
%	49,7	50,3	100	-	38	62	-
% da geral no item	1,6	1,9	1,7	-	5,1	45,4	-
Pará	13908	13550	27468	-	11584	7718	-
%	50,7	49,3	100	-	42,2	28,1	-
% da geral no item	10,8	11,4	11	-	12,4	47,6	-
TOTAL	14395	14042	28447	-	11956	8325	-

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil -1872 ²

Com isso podemos fazer algumas inferências interessantes diretamente dos dados, e se for o caso compará-las com informações e percepções contidas em trabalhos anteriores. Ainda no período pré-abolição, a partir da década de 60 do XIX, além de escravizados e livres e libertos nacionais, a população contou também com mais de meia centena de “Africanos livres” ³

Havia inclusive em Manaus bairros largamente negros como o Educandos e o “Costa D’Africa” também citado por Patricia Sampaio ⁴, bairro que ficava próximo à Praça da Saudade. De acordo

² Elaborada a partir de informações constantes na digitalização das tabelas originais Ver BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Ministério da Fazenda. **Recenseamento Geral do Império de 1872: Quadros gerais.** 1876. Coleção Memória Estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872bras>. Acesso em: 01 mar. 2016.

³ Ver CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Nos rastros de uma Manaus Negra e Africana. **D24am.** Manaus, p. 1-1. 07 jan. 2013. Disponível em: <http://blogs.d24am.com/artigos/2013/01/07/nos-rastros-de-uma-manaus-negra-e-africana/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁴ SAMPAIO, Patricia Melo. **Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa**

com o historiador Mário Ypiranga ⁵, o nome da praça pode ter sido originado por causa de um negro que viveu nas imediações por volta de 1837, morador da área vizinha à praça, de nome José Pedro Saudade, e que devido aos bens que possuía, indicava ser um forro. A presença de José Pedro Saudade, estabelecido já na década de 30 do XIX naquela parte da cidade e o fato de possuir bens (terrenos, casas²), pode ser um forte indicador de que outros ex-escravos e africanos livres também por lá se instalaram por facilidades ou conveniência, daí surgindo o Costa d' África.

AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NO PÓS-ABOLIÇÃO

Após intensa e longa campanha abolicionista na capital e interior, que durou coisa de 16 anos, o Amazonas na sequência do Ceará foi pioneiro na abolição da escravidão, fato ocorrido em 10 de julho de 1884, quase quatro anos antes da lei áurea, é estranho imaginar uma campanha tão longa e o pioneirismo aonde segundo o imaginário popular construído ao longo do séc. XX, "não havia escravos e portanto negros".

O final do XIX e o XX marcaram novos aportes à população negra amazonense, com levas sucessivas de imigração e migração, com o fausto da borracha vieram paraenses e nordestinos, os "barbadianos", na verdade imigrantes provenientes de várias ilhas caribenhas e falantes de inglês também, nova onda migratória do nordeste se deu com o esforço de guerra na década de 40, e mais outra onda com nortista/nordestina com o advento da zona franca de Manaus, bem como com a ampliação da presença militar, adentrando assim ao século XXI, o qual traz novos aportes à população afroamazonense como a imigração massiva de haitianos e em menor escala de africanos.

Reconhecida "naturalmente" como terra "predominantemente indígena" ocupando a segunda posição no ranking nacional relativo a tal população, o Amazonas conforme tabela abaixo possui em termos percentuais empate estatístico no percentual de autodeclarados indígenas e pretos, estes como já dito, tradicionalmente invisibili-

sobre o mundo do trabalho indígena e africano. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/hK8MH7>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁵ Ver **BAIRROS contam a História.** 2005. Slides a partir de caderno especial do Jornal do Comércio - Manaus 336 anos. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/historia-dos-bairros.html>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

zados e negados na composição étnico-racial do estado, isso sem contar que população negra é a soma dos autodeclarados pretos e pardos.

TABELA 2 - CENSO 2010 POR REGIÃO/ COR OU RAÇA

Percentual (%) da população residente por cor ou raça - Unidades da Federação - 2010										
Unidade da Federação	Branca	RK	Preta	RK	Amarela	RK	Parda	RK	Indígena	RK
Rondônia	35,32	15	6,85	13	1,42	6	55,63	13	0,77	8
Acre	23,85	22	5,80	18	1,89	2	66,29	4	2,17	4
Amazonas	21,24	26	4,13	25	0,91	22	68,88	2	4,84	2
Roraima	20,92	27	5,85	17	0,96	19	61,25	10	11,02	1
Pará	21,81	25	7,24	12	0,91	22	69,52	1	0,52	11
Amapá	23,97	21	8,71	8	0,99	18	65,23	5	1,11	6
Tocantins	24,96	19	9,12	6	1,85	3	63,13	7	0,95	7
Maranhão	22,13	24	9,69	3	1,13	15	66,52	3	0,54	10
Piauí	24,35	20	9,39	4	2,14	1	64,02	6	0,09	26
Ceará	32,00	16	4,65	24	1,25	9	61,88	8	0,23	21

Fonte: IBGE Censo 2010

Descontando-se a peculiaridade de que os pardos na região norte são predominantemente de origem indígena e observando que no restante do país a autodeclaração parda, virtualmente de origem africana é de 5 a 6 vezes mais que a de pretos, aplicando o mesmo princípio teríamos no Amazonas coisa de ao menos 20% de população parda de origem africana mesmo que também parcialmente indígena, o que somado aos autodeclarados pretos, perfaz 24% ou estatisticamente a mesma proporção dos autodeclarados brancos e metade dos pardos de origem branco/indígena ou meramente indígena desetinizada.

Existiria ou seria teoricamente viável uma identidade afroamazonense ?, a partir de N visões sobre a formação da identidade pessoal, social, cultural e étnica, vide (MACHADO, 2003) e (MUNANGA, 2003) é possível afirmar que sim, já que identidades são construções.

São muitos os elementos biográficos, culturais e históricos, para além da presença física, que afirmam a presença negra e a pretensão a uma identidade afroamazonense de variadas facetas, incluindo o

surgimento de um movimento identitário ⁶, recomendável a leitura de (SAMPAIO, 2011).

4. CONCLUSÕES

Entendemos que diante das evidências apresentadas e do interesse crescente por pesquisas e publicações na temática, o silêncio e negação da presença negra no Amazonas, iniciou o seu fim, há porém muito a se descortinar. A identidade afroamazonense é uma construção dinâmica, que tem ganhado peculiaridades e nuances de aproximações e distanciamentos como qualquer identidade. Esperamos com os esforços dispendidos no sentido de fazer reconhecer e abraçar essa parte integrante da multifacetada identidade amazônica, colaborar para uma mais efetiva e valorizada integração da população afroamazonense.

Palavras-chave: presença negra, Amazonas, afroamazonenses, identidade

REFERÊNCIAS

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 7, n. spe, p. 51-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000500004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 Out. 2017.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania. 2003. Transcrição de palestra. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

SAMPAIO, Patricia Melo. O fim do Silêncio: Presença negra na Amazônia. Belém: Açáí: CNPq, 2011

⁶ SILVA JUNIOR, J. C. **A presença negra no Amazonas**, 2006. disponível em: <http://amazonida.orgfree.com/movimentoafro/presenca_negra_no_amazonas.htm>. acesso: 18. ago. 2017

O PROCESSO DE RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS INDÍGENAS DE ALTER DO CHÃO

Rossini Pereira Maduro⁷
Jocilene Gomes da Cruz⁸

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, na região do baixo rio Tapajós-PA, observou-se vários casos de retomada da identidade étnica por parte de grupos indígenas que, por diferentes fatores históricos, vinham, ao longo dos tempos negando ou ocultando suas identidades indígenas. Dentre os fatores responsáveis por esse processo, pode-se destacar as mudanças na legislação nacional e internacional, que asseguraram direitos outrora negados aos indígenas, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que garante às populações indígenas o direito de autoidentificação enquanto povos socioculturalmente diferenciados, assim como a organização e atuação do movimento indígena organizado na região.

Esse movimento de (re)afirmação étnica e cultural, contribuiu para uma alteração na composição sociocultural no baixo Tapajós, onde, desde finais do século XIX, apregoava-se a extinção de grupos indígenas etnicamente organizados. Atualmente os processos de autoidentificação indígena são observados em toda a região do Baixo Rio Tapajós. Apesar dos processos de retomada da identidade étnica serem largamente observados em toda a região, as discussões aqui apresentadas terão como objetivo, refletir sobre processo de autoidentificação dos Borari de Alter do Chão que, durante décadas mantiveram sua identidade indígena abstrusa e, no início do século XXI, buscam uma afirmação identitária alicerçada na luta em defe-

⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA), rpmaduro@hotmail.com

⁸ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Mestrado, da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA), jocilene.am@gmail.com

sa de sua territorialidade e no reconhecimento de pertença a uma coletividade socioculturalmente diferenciada.

2. METODOLOGIA

No presente estudo, são levantadas reflexões teóricas que servirão como base introdutória à um estudo mais denso, a ser realizado por meio de uma pesquisa etnográfica, cujo objetivo central é analisar o processo de autoidentificação indígena do povo Borari de Alter do Chão, que desde 2003 reivindica seu reconhecimento enquanto coletividade indígena, assim como solicita do Estado a demarcação de seu território.

O breve estudo bibliográfico aqui apresentado está assentado em algumas produções voltadas à discussão do termo identidade, assim como, alguns trabalhos produzidos a partir de pesquisas realizadas na região do Baixo Rio Tapajós, empenhadas no estudo dos processos de retomada da identidade étnica de alguns grupos indígenas que historicamente habitam na região, dentre eles, o povo Borari de Alter do Chão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das referências bibliográficas e documentais referentes ao povo indígena Borari – seu território, os processos de colonização, as tentativas de extinção e os processos de territorialização no contexto atual, são melhor apreendidos quando situados na historiografia do Tapajós, e particularmente de Alter do Chão.

Alter do Chão é uma vila balneária distrito administrativo do município de Santarém, localizado no oeste do estado do Pará, em uma região conhecida como baixo Rio Tapajós. Fundada como missão Jesuíta em 1626, foi elevada à categoria de vila no dia 6 de março de 1758, pelo governador da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Na época de sua fundação, Alter do Chão era uma aldeia composta predominantemente por indígenas do povo Borari ou Burari (BATES, 1979).

Em 2003, por meio de um processo de autoidentificação, os moradores de Alter do Chão (re)assumiram a sua identidade indígena, reivindicando das autoridades brasileiras o direito pelo terri-

tório que tradicionalmente ocupam, assim como, reconhecimento como parte de um coletivo socioculturalmente diferenciado.

O movimento de reafirmação étnica e cultural, de autorreconstrução como grupos culturalmente diferenciados, que a literatura antropológica denominaria, dentre outras formas, como processos de etnogênesis (BARTOLOMÉ, 2006), tem contribuído para uma alteração na composição sociocultural da região do baixo Tapajós, onde, desde finais do século XIX, apregoava-se a extinção de vários grupos indígenas etnicamente organizados. Depois de um longo período de silêncio sobre os indígenas na região, esse movimento relançou a questão étnica como tema de atenção tanto acadêmica quanto político-administrativa.

O processo de auto reconhecimento étnico ganhou força no final do século passado, principalmente em decorrência da garantia legal de acesso a aspectos fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, como o direito à terra, saúde e educação, como os dispostos na Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecida pelo Brasil por meio do Decreto n° 5.051 de 19 de abril de 2004, que também garantiu o direito das próprias comunidades se reconhecerem como pertencentes a uma coletividade indígena, pelo processo denominado na própria Convenção como autoidentificação. Em seu texto introdutório, a Convenção 169 define que:

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito denegar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça. (2011, p. 08).

Considerando que os Borari de Alter do Chão estão amparados pelos dispositivos legais supracitados, deve-se reconhecer os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam, bem como os direitos de se auto reconhecerem como indígenas. Deve-se reconhecer, também que:

[...]A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos

aos quaisse aplicam as disposições da presente Convenção. [...] o direito de escolher suas prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento [...], e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. (Convenção 169 – OIT – art 2º)

O que ocorre em Alter do Chão corresponde a uma tendência que engloba muitas outras emergências étnicas em várias partes do mundo. A noção de índios emergentes ou resistentes remonta ao fato de comunidades então classificadas como caboclas, passarem a reclamar reconhecimento legal e direitos étnicos diferenciados. Manifestações de tal natureza são afirmadas em encontros e eventos, nos quais se valoriza adereços simbólicos, rituais diferenciadores e o poder político dos caciques e tuxauas (VAZ FILHO, 2010).

A história que nega a existência do “indígena misturado” porque só o reconhece como “primitivo e puro” é reinterpretada como uma longa experiência de assimilação imposta, contra a qual os indígenas resistiram até os dias de hoje, com sua histórica, silenciosa e cultural presença. O silêncio historicamente imposto cede lugar à luta por visibilidade e território. Essa prática de afirmação da etnicidade se assenta nos diálogos e as formas de relação que os grupos mantêm entre si, e a afirmação diante do outro de suas identidades étnicas.

A definição que o indivíduo tem de seu pertencimento a determinado grupo étnico é aquela que possui elementos relevantes para ele, nessa perspectiva Barth traz significativas contribuições para a discussão ao refletir que a autoidentificação parte da consciência coletiva enquanto grupo, defendendo que são nas fronteiras das relações que os grupos fortalecem as suas identidades étnicas (BARTH, 2011, p.195), para o autor:

As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão. Os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos.

Nessa perspectiva, enquanto processo de autoidentificação étnica, o afirmativo ganha lugar na medida em que esses grupos se

colocam frente a outros da forma como eles querem ser vistos. Esse processo se dá face a outros grupos, muitas vezes não esperando reconhecimento do outro, pois não se trata de um processo de reciprocidade condicionada e sim afirmada.

Pelo longo tempo de contato e proximidade e, pelos sistemas de relação com grupos étnicos distintos, sejam eles, ribeirinhos, caboclos, pescadores, etc. as comunidades indígenas que se autoidentificam acabam por possuir uma série de aspectos culturais que se assemelham aos desses demais grupos, o que de forma alguma pode se configurar como elemento minimizador de sua etnicidade pois, de acordo com Barth (2011, p.219-220):

O que é importante reconhecer é que uma redução drástica das diferenças culturais entre grupos étnicos não pode ser correlacionada de modo simples com uma redução da pertinência organizacional das identidades étnicas, ou com um declínio dos processos de manutenção de fronteiras.

Em Alter do Chão, a dimensão política dos processos de etnogênese relacionam-se, dentre outros fatores, com a apropriação de território pelos grupos étnicos. Em termos territoriais não se trata tanto de uma “viagem de volta”, conforme a metáfora consagrada por Oliveira (1999), já que eles, os Borari, por um longo tempo classificados como caboclos, sempre estiveram lá. O fato novo foi o estabelecimento de vínculos políticos com movimentos sociais e organizações indígenas que mobilizam o processo de etnogênese na região e demandam da Fundação Nacional do Índio - FUNAI a garantia do direito a posse de seus territórios.

Os processos identitários, assinala Oliveira (Ibidem), “devem ser estudados em contextos precisos e percebidos também como atos políticos”. Nesse sentido é preciso buscar entender também como atos políticos as reações de resistência desses grupos às sucessivas denominações que lhes foram atribuídas. Através dessas reações eles demonstram saber, assim como Bourdieu (Apud IORIS) observa, que tais categorizações não são destituídas de significados, e que o seu acomodamento em uma ou outra forma de identificação tem implicações diretas sobre seus direitos territoriais. Desse modo, as disputas identitárias, estão diretamente relacionadas às disputas sobre o acesso e, o controle dos territórios.

O forte impulso dos processos de retomada da identidade indígena observados na região do Baixo Rio Tapajós, sobretudo em Alter do Chão com os Borari, anuncia uma presença territorial indígena importante, podendo esse processo vir a assentar na região uma questão geopolítica relevante, pois a escolha da identidade indígena não corresponde apenas a uma atitude instrumentalista, visando direitos diferenciados, mas também ao desejo de pertencer a um povo, a um lugar e a uma luta.

Palavras-Chave: Autoidentificação Étnica; Povos Indígenas; Borari;

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras*. In: POUTIGNAT, P, STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. Tradução de Elcio Fernandes. – 2.ed – São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

BARTOLOMÉ, Meliá A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 1, p. 39-68, 2006.

Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011

IORIS, Ediviges. Re-elaboração das Identidades Indígenas no Baixo Rio Tapajós. Texto apresentado no GT 31: Meio Ambiente, Território e Etnicidade. In: XXV REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA), 12-14 junho 2006, Goiânia-GO.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia. / Florêncio Almeida Vaz Filho; Tese (doutorado) Orientadora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. – Salvador, 2010.

DIÁLOGOS CRUZADOS: IDENTIDADE E CONFLITO SOCIAL NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO AMPARO, TONANTINS – AM.

Marcus André Rabelo¹

Tatiana de Lima Pedrosa Santos²

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se debruça sobre as questões identitárias e os conflitos sociais recorrentes em uma comunidade ribeirinha, no interior do município de Tonantins – AM, chamada São José do Amparo. A comunidade em questão é composta por uma certa diversidade de indivíduos, oriundos das mais diversas partes do alto solimões que, por sua vez, vinculam-se à grupos sociais com força de expressão e representatividade nestas terras.

Tratam-se de identidades negociadas, no sentido de que estes indivíduos optam por pertencer a determinado grupo social levando em consideração os benefícios que serão adquiridos após a sua adesão. A análise proposta traz à tona também aspectos históricos, da época da fundação da comunidade em consonância com as dinâmicas e os processos trazidos pela modernidade tardia (HALL, 2005).

Ao passo que o número de adesões aos distintos grupos sociais cresce, também tomam corpo e se tornam mais frequentes os conflitos sociais, devido à incompatibilidade de ideias e objetivos. Estes tornam-se evidentes quando a realização ou concretização dos objetivos específicos de um grupo, ou indivíduo torna-se obstaculizada por outro (GLASL, 1980)

Trata-se de uma pesquisa explicativa cujo objetivo é entender as formas como são construídas e negociadas as identidades em São

¹ Graduando do curso bacharelado em arqueologia, pesquisador do NIPAAM (Núcleo interdisciplinar de pesquisas arqueológicas da bacia amazônica) rmarcusandr@gmail.com

² Doutora e Mestre, com área de concentração em Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Humanas do curso de Graduação e do curso bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - NIPAAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. tatixpedrosa@yahoo.com.br

José do Amparo, bem como explicitar os aspectos históricos que influenciam significativamente para o panorama atual da comunidade. Quanto aos seus procedimentos técnicos estão sendo utilizadas as fontes: Documental pois vale-se da análise de uma denúncia formal feita ao IPHAN 2004 e Bibliográfica que procura entender os fenômenos estudados a partir de outras pesquisas realizadas com o mesmo propósito.

2. A COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO AMPARO: UM BREVE HISTÓRICO

A comunidade de São José do Amparo foi fundada oficialmente no dia 03 de setembro de 1972 pelo missionário e líder espiritual da seita apocalíptica milenarista messiânica (MANTOANELLI, 2004) José Fernandes, mais conhecido como irmão José da Cruz.

No momento de sua chegada, a pacata comunidade que mal tinha pessoas morando em suas terras começou a receber uma visibilidade muito grande, que sempre era trazida com o estabelecimento da cruz. Segundo relatos de comunitários, quando José Francisco da Cruz chegou nesta localidade, só haviam 03 casas e a área que compreende o perímetro urbano era quase completamente abandonada³.

Assim como em todas as comunidades em que chegava, o irmão José seguiu um mesmo ritual, que já foi descrito no livro de Ari Oro (1987): reuniu uma determinada quantidade de pessoas e saiu em caminhada para a mata, onde escolheu uma árvore para que se fizesse uma cruz que seria posteriormente erguida à frente da igreja, como símbolo máximo de representação da irmandade.

Desse modo fundou a igreja da Santa Cruz e também a comunidade de São José do Amparo na data já mencionada, que por sua vez foi gravada na cruz de madeira à frente da igreja com as cores amarela, verde e vermelho. A cruz de madeira de 5 metros de altura, conforme previsto no ponto 24 do estatuto da irmandade⁴ escrito

³ Este fato foi relatado por um dos mais antigos moradores de São José, que encontrava-se no local antes da fundação da irmandade naquelas terras. Segundo o morador, o local era completamente coberto por mato e só foi limpo 3 dias antes da chegada do irmão José.

⁴ Em 1971 enquanto ainda estava no Peru o irmão José da Cruz escreveu o estatuto da sua irmandade com 3 capítulos, 12 artigos e 33 pontos que representam respectivamente a honra da santíssima trindade, as doze colunas dos doze apóstolos de cristo e os 33 anos que cristo viveu na terra ensinando a humanidade (J.F da CRUZ, 1975)

pelo próprio irmão José, e a igreja também de madeira foram posicionadas em um ponto estratégico na parte frontal da elevação do terreno próximo à várzea, ainda em terra firme.

Ainda segundo relatos, no mesmo dia da fundação da igreja o irmão José benzeu o terreno e realizou alguns sacramentos, como missas e vigílias. Depois de 03 dias passados naquele local dirigiu-se aos fiéis profetizando que aquela igreja seria o coração da comunidade⁵ e que nunca poderia ser retirada dali, em seguida pegou seus poucos pertences e partiu para outra localidade.

O estabelecimento da Santa cruz, como de costume, vinha acompanhado da nomeação de um diretório e da concepção de um formulário para a Ordem Cruzada naquelas terras, que propunha, dentre outras coisas, uma organização social, econômica e política, seguindo sempre os pontos do estatuto da Santa Cruz (ORO, 1987).

Estes estatutos foram escritos pelo próprio fundador da irmandade e dizem respeito à comportamentos e atitudes necessárias para a vivência em uma comunidade da Santa Cruz. Além das exigências, existiam ainda os oficiais da cruz, que eram uma espécie de policiais da irmandade e tinham como função fiscalizar e garantir que todos os pontos do estatuto fossem respeitados e cumpridos por todos.

O cenário estabelecido na comunidade nesse período foi de uma invejável coesão social, que permitiu à comunidade experimentar os benefícios dos trabalhos conjuntos que a tornaram um grande produtor de farinha do alto Solimões. Este quadro permaneceu por alguns anos, até que o movimento enfraqueceu e alguns comunitários começaram a abandonar a irmandade, especialmente os mais jovens, abdicando de uma vida ligada à cruz.

Mesmo reconhecendo que estes deveriam ser expulsos, conforme atestara o estatuto, as lideranças decidiram que seria melhor tê-los na comunidade. Em contrapartida, eles deveriam se afastar da igreja da Santa cruz, causando-lhes uma espécie de isolamento ideológico. Sendo assim deslocaram-se para uma outra localidade, ainda no mesmo terreno que hoje é conhecida como bairro de Novo Israel.

O grande número de “baixas” ocorridas no movimento da Santa Cruz parece ter ligado um sinal de alerta nas lideranças da comunidade. O fato de as pessoas não mais aceitarem os estatutos fez com

⁵ Esta profecia ainda hoje é capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas. Segundo os moradores a igreja é inseparável da comunidade, portanto virou seu coração e porta de entrada.

que a estrutura social da comunidade se transformasse, de modo que as mudanças no estatuto, o que era proibido pela irmandade, começaram a ser vistas como alternativas e foram as principais percursoras dos movimentos indígenas.

A mudança parece ser a chave principal para entender as questões estruturais da sociedade que compõe a comunidade de São José do Amparo. Para Stuart Hall a mudança na modernidade tardia é o que define e conceitua os sistemas de sociedade tradicional e moderna. Segundo o autor, a sociedade tradicional é aquela não passível de mudanças no seu sistema de representação, o que implica dizer que é “congelada” em questões estruturais (HALL, 2006).

Segundo Guiddens, esse “congelamento” se dá como uma ferramenta de perpetuação do tradicional, entendido aqui como o modo de viver no passado, por meio de práticas sociais recorrentes, que permitem que haja continuidade do passado (GUIDDENS, 1990). Uma sociedade moderna, por sua vez, é aquela em que a mudança é constante, rápida e permanente (HALL, 2006).

Sendo assim, São José do Amparo representa um sistema tradicional com uma leve tendência a um sistema moderno, como vimos em tempos recentes com a criação do bairro “Novo Israel”. As mudanças não foram recebidas, em um primeiro momento, de uma forma pacífica justamente por que elas propunham uma mudança estrutural em uma sociedade que é por definição tradicional.

Ao permitir mudanças, o sistema cultural de São José do Amparo também abriu espaço para uma série de abdições do sistema antigo. Em outras palavras, cada vez mais pessoas deixaram de se identificar com o movimento da cruz.

Novo Israel surge então a partir de uma reunião de indivíduos que decidiram se “libertar” das exigências e impedimentos impostos pelos mandamentos da cruz. Hoje em dia é um bairro composto, na sua grande maioria, por indígenas Cocama e Caixana devidamente cadastrados no SESAI (Secretaria de saúde indígena) e possuintes de um RANI, que é uma espécie de carteira de identificação indígena.

Não se sabe ao certo as motivações que deram início a grande série de abdições da vida em função da cruz. É provável que tenha sido uma manobra de conservação e manutenção do aspecto tradicional das culturas das quais estes são originários. Em outras palavras: a irmandade ao inibir práticas culturais nativas, contribuiu

de certa forma para um esquecimento do aspecto identitário destes grupos (HUTNNER, 2007)

Atualmente a comunidade vivencia um momento delicado. O movimento indígena tomou proporções significativas e ganha mais e mais adeptos a cada dia, uma vez que, direta ou indiretamente todos os moradores da comunidade, inclusive os cruzadores, tem descendência ou parentesco indígena. (MANTOANELLI, 2004). Experimenta-se uma verdadeira polarização, onde os indígenas por um lado apegam-se aos benefícios de se possuir a identificação indígena e os não-indígenas aos benefícios propiciados pela prefeitura local.

Nesse sentido, as identidades vem sendo negociadas por parte dos distintos grupos sociais de modo que atraiam adeptos ainda “indecisos”. Embora pareça ser bastante conturbada a vivência destes grupos sociais, em geral, ela se mostra pacífica. No entanto, toda esta harmonia se esvai quando o assunto é a posse da terra, o que gera enormes discussões e acirra os nervos dos comunitários.

As análises pretendidas neste trabalho estão longe de ser definitivas e contribuem para uma discussão da influência de sistemas religiosos no espaço público. É possível que muitas das relações entre comunitários tenham sido escondidas ou simplesmente deixadas de lado, assim como torna-se provável que estes grupos sociais estejam articulando seus interesses em silêncio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista toda a problemática que envolve a ocupação em tempos recentes, pode-se dizer que São José do Amparo foi formada principalmente pelas discussões e diálogos que se cruzam no presente e também no passado. A estratégia adotada por cada grupo social parece apresentar uma forma de autodefesa, que apresenta-se evidente quando os interesses de cada grupo são ameaçados por outros contrários.

Em relação às identidades, a forma curiosa com que elas se manifestam apontam para uma desconexão das matrizes identitárias, que foram deixadas de lado a partir do momento em que estes indivíduos deixaram seus lugares de origem. A identidade torna-se

negociável, como um simples título que se possui para adquirir um benefício qualquer.

Palavras-Chave: Comunidade; grupos sociais, Irmandade da cruz

REFERÊNCIAS

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um messias e índios e brancos - Traços para uma antropologia do messianismo. Editora Vozes, 1989.

MANTOANELLI, Edward. "Denúncia de destruição de sítio arqueológico de grandes proporções em São José do Amparo - comunidade de Tonantins - AM" em 03.03.2005 número de processo: 01490.000014/2005-34.

GLASL, F. Gestão de conflitos: diagnóstico e tratamento de conflitos nas organizações. Bern-Stuttgart: 1980

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006.

GUIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HÜTTNER, Édison. A Igreja Católica e os povos indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia. Edipucrs, 2007

IDENTIDADE E RESSONÂNCIA NA CULTURA MATERIAL DO MUSEU E LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA ALFREDO MENDONÇA DE SOUZA¹

Flávia de Oliveira Fernandes²

Tatiana de Lima Pedrosa Santos (PPGICH/UEA)³

1. INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa em questão é uma área de extroversão (um museu pequeno aliado ao laboratório) que está localizado no subsolo de uma edificação tombada pelo governo do estado do Amazonas, o Palacete Provincial, possuindo um valor histórico e apresentando uma alternativa de uso diferenciado do seu original.

Tomamos como proposta a elucidação da trajetória do museu que leva o nome de um dos pesquisadores mais importantes na História da Arqueologia Brasileira, Alfredo Mendonça de Souza, bem como temos preocupação com a sua função social e com a constituição do patrimônio histórico e arqueológico neste acervo.

Apenas a guarda de material arqueológico em reservas técnicas e museus não significa a sua preservação, pois a cristalização dos objetos dentro destes espaços, acarretam um distanciamento com a

¹ Este texto é parte de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2016 e 2017, , através do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) intitulado Sobre Sujeitos e Objetos: Repensando a Cultura Material através do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza.

² Bacharela em Arqueologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Formada em Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAM). Pesquisadora no projeto pelo CNPq – Chamada Universal (Interdisciplinar) – triênio 2017-2019. Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza. Atualmente Consultora da Muiraquitã Arqueologia. E-mail: flavia.fernandes_@hotmail.com.

³ Doutora e Mestre em História pela PUC-RS, com área de concentração em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UEA. Arqueóloga responsável pelo Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM). Líder do grupo de pesquisa do CNPq – NIPAAM. Coordenadora dos projetos de pesquisa: Chamada Universal; Arqueologia, Patrimônio e Cultura: o lugar de nossas memórias. E-mail: tatixpedrosa@yahoo.com.br.

comunidade em geral alvo das expectativas de divulgação da cultura material referente ao seu passado. Objetivamos nesta pesquisa contribuir para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa conta com um campo de abordagem interdisciplinar, nas relações entre as áreas do conhecimento que estudam a cultura material, principalmente com a museologia. Observamos a formação e tratamento das coleções do acervo e fazemos uso de variadas fontes desde levantamento de documentação primária e secundária à análise qualitativa dos mesmos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Palacete Provincial, localizado na Praça Heliodoro Balbi é Tombado como patrimônio histórico em 1998. Inicialmente construído, em 1861, para ser a residência do capitão da Guarda Nacional, Custódio Pires Garcia. Ainda em construção o dono decidiu vendê-lo para o governo provincial, que tinha interesse, pois queria prédios imponentes para sediar as repartições públicas (MESQUITA, 2005), no decorrer das décadas o prédio assumiu diversas funções. Em 2005 passou por restauração, sendo parte do Programa Manaus Belle Époque, e foi inaugurado em 2009, contando agora com cinco museus: Museu da Imagem e do Som, Museu Tiradentes, Pinacoteca, Museu de Numismática Bernardo Ramos e Museu de Arqueologia; uma área de extroversão aliada a um laboratório o Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza; e um Ateliê de Restauo.

Sendo um espaço único no município de Manaus, pois além de atuar como local de extroversão de material, também é utilizado como laboratório, instituto de endosso e reserva técnica em um mesmo local, estando aberto a visitasões. Dessa forma, leva-se em consideração que através do museu é realizada a educação não formal proporcionado pela interação com o público ressaltando a sua importância social.

Ao falar da cultura material do Museu e Laboratório de Arque-

ologia em questão, estamos evidenciando as memórias de vários períodos temporais da região. Para Pierre Nora (1993), um lugar de memória não está atrelado apenas ao objeto material, mas sim ao contrário, essa noção permite o desvelamento da significação simbólica e memorial dos objetos que podem ser materiais ou não, tornando-se meios de acesso à uma memória reconstituída e mais importante uma memória que é reivindicada.

Estando diretamente associada com o patrimônio cultural, José Reginaldo Gonçalves (2007) defende que os discursos modernos sobre o patrimônio cultural não se pautam mais em um patrimônio ligado a uma propriedade herdada, mas sim no seu caráter de construção ou invenção, tendo como prerrogativa expressar sua identidade e sua memória, porém estes objetos precisam encontrar “resonância” junto ao seu público, do contrário haverá rejeição. Outro ponto importante é a sua materialidade, mesmo que o patrimônio esteja na categoria do “imaterial” ou “intangível”, este autor também vai colocar que o patrimônio é uma categoria ambígua pois transita entre as duas dimensões, de modo que a materialidade é a substância da vida social e cultural. Por último vai defender que a subjetividade, está ligada diretamente à noção de patrimônio articulada através da autoconsciência individual e coletiva.

Explorando um pouco mais sobre essas perspectivas necessárias ao público, para que o mesmo reconheça seu patrimônio cultural, estabelecemos um diálogo também com Viviane Castro (2008), na formação das identidades que faz parte de um processo histórico, contínuo e múltiplo, e no campo da arqueologia podem ser construídas pelo que pode ser observado e descrito no contexto arqueológico, nas estruturas, na recorrência de formas e de tipos de objetos e nas associações entre esses elementos, daí a necessidade de se realizarem pesquisas com esses materiais arqueológicos de reservas técnicas para não se perderem esses dados. Concordamos com a autora quando afirma que como uma representação coletiva, as identidades têm expressão material e se manifestam nos objetos, pois os grupos de alguma forma materializaram marcas ou símbolos de suas identidades em seus objetos. Desta forma a cultura material torna-se um meio de representação de identidades.

Apesar de todas essas considerações sobre a importância deste espaço, um dos quadros apresentados é de uma problemática de divulgação dentro do próprio prédio. O Palacete Provincial tem uma

concentração de 6 museus, mas é apenas quando as “caravanas” chegam ao Museu de Arqueologia localizado no primeiro andar, que os guias nesse setor, às vezes, indicam o laboratório no subsolo para visita, é o momento quando as pessoas se direcionam para o local. Poucas pessoas locais realizam visita, por outro lado há um número razoável de visitas de turistas, principalmente de outras regiões do Brasil, mas o maior público que frequenta o laboratório é constituído principalmente por estudantes das Escolas Públicas de todo o município, sobre as escolas particulares, apenas algumas das redondezas do bairro Centro, frequentam por um período, como o Colégio Santa Dorotéia.

Apresentando também a função de conceder endosso institucional e atuar como reserva técnica, verificamos que atualmente o grande número de licenciamentos ambientais têm aumentado as pesquisas de arqueologia de contrato que, por sua vez, tem gerado grandes quantidades de material nos acervos. Nos projetos de arqueologia de contrato é colocado muitas vezes o tratamento e análise deste material, porém infelizmente na prática não é o que acontece, ocasionando um acúmulo considerável neste espaço, sem tratamento ou pesquisa de tais artefatos oriundos destes trabalhos.

Envolvendo de maneira interdisciplinar vários campos do conhecimento, destacamos a importância dos estudos da cultura material que constroem o conhecimento referente a esse passado, porém não tem potencialidade de atingir todos os meios possíveis além do acadêmico na maioria das vezes, com a Museologia se estruturando como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio das outras áreas, desta maneira uma não se faz sem a outra.

4. CONCLUSÕES

Observamos através dessas explanações grande potencialidade deste espaço, tanto com sua função social, quanto com a sua participação na constituição do patrimônio histórico e arqueológico do estado. As problemáticas em torno de tal local atinge diversas esferas, apresentamos apenas algumas das muitas identificadas e ressal-

tamos que dar voz aos artefatos através de pesquisas e divulgação, no próprio local de extroversão, facilita meios para contribuir no sentimento de pertença da população em geral.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Viviane Maria Cavalcante de. O uso do conceito de identidade na arqueologia. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v.1, p.170-188, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. - Rio de Janeiro, 2007.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura - 1852-1910. 3. ed. Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

GT 5
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER

VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO AMAZONENSE

Alice Arlinda Santos Sobral¹
Jennifer Lima de Araujo Pereira²

1. INTRODUÇÃO

Diante dos tratados de direitos humanos já positivados na Constituição Federal, que tem como princípio basilar o respeito à dignidade da pessoa humana, ainda temos no Brasil situações de violência contra a mulher: no âmbito familiar, no trabalho, e a praticada pelo próprio Estado. O sistema carcerário, declarado inconstitucional pelo próprio Supremo Tribunal Federal fere as garantias fundamentais da pessoa humana.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, no Amazonas, apenas nove dos sessenta e dois municípios do Amazonas possuem presídios. Informações divulgadas em junho de 2016 pelo Sindicato da Polícia Civil (SINPOL), apontaram que na época, haviam pelo menos mil e duzentos presos em delegacias em todo o Estado. A realidade do sistema carcerário amazonense é o da superlotação.

A utilização da carceragem nos Distritos Integrados de Polícia (DIPs) do Amazonas para o cumprimento da pena vai de encontro aos direitos dos presos previstos na Constituição Federal de 1988, Lei de Execução Penal – LEI nº 7.210/84 e o Código Penal Brasileiro, dentre os demais direitos regidos em vários documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com todo esse “Aperto”, a mulher presa, seja em regime provisório, seja a que já sofreu condenação, fica vulnerável, ficando submetida a condições de cumprimento de pena em local inadequado,

¹ Orientadora, Advogada, Doutora em Direito, Professora da Universidade Estadual do Amazonas. E-mail asobral@uea.edu.br.

² Orientanda, Acadêmica de Direito da Universidade Estadual do Amazonas- UEA, Funcionária Pública. E-mail jlal2010@hotmail.com.

esta é a razão do presente estudo, averiguar quais as condições dispensadas pelo Estado a mulher presa nas delegacias, levando-se em consideração a inexistência de presídio em cinquenta e três municípios do interior do Amazonas.

2. METODOLOGIA

Foi utilizada a investigação qualitativa, em relação aos objetivos da pesquisa, esta pode ser classificada como dos tipos descritiva e exploratória. Finalmente, em termos de análise dos dados coletados, a pesquisa se utilizou da análise de conteúdo. Houve a etapa de realização de estudo bibliográfico, para verificar o preceituado pela legislação vigente sobre Direitos Humanos e Execução Penal, posteriormente, no primeiro semestre de 2016, foi realizado contato com a Delegacia Geral de Polícia Civil, que realizou a coleta de dados sobre a situação nas delegacias de Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Presidente Figueiredo, todas localizadas na área metropolitana de Manaus. Os servidores receberam questionários com perguntas objetivas e subjetivas, referentes às condições de trabalho, estrutura dos prédios e tratamento dado às presas. A Delegacia Geral de Polícia Civil fez a juntada e dispôs os dados oficialmente, para subsidiar a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Presidente Figueiredo, as delegacias de polícia funcionam também como unidade prisional. Essa simples constatação se desdobra em outros fatos graves: O quantitativo de servidores para a guarda de presos é insuficiente, a estrutura física dos prédios é inadequada para receber as reeducandas e ocorre a violação à dignidade da pessoa humana.

Ora, se homens e mulheres cumprem sentença penal condenatória no mesmo prédio, e os presos provisórios, isto é, os detidos para averiguação, em prisão temporária, no curso da elaboração de Inquérito Policial ficam alocados na zona urbana, na única delegacia de polícia da cidade, como cumprir o estipulado na Lei de Execuções Penais? Tal lei, ao tratar dos estabelecimentos penais, estabelece, em seu Art. 82, § 1º “A mulher e o maior de sessenta

anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal”.

Ainda que os servidores, para garantir a segurança dos presos e deles mesmos quisessem fazer a separação por celas, não conseguiriam, pois estas são em número insuficiente para a separação dos presos por sexo, idade e periculosidade. Verifica-se que os motivos das violações aos direitos humanos do preso vão além da “tortura policial”, matéria bastante valorada pela mídia e trabalhos acadêmicos. O que pouco se mostra e discute são as violações praticadas pelo próprio Estado: Delegacias funcionam com estrutura inadequada, falta desde alimentação até a assistência a saúde. Os servidores, por sua vez, sofrem desvio de função e exercem as tarefas de carcereiros, deixando de exercer as atividades inerentes ao serviço de polícia judiciária.

Conforme declarado pelo próprio Secretário de Segurança Pública, Sérgio Fontes, em 2016 em entrevista ao Sindicato da Polícia Civil do Amazonas – SINPOL, “Delegacia não é lugar de criminosos e nem é atribuição de delegado, investigador cuidar de detentos. Se eles estão fazendo é porque querem ajudar”. A citação denota o outro lado da polícia: aquela que trabalha em condições precárias, sofre desvio de função, vê a situação precária de trabalho, até mesmo as irregularidades, mas por estar exercendo o serviço essencial de segurança pública, não pode parar as atividades.

Realidade factual e tratados de direitos humanos já positivados se destoam. A intenção das leis que protegem o preso, de forma geral, concedendo-lhes direitos básicos, disponíveis a todos os seres humanos, é de assegurar, principalmente, o direito à vida. A integridade física, está prevista no artigo 5º da Constituição Federal, proíbe a tortura e o tratamento desumano ou degradante e assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. Além disso, é inadmissível a imposição de penas cruéis.

O próprio Superior Tribunal Federal, corte máxima do sistema jurídico brasileiro não mascara a realidade do sistema carcerário brasileiro, reconhecendo-o como em estado de coisa inconstitucional, conforme julgado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015). O reconhecimento dessa situação, de estado de coisa inconstitucional, conforme o doutrinador Carlos Alexandre de Azevedo Campos, tal estado, somente se concebe com a exigência de estarem presentes as seguintes condições:

- a) vulneração massiva e generalizada de direitos fundamentais de um número significativo de pessoas;
- b) prolongada omissão das autoridades no cumprimento de suas obrigações para garantia e promoção dos direitos;
- b) a superação das violações de direitos pressupõe a adoção de medidas complexas por uma pluralidade de órgãos, envolvendo mudanças estruturais, que podem depender da alocação de recursos públicos, correção das políticas públicas existentes ou formulação de novas políticas, dentre outras medidas; e
- d) potencialidade de congestionamento da justiça, se todos os que tiverem os seus direitos violados acorrerem individualmente ao Poder Judiciário.

A dignidade da pessoa humana, princípio basilar positivado na constituição brasileira vem sendo desrespeitada, por conseguinte, outras leis específicas sofrerão abalo. A *ultima ratio*, ao estudar a violação do pacto social e todo o envolvimento do poder de disciplinar que culmina na submissão do indivíduo infrator às penas, ou ao controle social advindo da prisão, cuja função deve ser a ressocialização do preso e sua readequação para que o mesmo viva em sociedade junto ao cidadão “de bem”. Conforme NUCCI (2009): o direito penal “deve ser utilizado como a última opção do legislador para fazer valer as regras legalmente impostas a toda comunidade, utilizando-se da pena como meio de sanção”. Isso porque submeter uma pessoa à restrição de sua liberdade é uma medida extrema e que resulta conseqüências danosas à sociedade.

Nas delegacias de Polícia de Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Presidente Figueiredo, as detidas provisórias não recebem alimentação do estado, cabendo à família, se quiser, providenciar a refeição. As “delegacias-presídio” funcionam com homens e mulheres circulando pelo mesmo ambiente. As celas estão lotadas, falta higiene e a estrutura das celas é precária. Os vasos sanitários, por exemplo, não possuem tampa e são tão antigos que muitos possuem cerâmica em baixo e caixa de água em cima.

Se a situação das delegacias é preocupante, a dos presídios é pior ainda. Isto porque os problemas enfrentados nas delegacias serão apenas agravados por tantos outros. O déficit de funcionários é

mais um fator que propicia as fugas. Conforme dados da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 2009 para mostrar a realidade do sistema carcerário brasileiro:

O Amazonas abriga 3.405 presos para 1.708 vagas, com um déficit de 1.677 lugares. A superlotação é de cerca de 97%. Há 290 agentes, com salário inicial de R\$ 1.103,90, incumbidos da vigilância e da segurança da população carcerária. O Estado está dividido em 62 municípios, com 59 comarcas.

Seria falho analisar somente a condição da presa, sem averiguar a realidade das corporações: As polícias militar e civil tem seu efetivo prejudicado no que tange ao desenvolvimento da atividade fim, ao realizar o serviço de carcereiros nos quartéis e delegacias de policia, ocasionando o desvio de locação violando a legislação protetiva aos direitos das presas, por exemplo, ao tornar muitas vezes inviável o trabalho de investigação policial, exercício que necessita de sigilo para se tornar efetivo.

Para ilustrar a situação, traz-se a situação comum encontrada no interior do estado: prisão híbrida, isto é, no mesmo prédio, há celas para mulheres e para homens, além disso, só há na localidade investigadores e policiais militares homens, algo recorrente. Esse simples fato já é suficiente para constatar a violação aos direitos das presas, some-se a isto que não há sala ou local adequado para as presas, receberem visitas e as mães que amamentam ficam expostas, além de todos os outros problemas já vistos, que são como um câncer no sistema prisional brasileiro.

O artigo 103 da Lei de Execuções Penais determina que as comarcas tenham, “pelo menos uma cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar”. A legislação não confere com a realidade, ainda há comarcas amazonenses sem cadeia pública. Fica caracterizada a exclusão do preso nos seus direitos, violando assim a legislação primária do cidadão como pessoa humana, ferindo sua dignidade e sumariamente condenando-o antes mesmo de ser julgado.

A violação dos direitos da presa, assim como o desvio de função ocorrem por causa do estado de superlotação das penitenciárias brasileiras, conforme dados revelados pela CPI

(Comissão Parlamentar de Inquérito) do Sistema Carcerário, instaurada em 2009.

4. CONCLUSÕES

Verifica-se a necessidade que se faz quanto ao cumprimento das Leis que protegem os direitos das presas. A responsabilidade tende a recair não somente ao poder executivo (que dirige as polícias), mas também ao judiciário, pois é dever do Juiz Responsável, que deve atender o preso quando desejar denunciar violações de seus direitos garantidos pela lei de execuções penais e do Juiz Corregedor corrigir os erros e os abusos cometidos pelas autoridades penitenciárias dentro dos estabelecimentos penais e nos casos de alojamento de presos em locais inapropriados como as delegacias de polícias. A omissão destes corrobora com a falência dos direitos das presas e não invalida, mas faz parecer que a “cartilha da presa”, criada pelo Conselho Nacional de Justiça é apenas um romance.

Mesmo garantidos por lei, infelizmente os direitos das presas são desrespeitados com frequência dentro do sistema prisional, ainda mais quando delegacias de polícia sem qualquer infra-estrutura são usadas pelo Estado para alocar presos que deveriam estar em estabelecimentos apropriados. Sendo imprescindível para a eficácia da ressocialização dos presos, que o Estado respeite esses direitos, regidos pela Constituição Federal e nos dispostos da Lei nº 7210/84 – Lei de Execução Penal.

No entanto se os direitos das presas, independente do crime cometido, fossem executados, certamente ter-se-ia um cidadão recuperado, onde seria eliminada a motivação de voltar ao crime. Transformando-o em um ser produtivo, um ser útil, podendo assim se desenvolver e ser recuperado a partir das oportunidades e ofícios que são oferecidos dentro dos estabelecimentos prisionais, no resgate a sua dignidade como pessoa humana. O art. 41 da LEP, estabelece direitos elementares que devem ser assegurados aos que estão sob a responsabilidade do Estado, que tem por finalidade tornar a vida no cárcere tão igual quanto possível à vida em liberdade

É inegável que a busca por realizações de políticas públicas, de gestores comprometidos, na aplicação devida dos recursos que compete efetivamente a concretude de proteção dos direitos dos presos, deve ser incessante, mas no tema, é fundamental mais ainda

que se obedeça a Constituição Federal de 1988 e os dispostos da Lei n° 7.210/84- Lei de Execução Penal, permitindo que se cumpra o objetivo principal da pena que é a ressocialização do preso, garantindo o direito de retorno ao convívio social, premissa maior do Direito Penal, sem danos e riscos à sociedade.

Por fim, o que se deseja com a efetivação e aplicação das garantias legais e constitucionais, bem como o respeito aos direitos das presas, é que sejam respeitados também os princípios corolários do Estado Democrático de Direito, para que a mulher tenha o tratamento digno já previsto, após tantas lutas sociais e sofrimento histórico enfrentado.

Palavras chave: Delegacias, Presídios, Constituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Editora Gráfica do Senado Federal, Brasília - DF, 2012.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Devemos temer o “estado de coisas inconstitucional”? Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-out-15/carlos-campos-devemos-temer-estado-coisas-inconstitucional>, acesso em 02.09.2017, às 15:00h.

CARTILHA DA MULHER PRESA, disponível em <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cartilha-da-mulher-presa>, acesso em 10.08.2017 às 03:00h.

STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 5ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ACESSO À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E SOCIAL

Amanda Drumond Tavares¹

Davi Macêdo Pimentel²

Paula Melissa Coelho da Silva Saraiva³

Neuton Alves de Lima⁴

1. RESUMO

Historicamente, crianças e adolescentes não eram vistos como seres que possuíam direitos e obrigações. Não havia nenhum órgão jurídico especializado nas demandas desta parte da população. Na história mundial, a proteção da criança tem um início tardio, ganhando seus primeiros diplomas legislativos de cunho internacional somente no século XX. Desde então, porém, nota-se uma expansão em massa dos direitos da criança e do adolescente, que passaram de objeto para sujeitos de direitos, verdadeiros protagonistas de uma parcela do sistema jurídico. No Brasil, somente em 1988, com o advento da Constituição Federal, foi que crianças e adolescentes passaram a ser, de fato, sujeitos de direitos e obrigações dignas de suas idades e condições. Outro avanço significativo foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que categorizou os órgãos responsáveis pelo público infantojuvenil e especificou a forma de atuação desses entes estatais. Contudo, ainda há pontos relevantes que não se efetivaram, por esta razão, a produção deste artigo é importante, pois tem o objetivo de mostrar as dificuldades do acesso à justiça dessas crianças e adolescentes sob a perspectiva jurídica e social, e assim mostrar como os juízes utilizam-se do ativismo judicial para resguardar os direitos dos infantojuvenis). Por meio de leis, caso concreto e entrevista faremos uma abordagem bibliográfica do tema, a fim de descobrirmos quais

¹ Graduanda em Direito Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

² Graduando em Direito Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

³ Graduando em Direito Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

⁴ Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

os verdadeiros empecilhos no alcance concreto do acesso à justiça deste nosso público-alvo.

2. INTRODUÇÃO

Durante grande parte da história, a criança ocupou um lugar pouco expressivo e raramente despertou o interesse do ramo jurídico. Segundo Mota (2016), escassos eram os instrumentos jurídicos destinados a proteger a criança: o Código de Hamurabi estabelecia a pena de morte para quem roubasse o filho menor de outro homem; no Direito Romano havia a distinção entre os menores púberes e os impúberes; e na Idade Média imperava um tratamento jurídico mais brando aos mais jovens. A criança, em um momento, era propriedade da família, noutro, era propriedade do Estado, possuindo assim *status* patrimonial.

Uma mudança significativa somente ocorreu com a frutífera produção legislativa do século XX. No plano internacional, produziram-se os primeiros diplomas normativos destinados à proteção da criança e do adolescente. O documento inaugural foi a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança de 1924. Em seu Princípio 1º, há uma elevação, ainda que tácita e insuficiente, da criança à condição de sujeito de direitos:

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Em 1989, surge a Convenção sobre os Direitos da Criança, que traz o princípio do “melhor interesse da criança”. O texto determina que a criança deve ser ouvida durante todo o processo judicial ou administrativo que, direta ou indiretamente, afete o menor.

No Brasil, nota-se, a partir do século XIX, uma grande produção legislativa, sobretudo penal, voltada para a criança e adolescente. A situação de carência ou criminalidade do menor era justificativa para a atuação do Estado, sobretudo do *ius puniendi* estatal. O legislador da época não diferenciava a criança abandonada da

criança delinquente: ambas eram vistas como “empecilhos” para a manutenção da ordem social.

A primeira metade do século XX ostenta progressos na proteção da infância e da adolescência. Em 1923, é criado o primeiro Tribunal de Menores do Brasil, o qual permitiu a proliferação de normas voltadas à proteção do menor, como o Decreto nº 17.943 de 1927, que estabeleceu o Código de Menores.

Apesar de posterior à Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, o Código de Menores de 1927 não se inspirou nesse dispositivo, que somente foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 1959. A despeito do caráter assistencialista de ambos os institutos – o Código e o Tribunal de Menores –, continuavam a predominar os aspectos repressivos e punitivos da justiça infanto-juvenil de então. Mantinha-se, dessa forma, a boa ordem social por meio do afastamento dos menores delinquentes da sociedade (BASTOS, p. 63, 2012). Anos mais tarde é promulgado o Código de Menores de 1979, que representou uma afronta ao devido processo legal, pois eram negados aos menores a ampla defesa, o contraditório e a reserva legal.

Finalmente, com a redemocratização brasileira, movimentos em prol da infância garantiram um lugar na Constituição para as crianças e adolescentes. A nova legislação baseou-se na Doutrina da Proteção Integral, já em vigor no plano internacional. Em 1990, bebendo dos mesmos movimentos e ideais, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA assegura-lhes, em sua Parte Especial, um amplo acesso à justiça.

Apesar da vitória legislativa, no campo da aplicação da lei para jovens e crianças permanece a estrutura opressora de outrora. Sobretudo na seara penal, observa-se uma supressão das garantias processuais mais básicas, como a ampla defesa e o contraditório. Tal quadro compartilha um cenário contraditório composto por um Judiciário que, atualmente, mostra-se cada vez mais vanguardista na defesa e concretização de direitos e garantias fundamentais.

Antes de adentrarmos no estudo de como se dá efetivamente o acesso à justiça por crianças e adolescentes, é necessário termos em mente que não existe correta definição do que seja o acesso à justiça. Na famosa obra “Acesso à Justiça”, de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, escrita em 1988, os autores averbam sobre duas finalidades do sistema jurídico: primeiro, deve ser realmente acessível a

todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos (CAPPELLETTI; GARTH, p. 3, 1988). Destas finalidades, podemos extrair que todos, sem quaisquer distinções, podem e devem ter acesso aos órgãos do poder judiciário e que as decisões dos órgãos jurídicos devem buscar a igualdade material, pois somente desta forma assegurará a efetiva Justiça.

De acordo com o relatório de pesquisa intitulado *Justiça Infantojuvenil: situação atual e critérios de aprimoramento*, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça em 2012, o ECA, neste sentido:

O ECA referiu-se explicitamente ao acesso à justiça por parte de crianças e adolescentes, prevendo a possibilidade de defesa de seus direitos por intermédio da Justiça da Infância e Juventude. Grosso modo, a tal âmbito da Justiça compete o acompanhamento de processos relativos à adoção, guarda e tutela de menores de 18 anos, destituição do pátrio poder, violências e crimes cometidos contra crianças e adolescentes, infrações em que se encontrem envolvidos, além de ações civis fundadas em interesses individuais ou coletivos referentes a este público. (CNJ, p.9, 2012)

Fica claro, após a leitura do dispositivo trazido pelo CNJ, que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que têm previsão legal de terem seus interesses salvaguardados pelo judiciário. Voltando às ideias de Cappelletti e Ghart, quando falam de possíveis soluções para facilitar o acesso à justiça mencionam a criação de órgãos especializados:

O ímpeto dessa nova tendência em direção à especialização pode ser tornado claro se fixarmos nosso foco de atenção nos tipos de demandas que, em grande medida, provocaram as “três ondas” de reforma para possibilitar melhor acesso à justiça. (CAPPELLETTI; GARTH, p. 33, 1988).

Em corroboração a esta especialização, tem-se que o ECA se refere à Justiça da Infância e Juventude. Contudo, a primeira parte do artigo 145 do ECA averba: Os Estados e o Distrito Federal **poderão** criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude. Ou seja, não existe obrigatoriedade de se criar órgãos judiciais especificamente destinados a lidar com os direitos da infância e da adolescência, o que implica em uma provável restrição à justiça desse público infantojuvenil. Tal faculdade dada aos Estados e ao DF de instituírem ou não varas especializadas fazem com que o Poder Judiciário fique desacreditado pela sociedade civil, como aduzem

Ribeiro e Martins: “em muitos casos, o suporte que o Estado, nas instituições sociais, deveria oferecer à criança e à família acaba sendo insuficiente” (RIBEIRO; MARTINS, 2010, p. 24).

Um caso emblemático sobre o tema ocorreu em 2014 no interior do Rio Grande do Sul que resultou na morte da criança de 11 anos, Bernardo Uglione Boldrini. Apesar da tenra idade, o menino chegou a ir sozinho ao Fórum de Três Passos e ao Ministério Público pedir ajuda e um novo lar para morar, segundo a promotora da Infância e Juventude de Três Passos, Dinamércia Maciel. O menino permaneceu com pai devido este mostrar-se interessado em se reconciliar com o filho. Nosso objetivo com este resumo não é criticar decisões judiciais, mas alertar para a necessidade de maior atenção a casos como este, nos quais uma criança pede ajuda e os órgãos do Poder Público dão a ela a solução mais fácil, sem antes fazer toda a análise psicológica da família. Dessa forma, o grito de socorro de uma criança deve ser ouvido e deve produzir efeitos, pois somente desta maneira alcançaremos à justiça.

Os casos internacionais também devem ser mencionados. Traçemos três casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O primeiro trata do sequestro, morte e tortura de cinco jovens que viviam nas ruas da Guatemala. Os meninos não foram investigados adequadamente pelo Estado e este tão pouco garantiu o direito de acesso à justiça às famílias das vítimas. O segundo caso data de 2004 no Paraguai, e se relaciona com a denúncia apresentada pela CIDH sobre a violação de direitos humanos dos internos reclusos no Instituto “Panchito López”. Os internos estavam submetidos a péssimas condições de alimentação e de assistência médica. Aqueles que tinham algum tipo de deficiência não contavam com atendimento médico de acordo com suas necessidades especiais. Além disso, muitos não receberam nenhum julgamento. O terceiro caso é da República Dominicana, em março de 1997 quando representantes legais das meninas de Dilcia Yean e Violeta Bosico, que tinham, cada uma, 10 meses e 12 anos de idade, tentaram registrá-las. As autoridades de Registro Civil negaram a emissão dos documentos de nascimento fazendo com que as meninas Yean e Bosico permanecessem como apátridas, em situação de contínua ilegalidade e vulnerabilidade social, prejudicando-as no acesso à documentação pessoal indispensável para estudar em escolas públicas e para buscar serviços de saúde e de assistência social. A Corte Interamericana de Direitos Humanos

julgou estes três casos condenando os Estados mencionados a respeitarem suas próprias legislações e aos Tratados Internacionais e, portanto, fomentarem o acesso à justiça aos menores de idade, principalmente os que vivem em condições de fragilidade social.

Diante do exposto, vimos que historicamente crianças e adolescentes vem sendo ou tem sido negligenciados e apenas recentemente adquiriram as devidas proteções às quais têm direito. Contudo, a realidade não acompanha a legislação e os desafios ao acesso à justiça ainda são grandes. Em contrapartida, entidades estatais e civis têm se movimentado para dar efetividade aos direitos deste público infantojuvenil e assim garantir o efetivo acesso à justiça.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é uma investigação histórica e uma pesquisa jurídica, posto que tem sua “ênfase em fontes primárias e secundárias, por exemplo, é uma contribuição valorosa para a pesquisa comportamental em geral” (BOAVENTURA, p. 57, 2014). É uma pesquisa jurídica, pois tem por fim descrever e criticar fenômenos, no caso em tela, a legislação que abrange o público infantojuvenil. Há, por fim, a predominância da pesquisa bibliográfica, ou seja, o método histórico combinado com a pesquisa legal leva à natureza do fenômeno jurídico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise histórica, é interessante observar como o nosso sistema jurídico até 1990 foi voltado quase que exclusivamente para o público adulto. Revela-se aí uma inexperiência do Poder Público em lidar com grupos em situação de vulnerabilidade, no caso as crianças e adolescentes, o que resulta em abusos por parte do judiciário. Um dos maiores desafios identificados pela pesquisa é a compreensão pelos atores públicos de que crianças também são sujeitos de direitos e quando estes são violados elas têm a possibilidade de recorrer à Justiça.

Deve-se acabar definitivamente com a mentalidade “criança inventa”, “criança não sabe o que diz”, pois se uma criança pede ajuda, ela tem o direito de encontrar órgãos dispostos a lhe prestar toda a assistência necessária, seja social, psicológica ou jurídica.

Exemplo a ser seguido desta assistência é o da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, onde há um programa, coordenado pela psicóloga Nádia Teles, criado há quase 10 anos na Vara de Família, no qual as crianças recebem acompanhamento psicológico e jurídico por, no mínimo, três meses. Este tempo é necessário para que se identifique todo e qualquer risco que a criança corre, para que ela não volte para casa e sofra violência alguma ou que, no pior dos casos, venha a falecer como ocorreu com o menino Bernardo, no sul do país.

5. CONCLUSÕES

É sublime a trajetória percorrida a partir do início do século XX em direção à perfeita inclusão dos menores no rol de sujeitos de direito ao redor do mundo. Todavia, o Brasil ainda se encontra atrasado no que tange à acessibilidade do Judiciário para esse frágil e numeroso grupo.

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda falta muito para efetivarmos o acesso à Justiça ao menor violado em seus direitos. Para que se alcance a almejada segurança jurídica, é necessário ouvir os clamores dos menores para que passem por tratamento digno e especial, tal qual a infância e juventude exigem. Só então o país avançará na questão: com a derradeira efetivação dos direitos dos menores, ou seja, com um mais preparado acesso à justiça.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988; Acesso à justiça; Público infantojuvenil; Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. AGRADECIMENTOS

À PROEX – Programa de Extensão da Universidade do Estado do Amazonas, pelo incentivo e oportunidade de fazer parte desta pesquisa. À psicóloga, Dra. Nádia Teles, pela entrevista e disponibilidade de nos ensinar e passar sua experiência como psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Vara de Família.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Angélica Barroso. Direitos humanos das crianças e dos adolescentes: as contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos humanos infanto-juvenis. 2012, 136 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BRASIL, Conselho Nacional de Justiça, Justiça Infantojuvenil: situação atual e critérios de aprimoramento – Relatório de Pesquisa, disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 07 de setembro de 2017.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 1ed. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2015.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese. 1 ed. São Paulo: Editora: Atlas, 2014.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. (Trad.) Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.
- MOTA, Maria Nazareth Vasques. Jovens em conflito com a lei: juventude kafkiana em Manaus. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.
- RIBEIRO, Marisa Marques; MARTINS, Rosilda Baron. Violência doméstica contra a e o adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

CÁRCERE LGBTI: UMA ANÁLISE DAS NORMAS JURÍDICAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL E NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Hérika Luna Arce Lima¹

Sílvia Maria da Silveira Loureiro²

1. INTRODUÇÃO

As pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersex) constituem um grupo tradicionalmente discriminado e, portanto, vulnerável. Apesar da conquista progressiva de direitos a partir do século XX, a violência contra este grupo ainda é alarmante, especialmente em alguns contextos específicos. É o caso das pessoas LGBTI privadas de liberdade: no Brasil, trata-se de grupo duplamente vulnerável, pois somam-se a condição de detentos, num sistema carcerário problemático, e a discriminação em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, resultando muitas vezes em uma rotina de assédios e agressões.

Em consequência, algumas unidades prisionais brasileiras passaram a destinar espaços específicos às populações LGBTI. Em 2014, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, observando ao Princípio de Yogyakarta nº 09 (do direito a tratamento digno durante a detenção), editaram a Resolução Conjunta nº 01, que dispõe sobre o acolhimento destas pessoas nos presídios e prevê a criação de celas/alas especiais, dentre outras medidas. Nesse sentido, o trabalho se propõe a analisar a realidade social e as demandas específicas desta parcela da comunidade carcerária, à luz das normas jurídicas contemporâneas nacionais e internacionais de direitos humanos.

¹Acadêmica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas. Email: arceherika@gmail.com

² Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Email: silviamloureiro@gmail.com

2. METODOLOGIA

A primeira etapa da pesquisa englobou o levantamento de conceitos como gênero, orientação sexual, homofobia e heteronormatividade, basilares à compreensão do tema em estudo. Esclarecidos tais conceitos, foi feita a leitura de livros, artigos acadêmicos e relatórios já publicados sobre direitos humanos, sistema prisional brasileiro e, paralelamente, sobre as demandas da população LGBTI. Desta forma, o método utilizado foi o documental e bibliográfico, de caráter qualitativo e descritivo. Por fim, parte-se para uma análise essencialmente jurídica dos nossos dispositivos legais e tratados internacionais de direitos humanos destinados à proteção das pessoas LGBTI.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é importante distinguir os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero e homofobia. De acordo com os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (2006), orientação sexual é compreendida como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente (heterossexual), do mesmo gênero (homossexual) ou de mais de um gênero (bissexual). Enquanto identidade de gênero é a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode corresponder ao sexo biológico (cisgênero), ou não (transgênero).

Historicamente, a sociedade estabeleceu um padrão de comportamento sexual heteronormativo, rejeitando as manifestações desviantes desse padrão. Assim, as pessoas LGTBI foram qualificadas como pecadoras, criminosas, obscenas e doentes, consideradas ameaças aos valores sociais e à própria existência humana. No entanto, à medida que os padrões de sexo e gênero passaram a ser questionados e desconstruídos, principalmente após a Revolução Feminina da década de 1960, as minorias sexuais conquistaram progressivamente o reconhecimento pelos Estados dos seus direitos enquanto indivíduos LGBTI. Em contrapartida, enfrentam também a homofobia, conceituada como a rejeição, não raramente hostil, àqueles que se afastam do modelo heteronormativo tomado como

referência (BORRILLO, 2015). E essa discriminação tem levado estudiosos e organizações de proteção dos Direitos Humanos a falarem em Direitos Humanos LGBTI.

No plano internacional, dois marcos normativos internacionais se destacam: a Resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, de nº L9 (2011), e os Princípios de Yogyakarta (2006), instrumentos de *soft law*. O primeiro documento elenca a discriminação contra homossexuais e transexuais como problema prioritário da comunidade internacional, enquanto o segundo documento elenca princípios de aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (inclusive durante a detenção, princípio nº 09).

Já no âmbito nacional, o Brasil avança timidamente na proteção das minorias em questão. A regulamentação da união estável e do casamento homoafetivo através das normas, regulamentação do tratamento e cirurgia de readequação sexual através do Sistema Único de Saúde por pessoas transexuais e a criação de secretarias e políticas públicas voltadas à comunidade LGBTI são exemplos desse avanço. Não obstante, o Informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre Violência contra as pessoas LGBTI na América (2015) denuncia uma forte cultura de violência homofóbica, inclusive dentro das prisões, onde as pessoas estão sob a direta custódia do Estado.

Neste sentido, algumas unidades prisionais brasileiras destinam espaços específicos às populações LGBTI. A primeira experiência foi no Estado de Minas Gerais, no Presídio São Joaquim de Bicas II, em 2009, popularmente conhecido como “Ala Rosa”, posteriormente adotada em outros estados.

Em 15 de abril de 2014, foi editada a Resolução Conjunta nº 01 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ambos vinculados ao Poder Executivo. Trata-se de medida em conformidade ao Princípio de Yogyakarta nº 09, que trata do direito ao tratamento humano durante a detenção. A Resolução orienta para o acolhimento de homens e mulheres transexuais nos presídios femininos, e a criação de alas específicas para travestis e homens gays nos presídios masculinos. Aqui, ao que tudo indica, o conceito de transexualidade mencionado no texto da Resolução segue o critério da autodeterminação individual (não há exigência de cirurgia de readequação

sexual ou retificação de nome). Assegura ainda o direito às visitas íntimas dos detentos nas celas/alas especiais, e determina que estes espaços não podem ser utilizados como uma forma de punição ao mau comportamento dos detentos.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014, com dados coletados no período de outubro de 2014 a maio de 2015, das 1420 unidades prisionais analisadas, 73 unidades continham celas especiais destinadas às pessoas LGBTI, e 10 unidades continham alas especiais. Ou seja, aproximadamente 6% do total estudado.

4. CONCLUSÕES

Por ora, concluímos que a atuação do Brasil está em conformidade ao Princípio de Yogyakarta nº 09 ao criar mecanismos para proteger as minorias LGBTI no ambiente carcerário, através de Resolução conjunta nº 01 dos CNCD e CNPP. No entanto, embora tenha um papel relevante, trata-se de norma pouco incidente, adotada apenas por uma pequena parcela das unidades prisionais.

Os profissionais da administração carcerária devem ser orientados a reconhecer a importância da proteção dessas minorias e de se buscar efetivar a norma ora em estudo. Enfim, é preciso compreender a violência homofóbica existente no Brasil como questão de segurança pública de urgente necessidade de enfrentamento para então avançar na proteção das minorias sexuais dentro e fora do ambiente carcerário.

Palavras-chave: Minorias sexuais; Homofobia; Pessoas privadas de liberdade.

5. AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi financiada pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação de Apoio à Pesquisa no Amazonas (PAIC - FAPEAM).

REFERÊNCIAS

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2015;
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento de informações penitenciárias Infopen* - Dezembro 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@download.file;
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Resolução Conjunta nº 1, CNPCP-CNCD/LGBT*, de 15 de abril de 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-conjunta-01-2014-cncd-lgbt-e-cnpcp>. Acesso em: 08/05/2016;
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas*, 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/2015/violencia-lgbti/violencia-lgbti.html>;
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos. *Resolution on Sexual Orientation and Gender Identity*, nº A/HRC/RES/17/19, Julho de 2011. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/148/76/PDF/G1114876.pdf?OpenElement>;
- PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA - *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf.

O EMPODERAMENTO DE MULHERES COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO A PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BAIRRO JORGE TEIXEIRA

Karina da Costa Sabino Holanda¹

1. RESUMO

Este trabalho trata da violência doméstica e familiar, com foco em mulheres pertencentes ao bairro Jorge Teixeira, e da importância de empoderar tais mulheres, no que se refere ao conhecimento, de fato, de seus direitos enquanto pessoas, cidadãs e possuidoras de garantias ratificadas pela Constituição Federal e pela Lei Maria da Penha.

2. INTRODUÇÃO

Não cabe a nós brasileiros e brasileiras, alegar o desconhecimento da lei. Mas uma coisa é saber que a lei existe e outra é ter conhecimento de seu conteúdo material, por meio de suas garantias e direitos fundamentais. Não basta, por exemplo, que uma mulher vítima de violência doméstica, saiba da existência da lei Maria da Penha, mas não saiba dos direitos e prerrogativas que se possa ter por meio de tal lei.

Consoante a tal realidade, este artigo, buscou tratar da importância de empoderar mulheres, vítimas de violência ou não, para tomarem conhecimento de fato, dos dispositivos legais advindas da lei nº 11.340/06 que poderá coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra mulheres, consoante o Preâmbulo da Lei:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as

¹ Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Karinnasabino01@gmail.com

Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]

Desta forma, nasceu o interesse por esse empoderamento de mulheres, pertencentes ao bairro Jorge Teixeira, pois dentre os sessenta e três bairros oficialmente registrados em Manaus, o Jorge Teixeira é o que está no topo dos bairros mais violentos, inclusive no que diz respeito a violência doméstica e familiar.

E o que seria o empoderar? trata-se de um neologismo que significa conquistar o poder, a autonomia, o conhecimento social e, com isso realizar transformações individuais ou de um certo grupo social. Acredita-se que a educação e o ensino ainda é a mola propulsora de vultosas mudanças, em diferentes áreas e setores da sociedade.

Assim, pode-se ter como objetivos: promover palestras e capacitar mulheres pertencentes ao bairro Jorge Teixeira, no que diz respeito à violência doméstica e familiar; fornecer apoio jurídico a mulheres, em caso de dúvidas ou quaisquer esclarecimentos, através do NCC- Núcleo de Ciências Criminais da Uea e gerar a transformação social através da interação dialógica com mulheres do bairro Jorge Teixeira.

3. METODOLOGIA

Este trabalho compõe-se basicamente de duas metodologias: sendo a primeira do tipo Bibliográfica, pois utilizou-se de materiais publicados em livros, artigos, leis, entre outros. Conforme SEVERINO (2007, p.122): “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores [...]”

A segunda metodologia aplicada é a Pesquisa-Ação que é concebida em associação com uma ação, os pesquisadores e participantes da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo Barbier (2002, p.54, Apud MELLO, 2009, p 16), “a pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, num contexto preciso, de um grupo em crise. O pesquisador não o provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema,

por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva.”

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste resumo, será abordado de forma breve aquilo que se refere à pesquisa Bibliográfica, pois a pesquisa-ação será realizada nas escolas públicas do bairro Jorge Teixeira, em momento posterior a conclusão deste resumo. Cabe ressaltar que, o norte dessa discussão será três perguntas, as mesmas que constam no questionário, que será aplicado quando da Pesquisa-Ação.

A primeira questão abordada no questionário é se **as mulheres conhecem a Lei Maria da Penha?**

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, numa campanha chamada “Compromisso e Atitude” com o apoio da Secretaria de Políticas para as mulheres da presidência, afirma que atualmente 98% da população conhece a Lei Maria da Penha.

O segundo questionamento às mulheres é se já **sofreram violência doméstica**.

Uma pesquisa realizada pela Central de Atendimento à mulher pelo Ligue 180, aponta que no 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) correspondem a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10% violência psicológica; 6,51 violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30% violência sexual; 1,93%, violência patrimonial.

Por último, se **elas denunciariam em caso de violência doméstica?**

Em 2015, o número de registros catalogados no bairro Jorge Teixeira foi de 4.662 registros que equivale a 8% se comparado aos números apresentados pelos outros sessenta e dois bairros de Manaus. Sendo a maioria dos registros realizados no turno noturno e de maior ocorrência no domingo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo a estatística apontando que 98% das pessoas conheçam a Lei Maria da Penha, não se pode afirmar que esse conhecimento se trata do conhecimento material da lei. Com relação ao questiona-

mento às mulheres se sofreram ou não violência doméstica, pode-se dizer que números significativos apontam que boa parte das mulheres já sofreram violência doméstica e familiar. Já no que se refere às denúncias de violência, há ainda certa dificuldade de denunciarem, pois ainda hoje, muitas mulheres são silenciadas por ameaça, por medo ou até mesmo pela submissão que é imposta pelo homem no seu convívio familiar. Fato é que muitas mulheres desconhecem direitos e garantias que visam ampará-las, assim como coibir e prevenir a violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: violência doméstica e familiar; Lei Maria da Penha; bairro Jorge Teixeira.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade:abordagem jurídica e multidisciplinar. – São Paulo: Atlas, 2015.

LEI 11.340 de 7 de Agosto de 2006 (LEI MARIA DA PENHA).

[HTTP://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0778.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0778.pdf) / Acesso em 16/09/2017, as 15:24h.

[HTTP://compromissoeatitude.org.br/](http://compromissoeatitude.org.br/) Acesso em 16/09/2017, as 16:42h.

MELLO, Michele Thereza dos Santos Simões de. A pesquisa-ação no cotidiano de práticas pedagógicas: experiências multiculturais e possibilidades institucionais. 2009, 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, RJ.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual.-São Paulo, Cortez, 2007.

A VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBT NO BRASIL

Ricardo Tavares de Albuquerque (UEA)¹

Nicolle Patrice Pereira Rocha (UEA)²

Laís Maria Souza Barcelos (UEA)³

Elisabete Ferreira da Silva (UEA)⁴

Jéssica Batista do Nascimento (UEA)⁵

1. INTRODUÇÃO

A comunidade LGBT é frequentemente alvo de violências e assassinatos no Brasil. O objetivo da pesquisa é explicar o porquê dessa discriminação e expor os aspectos mais relevantes na busca por dignidade e direitos para esses indivíduos, seja na sua vida social ou no seu meio ambiente de trabalho. Se um dos objetivos do país é promover a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, deve haver medidas jurídicas eficazes de combate à violência de gênero e de orientação sexual. Conclui-se que há um relativo avanço nas conquistas, com a implementação de algumas medidas, entretanto o preconceito enraizado na cultura brasileira ainda fala mais alto, principalmente por membros do Congresso Nacional, que criam entraves com relação às ações para a comunidade LGBT.

2. METODOLOGIA

O Brasil ainda é o líder no ranking de assassinatos de transgêneros (travestis e transexuais), de acordo com a organização internacional Transgender Europe, sendo o Amazonas um dos estados mais

¹ Professor da Universidade do Estado do Amazonas, rta.albuquerque@gmail.com, orientador;

² nicppr@gmail.com, graduanda em Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA);

³ Laisbarcelos15@gmail.com, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA);

⁴ Elisabetefs1993@gmail.com, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA);

⁵ Jessica_onia_@hotmail.com, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA);

violentos, de acordo com pesquisas do Grupo Gay Bahia (GGB). A metodologia utilizada na pesquisa foi a do método dedutivo. Quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica, com consulta a legislação e jurisprudência, além de artigos científicos sobre o tema e, quanto aos fins a pesquisa é qualitativa, com alguns dados quantitativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando o homem se inspirava nos deuses antigos, a sexualidade não seguia regras tão rígidas ou causava tanta estranheza – Loki, o deus nórdico da trapaça, mudava de gêneros muitas vezes e chegou até mesmo a engravidar. O advento do cristianismo surgiria com a máxima do “Crescei e multiplicai-vos” e com a ideia de que o homem que se deita com outro homem, ou mulher que se deita com outra mulher, comete um pecado. Essa crença enraizou-se no âmago do homem ocidental e não é de se espantar que a homossexualidade tenha sido taxada como desordem, em 1952, pela Organização Mundial de Saúde e inclusa na classificação internacional de doenças em 1977.

Em 1990, a OMS excluiu a homossexualidade da categoria de doença. Antes disso, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria já havia feito o mesmo. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu que psicólogos tratassem homossexualidade como doença no Brasil através da resolução 001/99. A forma como se tratava a “doença” era através da terapia de conversão – eletrochoques e uso de drogas que induziam ao enjoo enquanto a pessoa era obrigada a assistir filmes pornômeros homoeróticos. Retirar o estigma de doença da homossexualidade é um gigantesco avanço na caminhada LGBT, afirmando o não consentimento da psicologia quanto a estes métodos para curar uma pessoa que nunca esteve doente, porém é somente um passo de uma jornada muito maior.

4. TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS LGBT E SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA

Em 2013 foi lançado a 3ª edição do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil e traz dados sobre a violência sofrida pelos LGBT no território brasileiro. Segundo o relatório a tipificação da

homofobia, fica por: Homofobia Institucional e Crimes de ódio de caráter homofóbico. A institucional seria justamente a discriminação de pessoas da população por parte das instituições e os crimes, ou seja, as violências tipificadas no código penal contra a mesma população. (Brasil, 2013).

Os crimes cometidos contra essas pessoas não são passionais ou fruto de assaltos como às páginas policiais costumam noticiar, e sim, crimes de ódio, quando a condição homossexual da vítima foi determinante para que o agressor pudesse agir. Além disso, a negligência das autoridades policiais e a falta de solução dos casos concretos, são narrados pela população LGBT como uma violência dupla, e acabam sendo vítimas de preconceito duplamente, o sofrido antes da denúncia, e o outro, na própria delegacia.

Outro aspecto relevante, é em relação ao atendimento nos serviços públicos de saúde, onde ocorre obstáculos no acolhimento de tais pessoas, e é verificado o desconhecimento dos profissionais por partes das violências que afetam essa população. A falta de reconhecimento pelo nome social já se torna uma forma de discriminação, apesar de ser uma garantia inclusa na Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde. Como exemplo nítido, temos o Ministério da Saúde, que por meio da Portaria 2712, restringe homens que poderiam ser potenciais doadores de sangue, apenas por que mantiveram relações com outros homens no período de 1 ano, mesmo que estas pessoas tenham feito sexo de forma segura com o seu parceiro, cominando com total preconceito, pois nesse caso tal regra também deveria se aplicar aos heterossexuais.

5. MEDIDAS JURÍDICAS IMPORTANTES

Em sua existência, o movimento LGBT no Brasil passou por profundas transformações. Não obstante haver decisões favoráveis no Poder Judiciário, no Legislativo não há avanço, os projetos de lei em defesa desses grupos não saíram do papel, e a homofobia ainda não é crime. Embora não exista uma legislação específica em âmbito nacional que criminalize a homofobia, a Constituição Federal define em seu artigo 3º, IV, que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, ou seja, é imprescindível ter consciência

que a homofobia está inclusa no item “outras formas de discriminação” sendo considerado crime de ódio e sujeito a punição.

Houve conquistas significativas em âmbito nacional a exemplo da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu, em 2011, a união homoafetiva como entidade familiar, e o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu a Resolução nº 175 que proíbe que os cartórios do Brasil se recusem a celebrar casamentos de casais homossexuais ou deixem de converter a união estável homoafetiva em casamento.

O Superior Tribunal de Justiça pronunciou-se no sentido de que um transexual pode mudar o sexo registrado em sua identidade civil sem necessidade de realizar a cirurgia, o que é uma antiga reivindicação do movimento LGBT, e é possível, no Brasil, alterar o nome civil e gênero no registro de nascimento se houver a comprovação de mudança cirúrgica de sexo. Também houve a eleição de candidatos assumidamente gays.

O Ministério da Saúde implantou o processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, assim, o SUS oferece a cirurgia de mudança de redesignação sexual de homem para mulher desde 2008 e de mulher para homem desde 2013. Além dos procedimentos, o SUS também oferece acompanhamento ambulatorial com equipe multiprofissional, incluindo psicólogos, como parte do tratamento. O Conselho Federal de Medicina estabeleceu em 2013, que casais homoafetivos estão incluídos em processos de reprodução assistida podendo realizar fertilização *in vitro* se desejarem.

6. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

O preconceito e a discriminação contra os LGBTs já começa na hora da entrevista de emprego, pois quando percebem a orientação sexual ou identidade de gênero diferente do padrão heteronormativo já desclassificam o candidato. É certo que há pessoas que nunca passaram por nenhum tipo de problema de acesso ao emprego, entretanto, essas situações são exceções, visto que a regra, no Brasil, é o entrave ao acesso das pessoas LGBT ao pleno emprego ou de gozar de postos de trabalhos relevantes.

Já quando são contratados, esses indivíduos podem ainda sofrer

com assédio moral, que pode começar com invenções de boatos, exclusão social ou isolamento, e ir até ações diretas como acusações ou humilhações públicas. Também nota-se uma falta de preparo das empresas em geral para lidar com as diversidades.

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBT no mundo, e é o país líder no ranking de assassinatos de transgêneros, de acordo com a organização *Transgender Europe*. Por conta disso, de serem marginalizadas e não encontrarem espaço no mercado de trabalho, estima-se que 90% das travestis estejam na prostituição, onde a violência moral e física são ainda majorias, e os riscos de vida aumentam significativamente.

7. CONCLUSÕES

Apesar dos altos índices de violência, a comunidade LGBT aos poucos conquista seu espaço. Eles tiveram algumas conquistas jurídicas importantes, entretanto, é preciso mais inclusão dessas pessoas, para que elas possam ser ouvidas em pé de igualdade com todos, e assim exigir do poder público medidas jurídicas eficazes e fiscalização dessas medidas, com punição para quem descumprir.

Não podemos nos orgulhar de ser o país com os maiores índices de assassinatos de minorias, seja mulheres, negros, indígenas ou LGBTs. Não é justo que essas pessoas sofram as consequências da nossa cultura preconceituosa e discriminatória, e também não é justo que fiquemos a mercê de legisladores que criam entraves para que a comunidade LGBT seja ouvida e tenha legislações que as beneficiem.

Devemos respeito a todos, sem discriminação de qualquer natureza, para que a nossa sociedade evolua harmonicamente, sem agressões e sem assassinatos de pessoas inocentes, que são impedidas de viver sua vida livremente apenas por expressarem seu modo de ser.

Palavras-chave: discriminação; minorias; LGBT

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Congresso Nacional, Brasília, 1998.

BRASIL. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016.

FAZZANO, Leandro Herkert; GALLO, Alex Eduardo. Uma análise da homofobia sob a perspectiva análise do comportamento. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 535- 545, 2015.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, Sept. 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceito e termos. Brasília: Autor, 2012.

MTE. Assédio moral e sexual no trabalho. Brasília: MTE, ASCOM, 2009.

OIT UNAIDS PNUD. Promoção dos direitos humanos das pessoas LGBT no mundo do trabalho. Brasília, 2014.

OIT, Convenção nº 111. Dispõe sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Genebra, 1958.

PERUCCHI, Juliana; BRANDAO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, Mar. 2014.

Site da internet: < <http://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/> > Acesso em 04/03/2017.

Site da internet: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>> . Acesso em 17 de julho de 2017

Site da internet: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278500487_ARQUIVO_ACERCADAVIOLENCIACONTRALGBT-NOBRASIL.pdf> Acesso em 17/07/2017

Site da internet: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>> Acesso em 17/07/2017

Site da internet: <<https://homofobiamata.wordpress.com/quem-somos-3/homofobia-e-crime/>>. Acesso em: 17/07/2017.

Site da internet: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/20680>>. Acesso em: 17/07/2017.

Site da internet: World Health Organization. Gender and Human Rights. <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/gender_rights/defining_sexual_health/en/> Acesso em: 20/07/2017

A ATUAÇÃO POLICIAL NO ATENDIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE CRIMES SEXUAIS.

Suzy Dayana Pereira Chagas¹

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a violência atinge a todos da sociedade. A forma como atinge cada membro dessa sociedade é o fator diferencial. Corroborando com esta afirmação, Camarnado Júnior (2007, p.12) expõe que “o exame das produções sobre a violência aponta um caráter de permanência em todas as sociedades”.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), violência é definida como sendo o “uso intencional da força ou poder em um forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Das abordagens acima, ratifica-se que apesar de todos estarem sujeitos à violência, alguns grupos se tornam mais suscetíveis, os grupos minoritários e os grupos vulneráveis, os quais podem ou não coincidir.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2013) define minorias como sendo um:

Um grupo de cidadãos de um Estado, constituindo minoria numérica e em posição não dominante no Estado, dotada de características étnicas, religiosas ou linguísticas, que os diferenciam da maioria da população, tendo um senso de solidariedade um para com o outro, motivado, senão apenas implicitamente, por vontade coletiva de sobreviver e cujo objetivo é conquistar igualdade com a maioria, nos fatos e na lei.

A SENASP (2013) define Grupos Vulneráveis como um conjun-

¹ Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA(2014)

to de pessoas que, por questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual, tornam-se mais suscetíveis à violação dos seus direitos.

Assim, dos sujeitos definidos como vulneráveis e das ações concretas àqueles voltadas, é de interesse dessa pesquisa, a mulher vítima de violência sexual, sendo esta definida pela OMS (2002) como:

Qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejado, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando repressão, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima, qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho.

Assim, é objetivo dessa pesquisa descrever os procedimentos que são dirigidos a mulher, pelo policial militar, quando do atendimento de ocorrência na qual aquela figure como vítima de violência sexual, tomando como elemento estabelecido do procedimento a “Rotina de trabalho da segurança cidadã do Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM” – POP. Sendo também objetivo, demonstrar que se faz necessária uma reformulação de alguns procedimentos do POP, de forma a estabelecer como obrigatória a presença da policial feminina.

2. METODOLOGIA

De acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 50), a pesquisa é um meio utilizado para resolução de problemas cotidianos ou não, de forma que forneça embasamento científico.

Por ser uma pesquisa qualitativa, não tem a intenção de se mensurar eventos, mas descrever e analisar os procedimentos adotados quando do atendimento da mulher vítima de estupro. Quanto ao método da pesquisa, esta é documental, a qual pode se utilizar de diversas fontes como relatórios, projetos de lei, certidões, documentos informativos em repartições públicas ou até mesmo correspondência pessoal segundo Santos (2000, p. 42).

O estudo foi desenvolvido a partir da busca e contagem do vocábulo “mulher” no POP, analisando cada contexto no qual o vocábulo é utilizado, ou seja, foi realizada uma revisão sistemática.

Castro (2001, p. 01) define revisão sistemática como sendo uma

revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão.

O sujeito dessa pesquisa é a mulher adulta, não tendo como intenção os procedimentos que devem ser adotados para adolescentes e crianças, uma vez que para estes é necessário se ter uma rede de atendimento diferenciada e mais ampla.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Polícia Militar do Amazonas em conjunto com a Polícia Civil do Estado do Amazonas atualizou no ano de 2014 o POP. Foi instituído através da Portaria n° 025/2014-GS/SSP, publicada no diário oficial de 24 de fevereiro de 2014 e tem como finalidade:

Art. 2.º Os POPs ora instituídos têm por finalidade:

I - Orientar a prática policial compatível com a promoção da segurança pública, da cidadania e dos direitos humanos;

II - Padronizar a execução das atividades operacionais das Polícias Civil e Militar do Amazonas;

III - Integrar, sistematizar, aperfeiçoar, socializar e divulgar os conceitos, métodos operacionais e de aplicação do conhecimento;

IV - Proporcionar a qualidade e transparência das atividades operacionais da Polícia amazonense, buscando a confiabilidade e credibilidade dos poderes constituídos e da população.

Buscando-se no POP pelo vocábulo “mulher”, a citada palavra se repete 27 (vinte e sete) vezes. Sendo 01 (uma) para se referir à Delegada titular da Delegacia da Mulher, 01 (uma) para descrever a postura do (a) policial quando do tratamento com a população, 01 (uma) para descrever o art. 249 do Código de Processo Penal - “a busca pessoal em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”, e 01 (uma) para prever a necessidade de policial feminina quando da realização de Bloqueio em Via Pública.

A cartilha da SENASP (2013, p. 34) afirma que nos procedimentos estudados, percebe-se a necessidade e importância da presença da policial feminina na composição da guarnição de serviço,

reconhecendo que em “tempos de defesa dos direitos humanos e respeito à dignidade da pessoa humana, a mulher policial reflete o compromisso e a preocupação da instituição em preservar os direitos e garantias da mulher tanto na situação de infratora, quanto na de vítima”.

Além das 04 (quatro) passagens descritas anteriormente, é citada 13 (treze) vezes dentro da descrição dos processos de: abordagem a pessoa (s) em atitude (s) suspeita (s), abordagem a pessoa (s) infratora (s) da lei, abordagem a veículo sob fundada suspeita, abordagem a veículo ocupado por infrator (es) da lei, vistoria e identificação de veículo, averiguação de substância ilegal, bloqueio policial em via pública, acompanhamento e cerco a veículo, ocorrência de dano/deprecação, roubo a banco, policiamento ostensivo motociclístico, policiamento montado e busca e apreensão domiciliar. Nos 13 processos citados se faz presente para descrever o fundamento legal da busca pessoal em mulheres, qual seja o art. 249, do Código de Processo Penal.

As 10 (dez) citações restantes da palavra mulher se fazem presentes no processo n° 3.23.00, nomeado “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”. O processo é detalhado no procedimento, n° 3.23.01, nomeado “Atendimento a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

O procedimento se restringe a descrever as atividades críticas e estabelecer uma sequência das ações esperadas para esse tipo de ocorrência que começa com o recebimento da ocorrência através do Centro Integrado de Operações ou deparar-se com ela, avaliação prévia da ocorrência, identificação das partes (agressor, vítima e testemunhas), realização de contenção e abordagem, intervenção médica (se for o caso), encaminhamento à delegacia (para apresentação junto à Autoridade Policial) e confecção do Boletim de Ocorrência.

O procedimento n° 3.23.01 traz ainda que a vítima não poderá se recusar a acompanhar a equipe policial quando se tratar de ação incondicionada pública e que para os casos que a ação for pública condicionada a representação ou de ação privada, caberá a equipe policial fazer constar no Boletim de Ocorrência a recusa da vítima.

Como se percebe, o POP não buscou traçar um procedimento específico para cada tipo de violência prevista na Lei Maria da Penha. Descreveu de forma geral e única o procedimento a ser adotado em situações de “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”.

Não se podem questionar os ganhos advindos da construção da “Rotina de trabalho da segurança cidadã do Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM”. É vital para a qualidade do serviço policial militar, a existência de um meio de consulta que oriente o atendimento das diversas ocorrências. No entanto, como a própria portaria de criação prevê, no art. 3º, IV, o é necessária a realização de avaliações do POP, com periodicidade máxima de um ano, para fins de submissão de novas propostas e atualizações necessárias.

4. CONCLUSÃO

O POP é uma importante ferramenta para sanar dúvidas e padronizar procedimentos operacionais frente às diversas ocorrências as quais se propõe a descrever. No entanto, uma análise pormenorizada permite constatar que a presença da policial feminina em ocorrências que envolvem mulher não é tratada com a atenção necessária.

Apesar da descrição conferida aos procedimentos operacionais a serem adotados pelo (a) policial militar, quando este atende mulheres vítimas de violência sexual, não há a devida atenção à mulher.

Da análise detalhada do POP constata-se que é necessário que os procedimentos que tem a mulher como vítima de violência sexual sejam revisados com o fim de incluir a policial militar como integrante obrigatória da guarnição que atende esse tipo de ocorrência, coadunando com o preconizado na cartilha da SENASP (2013, p. 34), ou seja, a presença da policial feminina diminui o desconforto que a vítima possa estar sentindo.

Palavras-Chave: Segurança Pública, Polícia Militar, Violência e Procedimento.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Secretaria de Segurança Pública. Portaria n° 025. Manaus, 2014. Disponível em: < <http://rhnet.sead.am.gov.br/>>

BRASIL, Senado Federal. Lei n°. 11.340. Lei Maria da Penha. Brasília: 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>

_____, Senado Federal. Decreto-Lei n° 3.689. Código de Processo Penal. Brasília, 1941. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: cartilha. 2^a. ed. - Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013. 129 p. : il.

_____. Organização Mundial da Saúde. Portal da Saúde. Tipologias e naturezas da violência. 2002. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31079&janela>.

CAMARNADO JUNIOR, D. V. As faces da violência: da conceituação polissêmica à sua emergência no campo da saúde. In: As faces da violência: aproximações, pesquisas e reflexões/ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. (Organizadores). São Paulo: Vetor, 2007, p.11- 31.

CASTRO, Aldemar Araújo. Revisão Sistemática e Meta-análise. 2001 (*Online*). Disponível em: <www.usinadepesquisa.com>

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alano. Metodologia Científica. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro. 2000.

SSP. Rotina de trabalho da segurança cidadã do Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM. Amazonas, 2014. Disponível em: <<https://pm.am.gov.br/portal/>>

O SEXISMO COLONIAL E O PATRIARCALISMO NO BRASIL COMO FATORES DE INFLUÊNCIA AO HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO FEMINICÍDIO

Goreth Campos Rubim¹

1. RESUMO

O homicídio praticado contra as mulheres durante tempo foi aceito na sociedade brasileira, em decorrência da forte cultura sexista firmada no patriarcalismo, no qual mulher era considerada como um objeto de propriedade de seu companheiro, sobre a qual ele tinha direito sobre a sua vida e a sua morte. Em decorrência da subjugação do gênero feminino, várias mulheres brasileiras foram e ainda continuam sendo mortas por seus parceiros, notadamente por conta do ciúme exacerbado e pela não aceitação do término de um relacionamento amoroso ou até mesmo pelo novo papel social da mulher. O objetivo deste estudo é descrever influência do sexismo colonial e da cultura patriarcalista na prática deste crime. Ademais, resultados apontam que, mesmo com o avanço na legislação, a situação de submissão e violência sofrida pela mulher permanece em patamares inaceitáveis.

2. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo no Brasil o adultério, em especial o feminino, foi considerado como um ato criminoso, no qual o homem que se sentisse traído por sua esposa poderia lavar a sua honra com o sangue adúltera e de seu amante, conforme determinação do conjunto de leis que compunham as ordenações Filipinas, no qual Portugal e suas colônias estavam sujeitas.

Observa-se que com essas leis, dividia-se bem o papel do homem e da mulher na sociedade, bem como seus espaços e relação de poder e submissão entre eles, tanto que era permitido o uso da vingança privada.

¹ Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos/UEA, Professora do Centro Universitário do Norte.

O homicídio passional praticado contra as mulheres durante muitos anos foi aceito na sociedade brasileira, em decorrência da forte cultura sexista e patriarcalista reinante, que considera a mulher como objeto e propriedade de seu companheiro, sobre a qual tem direito de vida e de morte. Em decorrência dessa situação, uma grande quantidade de mulheres brasileiras foram e ainda vem sendo mortas por seus parceiros, notadamente por conta do ciúme exacerbado e pela não aceitação do término de uma relação amorosa ou pelo novo papel social da mulher.

Diante de tal fato, pergunta-se: a prática de homicídio passional praticado contra mulheres no Brasil sofreu forte influência do patriarcalismo e sexismo colonial?

Essa realidade que configura clara violação dos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamentou-se inicialmente no título XXXVIII do Livro V das Ordenações Filipinas que permitia que os homens que descobrissem o adultério por parte de suas esposas, as matassem.

O objetivo deste estudo é descrever as mudanças havidas na sociedade no tocante à situação da mulher enquanto sujeito passivo do homicídio passional, avaliando a influência do sexismo colonial na prática de homicídios contra as mulheres nos dias de hoje.

A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica e analítica buscando conhecer o sexismo e a sua influência nas mortes femininas praticadas por seus parceiros. Os resultados apontam que, não obstante o avanço na legislação, a situação de submissão e violência sofrida pela mulher permanece em patamares inaceitáveis.

3. SEXISMO COLONIAL E O PATRIARCALISMO NO BRASIL

O sexismo é uma ideologia formada com base na discriminação quanto à questão de gênero, no qual subjuga-se um gênero como inferior ao outro por questões de força física ou intelectual, baseando-se em estereótipos e preconceitos com relação ao sexo e aos papéis sociais de homem e mulher na sociedade.

Destaca-se que o sexismo colonial institucionalizado formou-se na cultura patriarcal, com base na estrutura social americana, aplicada ao imperialismo racial, principalmente com relação às mulheres negras (HOOKS, 1981).

Ressalta-se que as mulheres durante tempo muito foram tratadas como seres inferiores, ao ponto de serem vistas em nosso país como sujeitos não pensantes, tanto que não tinham o direito votar, por serem equiparadas condição intelectual das crianças e dos deficientes mentais.

A mulher durante muito tempo na sociedade fora preparada dentro do seio familiar para ser filha e para ser esposa após o casamento, por este motivo a condição social da mulher resumia-se aos cuidados domésticos e dos filhos, tornando-a assim um ser submisso à figura masculina, sujeitando-a as mais diversas formas de violência.

Desde a antiguidade e ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, filhas mulheres eram indesejáveis, pois não serviam à perpetuação da linhagem paterna e ao serviço pesado da lavoura e do pastoreio; só para os trabalhos domésticos, pouco lucrativos e , portanto inferiores. Os casamentos eram decididos pelo pai, que tinha o dever de ofertar um dote como compensação pelo encargo de manter e sustentar, a partir dali, a mulher que tomava como esposa. Da subserviência à figura paterna a mulher passava diretamente a submissão e obediência do marido (HERMANN; 2012, p.54).

O homicídio passional praticado contra as mulheres é conhecido como um crime do patriarcado, por ser uma forma de controle e possessão sobre o corpo feminino, bem como uma autoafirmação da superioridade da força masculina, uma vez que busca demonstrar a manutenção e reprodução do poder de um homem sobre uma mulher.

É importante destacar que o sistema patriarcal não consegue desligar-se do uso da força em todas as esferas sociais, uma vez que a figura do homem violento surge desse sistema, no qual o mesmo compreende que tem direito pelo corpo da mulher e pode satisfazer-se no momento em que ele quiser, obrigando a parceira a satisfazer os seus desejos sexuais (FRAGOSO, 2000).

Durante o período colonial no Brasil, as mulheres negras eram vistas apenas como trabalhadoras e objetos sexuais, enquanto que as mulheres brancas eram tratadas como assexuadas e limitadas a casa e a igreja, por conta da forte influência do catolicismo. Ademais, estas últimas eram vistas por meio do estereótipo da fraqueza,

passividade e da submissão, sendo educadas formalmente para cuidar da casa, do casamento e dos filhos, sendo obrigadas a tolerar os casos extraconjugais dos maridos com as escravas (SOUZA, 2000).

Nas famílias mais tradicionais da sociedade e com grandes posses, normalmente as mulheres pertencentes a estas, não desenvolviam nenhuma atividade fora do lar, haja vista que a presença do patriarcalismo tornava-se muito mais marcante, sendo a moça deste jovem preparada para cuidar da casa, do marido e dos filhos. Além disso, destaca-se a forte preocupação dos pais pela proteção da virgindade das moças solteiras, devido ser o capital mais precioso, por garantir um bom casamento e a reputação do nome da família.

Essa representação social da mulher como esposa e mãe foi se consolidando, e historicamente foi sendo construída a ideia da plenitude feminina reduzida aos deveres conjugais, dependência conjugal e maternidade, e a mulher que era considerada frágil e suscetível aos excessos da sexualidade passa a ser vista como portadora de uma sensibilidade natural expressa pelo seu destino, à maternidade, e o seu espaço como sendo o do lar (LIRA e BARROS, 2015; p.6).

No Brasil durante muito tempo o adultério, em especial o feminino, foi considerado como um ato delituoso, no qual o homem que se sentisse traído por sua companheira poderia tirar-lhe a vida e lavar a sua honra com o sangue adúltera e de seu amante, conforme determinação do conjunto de leis que compunham as ordenações Filipinas, no qual Portugal e suas colônias estavam sujeitas.

O título XXXVIII do Livro V das Ordenações Filipinas trazia a seguinte lição para os homens que descobrissem o adultério por parte de suas esposas:

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assi a ella, como o adúltero, salvo de o marido for peão, e o adúltero Fidalgo, ou nosso Dezebargador, ou pessoa de maior qualidade. (Ordenações Filipinas, liv.5º, tit. XXXVIII).

Ressalta-se que essas leis, dividiam bem o papel do homem e da mulher na sociedade brasileira colonial, bem definia os espaços e relação de poder e submissão entre o casal, tanto que era permitido

o uso da vingança privada, conforme demonstrado no mencionado título acima exposto.

Devido à mulher ser vista pela sociedade colonial apenas como um objeto e não como um sujeito de direitos, os homens, na maioria das vezes, utilizavam este argumento para violentá-las, uma vez que papel social feminino reduzia-se apenas aos cuidados do lar, ao prazer do marido e a criação dos filhos.

O homicídio passional praticado contra as mulheres durante muitos anos foi aceito na sociedade brasileira, principalmente no Brasil colônia, em decorrência da forte cultura patriarcalista existente, que considerava a mulher como apenas com um objeto de propriedade de seu companheiro, sobre a qual ele tinha o direito de vida e de morte.

Devido à cultura patriarcalista de inferiorização do gênero feminino, diversas mulheres brasileiras foram e continuam sendo mortas por seus parceiros, notadamente por conta do ciúme exacerbado e pela não aceitação do término de uma relação amorosa ou pelo novo papel social da mulher.

Destaca-se que tal tratamento dispensado as mulheres brasileiras configuravam uma clara violação dos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que não cabia e nem cabe a ninguém o direito de tirar a vida do outro, pelo simples fato de não aceitar o término de um relacionamento ou por suspeitar de uma traição.

O crime de homicídio, desde 09 de março de 2015, com a vigência da Lei nº 13.104, passou a ter uma nova qualificadora, no inciso VI, do Código Penal brasileiro, conhecida como feminicídio. O feminicídio qualifica o crime de homicídio quando ocorre a morte dolosa de uma mulher em decorrência a questão de gênero, devido o menosprezo ou discriminação à condição de mulher, ou da violência doméstica e familiar.

Ademais, definiu como causa de aumento de pena de 1/3 até 1/2, a morte de mulheres durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; ou com a idade inferior aos 14 anos e superior aos 60 anos, da mesma forma mulheres com deficiência, ou a execução do crime na presença dos descendentes ou ascendentes, conforme prevê os parágrafos 2º-A e 7º-A, do Código Penal brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o homicídio praticado contra as mulheres na sociedade brasileira passou por diversas mudanças de paradigmas com o passar do tempo, uma vez que antigamente aceitava-se a morte de mulheres em decorrência de uma traição, sendo garantida a absolvição do homicida, seja por conta da legislação; ou por considera-lo inimputável, ou pelo pensamento patriarcalista, e sexista que reconhecida à tese legítima defesa da honra.

Destaca-se que somente com o advento da Constituição Federal de 1988, onde se buscou tratar homens e mulheres como sujeitos iguais perante a lei, visando garantir uma proteção maior aos direitos humanos, mudando o olhar da sociedade, ao reconhecer o homicídio passional como um ato imoral e repugnante que atenta contra o princípio da dignidade da pessoa humana, pelo fato de considerar a mulher como um objeto de posse e submisso ao homem, principalmente quando se utilizava o argumento que se matou uma mulher com o objetivo de lavar a honra perante a sociedade por conta de uma traição ou término de relacionamento.

Observa-se que a qualificadora do feminicídio teve como fundamento histórico na cultura sexista baseada no sistema patriarcal, onde a mulher recebia a morte como forma de punição pelo enfrentamento ao homem na relação familiar ou diante de uma traição ou suspeita desta.

Pode ser observado que a qualificadora do feminicídio tornou-se um marco histórico para a legislação brasileira quanto ao tratamento concedido as mulheres vítimas de homicídios passionais, posto que num país onde era permitido matar a mulher que fosse encontrada adulterando, com o argumento de legítima defesa da honra, o reconhecimento de tal ato homicídio qualificado é uma forma de não aceitar mais as mortes decorrentes da violência doméstica e familiar, e principalmente motivados pelo ciúme exacerbado e pelo sentimento de posse.

Palavras Chaves: Homicídio qualificado pelo feminicídio. Patriarcalismo. Sexismo. Dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: Uma retrospectiva. Disponível: <https://corpofeminino.wordpress.com/periodicos/revistaartemis/patriarcaliamos-e-o-feminismo-uma-retrospectiva-historica/>. Acesso: 10 fev.2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal,1988.Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2015.
- BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 set.2015.
- BRASIL. Decreto Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 Lei de Combate a violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 set.2015.
- BRASIL. Decreto Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art.121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2015.
- FRAGOSO MONÁRREZ, J. E. La cultura delfeminicidio em ciudad Juarez, 1993-1999. Fontera Norte. Tijuana, México, 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13602304>. Acesso em: 13 maio 2015.
- HERMANN, L. M. Maria da Penha Lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à Lei nº 11.340/2006, comentada artigo por artigo. Campinas, São Paulo: Servanda, 2012.
- HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. Disponível em:file:///F:/artigos%20sobre%20o%20patriarcalismo/nc3a3o-sou-eu-umamulher_traduzido.pdf. Acesso em 08 de abril de 2017.
- LIRA, Kalline Flávia Silva de. BARROS. Ana Maria de. Violência Doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão de Pernambuco. Disponível: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16544/Kalline%20Lira%20PPGDH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 15 out. 2016.
- ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro V. Título XXXVIII. Disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>. Acesso: 03 de nov. 2016.
- SOUZA, Eros de. BALDAWIN, John R., at al. A construção social dos papéis sexuais femininos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a16>. Acesso em: 08 abril de 2017.

ISBN 978-85-7785-572-8



LAPECSAM
Laboratório de Pesquisa em
Ciências Sociais da Amazônia

PPGI CH
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas

